

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Flavia Salles Ferro

UM LIBERAL AUTORITÁRIO: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE EDUARDO GOMES
(1922-1981)

JUIZ DE FORA
2020

FLAVIA SALLES FERRO

UM LIBERAL AUTORITÁRIO: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE EDUARDO GOMES
(1922-1981)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de
geração automática da Biblioteca Universitária
da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

Salles Ferro, Flavia.

Um liberal autoritário: trajetória política de
Eduardo Gomes (1922-1981) / Flavia Salles Ferro. -
- 2020.

252 f.

Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de
Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em História, 2020.

1. Eduardo Gomes. 2. Patrono da Força Aérea Brasileira. 3. UDN.
I. Ribeiro Viscardi, Cláudia Maria, orient. II. Título.

FLAVIA SALLES FERRO

UM LIBERAL AUTORITÁRIO: TRAJETÓRIA POLÍTICA DE EDUARDO GOMES
(1922-1981)

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito parcial para obtenção do título de DOUTORA EM
HISTÓRIA

Juiz de Fora, 15/10/2020

Banca Examinadora

Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) – Orientadora

Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira (UFJF/UFF)

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF)

Profa. Dra. Karla Guilherme Carloni (UFF)

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado material de oportunidades, pesquisas, leituras, muito estudo, diálogos e dedicação. Mas não se trata apenas disso. O apoio, incentivo e afeto que recebi de familiares e amigos foram essenciais para que eu pudesse concluir esta tese.

Por assim ser, agradeço aos meus pais, Vera e Silvio, que sempre se esforçaram para que eu tivesse um ensino de qualidade. Me mostraram a importância da educação, me apoiaram em cada decisão e tornaram possível a realização de meus sonhos. Vocês me incentivam a voar, mas me oferecem um ninho para voltar. À Fabiane agradeço por ser parceira e exemplo. É minha companheira de jornada. Mais do que agradecer, dedico esta tese a vocês.

Durante o trabalho, muitas pessoas colaboraram para o desenvolvimento das ideias e para tornar o caminho mais leve. Agradeço aos docentes e colegas discentes do Programa de Pós-Graduação em História, aos colegas editores da revista *Faces de Clio* e aos colegas do Laboratório de História Política e Social (LAHPS). Agradeço especialmente ao Dievani Lopes e à Daniela Miranda.

O doutorado me proporcionou a experiência de ser pesquisadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre 2018 e 2019. Foi um período fundamental para o amadurecimento do trabalho e para minha evolução profissional e pessoal. Sou grata ao Prof. Dr. António Costa Pinto pelo acolhimento e conversas que direcionaram ao aprofundamento da minha pesquisa. Sou grata por essa experiência ter me aproximado de Mariane Simões, com quem, em meio a cafés, vinhos e chocolates, compartilhei reflexões, sonhos, angústias e muita alegria. Além dela, conheci Jessamine e Marcelo. Fomos nós quatro, uma família em Lisboa.

Tenho o privilégio de dividir os anseios e as conquistas da vida com amigos. À Taciana Begalli agradeço a parceria, as conversas, o abrigo. Obrigada por ser sempre presente, mesmo que às vezes a distância nos separe. À Lidiane Silva agradeço pelas reflexões e amizade. À Anne Pimenta, Camila Maia, Júlia Juncioni, Laura Aquino, Luciana Amorim, Mainara Garcia, Nadja Garbin, Sheyla Meirelles e Thaís Lamoglia agradeço o carinho, o conforto e a alegria compartilhada. Ao Diego Carvalho sou grata pelas trocas profissionais e pessoais.

Agradeço à Paola Marini, Mariana Souza, Caio Almeida, Thiago Marques, Marcos Ferreira, Augusto Paschoalino e Matheus Salla. São amigos com quem tenho o privilégio de compartilhar, há 20 anos, a alegria de viver.

Sou grata à comunidade da Escola Municipal Cônego Artur. Neste ambiente de trabalho pude desfrutar do amor dos alunos e aprender com as experiências e comentários deles. Os professores, que se tornaram amigos, foram exemplos de profissionalismo e acolhimento. À direção agradeço a compreensão e a valorização do meu trabalho.

Dedico meus sinceros agradecimentos aos professores avaliadores Karla Carloni, Rodrigo Patto Sá Motta e Leandro Pereira pela disposição em comporem a banca, pela leitura atenta do trabalho e pelas contribuições. Agradecimento especial dedico ao professor Jorge Ferreira, que considero meu eterno orientador. Desde que nos conhecemos, me incentivou e acreditou em mim. Sou grata pelas inúmeras oportunidades oferecidas e pelo carinho dedicado.

Agradeço minha extraordinária orientadora, professora Cláudia Viscardi, que foi mentora, conselheira e amiga durante esses anos. Agradeço a dedicada orientação e a atenciosa correção dos capítulos. Tenho admiração pelo excelente trabalho que exerce e pela mulher maravilhosa que é. Sou grata por me incentivar e me acolher.

Esta pesquisa recebeu o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), também da CAPES. Agradeço o subsídio que foi fundamental na execução do trabalho.

Esta conquista [liberdade] é definitiva. As ditaduras passaram como passam as epidemias. Nas áreas por elas devastadas, a vida renasce com mais viço e com mais exuberância. Esta é a mensagem que dirijo ao povo brasileiro, lembrando-lhe, contudo, que o preço da liberdade é a eterna vigilância.

(Eduardo Gomes, 1945)

RESUMO

Eduardo Gomes, Patrono da Força Aérea Brasileira, foi militar de relevante atuação na política brasileira. Iniciou sua participação política em 1922, quando do Levante do Forte de Copacabana, e encerrou em 1981, ano de seu falecimento. Foi personagem de destaque no tenentismo; lutou ao lado das forças legalistas na Revolta Paulista de 1932 e na Revolta Comunista de 1935; se destacou na FAB; foi duas vezes candidato à presidência da República; foi ministro da Aeronáutica em duas ocasiões. Este trabalho tem como propósito estudar a trajetória política de Eduardo Gomes. Nos interessa compreender suas ideias e ações de modo a descortinar contexto amplo e complexo que envolve múltiplos agentes, em especial os militares e a UDN.

Palavras-chave: Eduardo Gomes. Patrono da Força Aérea Brasileira. UDN.

ABSTRACT

Eduardo Gomes, Patron of the Brazilian Air Force, was an important military officer in Brazilian politics. He began his political participation in 1922, at the Levante do Forte de Copacabana, and ended it in 1981, the year of his death. He was a prominent character in “tenentismo”; he fought alongside the legalist forces in the 1932 Paulista Revolt and the 1932 Communist Revolt; stood out at the FAB; he was twice a candidate for president of the Republic; he was Minister of Aeronautics in two occasions. This work aims to study the political trajectory of Eduardo Gomes. We are interested in understanding his ideas and actions to understand a broad and complex context involving multiple agents, especially the military forces and the UDN.

Keywords: Eduardo Gomes. Patron of the Brazilian Air Force. UDN.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	EDUARDO GOMES E A PRIMEIRA REPÚBLICA: O MILITAR DO SEU TEMPO	22
1.1	FAMÍLIA E FORMAÇÃO NO EXÉRCITO: INTRODUÇÃO BIOGRÁFICA	23
1.2	EDUARDO GOMES NO MOVIMENTO TENENTISTA	29
1.3	INSTABILIDADE POLÍTICA E REVOLTAS: EDUARDO GOMES ENTRE 1933 E 1944	49
1.4	EDUARDO GOMES E O LEVANTE DE 1938	54
1.5	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: EDUARDO GOMES E O EXÉRCITO NORTE-AMERICANO	60
2	“CAMPANHA NACIONAL LIBERTADORA” - EDUARDO GOMES EM ANÁLISE: AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 1945 E 1950	73
2.1	EDUARDO GOMES: CONTEXTO DE SUA CANDIDATURA	73
2.2	EDUARDO GOMES E A CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	80
2.3	A SEGUNDA CAMPANHA: PARA COMBATER O INIMIGO, O HERÓI	95
2.4	CARTAS AO BRIGADEIRO	120
3	EDUARDO GOMES ENTRE GOLPES: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1950-1964)	120
3.1	EDUARDO GOMES: ATUAÇÃO DURANTE O GOVERNO DEMOCRÁTICO DE GETÚLIO VARGAS	120
3.2	EDUARDO GOMES – MINISTRO DA AERONÁUTICA (1954-1955)	135
3.3	1964: O GOLPE FINAL – EDUARDO GOMES EM ANÁLISE	152
4	HISTÓRIA E MEMÓRIA: EDUARDO GOMES EM TEMPOS AUTORITÁRIOS	160

4.1	EDUARDO GOMES NA PASTA DA AERONÁUTICA	160
4.2	O CASO PARA-SAR	176
4.3	EDUARDO GOMES: FIM DE UMA VIDA	186
	CONCLUSÃO	195
	REFERÊNCIAS	198
	ANEXO	250

INTRODUÇÃO

O conselheiro Ayres, personagem da obra *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, disse a Natividade “Conte com as circunstâncias, que também são fadas. Conte mais com o imprevisto. O imprevisto é uma espécie de deus avulso, ao qual é preciso dar algumas ações de graças; pode ter voto decisivo na assembleia dos acontecimentos”.¹ Todo indivíduo possui uma vida imprevisível, uma afirmação óbvia, mas que carrega relevante significado. Uma pessoa decide tomar uma decisão e não outra com base no conhecimento que possui no presente, tendo como referência experiências anteriores. O futuro, entretanto, é incerto. O indivíduo está em constante transformação. Um sujeito de 30 anos não é o mesmo que foi quando tinha 20 anos de idade, tampouco será o mesmo com 50 anos. Suas ideologias, suas referências, suas opiniões, suas relações, tudo é passível de transformação. Sendo assim, como esperar que um personagem histórico seja sempre o mesmo ou tenha atitudes previsíveis?

O historiador que trabalha com trajetórias de indivíduos cumpre o desafio de analisar uma vida sem ter como referência seu final, sem justificar as ações do sujeito com base no conhecimento do que ele virá a ser no futuro, sem agir como se o historiador fosse apenas um escritor de uma vida predestinada. É necessária a construção de uma narrativa que considere “as mudanças de rota, os percalços, os acasos, os possíveis de cada existência”.² Mais do que a construção da narrativa, é necessário que a pesquisa científica utilize desse método de análise.

Vavy Pacheco Borges comenta que “para se escrever a história de uma vida, primeiro, é preciso aceitar tal desafio. Depois, dispor-se ao tempo realmente necessário”.³ Ela, então, parafraseia Jean Orioux: “A biografia é um casamento”, pois é “de uma longa intimidade que nasce uma biografia”.⁴ O desafio de estudar a trajetória política de Eduardo Gomes foi aceito em 2015, quando foi pleiteada uma vaga no curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde então vem sendo trilhado um caminho árduo e prazeroso, tal como um casamento propõe. Não há pretensão nesta tese em discorrer sobre todos os aspectos da vida política de Eduardo Gomes. Como todo estudo historiográfico, este trabalho é uma *representação*. Contudo, é esperado que contribua para uma melhor compreensão das ações e ideais desse personagem e, ademais, permita aprofundar o conhecimento no

que se refere a História Política Brasileira.

O que impulsiona a escrever uma trajetória política individual é saber sobre um personagem em específico. No entanto, através desse agente é possível ampliar o conhecimento sobre o contexto em que ele viveu e os grupos que ele se relacionou. Borges faz uma ressalta sobre outro motivo para o interesse em biografias. Segundo a historiadora, através da análise das trajetórias de vida é possível conhecer sobre o ser humano: “não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes”.⁵ Foram essas as razões que nos levaram ao encantamento pelo estudo de trajetórias.

A escolha em pesquisar Eduardo Gomes decorreu das lacunas acerca desse personagem. Durante a realização do mestrado na Universidade Federal Fluminense, em que foi investigada a trajetória política de Virgílio de Mello Franco,⁶ deparei-me com questões fundamentais e que até então não haviam sido respondidas com afinco: Por que Eduardo Gomes foi procurado pelos fundadores da UDN para ser representante dos ideais liberais e antiditatoriais? O que justifica a escolha deste personagem para fazer frente aos problemas nacionais no contexto de crise do Estado Novo? Essas questões foram brevemente discutidas no trabalho acerca da trajetória de Virgílio de Mello Franco, assim como nos trabalhos produzidos por Maria Victoria Benevides⁷ e Jorge Chaloub.⁸ Contudo, o olhar aprimorado, com foco em Eduardo Gomes, contribui para uma melhor dimensão das disputas políticas, dos ideais em conflito e, principalmente, de que maneira Eduardo Gomes conseguiu personificar os interesses de grupos divergentes, que se uniram em torno de sua campanha para presidente da República.

Outras inquirições também movem esse trabalho e são lacunas na historiografia: por que um dos grandes nomes do tenentismo que apoiou Vargas rompeu com ele e se tornou um de seus principais opositores? Por que, mesmo com as derrotas nas urnas, Gomes continuou sendo representante de um grupo que se dizia honesto, liberal e democrático? De que forma ele atuou na crise política de 1954 que culminou no suicídio de Vargas? Eduardo Gomes participou do golpe-civil de 1964? Por que ele defendeu com entusiasmo o capitão Sérgio Miranda, que denunciou o episódio do Para-Sar?

As indagações dão mostras da ambiência em que Eduardo Gomes viveu. Experenciou desde o liberalismo excludente ao autoritarismo, passando pelos

curtos intervalos democráticos. Nascido em Petrópolis (RJ), em 1896, Gomes era integrante de família tradicional do Rio de Janeiro, cujos membros eram detentores de posses e herdeiros de nomes relacionados à política nacional. Era filho de Luís e Jenny Gomes⁹. Em 1916, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Finalizado o curso em dezembro de 1918, foi declarado aspirante-a-oficial das armas de artilharia. Neste mesmo ano matriculou-se no Curso Especial de Artilharia, concluindo em 1919. Em dezembro deste, passou a segundo-tenente, sendo transferido para o 9º Regimento de Artilharia, em Curitiba. Em janeiro de 1921 foi promovido a primeiro-tenente. Ingressou em março desse mesmo ano na primeira turma do Curso de Observador Aéreo da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Foi sob a patente de primeiro-tenente que Eduardo Gomes participou do levante do Forte de Copacabana, ocorrido no Rio de Janeiro em julho de 1922. O personagem tornou-se figura pública após esse episódio, principalmente por ter sido um dos poucos sobreviventes. Atuou também em 1924 na revolta em São Paulo. Após o movimento, foi preso quando viajava ao Paraná na intenção de se juntar a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Passou os anos seguintes ora encarcerado, ora refugiado. Anistiado em maio de 1930, Eduardo Gomes participou da Aliança Liberal, atuando na Revolução de 1930 que colocou fim à Primeira República.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, Eduardo Gomes dedicou-se à carreira militar. Participou da criação e dirigiu, em 1931, o Correio Aéreo Militar¹⁰. Em 1932, combateu os revoltosos paulistas, contribuindo nos entendimentos promovidos pelo Governo Provisório e o estado de São Paulo. Terminado o movimento revolucionário de 1932, Eduardo Gomes retomou suas atividades no Correio Aéreo Militar. Atuou como comandante do 1º Regimento de Aviação e foi promovido a tenente-coronel em 1934. Participou, sob essa patente, junto às forças legalistas contra o levante organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)¹¹, em 1935.

Instaurado o Estado Novo em 1937, Gomes pediu exoneração do comando do 1º Regimento de Aviação. Em 1941, após a criação do Ministério da Aeronáutica, foi promovido a brigadeiro e, em seguida, nomeado comandante das Zonas Aéreas I e II, com sedes em Belém e em Recife. Em Pernambuco, atuou na construção de bases aéreas com investimentos financeiros norte-americano. O político teve papel de destaque nas relações entre o governo

brasileiro e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Em setembro de 1944 foi elevado a major-brigadeiro do ar.

Foi candidato a presidente da República pela legenda da União Democrática Nacional. Apesar da vitória de Eurico Gaspar Dutra em dezembro de 1945, fora novamente escolhido pela UDN para disputar as eleições presidenciais de 1950 sendo, dessa vez, derrotado por Getúlio Vargas. Foi então, em 1954, um dos líderes da campanha pelo afastamento de Getúlio Vargas. Quando do episódio do atentado a Carlos Lacerda, em cinco de agosto daquele mesmo ano, o major- Rubens Florentino Vaz, que acompanhava Lacerda, foi assassinado. Este era subordinado a Eduardo Gomes.¹² Pressionado a se afastar do cargo de Presidente da República, como é sabido, Getúlio Vargas cometeu suicídio.

Eduardo Gomes durante o governo de Café Filho (1954-1955) foi ministro da Aeronáutica. Opôs-se a Juscelino Kubitschek como presidente da República, justificando que o candidato não obtivera maioria absoluta no pleito realizado em 1955. Em setembro de 1960, Eduardo Gomes foi promovido a marechal-do-ar. Em 1964, apoiou o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Durante o governo ditatorial de Castelo Branco atuou como ministro da Aeronáutica. Eduardo Gomes faleceu em 1981.

Em seis de novembro de 1984 foi consagrado patrono da Força Aérea Brasileira (FAB) através da Lei 7.243. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil informa que Gomes foi intitulado assim devido à ajuda na solução de problemas de seus homens, pela atuação no Correio Aéreo Nacional e pela liderança sobre a Aeronáutica e FAB. Há, ainda, referências a seu caráter: autoridade moral, vida exemplar, dignidade, acentuado patriotismo e religiosidade.¹³

Este estudo não se limita a ser uma reflexão acerca da trajetória do Brigadeiro, o que por si só já seria importante. Mas busca contribuir também para analisar continuidades, rupturas e contradições da política e cultura política brasileiras ao longo da República. O recorte temporal abrange os anos de 1922 a 1981. A escolha por esse período decorre de Eduardo Gomes iniciar sua vida na política participando do Movimento Tenentista, iniciado em 1922. Já o término, justifica-se com seu falecimento, aos 84 anos, em 1981. Há um recuo, entretanto, a anos anteriores à Revolta de 1922 para ambientar o leitor no que se refere às relações parentais de Eduardo Gomes, sua escolarização e sua formação militar.

Os anos posteriores a 1981 também são brevemente discutidos, de modo a compreender a construção da memória de Gomes após sua morte.

Há algumas biografias disponíveis sobre Eduardo Gomes. Deoclécio Lima de Siqueira publicou, em 1984, o livro “Caminhada com Eduardo Gomes”.¹⁴ Cosme Degenar Drumond publicou em 2001, “Brigadeiro Eduardo Gomes: a Trajetória de um Herói”.¹⁵ Ambos os autores eram militares. Siqueira foi aviador, atuou na Segunda Guerra Mundial, possui trajetória militar semelhante à de Eduardo Gomes. O livro é elogioso, enaltece a sua figura. O livro “Brigadeiro Eduardo Gomes: a Trajetória de um Herói”, de Cosme Degenar Drumond, possui as mesmas características. Narra que o militar mantinha postura impecável e vida austera, era católico fervoroso – presenciava missa todos os domingos –, e dividia a metade do salário com os pobres de Petrópolis, cidade onde nasceu. Na introdução do livro, ele escreve:

Neste livro, ao procurarmos enfocar a personagem daquele que nos pareceu representar muito bem o espírito desses tempos, desejamos, acima de tudo, preservar para o futuro, um exemplo dessa força extraordinária em que se baseia toda eficiência e poder da Aviação Brasileira.[...] Eduardo Gomes sintetizou em toda sua grandeza o valor dessas forças. Outros, e foram muitos, também representaram esse valor. Ele, porém, destacou-se, como se o destino desejasse alguém para representar uma bandeira, a servir de exemplo para a posteridade.¹⁶

Pierre Guiral no prefácio de sua tese sobre Prévost-Paradol atenta sobre a dificuldade de se fazer uma biografia: “[...] parece arbitrário extrair dessa multidão de homens que fizeram a História uma personalidade escolhida e interrogar uma época através de suas reações. Arbitrário e perigoso, pois o historiador acaba por assumir os sentimentos de seu herói”.¹⁷ Tal dificuldade não foi superada por Cosme Degenar Drumond e Deoclécio Lima de Siqueira. Nas narrativas dos livros é percebido que não há o afastamento entre o objeto e o escritor, não há imparcialidade, objetividade, os quais fazem parte do ofício do historiador. No entanto, os autores não são historiadores. Por assim serem, os compromissos e objetivos da escrita biográfica são outros.

Outros três livros foram escritos sobre Eduardo Gomes: “A democracia e o brigadeiro”, de autoria de João Nunes Carvalho, publicado em 1945; “Brigadeiro Eduardo Gomes”¹⁸, de Gastão Pereira da Silva; e “O brigadeiro da libertação”¹⁹, de Paulo Pinheiro Chagas. Tais obras foram analisadas como

fontes históricas. São livros de caráter militante, de defesa política, partidários, com intenção de convencer o leitor que Eduardo Gomes era o melhor candidato à presidência da República.

Recentemente, Lucas Mateus Stringuetti, defendeu a dissertação “O Brigadeiro Eduardo Gomes: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950).²⁰ Seu trabalho é dividido em dois eixos: o primeiro discute a atuação de Gomes no Movimento Tenentista; o segundo analisa os discursos de campanha presidencial de Eduardo Gomes em 1945 e 1950 no que se refere aos temas trabalhadores e educação. A pesquisa de Stringuetti contribui com os estudos acerca de Eduardo Gomes, no que se refere à análise de seus discursos políticos durante suas campanhas presidenciais. Nossa tese, pretende ir mais além, ao propor não só um recorte temporal maior, como ir além da análise discursiva. Pretende-se acompanhar toda a sua trajetória política. Assim sendo, compreendemos Eduardo Gomes em outros contextos fundamentais em que ele foi um dos protagonistas, tal como já salientado.

Como se percebe, a presente pesquisa é original e complementar a estudos prévios já realizados. Sua relevância se encontra não apenas pela importância de Eduardo Gomes na política brasileira, que merece pesquisa aprofundada, mas também pelo ineditismo do tema, visto que inexistem trabalhos acadêmicos sobre a trajetória política de Eduardo Gomes. Ademais, contribui para uma melhor compreensão de aspectos da história política e da cultura política brasileiras.

A análise da trajetória política de Eduardo Gomes leva em consideração as possibilidades de escolhas do agente. O estudo baseia-se na premissa que o indivíduo possui interação com a sociedade de seu tempo e apresenta contradições e mudanças de pensamentos, pois, ao mesmo tempo em que o sujeito constrói a sua própria vida, a vida também condiciona o sujeito²¹. Evitamos dessa forma propor uma trajetória linear, coerente, como quem anacronicamente já conhece o fim e somente o quer justificar. Levamos em conta que, tal como escreveu Geovanni Levi:

nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial - e ainda assim importante - da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se

observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições.²²

Para uma melhor compreensão sobre a trajetória política de Eduardo Gomes, de forma a produzir uma análise satisfatória sobre suas ações e suas relações com o contexto em que vivia, foi necessário investigar variadas fontes documentais. Periódicos, livros de memórias, correspondências, atas de reuniões, panfletos, discursos, iconografias, entrevistas, relatórios, leis e outros documentos foram analisados ao longo da pesquisa. Serviram como base de acesso: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Arquivo Público de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Museu Aeroespacial (MUSAL), Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), *National Archives* e *Washington State Archive*. As bibliotecas do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos, Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e a Biblioteca Nacional de Portugal foram fundamentais na execução desse trabalho, por disponibilizar bibliografias que foram necessárias para a pesquisa.

Destacamos que esta tese não se trata de uma biografia, mas de uma análise da trajetória política de um personagem. Por vezes a carreira militar e a vida privada de Eduardo Gomes serão comentadas, mas o objeto de estudo é sua participação política e seu pensamento político-social. Sendo assim, apesar das pesquisas realizadas nesses arquivos citados, nem todos possuem fontes que foram utilizadas neste trabalho. Isto não muda, entretanto, a relevância da pesquisa nesses locais. Alguns acervos continham documentos alusivos à carreira militar de Eduardo Gomes que permitiram a compreensão do ambiente socioinstitucional ao qual o personagem investigado estava inserido. Mas não dispunham de fontes sobre a atuação política, que é o objeto de análise deste trabalho.

Apesar do trabalho não ser uma biografia, a metodologia que orientou a execução da pesquisa utiliza as instruções propostas nos estudos biográficos. Dialogamos, portanto, com as abordagens de Giovanni Levi²³; Pierre Bourdieu²⁴; Philippe Levillain²⁵; Jacques Le Goff²⁶; Benito Schmidt²⁷; Vavy Pacheco Borges²⁸; entre outros. Ainda no que se refere a prática metodológica, os estudos que orientam sobre os cuidados necessários no uso da imprensa como fonte

foram sustentáculos na análise das publicações de periódicos. O estudo realizado na imprensa permitiu entender perspectivas e posições sobre os acontecimentos políticos, que foram divulgados para a população. Os fragmentos noticiados, a intensidade das abordagens, as linhas editoriais, o cotidiano, a política, os cenários nacionais e internacionais, permitiram compreender o ambiente político da época. No entanto, levamos em consideração o fato de que os jornais são sempre veículos de informação carregados de intenções e posições ideológicas, que pretendem convencer o leitor daquilo que é discursado.

Maria Helena Capelato, em seu trabalho “Imprensa e História do Brasil” escreve que a imprensa não é um transmissor imparcial, neutro perante os acontecimentos. É um instrumento de manipulação de interesses, que intervém na vida social.²⁹ Assim, ao serem estudados jornais dessa época, foi necessário conhecer o contexto em que estavam inseridos, o perfil dos impressos e os responsáveis por ele. Como analisa Jobim, “só um historiador impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo presentes as circunstâncias históricas em que se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado.”³⁰

Por se tratar de um estudo de história política, fundamentamo-nos nas discussões da chamada Nova História Política, que tem como René Remond³¹ e Pierre Rosanvallon³² alguns de seus principais precursores. De forma a contribuir com os estudos do político, foi pensado o conceito de cultura política, que é caro no desenvolvimento desta tese. Para isso, apoiamo-nos nos estudos de Jean-François Sirinelli, Serge Bernstein e Rodrigo Patto Sá Motta. Esse conceito nos é útil por possibilitar pensar as respostas que uma sociedade produz sobre seus problemas; os motivos que levam um indivíduo a adotar um comportamento e não outro; as adaptações às complexidades que o contexto impõe. Permite compreender “sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas”.³³

Maria Helena Capelato sugere que através da cultura política podemos “recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes”,³⁴ sem esquecer dos grupos anônimos. Aplicando o conceito ao trabalho sobre a trajetória política de Eduardo Gomes,

foi possível compreender seu comportamento e pensamento, bem como o do grupo em que ele estava inserido. Buscamos investigar o contexto que ele vivenciou e suas respostas ao pensamento político e social da época. Interessamos entender por que ele agiu de uma forma e não de outra.

Berstein³⁵ afirma que os grupos que compartilham de uma mesma cultura política têm leituras sobre o passado e projeções de futuro em comum. Tais noções se relacionam diretamente à questão da construção de memórias. Michael Pollak afirma que a memória é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”³⁶ Por assim ser, memória e identidade estão relacionadas com o sentimento de pertencimento do indivíduo a um grupo social. Pollak analisa também que a memória de grupo muitas vezes constitui-se através de batalhas, disputas sobre qual versão predominará acerca de um mesmo episódio. Dessa forma, a memória e o esquecimento são faces da mesma moeda. É necessário escolhas sobre o que lembrar e o que esquecer.

A partir da participação política de Eduardo Gomes como tenentista e, portanto, como elucidou Lanna Júnior³⁷, participante do movimento revolucionário que foi tido como salvador da pátria, construiu-se em torno da figura pública do personagem a legenda de herói nacional. Sua atuação na Segunda Guerra Mundial e sua oposição ao Estado Novo contribuíram, posteriormente, para enraizar na sociedade esse pensamento acerca do personagem. Essas qualificações foram utilizadas em diferentes contextos históricos. Segundo Alessandro Portelli, “mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo”.³⁸ Dessa forma, não deve limitar-se a veracidade do mito, mas à significação dele, ou seja, os valores simbólicos e representações de uma sociedade que colocam no mito a esperança de alcance das expectativas de seu tempo. Pretendemos comprovar que Gomes tenha cumprido este papel para alguns setores da sociedade brasileira.

A construção de símbolos nacionalistas está sempre vinculada à memória. É preciso resgatar sua identidade, valorizar seus feitos, recorrer, portanto, ao passado para validar a opinião do presente. Por isso a noção de memória se fez relevante ao longo da tese. Nossa intenção foi compreender a quem o mito de herói nacional em torno de Eduardo Gomes serviu, como foi construída esta

memória e quais as batalhas de memória foram geradas em torno de sua figura política. Os autores que nortearam as análises sobre memórias foram Maurice Halbwachs³⁹, Michel Pollak⁴⁰, Pierre Nora⁴¹, Alessandro Portelli⁴², Jacques Le Goff⁴³, Paul Ricouer⁴⁴, Pierre Laborie⁴⁵, entre outros.

Para a realização da pesquisa, dialogamos com diversos outros autores. Desde historiadores renomados na historiografia brasileira até os trabalhos de jovens pesquisadores. Fundamentamo-nos em outras áreas de conhecimento também, tal como a Ciência Política e a Psicologia. Estes estudos foram necessários para compreender Eduardo Gomes em consonância ou divergência com o que era produzido, pensado, discutido e realizado em seu tempo. Por se tratar de um recorte temporal extenso dotado das complexidades inerentes à história política do Brasil, foi necessário nos apoiar em trabalhos sobre tenentismo, Revolução de 1930, participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, crise do Estado Novo, UDN, autoritarismo, liberalismo, Ditadura Militar, militares na política, entre outros temas que integram o debate empreendido nesta tese.

A narrativa foi elaborada de forma cronológica. Tomamos cuidado, entretanto, com o perigo salientado por Bourdieu⁴⁶ em não narrar uma história de vida em etapas sucessivas, com um percurso de origem que leva ao final, dando sentido à vida do personagem. Não queremos explicar Eduardo Gomes como Ministro da Aeronáutica no governo de Castelo Branco tendo como referência o jovem tenentista, por exemplo. A intenção na narrativa cronológica foi propiciar ao leitor a compreensão sobre Eduardo Gomes em momentos distintos, de forma que consiga identificar qual era a situação política e social do momento e perceba qual a bagagem de experiências que o indivíduo tinha para agir e pensar da forma que fez.

A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo detém-se em compreender a trajetória de Eduardo Gomes desde a Primeira República até o início da crise do Estado Novo. Iniciamos o trabalho apresentando quem foi Eduardo Gomes, sua família, sua juventude, seus estudos e inserção na carreira militar. Após, é analisada a participação do personagem no Movimento Tenentista. É estudada também a atuação de Eduardo Gomes como defensor das forças legalistas em 1932 e no Levante Comunista de 1935. Maior atenção é dedicada à reação de Gomes diante da tentativa de golpe integralista, ocorrido em 1938. O capítulo analisa também sua atuação na Segunda Guerra Mundial,

destacando a proximidade de Gomes com o Exército Estadunidense. Ademais, procura-se entender o que justificou sua escolha como candidato a presidente da República em 1945 pela União Democrática Nacional.

O segundo capítulo visa a compreender a candidatura de Eduardo Gomes ao cargo de Presidente da República em 1945 e 1950, bem como suas campanhas eleitorais. Sua atuação política é investigada a partir de dois eixos. O primeiro analisa o posicionamento de Gomes frente às questões sócio-políticas no âmbito nacional e internacional. O segundo eixo compreende a relação entre o candidato udenista e os eleitores. São analisados seus discursos, o seu público alvo, projetos políticos e sua recepção pela população. Destaque foi dado às correspondências enviadas a Eduardo Gomes na campanha de 1950. Buscou-se compreender a visão que se tinha sobre o Brigadeiro, as aspirações dos remetentes e quais estratégias discursivas foram utilizadas para persuadir o candidato à Presidência da República a agir por eles.

O capítulo três é uma análise da atuação de Eduardo Gomes no contexto da primeira experiência democrática brasileira. É elencada sua aproximação com o catolicismo e suas ações militares durante o governo democrático de Vargas. É discutido seu posicionamento e participação na disputa pela presidência do Clube Militar nesse contexto. Ademais, é analisado seu comando na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Uma análise aprofundada é feita acerca do engajamento de Eduardo Gomes no meio castrense, de forma a viabilizar o *impeachment* de Getúlio Vargas em 1954. O capítulo aborda também a atuação do Brigadeiro como Ministro da Aeronáutica durante o governo de Café Filho (1954-1955) e sua articulação para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Por fim, o capítulo investiga as ações de Eduardo Gomes durante o golpe civil-militar de 1964.

O último capítulo tem como intenção compreender o personagem durante a Ditadura Militar Brasileira. Gomes atuou como Ministro da Aeronáutica (1965-1967). Durante sua administração, ocorreu o decreto de falência da empresa aérea Panair do Brasil. Assim sendo, foi investigado o protagonismo de Eduardo Gomes no episódio e os interesses do governo no fechamento da empresa. Já afastado do governo federal, Eduardo Gomes liderou a defesa do Capitão Sérgio Miranda, que denunciou o plano de seu superior, brigadeiro João Paulo Burnier, então chefe de gabinete do Ministro da Aeronáutica. Burnier planejou a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro e da represa de Ribeirão das Lajes. A intenção

era responsabilizar os comunistas, caracterizando-os como terroristas, e sob essa justificativa, prender líderes sindicais e estudantis. Neste capítulo foi compreendida a crise instaurada na Aeronáutica e o cenário que se configurou com Eduardo Gomes no cerne do conflito. São analisadas, por fim, as homenagens feitas a ele após sua morte, bem como a escolha do personagem para ser o patrono da Força Aérea Brasileira.

Cabe destacar que uma tese nunca esgota o conhecimento a ser produzido sobre um objeto de pesquisa. Em se tratando de uma trajetória política, como a de um importante personagem da República brasileira, esta limitação torna-se ainda mais perceptível. Nossa intenção é que a presente tese cumpra o papel que dela se espera, que é o de contribuir para uma melhor compreensão do período republicano brasileiro, propondo novas questões que subsidiem estudos posteriores e dialogando com a vasta produção historiográfica já existente sobre o período.

1. EDUARDO GOMES E A PRIMEIRA REPÚBLICA: O MILITAR DO SEU TEMPO

O presente projeto de autoria do Deputado Leandro Vilela inscreve o nome do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes no Livro dos Heróis da Pátria. Na justificativa destaca o autor: “ao propormos a inscrição desse brasileiro no Livro dos Heróis da Pátria, estamos somente fazendo um pálido reconhecimento a alguém que prestou relevantes serviços à aviação militar e civil, e, também, às grandes causas públicas brasileiras e mundiais, em prol da liberdade.”⁴⁷

Em 2006, o Deputado Leandro Vilela propôs um projeto de lei cujo intento era a inclusão do nome do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes no *Livro dos Heróis da Pátria*, “livro” este disponível no Panteão da Liberdade e da Democracia, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Tal obra tem consistência em aço e dispõe da gravura de nomes de personagens que são memorizados como heróis nacionais. Os relatores da comissão rejeitaram o projeto de lei justificando que reconhecem a relevância dos serviços prestados por Eduardo Gomes à nação, porém era necessário o passamento de cinquenta anos de seu falecimento, critério, portanto, não atendido. Eduardo Gomes não tem seu nome gravado no Livro dos Heróis da Pátria, porém, sua trajetória militar e política está atrelada até os dias atuais à memória de herói. Em 6 de novembro de 1984, o Presidente da República João Figueiredo sancionou a lei que proclamou Eduardo Gomes como Patrono da Força Aérea Brasileira.

Sua trajetória como revolucionário no Movimento Tenentista foi diversas vezes rememorada para tratá-lo como herói nacional. Uma dessas ocasiões foi quando o senador Dinarte Mariz, da ARENA do Rio Grande do Norte se pronunciou, em tribuna, com vista a celebrar o aniversário de Eduardo Gomes. O senador abordou o movimento conhecido como “Os 18 do Forte”, destacando a participação de Gomes no episódio. Salientou que Gomes compunha o grupo que “derramou sangue nas areias de Copacabana em prol do Brasil”, que era “o que de mais puro existe na história política de nosso país”, bem como “templo vivo da memória daqueles que se sacrificaram pelo Brasil”.⁴⁸ Após uma trajetória que envolveu candidatura à Presidência da República, ministério da Aeronáutica, entre outros importantes feitos, Gomes continuou sendo retratado como herói devido sua atuação como tenentista e militar de destaque na Segunda Guerra Mundial. Por assim ser, neste capítulo será dada atenção a sua atuação nesses

contextos. Buscar-se-á compreender a trajetória de Eduardo Gomes entre 1922 e 1944, visando a analisar suas ações no Movimento Tenentista, bem como nos Governos Provisório, Constitucional e Ditatorial de Vargas. Antes disso, no entanto, é fundamental compreender o ambiente em que Eduardo Gomes estava inserido. Será apresentada sua família, sua juventude e sua inserção na carreira militar.

Algumas perguntas movem este capítulo: quais ações justificaram pensar esse personagem como um herói brasileiro? O mito é coeso com a realidade? De que forma a construção de sua carreira como militar se relaciona com a escolha de sua candidatura para Presidência da República em 1945? Como ele se posiciona durante a Primeira República e os governos varguistas? Quais mudanças podemos observar no personagem? A partir da análise de periódicos, de correspondências, de programas de levantes militares, relatórios de inquéritos, entre outros documentos, procuramos responder a essas indagações.

1.1- Família e formação no Exército: introdução biográfica

Eduardo Gomes nasceu em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em 1896. Sua família era detentora de posses e herdeira de nomes relacionados à política nacional. Seu avô materno era o visconde Luís Rodrigues de Oliveira (1838-1894), filho do senador Nicolau de Campos Vergueiro, importante político do Império. Visconde Oliveira foi representante da Sociedade de Beneficência Brasileira, do Clube de Lavoura de Campinas e da Câmara Sindical dos Negociantes Brasileiros na França. Durante o período em que esteve comissionado em Paris, sua filha Jenny nasceu, em 23 de outubro de 1872. Na capital francesa, a família Rodrigues de Oliveira residiu no distrito de *Passy*, local habitado pela alta classe financeira.⁴⁹ Jenny foi bem-educada: estudou piano, esculturas e dominava as línguas – era poliglota. Entre as línguas que era fluente estavam o francês, alemão, inglês e o português. Aos sábados, Jenny tinha o costume de cavalgar no *Bois de Boulogne*, junto aos milionários brasileiros que viviam na França.⁵⁰

Visconde Luís Rodrigues de Oliveira teve outros filhos. Dois deles viviam em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Por assim ser, quando retornou ao Brasil, Visconde de Oliveira decidiu morar em Petrópolis. Nesta cidade Jenny conheceu o capitão-tenente da Marinha Luís Gomes Pereira. Não

demorou para que Jenny e Luís se casassem. Deodoro da Fonseca, Presidente da República na época, foi padrinho de casamento do casal.⁵¹ Isto evidencia o prestígio que a família possuía.

Luís Gomes nasceu em Olinda, filho de Félix Peixoto de Brito e Melo, o qual lutou em 1822 pela independência do Brasil e nas revoluções de 1824 e 1848, em Pernambuco. Diplomado em Direito, Luís iniciou sua vida como jornalista em Recife. Aos 21 anos, em 1875, ingressou na Marinha como oficial de gabinete comissionado. Implantada a República, Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, reavaliou os cargos de confiança da administração pública. No rol da medida, Luís Gomes foi promovido a capitão-tenente e confirmado como oficial de gabinete do almirante Eduardo Wandenkolk, que era o novo ministro da Marinha. Nessa função, serviu também ao almirante Custódio de Mello, sucessor de Wandenkolk na administração de Floriano Peixoto.⁵²

Em 1893, o capitão-tenente Luís Gomes Pereira se demitiu da Marinha após 18 anos de serviço.⁵³ Cosme Degenar Drummond relata que a razão do afastamento do pai de Eduardo Gomes da Marinha foi a “conturbada política brasileira”.⁵⁴ Podemos compreender, dessa forma, que a demissão de Gomes Pereira está atrelada ao episódio da Revolta da Armada (1893-1894). Não nos foi possível, entretanto, confirmar se ele assim agiu por fidelidade a Floriano Peixoto ou se estava insatisfeito com a situação da Marinha e corroborava com as reivindicações de seu grupo. É sabido, no entanto, que ele foi chefe de gabinete dos Ministros Eduardo Wandenkolk e Custódios de Melo, ambos envolvidos na Revolta e opositores a Floriano.⁵⁵ Isto permite considerar que Luís Gomes Pereira tenha se exonerado da Marinha por discordar do Governo e do tratamento dedicado à essa Arma.

Luís Pereira dedicou-se, então, a outro plano: construir uma ferrovia que conectasse o Recife, no Brasil, a Arica, no Chile. A estrada de ferro passaria por Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso e parte do território boliviano. A intenção era ligar o Atlântico ao Pacífico. Para tal empreitada, Jenny investiu a herança que o pai a deixara. O projeto não atraiu investimentos de parceiros. Assim, Gomes Pereira abandonou a ideia e investiu em outro empreendimento: um trecho ferroviário ligando o centro do Rio de Janeiro à Serra da Estrela. Novamente, seu projeto fracassou. Ele tentou um novo negócio. Arrendou terras em Descalvado, no interior de São Paulo, na intenção de plantar café – na época, o café era a base da economia brasileira. Contudo, encontrou-se novamente

frustrado com os resultados de seus investimentos.⁵⁶

Com o pouco dinheiro que restou da economia da família, Luís e Jenny compraram uma casa em Petrópolis. Luís Gomes, então, atuou no *Jornal do Brasil*, em uma seção de cartas dos leitores, até 1923, ano em que faleceu. O casal teve 5 filhos. Os dois mais velhos, Raul e Sérgio, morreram prematuramente. Depois nasceram Stanley, Eduardo e Eliane Maria. A família enfrentou dificuldades financeiras.

Aos seis anos de idade, Eduardo Gomes iniciou seus estudos no Colégio Werneck, em Petrópolis. Quando terminou o ensino fundamental, ingressou no Colégio São Vicente de Paulo. Foi aluno de destaque na disciplina de matemática. Eduardo Gomes formou no ensino médio em 1913 e fez nesse ano o exame para ingressar na Academia Militar, no Realengo. Contudo, por não ter a idade exigida – ele tinha apenas 16 anos na época –, foi reprovado. Tentou a admissão no ano seguinte, mas novamente foi recusado. Desta vez por ter deficiência visual. Ingressou no Realengo em 1916 para o curso de Oficiais do Exército.⁵⁷

Eduardo Gomes era visto pelos colegas como fechado e clerical, por isso era conhecido como “Frei Eduardo”. O apelido se justificava por Eduardo compartilhar hábitos e valores cristãos. Apesar de seu pai ser ateu, sua mãe era católica e frequentava a missa todos os domingos, levando seus filhos consigo. Este hábito foi perpetuado por Eduardo.⁵⁸

Gomes foi designado no início de seus estudos militares à 4ª Companhia de Infantaria. Ao fim do primeiro ano sua melhor nota foi em matemática, nas outras ficou pouco acima da média exigida. Em abril de 1917 passou a ser vinculado à 3ª Companhia de Infantaria. Entre os colegas de turma de Eduardo Gomes, alguns foram personagens de destaque no cenário militar e político brasileiro. Entre eles estavam Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Nina Ribeiro, Lysias Rodrigues, Luís Carlos Prestes e Antônio de Siqueira Campos. O último se tornou um grande amigo de Gomes. Os dois, junto com Estênio Caio de Albuquerque Lima, alugaram uma casa no Realengo, conhecida como “Tugúrio da Morte”. Lá se discutiam temas então em voga, como a Revolução de 1917 na Rússia e a conveniência ou não da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.⁵⁹

Formado em 17 de dezembro de 1918 como aspirante-a-oficial do Exército, Eduardo Gomes escolheu a Arma de Artilharia. Realizou o estágio

obrigatório em Curitiba – capital paranaense. Ao fim do estágio foi promovido a segundo-tenente. Atuou, então, no exercício de adestramento na cidade de Piraquara, no Paraná. Foi nomeado inspetor da Fortaleza de Paranaguá, na Ilha do Mel, litoral paranaense.

Eduardo Gomes foi promovido, em janeiro de 1921 a primeiro-tenente. Neste mesmo ano ingressou na Escola de Aviação Militar. Devido à miopia que possuía, foi impedido de ser aviador militar categoria “A”. No entanto, os médicos concordaram que ele participasse do curso de aviador militar categoria “B”, ou seja, a de Observador Aéreo. Gomes recebeu o título de Observador Aéreo em julho do mesmo ano que iniciou os estudos. Estagiou no Serviço Geográfico Militar; deu instruções na Esquadrilha de Aperfeiçoamento da Aviação do Exército, no campo dos Afonsos e na 1ª Brigada de Artilharia; foi integrante da tropa da 1ª Brigada de Artilharia no Rio Grande do Sul. Em março de 1922 retornou ao Rio de Janeiro para atuar como instrutor da 3ª Esquadrilha de Observação, no Campo dos Afonsos.⁶⁰

A educação militar de Eduardo Gomes e de seus companheiros de classe foi baseada na corrente ideológica proposta pelos “jovens turcos”. Esse grupo militar, composto por recém oficiais, estagiou no Exército alemão, considerado o mais bem organizado da época.⁶¹ Durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), o marechal Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra. Nesse período houve interesse em modernizar o Exército. Entre as medidas adotadas, jovens oficiais estagiaram no Exército alemão, considerado o mais bem organizado da época. Foram enviadas três turmas: a primeira em 1906, a segunda em 1908 e a última em 1910. Ao retornarem para o Brasil, influenciaram os soldados que então se formavam. As ideias dos “jovens turcos” – como assim eram chamados – se baseavam na defesa do sorteio militar obrigatório, da educação militar, da defesa nacional e do afastamento da política pela corporação.⁶²

O apelido que receberam, dado de forma pejorativa por grupos discordantes de suas ideias, fazia referência aos oficiais turcos que, tal como os brasileiros, também estagiaram no Exército alemão e, ao retornarem à Turquia se engajaram na política, fundaram partido e atuaram de forma a intervir no cenário nacional. Suas ações contribuíram para a proclamação da República na Turquia, em 1923.

Havia semelhanças de pensamentos em relação a esses jovens oficiais brasileiros e turcos, muito devido a educação que compartilharam na Alemanha.

Ao retornarem para o Brasil tiveram como missão repassar os ensinamentos aprendidos no exterior. Tratou-se de defender a modernização do Exército, o sorteio militar obrigatório, a educação militar, a defesa nacional e a não intervenção pessoal do militar na política. Sobre este último ponto é válido destacar que os “jovens turcos” criticavam a ação individual, porém, defendiam que o Exército, como instituição, deveria intervir quando fosse necessário. Cabia, portanto, à corporação, “única força verdadeiramente organizada, no seio de uma tumultuosa massa efervescente”⁶³ zelar pelo país, atuando de forma a estabilizar ou transformar a política nacional. A doutrina dos “jovens turcos” foi expandida através das escolas militares, em especial a Escola do Realengo, bem como pelo principal periódico militar desse período: a *Revista de Defesa Nacional*.

A revista dialogava com os problemas nacionais e a política brasileira. Temas como República, política e modernização do Exército eram discutidos. Leila Capella analisa que os militares se inseriram no debate e se colocaram como agentes na solução do problema. Caberia ao Exército atuar de forma a organizar a Nação.⁶⁴ Um dado importante deve ser considerado: em 1918, a Revista distribuiu 1700 exemplares, atingindo 40% da oficialidade do Exército. Entre os principais leitores do Exército, estavam os tenentes e capitães, perfazendo 83% da oficialidade alcançada.⁶⁵ Eduardo Gomes era tenente nesse período. Os dados quantitativos acerca dos leitores do periódico nos fazem considerar possível que Eduardo Gomes fosse leitor da *Revista de Defesa Nacional*. Seu pensamento estava em diálogo com o que era publicado no periódico.

José Murilo de Carvalho propõe dividir em três ideologias para melhor compreender as relações entre Exército e política durante a Primeira República. São: “intervenção reformista”, “soldado profissional” e “intervencionismo controlador”. A primeira delas se refere a doutrina do “soldado-cidadão”. A ideia, de origem positivista, remete ao contexto da “Questão Militar”, em que republicanos instigaram os militares a atuar politicamente. Segundo essa doutrina, os militares eram cidadãos fardados que deveriam intervir na política de modo a preservar as instituições republicanas. A ideologia do “soldado profissional” entende que o militar deveria se dedicar completamente a instituição castrense e se manter afastado da política. Por fim, o “intervencionismo controlador” defendia a legitimidade da intervenção do

Exército, instituição coesa, na política em ocasiões que fossem necessárias. Podemos compreender que o “intervencionismo controlador” foi a principal doutrina que Eduardo Gomes teve como referência em sua formação. Observamos entre ele e seus colegas de farda o pensamento em comum de que os militares compõem o “poder moderador”.⁶⁶ Isto influenciou para que eles compartilhassem de uma mesma visão política e social.

A doutrina dos “jovens turcos”, tal como a ideologia “intervencionista controladora” pensada por Carvalho, evidenciam que Eduardo Gomes teve uma formação educacional que compreendia as Forças Armadas como garantidoras da ordem. Se necessário fosse, os militares deveriam intervir na política. Essas doutrinas surgiram como respostas aos problemas da época. Havia circularidade de pensamentos entre a sociedade civil e os castrenses. Conforme analisa Eduardo Svartman,

A relação entre a formação militar profissional e a formação política no Realengo envolveu o tipo de formação, a reativação de uma 'tradição' oriunda da Praia Vermelha e a socialização específica que os agentes desenvolviam entre si. Nesta, outro fator deve ser ponderado, as leituras e debates que entre eles circulavam e que contribuíam para que se disseminasse não exatamente uma visão de mundo específica, mas um leque de possibilidades de representações e de produção de sentido para os fenômenos que mobilizavam os agentes. Isso é de fundamental importância, pois foi também com base nessas leituras que esses cadetes e jovens oficiais começaram a compor o repertório com o qual pensavam e, frequentemente, faziam política.⁶⁷

Devemos considerar, tal como elucidou Svartman, que os militares tiveram suas formações influenciadas por vetores que ultrapassam a Escola do Realengo. A instrução baseada na doutrina dos “jovens turcos” e no “intervencionismo controlador” serviu de referência no início da atuação política de Eduardo Gomes, quando, em 1922, participou do Movimento Tenentista. É importante destacar, contudo, que importantes “jovens turcos” não participaram do Movimento e até o criticaram. É o caso, por exemplo, de Bertoldo Klinger.⁶⁸ Sendo assim, interessa-nos entender o levante em sua complexidade, de forma a compreender o pensamento e os interesses dos tenentes, em especial Eduardo Gomes, ao agir em julho de 1922 contra o Governo Federal. É o que se verá a seguir.

1.2. Eduardo Gomes no Movimento Tenentista

Em 5 de julho de 1922, Eduardo Gomes e seus colegas tenentes, entre eles Siqueira Campos, Juarez Távora, Mário Tamarindo Carpenter e Newton Prado, fizeram uma revolta, sob liderança de Euclides Hermes da Fonseca, contra o governo federal. Este ato deu início ao Movimento Tenentista, que foi retratado na imprensa e, posteriormente, incorporado por parte da historiografia, como manifestação que tinha por finalidade romper com a política oligárquica da Primeira República. Vejamos a notícia de comemoração de aniversário da Revolta de 1922, publicada no jornal *Correio da Manhã*, no dia 6 de julho de 1928:

O cinco de julho, data que o povo brasileiro guarda no coração, foi ontem condigna mente recordado nesta capital, nas homenagens de veneração e de carinho que se restaram aos nossos bravos patrícios que sacrificaram a vida na defesa dos ideais revolucionários que sustentavam. Às 9 horas da manhã foram as exéquias, que se encheu literalmente, oferecendo o espetáculo de uma assistência numerosa e seleta. Depois foi a tocante visita que se fez aos tumultos de oficiais e soldados mortos nobremente no campo da luta, e cujos nomes a história recolhe, como o de heróis que deram a existência em holocausto aos princípios de liberdade, sonhando um Brasil à altura de seus destinos.⁶⁹

Heróis que deram a vida em busca de liberdade para o povo brasileiro, bravos patrícios, defensores de ideais revolucionários que colocavam o Brasil à altura de seus destinos. Esta foi a narrativa construída sobre os tenentistas pela imprensa da época. A revolução que é referida no periódico seria a ruptura com o sistema federalista e, principalmente, com a política oligárquica fraudulenta da Primeira República. Apesar de não alcançado o intento na década de 1920,⁷⁰ esses jovens militares foram retratados como guerreiros altruístas que deram suas vidas em benefício dos brasileiros.

As primeiras produções historiográficas sobre o Tenentismo basearam-se em explicações classistas. Defendia-se que o Movimento tivera aspirações burguesas e pequeno-burguesas, ou das chamadas classes médias urbanas, por parte dos tenentes. Tratava-se, pois, de uma expressão da luta de classes. Virgílio Santa Rosa publicou, ainda em 1933, o primeiro trabalho sobre o tema. Segundo o autor, o Tenentismo ocorreu a partir dos interesses da pequena burguesia em modernizar a economia e se inserir na política nacional. Os

latifundiários, em contrapartida, apresentaram resistência, no intuito de manter seus privilégios.⁷¹ Inseridos nesse modelo de análise classista estão os trabalhos de Nelson Werneck Sodré⁷² e Edgard Carone.⁷³ De modo geral, para esses estudiosos, “o tenentismo seria a expressão da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias”.⁷⁴

Discutindo com esta historiografia produzida, outros pesquisadores pensaram o Movimento Tenentista a partir do aspecto organizacional da instituição militar. O Tenentismo não seria, portanto, uma revolta contra as classes dominantes. Tratava-se, principalmente, de defender os interesses das forças armadas, em especial do Exército, que estava em uma situação desprestigiada naquele contexto. A motivação dos levantes seria a indignação do grupo castrense com a falta de oportunidade de ascensão, baixos soldos e precária estrutura para formação. Entre os pesquisadores com esse referencial de análise estão Boris Fausto,⁷⁵ Edmundo Campos Coelho,⁷⁶ José Murilo de Carvalho⁷⁷ e José Augusto Drummond.⁷⁸

O terceiro referencial de análise sobre o Tenentismo surgiu no final da década de 1970. Esta nova corrente compreende o caráter de grupo dos tenentes, mas destaca que esses jovens revoltosos estavam inseridos em contexto político e social dos anos 20 e, portanto, estavam em diálogo com o que era pensado e discutido no âmbito civil, para além dos muros das Escolas Militares. Maria Cecília Spina Forjaz⁷⁹ destaca os valores de corporação presente nos revoltosos, assim como os valores da sociedade civil. Os tenentes seriam, inclusive, o grupo mais suscetível às influências civis. Por fim, há o célebre trabalho de Anita Prestes. Segundo a historiadora:

Embora reconhecendo que os militares sofram condicionamentos inerentes à organização em que atuam profissionalmente, é fundamental salientar que eles não se encontram isolados do restante da sociedade por uma muralha chinesa. Ao contrário, como membros desta sociedade, são por ela condicionados e influenciados ideológica e politicamente. [...] Os militares refletem em seu comportamento – ainda que de forma peculiar e modificada – os conflitos e os problemas que se desenvolvem na vida social e política da Nação. Constituem parte integrante do todo social.⁸⁰

Em 2012, Isabel Aragão publicou o livro “Da Caserna ao Cárcere”.⁸¹ Sua obra é inovadora ao pensar o tenentismo tendo como referência a História Cultural. Aragão analisa a trajetória de algumas lideranças do Movimento e

identifica que os tenentes compartilharam experiências e representações, construindo, assim, uma identidade rebelde. Fabrícia Carla Viviani também contribui para os estudos recentes acerca do tenentismo ao propor pensar o movimento a partir da ideia de processo:

Todos esses momentos exógenos supostamente sintetizam o movimento de formação endógena do próprio tenentismo que transitou de um grupo militar a um grupo político. Essa hipótese [...] refere-se ao fato de que o tenentismo ao longo de sua trajetória política tenha transitado da defesa de interesses corporativos (1922) à formulação de um projeto político (1932) que contemplasse o conjunto da sociedade.⁸²

A contribuição do trabalho de Viviani para a realização desta tese é a proposta de que o tenentismo foi composto por revoltas com interesses, articulações e ações diferentes entre si e que, portanto, devem ser analisadas em suas especificidades para, então, compreender o conjunto. É necessário pensar o Tenentismo como uma construção. Compreendemos que os militares que atuaram nas revoltas de 1922 e 1924 tiveram interesses de grupos, mas dialogavam também com as ideias em circulação na comunidade, em especial na imprensa. Destaco, assim, que os jornais influenciaram significativamente para que eclodissem as revoltas tenentistas, a começar pelo seu papel durante a Reação Republicana.

A Reação Republicana foi um dos mais importantes movimentos de oposição da Primeira República. Articulada em 1921, agremiou forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos de estados dissidentes e teve como objetivo romper o predomínio político de Minas Gerais e São Paulo, então aliados de forma monopólica, criando um eixo alternativo de poder. Lançaram, em oposição à chapa Arthur Bernardes e Urbano dos Santos, o fluminense Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra, então governador da Bahia.

Esta coligação eleitoral teve grande repercussão no país. No Distrito Federal, a imprensa predominantemente apoiou o candidato fluminense e mobilizou a sociedade. Os periódicos assumiram, naquele contexto, destaque na difusão de ideias e comunicação das pautas levantadas pela oposição. Discutiu sobre fraudes, corrupção e criticou a impossibilidade de o candidato opositor à chapa oficial ser aprovado nas comissões de verificação de poderes, tradicionalmente controladas pelas forças dominantes.

O *Correio da Manhã* foi responsável por organizar campanha na imprensa

de oposição à chapa oficial, cujo intuito foi prejudicar a imagem de Arthur Bernardes. Anita Prestes narra que o motivo do engajamento desse periódico à Reação Republicana foi devido ao proprietário do jornal, Edmundo Bittencourt, ter ressentimentos antigos em relação a Bernardes.⁸³ Este jornal atuou também na defesa do Exército, com vista a angariar apoio desta instituição contra o governo federal. Assim teria, ademais do apoio civil, o militar. Foram divulgadas punições e transferências dos militares favoráveis à Reação Republicana, evidenciando, assim a desvalorização que a classe armada vinha sofrendo pelo Presidente da República.

A campanha presidencial de Arthur Bernardes enfrentou episódio que acarretou diversas críticas – as chamadas “cartas falsas”. O *Correio da Manhã*, nos dias 9 e 10 de outubro de 1921, publicou transcrição de cartas que, supostamente, teriam sido escritas por Arthur Bernardes, então presidente do estado de Minas Gerais, direcionada a Raul Soares, que ocupava a pasta da Marinha. Nas correspondências havia críticas ao Exército e a sugestão de punir os militares por indisciplina. Ademais, criticava Nilo Peçanha, seu opositor nas eleições presidenciais daquele ano.⁸⁴ A imprensa deu intenso destaque às cartas. De acordo com o posicionamento político, os jornais problematizaram a veracidade delas.

O Clube Militar instaurou comissão verificadora para comprovar autenticidade das cartas, que concluiu serem verídicas. Em 3 de fevereiro de 1922, Oldemar Lacerda confessou aos diretores do Clube Militar ter falsificado as cartas. Eles, entretanto, não divulgaram.⁸⁵ Ainda que com a confissão de Oldemar Lacerda, a imprensa opositora de Bernardes continuou relacionando o personagem como inimigo do Exército. Os militares, que estavam inseguros com o tratamento do governo para com eles, diante da divulgação das cartas supostamente escritas por Bernardes e autenticadas pela comissão verificadora do Clube Militar, compartilhou, pela maioria do grupo, insatisfação com a política governada por civis. Pandiá Calógeras chegou a afirmar que 90% da oficialidade era antibernardista.⁸⁶

O resultado da eleição presidencial de 1922 garantiu a vitória ao candidato oficial. A oposição, então, pediu a abertura de um “Tribunal de Honra”, com vistas a substituir o Congresso Nacional na função de reconhecer o candidato eleito. No entanto, tal pedido foi recusado pelo governo. Mesmo depois do resultado do pleito eleitoral e de descoberta a farsa sobre as cartas, a discussão em torno das

supostas correspondências trocadas entre Bernardes e Raul Soares continuaram tendo destaque na imprensa. O episódio das cartas ganhou maior agitação no final de junho de 1922, quando o *Jornal do Brasil* publicou transcrição em que Jacinto Guimarães afirmou que foi procurado para imitar a carta original de crítica às Forças Armadas atribuída a Bernardes. Ele teria sido subornado com a quantia de 500 contos de réis, pagos pelos bernardistas, com dinheiro roubado do Estado de Minas Gerais. O *Jornal do Brasil* divulgou, ainda, imagens das cadernetas de bancos que comprovariam a conta que o dinheiro foi depositado. Para garantir a execução do serviço, foi exigido que Jacinto emitisse declaração que ele era autor das cartas.⁸⁷

Diante da trama que se figurava nas vésperas do levante do Forte de Copacabana, o historiador não pode ser teleológico. É preciso compreender o contexto que os militares estavam envolvidos, as opções e estratégias disponíveis a eles. O Clube Militar, órgão representativo de suas classes, havia, através de perícia, comprovado a autenticidade das cartas supostamente escritas por Bernardes. Mesmo que Oldemar Lacerda tivesse confessado a falsificação dos documentos, o clube não chegou a publicar, não sendo, portanto, de amplo conhecimento a notícia entre os militares. Os jornais de grande circulação se negaram a aceitar a comprovação de falsidade das cartas e continuaram a discutir sobre elas. Ademais, corroboraram com a opinião que Bernardes ofendera as classes armadas e Nilo Peçanha. Para além disso, teria ainda roubado dinheiro público de Minas Gerais para comprar a suposta confissão de Jacinto Guimarães.⁸⁸

O primeiro semestre de 1922 seria ainda agitado com as eleições para governador do estado de Pernambuco, em que forças governistas interviram ocupando Recife. Tal situação foi amplamente denunciada na imprensa. Para além das críticas ao governo federal, os periódicos expuseram a desvalorização e insatisfação que as classes armadas vinham sofrendo. Publicaram telegrama do Exército de Pernambuco direcionado ao Clube Militar, em que eles protestavam a “situação humilhante e incompatível com a nossa dignidade de soldado que nos criou o caso de Pernambuco”.⁸⁹ Divulgaram também punições que esses oficiais subalternos sofreram por enviar o telegrama à diretoria do Clube Militar.

Em fins de junho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, foi procurado, através de correspondência, por oficiais que serviam

em Pernambuco. Eles estavam insatisfeitos com a intervenção federal naquele estado e com o papel desempenhado pelo Exército no episódio. Em resposta, Hermes da Fonseca enviou telegrama a Jayme Pessoa, Comandante da Região Militar de Pernambuco em que pronunciou apoio aos militares que resistiam às forças federais: “Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica”.⁹⁰

O Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, procurou Hermes da Fonseca para que ele confirmasse a autoria da correspondência, o que ele admitiu. Por assim ser, Pandiá Calógeras mandou prender, por 24 horas, no dia 2 de julho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca. Como justificativa para repreendê-lo, Calógeras elencou que o militar descumpriu ordens de seu superior, sendo, portanto, insubordinado e faltoso à disciplina do Exército.⁹¹ No mesmo dia da prisão do Marechal Hermes da Fonseca, a diretoria do Clube Militar publicou nota assumindo responsabilidade pelo telegrama enviado a Jayme Pessoa. Informaram que a atitude do presidente do Clube resultou de deliberação, unânime, tomada em sessão realizada a 28 de junho.⁹² Em resposta, Pandiá Calógeras deu ordens para fechar o Clube Militar por seis meses.

Os militares reagiram à prisão do Marechal Hermes da Fonseca e ao fechamento do Clube. Na madrugada do dia 5 de julho, dias após a repressão, os tenentes organizaram movimento de oposição ao governo federal. Ocorreu, então, o episódio conhecido por levante do Forte de Copacabana. Sob liderança do capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal Hermes da Fonseca, os tenentes tomaram o Forte de Copacabana. Outras guarnições participaram do movimento: Vila Militar, Forte do Vigia, Escola Militar do Realengo e 1º Batalhão de Engenharia. Em Niterói, membros da Marinha e do Exército se rebelaram. Em Mato Grosso, sob comando do general Clodoaldo da Fonseca, tio de Hermes da Fonseca, a 1ª Circunscrição Militar também participou da revolta. Diante da liderança da revolta ter sido realizada por familiares de Hermes da Fonseca, fica evidente que o estopim para que ocorresse o movimento foi sua prisão.

A participação de Eduardo Gomes no movimento do dia 5 de julho foi de manobrar canhão, disparando contra tropas legalistas. Gomes foi também idealizador do combate corpo-a-corpo. A intenção foi caminhar na Avenida Atlântica de encontro às Forças Legalistas. O combate ocorreu e teve grande

destaque no Movimento. Esse episódio é apresentado na fotografia abaixo:



Fonte: *Correio da Manhã*, 3 de julho de 1963, p. 15.

A imagem acima retrata o momento em que os rebeldes do Forte de Copacabana, diante da impossibilidade de vitória do movimento, caminharam em direção ao Palácio do Catete. Siqueira Campos de forma a contribuir com a proposta de combate de Eduardo Gomes, cortou a bandeira nacional em 28 pedaços e distribuiu entre os revoltosos para que eles os expusessem. Às três horas da tarde, do dia 6 de julho, o conflito iniciou. Dos 27 rebeldes, apenas 17 permaneceram,⁹³ os outros fugiram pelas matas e adjacências. Um civil, o engenheiro Otávio Correia, aderiu ao grupo e marchou na Avenida Atlântica ao lado dos revoltosos. Entre os participantes, estavam os tenentes Newton Prado, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Mário Carpenter, e o civil Otávio Correia. Sobreviveram ao conflito: Eduardo Gomes, Siqueira Campos e Newton Campos – este, no entanto, veio a falecer depois. O tenente Eduardo Gomes levou um tiro na perna e teve o fêmur partido.

Ao analisarmos o contexto que antecede o levante, podemos compreender que havia um clima intenso de insatisfação das Forças Armadas em relação a Arthur Bernardes. Tal fato se deve não apenas ao episódio das Cartas Falsas, mas porque sua liderança personificava os problemas da Primeira República que vinham sendo amplamente divulgados na imprensa. As críticas às fraudes e corrupção eram destaque na circulação das ideias e discutidas pelo

grupo ao qual Eduardo Gomes fazia parte. O desprestígio que o Exército sofria e as punições a militares que se manifestavam contra as questões políticas brasileiras também foram discutidos na imprensa.

O problema deste cenário político para os militares não era apenas Arthur Bernardes, mas o que ele representava. Ele havia insultado o grupo castrense; havia subornado um indivíduo para assumir a culpa pela elaboração da carta que ofendeu ao Exército; havia sido acusado de roubar dinheiro do estado de Minas. Acreditamos, contudo, que o fechamento do Clube Militar e a prisão de Hermes da Fonseca – militar de alto prestígio, ex-presidente da República e presidente do Clube Militar – foram agravantes na crise que culminou no Levante do Forte de Copacabana.

Ao mesmo tempo, a formação ideológica baseada na doutrina dos “jovens turcos” contribuiu para que Eduardo Gomes se mobilizasse e decidisse quebrar a disciplina do Exército de modo a se manifestar contrário à situação política do Brasil. Segundo essa corrente ideológica, os militares eram garantidores da ordem, deveriam intervir quando fosse necessário. Era essa a situação. Havia, portanto, um pensamento que legitimava a ação dos tenentes, contexto de insatisfações e um episódio considerado o estopim.

Os revoltosos compartilhavam representações acerca de Bernardes, do Exército e da política brasileira. Compartilhavam também de um mesmo horizonte de expectativas. O Levante não foi planejado com antecedência, não havia estratégias consolidadas. Tratou-se de uma reação rápida, mas que carregou importante significado. Eram jovens militares, a maioria de baixa patente, dispostos a dar a vida por um ideal político e de grupo – o Exército. Vemos, ainda, o prestígio de Hermes da Fonseca sobre esse grupo. Eduardo Gomes era participante desse ciclo, fez parte da linha de frente do movimento. Pegou em armas pelo que acreditava, arriscou sua vida em batalha contra as forças governistas. Observemos o depoimento de Eduardo Gomes datado do dia 12 de julho de 1922, acerca do Levante do Forte de Copacabana:

[...] Perguntado como se tinham passado os fatos constantes dos referidos documentos, respondeu o seguinte; tendo ido ao Forte de Copacabana com o intuito de tomar parte na sublevação que ali se projetava, acompanhou seus camaradas até o último momento. Apresentou-se no Forte, pela última vez, digo, saiu do Forte cerca das dezessete horas do dia quatro, e foi de automóvel até a cidade para colher notícias, voltou ainda de automóvel ao Forte às dezenove e meia horas e aí ficou. [...] No dia cinco teve a seu cargo o canhão Schneider. Na noite de

cinco mais seis, estive de vigiância junto ao holofote no alto da colina, em companhia do tenente Siqueira Campos e algumas praças. Na manhã quando, na manhã de seis quando o Capitão Euclides declarou que quem quisesse sair do Forte podia fazê-lo, o depoente resolveu não se entregar. Depois, disse o depoente, estive quase o tempo todo na torre seis, que ficou a seu cargo. [...] Quando o Capitão Euclides comunicou para o Forte, por telefone, que se achava preso e que o Governo exigia que cada um se entregasse saindo isoladamente e desarmado do Forte os oficiais que ainda se encontravam na praça, a saber: o depoente, os Tenentes Siqueira Campos, Nilton Prado e Carpenter, resolveram abandonar o Forte para não sacrificá-lo nem causar mais prejuízos à cidade e ir com o grupo de soldados que os acompanhava por último combate contra as forças do governo longe do Forte, pois estavam no firme propósito de não se entregar. [...] Desceram todos pela praia de Copacabana e afinal se detiveram em frente a uma rua, aí mantiveram um tiroteio com as forças opostas, o qual lhe pareceu ter durado cerca de uma hora e três quartos. O depoente caiu ferido por bala de fuzil, na coxa esquerda e ali mesmo na areia ficou deitado até que o transportaram. [...] **Perguntado por que tomou parte na rebelião contra o governo, respondeu que achava que o governo estava saindo fora da lei com o propósito de intervir em Pernambuco e porque era do desejo do país ver afastada a hipótese da posse do Dr. Arthur Bernardes [...]. [grifo nosso].⁹⁴**

O depoimento de Eduardo Gomes evidencia sua insatisfação com o governo federal. Quando Gomes relata que o “governo estava saindo fora da lei” na intervenção em Pernambuco, não se tratava apenas da oposição às ações do governo sobre este estado, mas também ao tratamento que foi dado aos militares que se opuseram à intervenção. Seu discurso corrobora com a defesa de Hermes da Fonseca sobre a situação, em que ele criticou o governo federal e foi punido por isso. Gomes, ademais, deixa clara sua oposição a Arthur Bernardes.

É importante destacar que as falas “governo estava saindo fora da lei” e “era do desejo do país” carregam a significação dos militares como reguladores da ordem. Como o governo estava saindo da lei, os militares deveriam agir para impedir a continuidade dessa situação. Quanto ao “desejo do país”, uma vez que era essa a vontade da população, os militares deveriam garantir a concretização desse anseio. Esse pensamento corrobora, portanto, com a defesa de que a formação ideológica baseada nos “jovens turcos” foi referência para que Eduardo Gomes agisse em 1922 de modo a defender o Exército e o país.

Os revoltosos de 1922 foram condenados no dia 26 de dezembro de 1923 pelo art. 107 do Código Penal: “Tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios

violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida. Pena: banimento, aos cabeças, e aos corréus a reclusão por cinco a dez anos”.⁹⁵ Eles esperavam ser julgados pelo artigo 111, uma vez que, ao longo de todo processo foi narrado que o movimento ocorreu contra a pessoa do Presidente da República e não por “tentativa de mudar a Constituição política Brasileira”.

Eduardo Gomes foi pronunciado pelo juiz Vaz Pinto, da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, como incurso no artigo 107 do Código penal,⁹⁶ alegando que Gomes foi ativo e eficiente colaborador da Revolta do Forte, “tendo confessado que para essa praça de guerra se dirigiu com o fito exclusivo de auxiliar seus camaradas, havendo com esse intuito assumido o comando da torre seis, na qual fez vários disparos.”⁹⁷ Contudo, Gomes não foi visto como “cabeça” do movimento e sim corréu, uma vez que sua punição foi o cárcere, ao invés do exílio como foi o caso de Siqueira Campos. Eduardo Gomes não esperou ser preso. Dias antes de sair seu decreto de prisão, ele fugiu para Três Lagoas, em Mato Grosso, onde refugiou-se na fazenda Taquaraçu, da família do Marechal Bento Ribeiro. Usou o nome falso de Eugênio Guimarães para não ser descoberto. Outro processo foi impetrado a Eduardo Gomes, tratou-se do crime de deserção.⁹⁸

Em fins de 1923, o capitão do Exército Joaquim Távora, irmão de Juarez Távora, percorreu unidades militares em São Paulo e contactou seus colegas, com vista a articular uma nova revolta. Eduardo Gomes saiu de Mato Grosso em direção a São Paulo, no intuito de participar do movimento que era planejado. Em São Paulo os conspiradores reuniam-se na rua Vauthier, no Canindé, e na Travessa da Fábrica, no centro. Este último local era o ponto de encontro de Eduardo Gomes, Juarez Távora, dois ex-cadetes da Escola Militar – Emídio da Costa Miranda e Diogo Figueiredo Moreira Júnior – e outros conspiradores.

A data marcada para início do movimento foi 28 de maio de 1924, contudo foi adiado por um mês e, posteriormente, novamente postergado. Somente no dia 5 de julho de 1924, Joaquim Távora e Eduardo Gomes deixaram a casa do Canindé e marcharam para Santana, zona norte da capital paulista, onde já se encontravam seus companheiros, para iniciarem a revolta.⁹⁹

A data do novo levante não foi coincidência. Ela homenageou o primeiro conflito de oposição ao governo federal organizado pelos tenentes em 1922. A conspiração do movimento teve como idealizadores Eduardo Gomes, Henrique

Ricardo Hall, Vítor César da Cunha Cruz, Miguel Costa, João Francisco Ferreira de Souza, Joaquim Távora, Arlindo de Oliveira, Nilton Estillac Leal, Thales Marcondes, Osmar Soares Dutra, Paulo Weber Vieira da Rosa, Diogo Moreira de Figueiredo e Emílio Miranda. Foi liderado pelo general Isidoro Dias Lopes.¹⁰⁰

Na intenção de dominar a capital paulista, o plano dos revoltosos comportava duas partes de execução simultânea: tomada dos quartéis da Força Pública, prisão do presidente do Estado e do general Abílio de Noronha – comandante da Região Militar. O plano previa que iniciado o movimento, os tenentes Eduardo Gomes, Luís Cordeiro de Castro Afilhado, Asdrubal Gwyser de Azevedo e Samuel Fernandes, sob liderança de Joaquim Távora e Nilton Estillac Leal, executariam o assalto aos quartéis policiais da Luz (1º, 2º e 4º Batalhões de Infantaria, Corpo-Escola, Cadeia-Pública e Regimento de Cavalaria). A segunda parte do plano seria realizado pelas patrulhas do 4º Regimento de Infantaria. Contudo, os revoltosos esqueceram de destruir as linhas telefônicas, telégrafas e ferroviárias, permitindo, desta forma, a reação governista.

Na noite do dia 5 de julho, o tenente Eduardo Gomes liderou o ataque à Estação da Cantareira e ao 1º Batalhão de Caçadores. Ele assumiu o comando do 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública e de uma seção do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada. Outra atuação do tenente foi atirar na Secretaria da Justiça, com uma arma de canhão 105, no cruzamento da rua João Teodoro com a Avenida Cantareira. Neste local se encontrava Carlos de Campos, presidente do Estado. Isto ocasionou a saída de Carlos de Campos para a estação de Guaiaúna, da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje denominada Carlos de Campos, no bairro paulistano da Penha, onde permaneceu por quase três semanas.¹⁰¹

Na manhã do dia seguinte, parte dos revoltosos atuaram de forma a ocupar o 4º Batalhão de Polícia. Eduardo Gomes atirou na caixa d'água no quartel, deixando seus inimigos sem água.¹⁰² No dia 8 de julho, Gomes novamente assumiu a função de artilheiro. Bombardeou o edifício do Comando Geral, Polícia Central, Palácio do Governo, Secretaria da Agricultura e a zona do mercado – locais dominados pelas forças legalistas.¹⁰³

No dia 13 de julho, Eduardo Gomes atuou como observador aéreo ao lado da piloto Anésia Pinheiro Machado. Eles sobrevoaram os bairros Penha, Ipiranga e Vila Mariana. Seguiram, então, para as cidades de Sorocaba e Santos. O intuito do voo foi observar as tropas legalistas e lançar panfletos pedindo apoio

da população à Revolta.¹⁰⁴

Gomes foi incumbido de outro plano: a bordo de um avião, lançaria cerca de 30 mil panfletos com informações defendendo o movimento, assinados pelo general Isidoro Dias Lopes, sobre os quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro, no intuito de angariar apoio da sociedade carioca à causa revolucionária. Entre outras coisas, na mensagem era proposto o restabelecimento do federalismo; separação da igreja e Estado; possível diminuição de números de unidades da Federação afim de torná-las mais equilibradas; proibição de impostos interestaduais; obrigatoriedade do ensino primário e profissional.¹⁰⁵

Junto aos panfletos, neste mesmo avião, foram carregados explosivos cujo alvo seria o Palácio do Catete. Para o intento, foi preparado o avião da aviadora paulista Tereza de Marzo, um *Curtiss Oriole*. Foram cedidos componentes e peças de outro *Curtiss*, do aviador Edu Chaves. Um combustível suplementar fora instalado para viabilizar o longo voo. No dia 24 de julho¹⁰⁶, Eduardo Gomes atuou como observador aéreo junto ao piloto alemão Carlos Herdler. Depois de uma hora e meia de voo, o avião fez um pouso forçado na Serra do Mar, na região de Cunha (SP), devido a um dano no radiador.¹⁰⁷ Este município estava sob domínio legalista. Ao ver o avião “caindo”, os moradores da cidade correram para o local, inclusive o delegado de polícia. Eduardo Gomes, para escapar da prisão, interpretou ser um oficial do Exército que estava em missão. Para que ninguém se aproximasse do avião, ele alegou que este poderia explodir a qualquer momento, pois carregava carga explosiva direcionada aos revoltosos paulistas. Pediu para que interditassem a área, enquanto os especialistas do Exército não chegassem. Assim foi feito. O delegado isolou a área e providenciou cavalos para Eduardo Gomes e Carlos Herdler. Eles seguiram para Guaratinguetá, onde se esconderam na fazenda do engenheiro Eduardo Jacobina, colega de Eduardo Gomes.¹⁰⁸ De lá, Gomes partiu de trem para o Rio de Janeiro, abrigando-se na casa de seu tio Roberto, irmão de sua mãe.¹⁰⁹

O jornal *O Paiz* noticiou sobre o acidente: “um avião dos sediciosos, levantando voo de São Paulo, seguiu rumo de Taubaté e, perseguido pelos aviões das tropas legais, aterrou em um brejo, a três léguas da cidade de Cunha, onde foi capturado”.¹¹⁰ Em nenhuma das fontes consultadas há o relato de que o avião foi perseguido. Elas apresentam que o avião teve falhas no motor e precisou de um pouso forçado. *O Paiz* foi um jornal apoiador dos governos da

Primeira República e tratou os tenentistas como antipatriotas. Acreditamos, portanto, que o periódico teve como estratégia demonstrar a superioridade das forças legalistas e para isso construiu o discurso de que o avião fora perseguido.

Cosme Degenar Drummond narra que Eduardo Gomes tentou se comunicar com os revoltosos para relatar o episódio da queda da aeronave. Contudo, eles já haviam deixado a cidade, indo ao encontro da Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Eduardo Gomes, então, teria tentado se unir à coluna.¹¹¹

No dia 28 de julho a Força Revolucionária deixou a capital paulista. Paulo Duarte narra que Isidoro Dias Lopes o disse, ao retirar-se, que os ideais que os revoltosos possuíam era de administração do país por pessoas honestas e justas. E continua:

Nosso objetivo fundamental era e é uma revolução no Brasil que elevasse os corações, que sacudisse os nervos, que estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada, ludibriada e escravizada. Para isto era necessário um fato empolgante qual o da ocupação da Capital Paulista. [...] Nossa conduta como conquistadores, deixando de constituir governo estadual e provisório federal, demonstra a evidência que não queríamos S. Paulo como nossa Cápua, nem como objetivo final. Essa, apenas uma etapa, o meio de impressionar a nação, despertando e fazendo vibrar o sentimento de liberdade. Assim abandonaremos, com saudade, S. Paulo cidade...¹¹²

Juracy Magalhães fez parte do Exército e participou do cenário político brasileiro junto de alguns tenentes, no contexto do governo getulista. Ele não atuou nas primeiras revoltas tenentistas. Sua turma foi a primeira que se formou depois do levante do Forte de Copacabana, em 1926, justamente porque a de 1922, que participara da revolta, tinha sido toda expulsa. No entanto, seu livro de memórias é importante para compreender a percepção que os militares possuíam sobre as revoltas que estavam ocorrendo no cenário castrense e político brasileiro. Ele descreve que os revoltosos eram jovens oficiais que lutavam contra a opressão das oligarquias e dos políticos corruptos que governavam na Primeira República, e a favor de melhorias sociais. Para Magalhães, os tenentes eram nacionalistas, defendiam os interesses da população, principalmente os menos favorecidos, que eram considerados, pelos oficiais, como ignorantes e incapazes de se mobilizarem sem o suporte dos militares.¹¹³ Defendia-se a reforma do ensino; do sistema eleitoral, com a

implementação do voto secreto e do voto feminino; a liberdade de imprensa. Ademais, os tenentes buscavam combater o federalismo como sistema de governo, uma vez que compreendiam os governadores estaduais como escolhidos pelos “caciques da política dominante”.¹¹⁴

O general Isidoro Dias Lopes, líder da revolta paulista de 1924, narrou, em carta escrita em 1925, que os objetivos do movimento eram, entre outros,

reforma da Constituição, voto secreto e obrigatório, revogação da lei de imprensa, uniformidade de poder judiciário, fazendo-o, de fato, independente, responsabilidade efetiva dos agentes do Executivo, ministros etc. Ensino preliminar gratuito e obrigatório, regulamentação do art. 6º da Constituição, que é interpretado consoante os caprichos presidenciais, sempre sancionados por um congresso de designados, responsáveis, em consequência de seu servilismo, por todos os mais estupendos atentados aos direitos e as leis[...]¹¹⁵

As análises feitas por Juracy Magalhães sobre os objetivos da Revolta Tenentista de 1924 se assemelham ao que Isidoro Dias Lopes, um ano após a revolta, relatou em carta. Observemos agora os documentos produzidos no início do movimento de 1924. O primeiro manifesto dos rebeldes em São Paulo foi divulgado em 10 de julho, cinco dias após a eclosão do movimento. Através da pessoa do coronel Paulo de Oliveira, do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, os revoltosos divulgaram que o movimento tinha caráter patriótico, com significado social e político. Os rebeldes faziam notar que não aceitavam o governo de Arthur Bernardes, “no que diz peculiarmente respeito a sua pessoa. Não obstante os fatos conhecidos, permanecem de pé as gravíssimas ofensas por ele dirigidas ao Exército”. Contudo, informaram que o movimento não visava unicamente Bernardes, mas todo seu governo, por ser ele a continuidade da política de vícios que vinha dirigindo a república brasileira.¹¹⁶

Os revoltosos se reconheciam como garantidores da honra da Nação e da Constituição que vinha sendo infringida por governantes civis, especialmente Arthur Bernardes, o qual, nunca pôde, segundo o informativo divulgado na imprensa, ser aceito pelo Exército, uma vez que desde sua candidatura a Presidente da República, ofendeu os militares através do episódio das cartas. Posteriormente, como chefe do governo federal, puniu os militares com prisões e transferências, e governou em estado de sítio. Nota-se, ainda na publicação do manifesto dos revoltosos, que não há definição de programa de medidas,

como depois se definiu e ficou conhecido o movimento.

Posteriormente, em 24 de julho, um novo programa dos rebeldes foi divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo*:

Assim, triunfante a revolução, o governo provisório convocará uma constituinte que virá discutir e regulamentar os seguintes princípios, que são o anseio de todo bom brasileiro:

1º: voto secreto e censo alto;

2º justiça gratuita e reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados; [...]

3º A reforma, não dos programas, mas sim dos métodos da instrução pública, a que melhor chamaremos de educação pública; abolindo o atual conceito que tem como meta do nosso ensino primário o aprendizado da leitura e escrita e substituindo-o pela noção de que a escola primária compete, pelo ensino objetivo, a formação de caráter e da mentalidade do jovem brasileiro. [...]

Segundo o sentir dos chefes revolucionários, é no princípio da gratuidade da justiça e na integridade e independência moral dos magistrados que assentam as bases de uma verdadeira democracia. Pois a única igualdade que pode e deve existir é a igualdade perante a Lei e a possibilidade para todos os cidadãos de, provada sua capacidade e sejam quais forem as suas origens, galgarem os postos que ambicionam.¹¹⁷

Esta nota foi publicada em dia próximo da retirada das tropas revoltosas. Nele podemos encontrar as propostas narradas por Isidoro Dias Lopes em carta escrita em 1925, transcrita neste texto. A partir disso, compreende-se que os objetivos da revolta não foram estabelecidos desde o princípio. É percebido nos programas divulgados no jornal *O Estado de S. Paulo* que as propostas foram construídas e mais bem definidas durante o movimento.

Após o fim da revolta, houve julgamento no intuito de punir os participantes do movimento. Nos autos de suas defesas, encontramos:

O intuito da revolta de 22 fora o de impedir a posse de Bernardes, em consequência dos agravos por ele feitos ao Exército Nacional, nas cartas que lhe foram atribuídas, provocando fortíssima exaltação de ânimo. Depois de sua posse o presidente, então reconhecido, manteve a maior parte do país em estado de sítio permanente, serviu-se da força para depor o governo legalmente constituído no Estado do Rio de Janeiro, praticando numerosos atentados antidemocráticos que constituíram os principais germes da revolução de 24. Com esses fundamentos pedimos absolvição, porque o movimento de 5 de julho de 24 foi uma resistência coletiva a atos arbitrários do Executivo Federal, a atoa violadores da Constituição a que devem igualmente obediência e respeito governantes e governados.¹¹⁸

É importante considerar que a declaração de defesa é um ato de evitar a prisão aos corréus e exílio aos cabeças da revolta. Contudo, é possível observar o discurso de crítica a Bernardes devido às suas ações contra o Exército e compreender a percepção dos militares como protetores da Nação, aqueles que resistiram às arbitragens e lutaram para garantir a Constituição.

Eduardo Gomes, durante um Inquérito Policial Militar, corroborou com os autos de defesas dos acusados. Em seu depoimento, narrou que os militares lutaram sacrificando suas vidas e carreiras não para mudar a forma de governo ou a Constituição, mas para defendê-la contra os que estavam deturpando-a.¹¹⁹ Tal como em 1922, Eduardo Gomes defendeu sua participação na revolta com de forma a impedir a continuidade de atitudes autoritárias do governo. No inquérito de 1922, Gomes disse que participou do Movimento devido ao governo estar passando dos limites. Agora tratava-se da deturpação das leis. Como guardiões da ordem, os militares precisaram agir.

Arthur Bernardes puniu e ameaçou de expulsão do Exército os participantes da Revolta Tenentista de 1922.¹²⁰ Havia, portanto, um enorme desgosto em relação a sua pessoa pelos membros da corporação castrense. Eduardo Gomes, segundo relata Drummond, após o Levante do Forte de Copacabana, se dedicou a ouvir os alunos e cadetes excluídos da Escola Militar do Realengo. Seu irmão, advogado, teria os defendido na Justiça, reivindicando o retorno desses jovens à Escola Militar. Seu objetivo não foi alcançado.¹²¹ Eduardo Gomes compartilhava a antipatia do grupo tenentista sobre Bernardes.

Acreditamos, contudo, que o que motivou a participação de Eduardo Gomes, assim como dos outros integrantes do Movimento Tenentista, nas revoltas foi o que Arthur Bernardes representava. Tratou-se da insatisfação do tratamento empreendido ao Exército. Mas não apenas isso. Em comunicados e livros, os tenentistas refletiram sobre a derrubada do governo de Arthur Bernardes. Abordaram temas como: restrições ao liberalismo, sobretudo os excessos do federalismo, principalmente no que se referia às disparidades dos estados; independência da magistratura; justiça gratuita; reforma política, com introdução do voto secreto e do censo alto. Tratou-se, portanto, de um movimento de caráter militar, mas que estava em diálogo com o que era pensado pela sociedade e debatido na imprensa. Os valores e visão de mundo eram compartilhados pelos oficiais e direcionavam para um mesmo caminho: a luta

armada. O movimento inaugurou um projeto político, em que há a defesa da moralização do sistema político.

Após a retirada das tropas revolucionárias de São Paulo, eles seguiram, por via fluvial, até o oeste paranaense. Ocuparam Guairá e Foz do Iguaçu. Permaneceram até março de 1925, esperando outro movimento revolucionário que vinha ao seu encontro: a Coluna Prestes. Quando ocorreu a simbiose entre os revolucionários paulistas e gaúchos, formou-se, então, a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, que percorreu o Brasil pelos dois anos seguintes. Eduardo Gomes, com posse de documento falsos arranjados por seu irmão Stanley, embarcou em um vapor da Costeira na intenção de se juntar ao grupo. Durante a viagem, em Santa Catarina, ele foi reconhecido e preso. Transferido para o Rio de Janeiro, ficou encarcerado na Casa de Detenção e, posteriormente, após um *habeas-corpus*, foi transferido para o Corpo de Bombeiros. Neste período o pai de Eduardo ficou gravemente doente, vindo a falecer, sem poder rever seu filho.

No início de 1925, Eduardo Gomes foi transferido para o presídio da Imigração, em São Paulo. Permaneceu neste cárcere por um ano. Após, foi enviado de volta ao Rio de Janeiro, ficando preso no 1º Regimento de Cavalaria. Neste local encontrava-se Juarez Távora, que havia sido preso em Piauí, durante sua participação na Coluna. Gomes, Távora e Carlos Chevalier então planejaram suas fugas: Jenny Gomes, mãe de Eduardo Gomes, lhe entregou uma serra durante uma visita. O intento fracassou. Além de não conseguirem fugir, Eduardo Gomes, Juarez Távora e Carlos Chevalier responderam processo por tentativa de fuga.

Em maio de 1926, os presos que estavam no 1º Regimento de Cavalaria foram transferidos para a ilha de Trindade. Juracy Magalhães descreve que a ilha de Trindade era uma espécie de “Alcatraz do governo autoritário de Arthur Bernardes”. Situada a cerca de 1250 quilômetros da costa do Espírito Santo, virou presídio político. “Os prisioneiros moravam em barracas de lona ou em bangalôs de madeira, como nos campos de concentração. A comida era escassa e ruim, os medicamentos quase inexistentes, as condições de higiene desumanas.”¹²² Entre os militares revoltosos que ali estiveram presos, encontravam-se: Eduardo Gomes, Juarez Távora, Edmundo Macedo Soares, Castelo Branco, Costa e Silva, Carlos Chevalier, Silo Meireles e Augusto Maynard Gomes.

No período que Eduardo Gomes ficou encarcerado, vários pedidos de *habeas-corpus*, emitidos pelo seu irmão Stanley, foram impetrados em relação a sua pessoa ao Supremo Tribunal Federal. A natureza dos pedidos era diversa. Variava desde sua soltura até a exigência que lhes fossem pagos os vencimentos integrais, sem desconto algum para a sua subsistência na prisão onde se encontravam.¹²³

Arthur Bernardes encerrou seu governo em novembro de 1926. De imediato, logo após a posse de Washington Luís para presidente da República, os prisioneiros da Ilha de Trindade foram transferidos para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro e depois de um tempo, postos em liberdade condicional. Teria havido rumores de que uma conspiração contra Washington Luís estava sendo tramada. O governo, sabendo disso, estava disposto a punir os militares implicados com a Justiça, de modo a garantir que a eclosão de um novo movimento não acontecesse.¹²⁴ Eduardo Gomes, com medo de ser novamente preso, mudou-se, em junho de 1927, para Campos, no Rio de Janeiro e permaneceu por dois anos nesta cidade. Sob a identidade falsa de Edmundo Goulart,¹²⁵ ele trabalhou como engenheiro em uma fazenda, ajudando na construção de um ramal de estrada de ferro na altura do km 64 da linha Campos-Cardoso Moreira.

Gomes trabalhou também na estrada de ferro Vitória-Minas. Neste mesmo ano foi criada a arma de aviação do Exército e, em novembro, ocorreu a transferência por decreto para esta arma de todos os oficiais que eram pilotos-aviadores ou observadores aéreos. Assim sendo, devido a Eduardo Gomes ser observador aéreo, foi transferido da artilharia para a aviação. No entanto, ele não se apresentou às Forças. Permaneceu escondido em Campos.

Eduardo Gomes se entregou às autoridades apenas em 1929, sendo, então, preso. Após uma série de processos e recursos, sua pena foi estabelecida em dois anos de cárcere. Mas ele não chegou a cumpri-la. Em dezembro deste mesmo ano o Supremo Tribunal Militar julgou a apelação de Eduardo Gomes, absolvendo-o de seu crime de deserção.¹²⁶

Em 1930, Juarez Távora que permanecia preso, recebeu a visita de Juracy Magalhães. No encontro, foi-lhe entregue uma carta de Luís Carlos Prestes orientando Távora a fugir da prisão, seguir para Paraíba e ali articular a revolta contra Washington Luís. Iniciava, então, o clima conspiratório que iria eclodir na Revolução de 1930. Para isso, contaria com o suporte dos tenentes

Eduardo Gomes e Lourival Seroa da Mota. Em uma manhã de fevereiro daquele ano, os tenentes fingiram-se de pescadores, foram de barco até a fortaleza de Santa Cruz. Juarez usou os lençóis para fazer uma corda e pulou de sua cela. “Nesse momento, uma sentinela da fortaleza disparou contra o barco onde se encontravam Eduardo Gomes e Seroa. Eles gritaram: Não atirem! Já estamos saindo! Viemos apenas recolher a rede! A rede era Juarez.”¹²⁷

Passados alguns meses deste episódio, Gomes foi para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no intuito de se reunir com os líderes da revolução. Na ocasião, foi apresentado a Vargas e assumiu o compromisso de participar do movimento. Contudo, pediu anistia aos participantes das revoltas de 1922 e 1924. Com a promessa de que sua reivindicação seria atendida, ele retornou ao Rio de Janeiro, onde contribuiu na conspiração do levante armado.¹²⁸

Na eclosão da rebelião, Eduardo Gomes estava em Barbacena, interior de Minas Gerais. Ele, junto a Ari Parreiras, Olímpio Falconiere da Cunha, Tasso Tinoco e outros oficiais, tinham sido designados para lutar contra as forças oficiais em Juiz de Fora. Contudo, as condições em Minas Gerais favoreciam o governo federal, que mantinha o Exército fiel. Sendo assim, eles podiam contar com apenas 70 praças a comando do capitão Fulgêncio. Para solucionar tal problema, Eduardo Gomes, no dia 4 de outubro, dia seguinte do início da revolta, deu ordens para Tasso Tinoco aliciar setecentos operários de Conselheiro Lafaiete, que não tinham aderido ao movimento. O objetivo foi alcançado facilmente, com a participação de apenas dez voluntários civis armados. Após dominarem as forças opositoras do 12º RI de Belo Horizonte, um batalhão com cerca de 350 homens, comandado por Nelson de Melo, chegou à Barbacena no dia 10 de outubro para lutar ao lado de Eduardo Gomes.

É importante novamente compreender que a atuação de Eduardo Gomes durante a Revolução de 1930 foi característica de membro do Exército. Tal afirmação é possível após a leitura atenta a arquivos pessoais dos líderes do movimento. Não há a participação de Eduardo Gomes em nenhuma das estratégias, negociações ou planos políticos. O personagem foi, portanto, relevante na atuação militar, mas não foi um personagem de liderança política nos entendimentos com vistas a derrubar o sistema de regime da época.

Fabrcia Carla Viviani¹²⁹ propõe pensar o tenentismo a partir de três recortes temporais. A primeira fase corresponde ao surgimento do ator, que ela considera ter iniciado com o Levante de Copacabana e perdurado até a Revolta

Paulista de 1924. A segunda fase refere-se a “abertura efetiva do processo de construção da consciência coletiva”¹³⁰, que ocorreu entre 1924 e 1930, período que abarca a Coluna Miguel Costa- Luís Carlos Prestes. Por fim, o tenentismo teria vivido sua terceira fase entre os anos 1930 e 1932: concretização de sua construção de identidade coletiva. Corroboramos com a defesa de Viviani.

Acreditamos que Eduardo Gomes atuou no Levante do Forte de Copacabana por discordar da posse de Arthur Bernardes, por estar descontente com a desvalorização dos militares e por discordar da prisão de Hermes da Fonseca. Contudo, destacamos que havia um clima de insatisfação com a situação política brasileira. As fraudes e as corrupções eram discutidas na imprensa e os militares dialogavam com essas ideias. Os políticos passariam, então, a serem vistos como corrompidos e incapazes de executar os compromissos assumidos nos pleitos eleitorais. A primeira revolta tenentista ocorreu como uma reação. Não havia um planejamento estratégico acerca do que fazer tanto militarmente, quanto politicamente.

Defendemos, ademais, que o levante ocorrido em 1924 inaugurou uma plataforma de reivindicações sociais e maiores transformações políticas pelos revoltosos. Houve, portanto, amadurecimento das propostas e uma maior clareza quanto às intenções do movimento. Eduardo Gomes tentou se unir aos revoltosos paulistas quando, sob a liderança de Miguel Costa, o grupo seguiu para o Paraná. Foi preso. Gomes passou grande parte da segunda fase do tenentismo encarcerado. Porém, quando solto em 1926, ainda ocorria a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Ele não se juntou ao grupo. Permaneceu refugiado. Acreditamos que Eduardo Gomes escolheu não participar da Coluna por não acreditar na vitória do movimento naquele momento. Àquela altura os revolucionários haviam chegado em Mato Grosso e pensavam no exílio. A terceira fase do tenentismo contou com a participação de lideranças militares da época. Gomes não se ausentou deste compromisso. Esteve ao lado na luta pela concretização dos anseios principados em 1922.

1.3. Instabilidade política e revoltas: Eduardo Gomes entre 1930 e 1944

Após tomar posse como chefe do governo provisório, Getúlio Vargas teve a estratégia de dar cargos políticos aos tenentes e importantes personagens que contribuíram para a sua chegada ao governo federal, com vistas a ter o apoio deles para sua permanência na Presidência da República. Juarez Távora, por

exemplo foi convidado a compor o Ministério de Viação e Obras Públicas, função que permaneceu por um mês, até sua investidura como Interventor Militar do Norte e Nordeste, sendo responsável pela controladoria de todos os interventores do Nordeste Brasileiro, atuação que lhe valeu a alcunha de “Vice-Rei do Norte”.

Tal qual Juarez Távora, Eduardo Gomes também foi pensado para assumir um cargo político. Foi pretendido que Gomes se tornasse o Interventor do estado do Paraná, em substituição ao General Tourinho. João Alberto foi designado por Vargas para coletar informações a respeito de Tourinho e de sua atuação e aclamação pelos elementos revolucionários. Após um período que passou no Paraná, João Alberto transmitiu a Vargas suas impressões. Ele escreveu que o General Tourinho possuía poucas relações com os militares participantes da Revolução, porém não havia razão para destituir o general de seu cargo, uma vez que estava cumprindo uma administração honesta.¹³¹ Ressaltou, contudo, que se o interventor desejasse renunciar ao seu cargo, convinha ao governo federal aceitar e “nomear para substituí-lo alguém de real prestígio com os elementos revolucionários e com a situação no Paraná. Só vejo um homem com estas condições: o Major Eduardo Gomes”¹³². General Tourinho não pediu demissão de seu cargo e Eduardo Gomes não assumiu tal investidura.

Além da estratégia em trazer os tenentes para acoplarem seu governo, Vargas conquistou-os para mais próximo de seu mandato através do Decreto nº 19.395, assinado em 8 de novembro de 1930, um mês após sua posse como chefe do governo federal. A lei anistiou os militares que tiveram seus direitos cassados por terem se envolvido em revoltas durante a Primeira República. Sendo assim, Eduardo Gomes voltou ao Exército, sendo readmitido em 15 de novembro. Tomou posse como capitão, com data retroativa a 13 de janeiro de 1925. Apenas cinco dias depois, foi promovido a Major, a contar de 9 de fevereiro de 1928. Essas promoções, com direito retroativo de salário, visaram reparar o atraso na carreira que os militares tiveram devido ao envolvimento no Movimento Tenentista. Gomes foi integrado ao quadro de aviadores militares, nomeado para servir no gabinete do general José Fernandes Leite de Castro, Ministro da Guerra.

Em 1931, foi criado o Grupo Misto de Aviação, no Campo dos Afonsos. Eles receberam aviões de caça e bombardeios, com objetivo de atuar no serviço aerpostal. Eduardo Gomes foi designado comandante desta unidade. Junto

dele participaram, entre outros, os tenentes Casemiro Montenegro Filho, Nelson Freire Levenère-Wanderley, Henrique Dyott Fontenelle, José Vicente Faria Lima, Joelmir Campos de Araripe Macedo, Clóvis Monteiro Travassos e Antônio Lemos Cunha.

Eduardo Gomes cursou aulas práticas de pilotagem com Casemiro Montenegro¹³³ e, então, no dia 18 de junho de 1931, passou para a condição de aviador militar categoria “A”. Em outubro, o Grupo Misto de Aviação transformou-se no 1º Regimento de Aviação. Neste mesmo ano, Eduardo Gomes iniciou sua participação em algo que seria de extrema importância para sua carreira profissional: o Correio Aéreo Militar. Foi um dos criadores e diretores da instituição, cuja finalidade era a integração entre as diversas regiões do país, a promoção da ação governamental em comunidades de difícil acesso e o desenvolvimento da aviação. Assis Chateaubriand, em 1941 – quando da ocasião em que Eduardo Gomes foi promovido a Brigadeiro –, dez anos após a criação do Correio Aéreo, elogiou o trabalho deste personagem na instituição. Chateaubriand elencou que o Correio Aéreo uniu o Brasil:

ele foi à selva, dirigiu-se aos distritos mais remotos e abandonados do litoral e do Interior desta superfície geográfica; foi aos pontos menos acessíveis à planta humana, ou mais raramente visitados pelo barco a vela ou o vaporzinho da navegação fluvial e de cabotagem (...). [Eduardo Gomes] é um homem da selva, é uma espécie de bicho do mato, que é preciso apresentá-lo ao homem da cidade. Criador ele é de uma obra imensa [...]. No dia em que o Brasil se identificar com o trabalho de patriotismo de Eduardo Gomes, trabalho sem paralelo, aqui, por parte de nenhum outro homem da sua iteração, um movimento de sensibilidade coletivas e erguer a par a aclamar o sereno capitão, de indomável energia e de terrível e doce vontade [...]. Olhem para a o céu do Brasil, e verão, ao lado da constelação da Grande Ursa, brilhando o Grande Urso, que é Eduardo, modesto, simples, solitário, realizando, para agremiar os membros dispersos, as poças desarticuladas da Pátria comum, um prodigioso cometimento de integração, o qual reveste a grandeza do apostolado.¹³⁴

Nota-se neste artigo o prestígio que Gomes tinha pela atuação no Correio Aéreo. Seu trabalho nesta instituição teve importante condecoração em 1972, quando foi nomeado patrono do Correio Aéreo Nacional.¹³⁵ Eduardo Gomes teve seu reconhecimento garantido ao longo de sua carreira profissional. Ele já se destacava, portanto, na Aeronáutica quando eclodiu a Revolta de 1932.

Sob a justificativa do anseio por uma Constituinte¹³⁶, o estado de São

Paulo pegou em armas contra o governo federal e, em 9 de julho de 1932, eclodiu a “Revolta Constitucionalista”,¹³⁷ comandada pelos generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes – personagem que foi líder no levante de 1924 e que havia sido afastado por Vargas da 2ª Região Militar. Contou com a participação de vários políticos importantes de outros estados, entre eles Arthur Bernardes, Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Batista Luzardo. A revolta dispôs ainda de ampla aprovação dos mais diversos setores da população. Em apoio às forças federais, os governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul¹³⁸ e quase a totalidade dos outros estados, voltaram-se contra São Paulo. Ocorreu, dessa forma, o isolamento da oligarquia paulista. O ataque governista se deu através do bloqueio das fronteiras do estado.

Eduardo Gomes participou do conflito ao lado das forças governistas. O personagem foi um tenentista tradicional. Havia entre esse grupo um sentimento de representatividade de Vargas em relação a seus interesses. A defesa de seu governo era vista como maneira de garantir a consolidação das conquistas alcançadas através das lutas travadas na década de 1920 e garantidas com a Revolução de 1930. Gomes teve destaque ao atuar como piloto. Ele comandou um destacamento do Exército na cidade de Resende (RJ), quase na divisa com o estado sublevado.¹³⁹ Cosme Drummond narra que Eduardo Gomes deu ordens para que os pilotos fossem impiedosos com as tropas paulistas, tal como estas estavam sendo em relação às forças legais.¹⁴⁰

Romeu Gomes de Oliveira, empresário e combatente da Revolta Constitucionalista de 1932, em entrevista exibida no documentário *Pro Brazilia Fiant Eximia*, relata o medo que se tinha de Eduardo Gomes e seus companheiros da aviação: “Qualquer coisa é só abaixar a cabeça para a bala passar por cima ou então correr quando fala salve-se quem puder [...], que o vermelhinho¹⁴¹ Eduardo Gomes atirava bomba. Bombardeava todo dia. Dizia: Paulista, bom dia, paulista, hoje é seu dia”.¹⁴² Drummond também destaca o viés inexorável de Gomes, que recomendava aos seus pilotos que fossem impiedosos com os adversários paulistas.

Góis Monteiro, em novembro de 1932, em boletim da unidade que comandava, tratou do comportamento de Eduardo Gomes frente ao grupo de aviação de Resende, destacando que fora competente, calmo, técnico e dedicado no combate às forças constitucionalistas. Na mesma ocasião, o Ministro da Guerra, General Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso também

elogiou Gomes “pela maneira criteriosa e patriótica com que se dedicou à causa Nacional”.¹⁴³

Para realizar a análise da atuação de Eduardo Gomes nesse contexto recorreremos a livros de memórias, arquivos pessoais de ex-combatentes e artigos de imprensa. O que nos fica em evidência é a atuação relevante de um militar em combate pelas forças federais. Fazia o que lhe era ordenado de forma notável. Tratou-se de uma conjuntura em que Eduardo Gomes se posicionou de forma a defender o governo varguista e os ideais da Revolução de 1930, sendo contrário à tentativa de recuperar o poder dos oligarcas dissidentes da Revolta de 1932. A Aviação foi uma força fundamental para garantir a vitória do Governo Provisório e é por isso que seu nome é lembrado nesta revolta: pela sua atuação como piloto do governo federal.

Após a resolução do conflito, Eduardo Gomes retornou ao seu trabalho no comando do 1º Regimento de Aviação, afastando-se apenas para realizar, em abril de 1933, o Curso de Estado-Maior do Exército. Em junho deste ano foi promovido a tenente-coronel. No final de 1933, retornou ao comando do 1º Regimento de Aviação e, concomitantemente, atuou como chefe da Seção de Rotas e Bases Aéreas da Diretoria de Aeronáutica.

Além dos interesses políticos de grupo oligarcas que desejavam recuperar o poder político perdido com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas precisou lidar com a ambiência de movimentos políticos que afetaram seu regime: o comunismo e o fascismo. Eduardo Gomes, como bom militar que vinha sendo durante o governo Vargas, atuou de modo a conter as revoltas deflagradas e estabilizar o regime republicano.

A primeira revolta teve viés comunista. Foi deflagrada em 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Participaram sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia seguinte, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, localizado na Vila Militar de Socorro, cerca de 18km de distância da capital pernambucana. No dia 27, o movimento rebentou no Distrito Federal, com participação do 3º Regimento de Infantaria – na Praia Vermelha –, e da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos.¹⁴⁴

O levante na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos foi liderado pelos capitães Sócrates Gonçalves da Silva e Agilberto Vieira de Azevedo, e contou com 30 homens. Eles tomaram o comando da Escola e seguiram para o 1º Regimento de Aviação.

Eduardo Gomes havia assumido o comando desta região em maio de 1935. Quando do início do levante, Gomes, através da sacada da sala do prédio de comando, respondeu aos disparos dos revoltosos. Nesta ocasião foi ferido por um tiro em sua mão direita. Os rebeldes isolaram Gomes no pavilhão de comando. Contudo, ele conseguiu comunicar-se com o Ministério de Guerra e outras autoridades militares que organizaram o contra-ataque. Durante horas, a artilharia da Vila Militar bombardeou a Escola de Aviação e o 1º Regimento de Aviação. Chegaram reforços governistas e, assim, conseguiram deter a revolta. O saldo de mortes em combate foi de seis soldados e três oficiais.¹⁴⁵

Eduardo Gomes, tal como na Revolta Constitucionalista de 1932, atuou como era designado pela sua carreira no Exército, novamente pela defesa das Forças Federais. O general José Antônio Coelho Neto, diretor da Aviação do Exército fez, em 9 de novembro de 1935, referência às ações de Eduardo Gomes durante o ataque ao 1º Regimento de Aviação. Ele narrou:

O seu heroico comandante, tenente-coronel Eduardo Gomes, ferido logo ao início da áspera luta, mas consciente do seu valor e sereno na sua bravura, soube desassombradamente e sem esmorecimento (...) dar-nos o exemplo máximo de grandeza moral e patriótica e de excepcionais qualidades de soldado. Tornou-se, assim, o tenente-coronel Eduardo Gomes, mais uma vez, credor de minha profunda admiração e de meu reconhecimento. Louvo-o com orgulho pela sua ação serena, enérgica e decisiva, pela sua bravura indômita, pelo alto valor de seus excepcionais predicados de caráter e pelos seus sentimentos de patriotismo e de grande amor pelo Brasil, que ele acaba de servir com tanta honra, abnegação e lealdade militar.¹⁴⁶

O boletim elogioso deve ser entendido como parte das saudações militares que eram rotineiras pela classe. Contudo, contribui para compreender o prestígio que Eduardo Gomes detinha entre os meios da caserna. Tal como José Antônio Coelho Neto, Deoclécio Lima da Siqueira, companheiro de aviação de Eduardo Gomes relatou:

Em nossa Escola soubemos da resistência heroica de Eduardo Gomes no seu Comando. Cercado por forças superiores, ferido nas dependências do seu próprio comando, teimara em lutar. E com esta teimosia não permitiu que o movimento se alastresse, nem as trágicas consequências se avolumassem. [...] nada é mais comovedor do que um homem aferrado ao seu dever, porque são eles os que tem construído o porvir dos outros homens.¹⁴⁷

As fontes sobre a atuação de Eduardo Gomes no movimento são escassas. Contudo, nos é possível afirmar que ele deu continuidade a seu comportamento de militar exemplar e seguiu as ordens que lhe foram dadas. Gomes, contudo, foi além do que lhe foi solicitado, lutou com afinco para deter os insurgentes, chegando, inclusive a se ferir no tiroteio. Notemos, assim, seu posicionamento contrário ao comunismo, primeiro porque não se aliou aos revoltosos e, segundo, porque atuou de forma efetiva para impedir o sucesso do movimento. Eduardo Gomes demonstrou também que era leal a Vargas. Acreditava, portanto, no projeto varguista. Isso mudou após o golpe do Estado Novo. Tal empenho em defender o governo não foi observado quando se tratou da revolta de outra doutrina política que ganhou espaço no Brasil nos anos 30 – o integralismo.

1.4. Eduardo Gomes e o Levante de 1938

Em julho de 1936, Eduardo Gomes se ausentou do Brasil. Ele ainda não havia recuperado perfeitamente o movimento da mão direita, que fora baleada em conflito durante a Revolta Comunista de 1935. Os médicos do Exército orientaram, então, que ele fizesse tratamento na Alemanha.¹⁴⁸ Quando retornou, continuou suas atividades no 1º Regimento de Aviação até a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Cosme Degenar Drummond relata que Eduardo Gomes quando chegou ao Regimento de Aviação no dia que deu início ao Estado Novo, deparou-se com a informação de que os aviões do Regimento estavam proibidos de decolar. O governo ainda havia ordenado o cercamento do Regimento de Aviação e da Escola de Aviação. Gomes, então, entrou em contato com seus colegas e estes, assim como ele, encontravam-se sitiados. No terceiro dia de isolamento, Gomes exonerou-se do cargo de comandante do 1º Regimento de Aviação. Drummond narra que, dois dias depois que Eduardo Gomes deixou seu cargo, ele foi procurado por políticos de oposição ao regime ditatorial de Vargas que desejavam reagir ao golpe do Estado Novo. Contudo, segundo o biógrafo de Gomes, ele teria se recusado a participar por entender que seria substituir uma ditadura por outra. A fala defensiva do biógrafo de Eduardo Gomes não silencia uma informação importante: Eduardo Gomes tinha conhecimento do movimento

de oposição ao Estado Novo, cujo objetivo era a deposição do presidente.

Notemos, portanto, que há informações de uma conspiração sendo planejada desde 1937. Eduardo Gomes tinha conhecimento dela. No ano seguinte, uma revolta foi planejada, liderada pela Ação Integralista Brasileira e contou com apoio de oposicionistas liberais, como Otávio Mangabeira, que se aproximou do movimento visando à destituição de Getúlio Vargas do governo federal. Plínio Salgado articulou com divergentes ao Estado Novo, os quais não eram todos eles integralistas.¹⁴⁹ Dessa forma, conforme analisa Marly Vianna, “não há indícios de que os oficiais que dirigiram o movimento de maio de 1938 tivessem qualquer simpatia ou ligação ideológica com o integralismo”.¹⁵⁰

A primeira investida para eclosão da revolta ocorreu no dia 11 de março de 1938. Um grupo de conspiradores, desconhecendo a ordem de suspender o levante naquele dia, se posicionou para o ataque. A polícia conseguiu facilmente dominar a situação e, antes mesmo de iniciar o movimento, foram presos militares e civis participantes do intuito. Entre eles estavam Euclides Figueiredo e Otávio Mangabeira. Plínio Salgado refugiou-se em São Paulo, onde se encontravam outros líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB). Um novo levante foi organizado para o dia 11 de maio. Tratou-se de um movimento político, de caráter integralista-militar, porque contou com a adesão de militares do Exército e da Marinha, que estavam descontentes com o Estado Novo, aliados a políticos civis. O intuito era depor o presidente, prender as altas autoridades do país e estabelecer uma junta governativa.¹⁵¹

Segundo declarações de Rui Presser Belo¹⁵², em encontro com Belmiro Valverde, este o informou que iria rebentar uma revolução no Distrito Federal e contaria com a adesão de todo o país. Era um movimento de caráter militar, com apoio da Marinha e do Exército. A liderança era composta por personagens de altas patentes do Exército, entre os quais estavam os generais Castro Júnior, Pantaleão Pessoa e o Coronel Eduardo Gomes.

Em documento apreendido, denominado “plano de operações”, datado de 6 de maio de 1938, havia a informação de que Newton Estillac Leal recusou dois convites de Castro Júnior para um entendimento pessoal. No entanto, eles acreditavam que diante da adesão de Eduardo Gomes, Leal poderia se pronunciar a favor do motim. E, pensando nas adesões das forças do Exército ao levante integralista, há a menção de que para angariar o apoio dos oficiais da Aviação Militar, bastava dizer que Eduardo Gomes “topou a parada. Isto é

absolutamente para o seu governo”¹⁵³

Presser Belo narra que duvidou da adesão de Eduardo Gomes ao movimento e questionou a Valverde acerca da veracidade do apoio. Este então o respondeu de “modo ambíguo, retirando-se a seguir sem que tivesse outro contato sobre tal assunto com o mesmo doutor”.¹⁵⁴ Em 9 de maio, véspera da eclosão do levante, Belo se encontrou com Belmiro, que o informou que o levante se iniciaria na noite do dia seguinte e que o movimento estava:

perfeitamente articulado contando com o apoio das classes armadas e a cooperação da milícia integralista; que foi informado mais estar designada uma junta governativa para assumir a direção do país, sendo os militares que se achavam a frente do movimento os acima referidos e mais que a Aviação Militar entraria em atividades sob o comando do Coronel Eduardo Gomes¹⁵⁵.

Presser Belo foi ao Campo dos Afonsos na intenção de averiguar se a aviação, de fato, participaria do movimento. Ao conversar com alguns oficiais, teve a impressão de que não poderiam contar com a adesão da Força Aérea. Ele dirigiu-se ao general Castro Júnior, no dia 10 de maio, que confirmou que o levante estava organizado para aquela noite. Foi, então, à casa do coronel Eduardo Gomes para confirmar se este daria o seu apoio ao movimento, que o respondeu que não era verdade e que nada sabia sobre o movimento. Presser Belo informou ao doutor Belmiro Valverde e ao general Castro Junior a não adesão de Eduardo Gomes, tampouco da Aviação Militar. O general Castro Junior dirigiu-se ao coronel Eduardo Gomes que confirmou o que havia dito a Presser Belo e salientou que “a sua ação era pequena junto à Aviação, não podendo lhe dar apoio, por isto, ao movimento”¹⁵⁶.

Eduardo Gomes prestou esclarecimentos ao General Diretor Isaura Regueira, no dia 14 de maio de 1938, acerca das afirmações prestadas por Rui Presser Belo. Declarou que, quando procurado por Belo, disse que “só não estava ao par do referido movimento, como também que não lhe daria apoio”. Enfatizou sua “atitude invariável” acerca do integralismo; que não podia “admitir que se lhe emprestasse um prestígio tão exagerado entre os seus colegas de arma, a ponto de se querer concluir que a conduta deles viesse a ser mera função das atitudes do signatário” e que acreditava que o movimento não teria andamento “em vista da falta do concurso da Aviação”.¹⁵⁷

Em depoimento do general João Candido Pereira de Castro Junior, este

confirmou a visita, junto do capitão Presser Belo, à residência do coronel Eduardo Gomes. Segundo o relato, Presser Belo desejava ajuda de Eduardo Gomes para distribuir boletins. Eduardo Gomes teria se posicionado contrário ao movimento e se negou a participar, dizendo ser inútil a distribuição dos folhetins. Falou também sobre um encontro prévio que tivera com Eduardo Gomes e Ary Parreiras, na casa de Stanley Gomes, irmão de Eduardo Gomes. Castro Junior esclareceu:

Perguntado se esteve na residência do doutor Stanley Gomes [...] e quais as pessoas com quem se encontrou, respondeu que sim, aí se encontrando com o Coronel Eduardo Gomes, irmão daquele senhor, e o comandante Ary Parreiras, tratando-se naturalmente da propalada revolução integralista, coisa que nenhum dos dois é, sendo ambos contrários a esse movimento, pois como é sabido, o coronel Eduardo Gomes não só não aceita a ideologia integralista como é até infenso aos próprios integralistas, a quem tratou com agressividade quando comandou o Primeiro Regimento de Aviação, parecendo que o comandante Ari Parreiras também tem a mesma idiosincrasia, tanto pela ideologia como por esses adeptos.¹⁵⁸

Eduardo Gomes fez uma declaração sobre o assunto no dia 2 de junho de 1938, que consta nos autos do processo 606:

Quanto à declaração feita pelo Sr. General Castro Junior de que estivera em casa do signatário, tem a dizer que desse encontro com o referido general não pode perceber que o mesmo alimentasse qualquer propósito subversivo, nem se recorda que lhe houvesse solicitado qualquer providencia afim de serem lançados sobre a cidade boletins relativos ao movimento ocorrido na madrugada de 11.¹⁵⁹

Eduardo Gomes, além da declaração, prestou esclarecimentos no dia 11 de julho de 1938, junto ao delegado Francisco de Paula Pinto, na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, no Distrito Federal. Gomes relatou sua versão dos fatos. Disse que nunca prometeu adesão a revolta “e jamais esta adesão lhe fora solicitada”. Negou ter conhecimento de que a revolta aconteceria. Foi questionado, então, sobre um encontro que tivera na residência de seu irmão Stanley Gomes com o General Castro Junior e Ary Parreiras. Disse que tratou de um jantar de cortesia para parabenizá-lo pela promoção a coronel que havia ocorrido no dia cinco de maio daquele ano. Concluiu, então: “embora houvessem conversado sobre assuntos gerais, pode afirmar com absoluta

segurança que nada foi dito em relação a ‘propalada revolução integralista’, pois que da mesma não tinham a menor notícia ou conhecimento”.¹⁶⁰

Ary Parreiras também esclareceu sobre o jantar na casa de Stanley Gomes, na presença de Eduardo Gomes e General Castro Junior. Em depoimento concedido ao Delegado Dr. Alberto Tornaghi, no dia 18 de julho de 1938, no Distrito Federal, salientou que fora a casa de Stanley no intuito de cumprimentar Eduardo Gomes pela promoção a coronel. Que acreditava que Castro Junior estava lá com o mesmo intuito e que conversaram sobre assuntos gerais. Disse que “pode afirmar com segurança que foi assunto de que não se tratou qualquer movimento subversivo”.¹⁶¹ Stanley Gomes também prestou depoimento e negou que tivesse acontecido naquele encontro em sua casa qualquer conversa acerca do movimento revolucionário que iria eclodir.¹⁶²

Segundo consta nos autos do processo, era comum que personalidades importantes das Forças Armadas fossem apontadas como chefes do levante integralista. Tratava-se de estratégia dos revoltosos, visando a tornar mais fácil a adesão de elementos menos decididos, que acabavam por participar do movimento por acreditarem que seus superiores hierárquicos lideravam o levante. O coronel Euclides Figueiredo narra perante o Tribunal de Segurança Nacional que ele havia sido referido como um dos organizadores da revolta. Além dele, foram citados: General Barcelos, General Klinger, General Taborda, General Guedes da Fontoura, Coronel Eduardo Gomes, Estillac Leal, entre outros. Figueiredo defende que, assim como ele, nenhum desses indivíduos tinha conhecimento de que seus nomes estavam vinculados a planos subversivos e, que, inclusive, alguns desses militares foram promovidos após o episódio de 11 de maio.¹⁶³ O juiz do caso inocentou Figueiredo da acusação de ser integralista e de ter participado do levante.

As ações de Eduardo Gomes nas circunstâncias que antecederam ao movimento de maio de 1938, em relação ao Integralismo eram de desabono. Após o desfile realizado pelos camisas-verdes em 1º de novembro de 1937, ele ordenou a prisão, por 30 dias, de um sargento e de um cabo que dela haviam participado. Em outra ocasião, em uma festividade em homenagem ao Dia do Aviador no Campo dos Afonsos, expulsou milicianos integralistas uniformizados. Ademais, proibiu que exemplares de *A Ofensiva*¹⁶⁴, que eram distribuídos por um militar, fossem transportados em caminhão do Exército.

Não há documentos que demonstrem proximidade entre Eduardo Gomes

e os integralistas. Há, inclusive o oposto: ações de repúdio à AIB. Porém, ao adotarmos as análises de Marly Vianna sobre o Levante de Maio de 1938 ser um movimento de caráter militar que se opunha à ditadura varguista, e não integralista, apesar de sua aproximação com a AIB, podemos imaginar uma possível conciliação de Eduardo Gomes com o movimento. A partir da análise dos relatos dos depoentes fica evidenciado que Eduardo Gomes não cooperou com o levante, mas não é irrelevante o fato de ele não ter atuado para impedir sua eclosão.

Ele justificou em seu depoimento no inquérito que sua não intervenção no levante em prol da legalidade ocorreu primeiro por desconhecimento da revolta e, posteriormente, quando procurado na data que antecedeu o levante, acreditou que o movimento não se concretizaria. Seu primeiro argumento é questionável quando Drummond faz alusão a uma visita que Eduardo Gomes recebeu em sua casa na cidade de Petrópolis, poucos dias após a instauração do Estado Novo, que tinha como propósito o convidar para participar de movimento opositor a ditadura varguista.¹⁶⁵ Seu biógrafo não explicita quais foram os personagens que o procuraram. Contudo, fica evidente que Gomes tinha conhecimento do clima de conspiração e oposição ao governo federal. Não intervir é também uma escolha no âmbito político, sobretudo quando se leva em conta a sua ação efetiva em prol do regime varguista nos episódios de 1932 e 1935, acima narrados. Eduardo Gomes, ao não lutar contra o levante integralista, se posicionou a favor da possibilidade de derrubada do Estado Novo. Quando soube que seria realizado um motim, não informou seus superiores, não trabalhou na noite do evento. Não quis seu nome vinculado ao levante, porém não fez absolutamente nada para impedi-lo.

Uma discussão que tende a enriquecer a problemática da ação de Eduardo Gomes nesse evento é pensá-la como neutra. Tal palavra deriva do latim “ne-uter”, que significa “nenhum dos dois”, carregando, desta forma o significado de não atribuir nenhum dos valores de uma contraposição.¹⁶⁶ Contudo, como analisa Olga Guerizoli Kempinska, com base nos estudos realizados por Schweitzer e Steiger,¹⁶⁷ na política, quando se trata de estado neutro, não significa falta de atribuição de um dos valores. Trata-se do “problema da necessidade da escolha entre dois campos em tensão”. Fundamentando-se nesta análise, Eduardo Gomes teria percebido dois campos em disputa: governo federal e sua legalidade de um lado e os militares e ação contra um governo

autoritário de outro. Quando decidiu não atuar de forma a prevenir a ocorrência do motim, favoreceu a possibilidade de golpe ao Estado Novo e a derrubada do chefe de governo. Sua “neutralidade” não deve ser entendida como isenta de escolha.

Gomes não foi punido nem relacionado à insurreição, permaneceu em seu posto de militar. Em junho de 1938 foi criado o Serviço de Rotas e Bases Aéreas, subordinado à Diretoria de Aeronáutica do Exército. O Correio Aéreo ficou submetido ao novo órgão criado. Em outubro de 1938, Eduardo Gomes assumiu a chefia do Serviço de Rotas e Bases Aéreas, aceitando, portanto, novamente um posto de relevo. Ele permaneceu no cargo até novembro de 1941, quando ocorreu a desarticulação deste setor, que deu lugar à Diretoria de Rotas Aéreas.

1.5. Segunda Guerra Mundial: Eduardo Gomes e o Exército Norte-Americano

Em 1º de setembro de 1939 teve início a Segunda Guerra Mundial, após o exército da Alemanha invadir a Polônia. O governo brasileiro manteve-se afastado da batalha enquanto lhe conveio. No entanto, se preparou para a participação na guerra, quando esta se fizesse necessária. Em 20 de janeiro de 1941, o governo brasileiro criou as Forças Aéreas Nacionais e o Ministério da Aeronáutica, o qual, quatro meses depois, teria seu nome modificado para Força Aérea Brasileira (FAB). A Aeronáutica brasileira contou com o auxílio norte-americano para desenvolver a Rede de Rádio da Aeronáutica e um dos responsáveis pela execução do projeto foi Eduardo Gomes.¹⁶⁸ Gomes teve ainda outro grande destaque na Força Aérea Brasileira: foi eleito presidente do Clube Aeronáutico. Tal associação foi fundada em outubro de 1941 com a finalidade de “congregar todos os oficiais da FAB no sentido de estabelecer entre todos uma mais íntima camaradagem e de trabalhar pelo progresso da aviação militar no Brasil”.¹⁶⁹ Teve a importância do Clube Militar para o Exército e do Naval para a Marinha.

Em novembro de 1941, Eduardo Gomes foi promovido a Brigadeiro-do-ar e nomeado comandante da I e II zonas aéreas¹⁷⁰, com sedes localizadas em Belém e em Recife, respectivamente. Contudo, permaneceu poucos meses como comandante da I Zona Aérea, em Belém. Em janeiro de 1942, Gomes deixou o cargo para atuar como chefe da Diretoria de Rotas Aéreas,

concomitante com sua posição de Comandante da II Zona Aérea. Em abril daquele ano, Eduardo Gomes foi condecorado, em Washington, com a medalha do “Air Copa” dos Estados Unidos - *Command Pilot "Air Corps"* -, conforme relata a notícia:

O ministro da Aeronáutica recebeu do seu colega das Relações Exteriores a seguinte comunicação: “Segundo informações que recebi há pouco do embaixador Caffery, o general Arnold, chefe da Aviação Militar Norte-Americana, condecorou em Washington o nosso Brigadeiro do ar Eduardo Gomes com a mais alta insígnia do “Air Copa” dos Estados Unidos. Devo dizer-lhes, segundo informações do embaixador norte-americano, que muito poucos são os generais dos Estados Unidos que possuem aquela condecoração.”¹⁷¹

Em 15 de agosto de 1942 o Baependi, embarcação mercante brasileira, foi torpedeada por um submarino alemão U-507 na costa do estado de Sergipe. Das 306 pessoas a bordo, 270 morreram, sendo 215 passageiros e 55 tripulantes.¹⁷² Nos dias que sucederam ao ataque, outros navios foram atacados em território brasileiro, totalizando mais de 600 mortes.¹⁷³ Diante desse quadro, a população foi às ruas manifestar repúdio à cometida e pedir a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. Em 22 de agosto, Vargas declarou estado de beligerância contra o Eixo e dias depois, em 31 de agosto, assinou decreto firmando a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Paulo Pinheiro Chagas¹⁷⁴, antes mesmo do Brasil declarar guerra ao Eixo, Eduardo Gomes já atuava em prol dos Aliados. Ele realizava patrulhamento do litoral brasileiro e o transporte aéreo de homens e materiais. Teria sido, inclusive, responsável por um ataque de aviões brasileiros a submarinos do Eixo. De fato, o Brasil só decretou sua entrada na Segunda Guerra Mundial agosto de 1942, porém, o governo federal estabeleceu acordos visando à proteção de seu território e combate ao Eixo desde 1940. Eduardo Gomes foi personagem de destaque nesse contexto, ao comandar a base aérea que foi financiada pelos Estados Unidos como estratégia de guerra, como é possível verificar na declaração do secretário da Marinha, Knox:

O sr. Knox teceu os maiores elogios ao Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, da Aeronáutica Brasileira, dizendo que se trata de “um oficial aeronáutico de enorme valor técnico”, e acrescentando que os brasileiros “estão agindo em seu máximo, com os Americanos, e a cobertura defensiva daquela área, dentro do alcance dos aviões, cujas bases estão em terra, está se

tornando cada vez mais eficiente.¹⁷⁵

Em maio de 1942, meses antes do posicionamento oficial do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a Força Aérea Brasileira – sob ordens de Eduardo Gomes –,¹⁷⁶ aliada aos oficiais norte-americanos, atacou embarcações do Eixo entre o arquipélago de Fernando de Noronha e as ilhas Rocas. Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, enviou telegrama ao governo brasileiro parabenizando pelo ataque ao Eixo. No dia seguinte da mensagem, foi assinado um tratado de cooperação entre as forças armadas dos dois países que resultou na criação da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos.¹⁷⁷ Vale ressaltar, ademais, que, em março de 1942, um acordo estabeleceu que, em troca de 200 milhões de dólares investidos pelos Estados Unidos em armas e munições para o Brasil, os Estados Unidos aumentariam seu contingente militar no Nordeste brasileiro e modernizariam as instalações nesta região.¹⁷⁸ O interesse na região nordestina era visando a proteger o Canal do Panamá contra uma possível ameaça do Eixo, através de Dakar-Natal-Belém.¹⁷⁹

O tratado que criou a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos estabeleceu a criação de duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas – uma no Brasil, outra nos Estados Unidos – que seriam constituídas por oficiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea, de ambos os países. As comissões seriam responsáveis por elaborar planos e estabelecer acordos entre os Estados Maiores, visando à defesa mútua. Envolveria, portanto, acordo sobre comando nas zonas de operações.

Fora da área de guerra, o acordo estabeleceu que o Brasil deveria ampliar a indústria agrícola, fabril e extrativa, “de modo a fornecer aos Estados Unidos da América, em grau de prioridade, as matérias primas e produtos julgados necessários”¹⁸⁰. Em troca, os Estados Unidos da América forneceriam material bélico para suas formações de guerra e materiais para o desenvolvimento industrial militar e de redes ferro-rodoviárias nas zonas de operação.¹⁸¹

Eduardo Gomes foi favorável à instalação de bases aéreas norte-americanas no nordeste brasileiro enquanto durasse a guerra. Entretanto, devido ao sentimento nacionalista, ele se opôs ao fato de a administração dessas bases ser realizada por uma comissão mista. Houve pressão estadunidense, interpelada pelo vice-almirante estadunidense Jonas Howard Ingram, comandante-chefe da Esquadra do Atlântico. Porém a refutação de Eduardo

Gomes foi decisiva para que tal medida não se concretizasse.¹⁸²

Eduardo Gomes trabalhou diretamente com Ingram. Em carta endereçada a Getúlio Vargas, Ingram agradeceu os esforços empreendidos por militares e civis e destacou, em especial, a Zona Aérea comandada por Eduardo Gomes.¹⁸³ Uma carta do Chefe da Missão Naval Norte-americana, Beauregard, endereçada ao Ministro da Aeronáutica Salgado Filho, pediu participação mais efetiva da Força Aérea Brasileira na guerra. Apesar de ser esse o objetivo da correspondência, o Chefe da Missão narrou as atividades dos submarinos do Eixo na costa brasileira, evidenciando a ameaça que o país sofria. Disse que as forças da FAB da 2ª Zona Aérea estava sendo “empregada com toda a energia”. Contudo, “as forças ora disponíveis, atuando diretamente com o Almirante Ingram e com o Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, estão fazendo tudo o que podem, porém são de número insuficiente para controlar a crescente ameaça dos submarinos”.¹⁸⁴

Em janeiro de 1943, o general João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante da 7ª Região Militar, também no Recife, enviou mensagem ao general Dutra, ministro da Guerra, valorizando a operação de Eduardo Gomes no nordeste brasileiro:

Na fase delicada por que passa a Nação, e em particular a sua Região Nordestina, é com grande satisfação que faço chegar ao conhecimento de V. Exca. a preciosa, contínua e inestimável colaboração e assistência que a este Comando vêm prestando as Forças Aéreas da 2ª Zona Aérea, a cuja frente se encontra a figura inconfundível do Brigadeiro Eduardo Gomes, militar de escol, trabalhador incansável e patriota sem jaça.¹⁸⁵

Foi devido ao seu destaque como comandante da Segunda Zona Aérea, local de extrema relevância nas estratégias de conflito, que Eduardo Gomes foi convidado, em 1942, a conhecer instalações militares e engrenagens industriais montadas para o *Lend Lease Act*¹⁸⁶. Sua boa relação com o governo norte-americano rendeu mais uma gratificação por parte desse país, em nome do General Marshall, chefe do Estado Maior do Exército Norte Americano, a Eduardo Gomes. Tratou-se de um convite para visitar as forças aliadas em operações na África do Norte.

Interessante é, contudo, observar que ao analisarmos o acervo de correspondências trocadas entre Caffery – Sub Secretário do Estado de Washington –, Roosevelt – Presidente dos Estados Unidos – e Summer Welles

– Sub Secretário do Estado –, compreendemos que a visita de Eduardo Gomes ao teatro da guerra não fez parte das negociações de Roosevelt em sua visita a Natal:

Querido Summer: Você pode dar uma olhada no meu despacho nº 11.004 de 26 de abril sobre a viagem do General Gomes ao norte da África, a qual não reflete as opiniões expressas a mim pelo Presidente Roosevelt em Natal. Se houve uma mudança, eu gostaria de saber disso. Com todos os bons votos, Jefferson Caffery. [tradução da autora]¹⁸⁷

Summer Welles pede a Roosevelt para confiar em sua estratégia¹⁸⁸ e sabemos, então, que a decisão de Eduardo Gomes ir para África foi mantida. Gomes chegou em Dakar, Senegal, na manhã do dia 18 de março de 1943 e relatou o clima de vitória dos Aliados que predominava na cidade. Seguiu para Marraquexe, onde foi recebido pelo General Francês Lediberder; pelo Coronel francês Du Verger, comandante da Base Aérea e pelo Coronel Robinson, do Exército Americano. Na companhia desses oficiais, Gomes revistou um destacamento de elementos de Aviação franceses, senegaleses e norte-americanos.

No dia seguinte, viajou para Oujda, onde se encontrava o Quartel General do 5º Exército Americano, sob comando do General Mark Clark. O General “demonstrou estar bastante satisfeito pela solidariedade do Brasil para com os Estados Unidos e expressou o desejo de ter no seu Exército forças brasileiras, num total de 5000 homens”¹⁸⁹. Justificou seu interesse ao analisar que a participação de brasileiros causaria um efeito moral na Península Ibérica e, portanto, na Espanha, país que por ter relações com a América Latina, não abandonaria sua neutralidade. Eduardo Gomes comprometeu-se a transmitir ao governo brasileiro a proposta do general¹⁹⁰. Esta mesma informação foi descrita em forma de relatório, remetido por Caffery a Roosevelt, em 26 de abril:

Tenho a honra de informar que o Brigadeiro Eduardo Gomes, que acaba de voltar do norte da África, comentou comigo que o general Mark Clark lhe disse que gostaria que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária de cinco mil homens para o Norte da África. O general Clark achou que isso teria um efeito excelente nas relações futuras de nossas forças no norte da África com a Espanha, pois os espanhóis nunca mais queriam entrar em ação contra as tropas latino-americanas, em vista das implicações nas relações da Espanha com os países latino-americanos. O general Gomes disse que disse isso

ao General Dutra, que disse que a força deveria ser maior que cinco mil [tradução da autora].¹⁹¹

Tal relato é importante para entendermos as estratégias cabíveis nos bastidores da Guerra executadas pelos Aliados, tal como o envio de tropas brasileiras a África no intuito de fazer com que a Espanha não atuasse por medo de romper relações com a América Latina. Interessante ainda é destacarmos a relevância de Eduardo Gomes nesse contexto. Ele foi o transmissor desta negociação, coube a ele a responsabilidade de transmitir de forma favorável esse pedido a Dutra.

Eduardo Gomes, ainda em sua viagem à África, se relacionou com outros generais, tais como Heisenhower, comandante das Forças Aliadas em Terra, Mar e Água; Smith, chefe do Estado Maior; Marechal Theodder, comandante das Forças Aéreas da África do Norte, de Malta e do Médio Oriente. Em especial, ocorreu a acolhida de Gomes pelo general Giraud, o qual disse estar aguardando a chegada de oficiais do Exército Brasileiro, que iam servir junto a ele, como observadores. Giraud ofereceu-lhe um almoço, no qual estavam presentes membros do seu gabinete, o General Bergereth, vários oficiais franceses e o Ministro do Brasil Leitão da Cunha. Nesta ocasião Gomes convidou o General Bergereth para ser seu hóspede no nordeste brasileiro, que aceitou.

Outra homenagem a Eduardo Gomes foi prestada pelo General Smith, o qual dedicou-lhe um jantar, em que compareceram importantes militares da cúpula do Estado Maior do Exército Norte Americano. O trato com a França também foi relevante. Gomes ao dialogar com o General Mandigal foi mensageiro do interesse da Aviação Francesa sediada em Dakar de se aproximar da Aviação Brasileira do Nordeste e de restabelecer o mais cedo possível o tráfego da Air-France.¹⁹²

Em 28 de março Eduardo Gomes participaria de uma missão de bombardeio da formação estratégica, contra provavelmente a Sicília. Mas, devido ao mau tempo, ele foi forçado a regressar a Argel de carro, no dia seguinte. Chegado o término de sua viagem, um novo jantar foi oferecido pelo General Gruenther para prestigiar Gomes. Nesta ocasião, o General Clark reafirmou o interesse da contribuição da força brasileira, no número de 5000 efetivos, para compor seu Exército,

dizendo mais uma vez que constituiria medida de grande

alcance manter a Espanha fora do conflito e que, sabido como esta Nação tem tantos interesses ligados à América Latina, a presença do Brasil na fronteira do Marrocos Espanhol contribuiria em muito para consolidar a sua neutralidade.¹⁹³

Na viagem de retorno para o Brasil, Gomes fez conexão no Cairo. Na cidade, o Ministro brasileiro Dr. Júlio Barbosa Carneiro ofereceu-lhe uma recepção, à qual compareceram o Chefe do Estado Maior do Exército Egípcio, o comandante em chefe das Forças Britânicas no Egito, o chefe da Missão Militar Britânica, generais norte-americanos, ingleses e franceses, além de representantes diplomáticos de vários países. Na companhia do ministro Barbosa Carneiro, Gomes visitou líderes políticos do Egito e Grécia, príncipes herdeiros destes dois países e membros do governo.

Eduardo Gomes regressou ao Brasil em 12 de abril. Sua ausência fora sentida pelas forças estadunidenses que estavam no Brasil. O Vice Almirante Ingram escreveu para o Ministro Salgado Filho, em 29 de março de 1943, pedindo com urgência um oficial da FAB, pois “com a ausência do Brigadeiro Gomes parece que as operações necessárias estão paradas”.¹⁹⁴ Após seu retorno, ele continuou sua aproximação com os Estados Unidos. Coube a ele aprovar a expansão das obras de construção e a necessidade de importação de equipamentos e pessoal. A aquisição de terrenos pelos Estados Unidos também foi mediada por Eduardo Gomes. Sob o decreto lei nº 3365, propriedades poderiam ser desapropriadas e se tornariam disponíveis para uso pelos Estados Unidos da América por até seis meses depois da guerra ou por outro tempo que fosse estabelecido em acordo entre o governo dos dois países.¹⁹⁵

Seu bom trato com os Estados Unidos fica evidenciado também ao apoiar a invasão da Sicília, ocorrida em 10 de julho de 1943. Em resposta, o governo estadunidense presenteou-o com a condecoração da Legião do Mérito dos Estados Unidos da América. A homenagem foi prestada em cerimônia oficial no Recife em 23 de agosto.¹⁹⁶ O Almirante Ingram, comandante das forças navais norte-americanas no Atlântico Sul, fez entrega da medalha ao comandante Eduardo Gomes. Em seu discurso de agradecimento, Gomes enalteceu o Almirante, elogiando seus esforços em eliminar “dos nossos mares os infames corsários violadores da liberdade e do direito”.¹⁹⁷ Como Comandante da Segunda Zona Aérea prestou solidariedade a todos que integravam a FAB e aos militares da aviação norte americana:

sincera homenagem à aviação norte-americana, cujos pilotos, com sol brilhante ou névoa espessa, patrulham as águas revoltas do nosso litoral e dão caça aos traiçoeiros piratas, que espreitam as naves pacíficas e descuidadas para vibrar seus golpes sinistros e traiçoeiros. Graças ao seu arrojo e ao dos comandados do almirante Ingram tem sido varrido do Atlântico Sul os submarinos a serviço da maldade e da opressão.¹⁹⁸

Oficializado o pedido feito pelos Estados Unidos para o envio de tropas brasileiras para lutarem na guerra, Vargas deu ordens para formar a Força Expedicionária Brasileira. O Ministro Salgado Filho viajou para os Estados Unidos para conhecer as escolas de formação e as técnicas de treinamento que seriam ofertadas ao Exército brasileiro. Os preparativos para o envio das tropas ao teatro da guerra iniciaram em outubro de 1943 com a criação da *United States-Brazilian Air Force Training Unit* que ofereceu treinamento tático e estratégico em Natal. Por fim, os militares foram enviados aos Estados Unidos para outros cursos.

Eduardo Gomes foi responsável por selecionar os oficiais de Estado-Maior, os capelães da Aeronáutica e pilotos que deveriam compor o esquadrão de caça e realizar treinamento nos Estados Unidos. Também nesse contexto, Gomes empreendeu-se na criação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego, que foi uma rede de controle e defesa aérea no país, com operações iniciadas no Nordeste – Zona Aérea que estava sob seu comando.

Ainda em 1943, o general João Baptista Mascarenhas de Moraes viajou para Itália e para o Norte da África com objetivo de conhecer as regiões que a FEB atuaria. O pedido de envio de tropas brasileiras ao Norte da África, feito pelo general Clark a Eduardo Gomes foi alterado. Em 2 de julho de 1944 o primeiro escalão da FEB embarcou para a Itália. Passados quase dois meses de treinamento e adaptação, em 19 de setembro, entrou em linha a primeira tropa brasileira na Guerra. A tomada de Monte Castelo, em fevereiro de 1945, é o feito mais celebrado na memória sobre a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Contudo, o combate persistiu até abril.

Quando do retorno da FEB ao Brasil, 500 militares haviam morrido, outras dezenas estavam mutilados e centenas estavam enfermos.¹⁹⁹ Eduardo Gomes não acompanhou a FEB ao ataque na Itália. Sua importância militar estava em comandar a Zona Aérea II, no intuito de proteger a costa brasileira de ataques inimigos e servir de base estratégica para fornecimento de materiais aos Aliados. Quando encerrou a guerra, ele havia concluído oito missões de patrulhamento

na costa nordestina. Em 1 de setembro de 1944 foi promovido a Major-Brigadeiro-do-Ar.²⁰⁰ A imprensa relatou o fato com prestígio ao personagem que alcançou o maior posto de sua carreira, “como reconhecimento dos seus méritos de técnico, do seu patriotismo e da dedicação à arma de sua escolha”.²⁰¹

A relevante atuação durante a Segunda Guerra Mundial resultou na promoção de seu posto e de algo ainda mais significativo: Eduardo Gomes tinha alcançado grande prestígio nacional e internacional. O reconhecimento de Gomes foi a base para lançá-lo como salvador dos males a serem superados. O “herói” que havia contribuído para a vitória dos Aliados, seria o mesmo a derrubar a ditadura no Brasil.

1.6. Eduardo Gomes como candidato à Presidente da República

A partir de 1943 a oposição ao Estado Novo passou a se organizar no intuito de derrubar tal regime político. Em 24 de outubro de 1943, data comemorativa do aniversário da vitória da Revolução de 1930, divulgou-se um manifesto em que seus signatários se definiam como defensores da redemocratização brasileira. O documento contou com a assinatura de importantes personalidades da política mineira. O Manifesto dos Mineiros foi a primeira manifestação pública de setores liberais contra o Estado Novo.²⁰²

Eles condenaram o autoritarismo, a falta de democracia e de liberdade. Escreveram que o povo “reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído”. Outra importante condenação foi a contraditória participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial que combatia os governos totalitários, mas vivia um regime de exceção: “Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam.”²⁰³

Maria Victoria Benevides, a partir da análise do livro *A campanha da UDN*, de autoria de Virgílio de Mello Franco, compreende que a motivação política da elaboração do Manifesto dos Mineiros era realista, senão oportunista, “embora no discreto estilo das artes mineiras”.²⁰⁴ Ela analisa que, quando a vitória dos aliados contra o Eixo parecia inevitável e Getúlio Vargas mostrava pretensões democratizantes, os mineiros tentaram recuperar a iniciativa política. Ela faz esta análise através do trecho escrito por Virgílio:

Desvendando a transparente intenção do cônsul, os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas conspiraram, a bem dizer, em segredo, para elaborar um Manifesto que logo se tornou conhecido com a denominação de Manifesto dos Mineiros. [...] Quando começou a mudar a sorte das batalhas e o imenso poderio militar e industrial americano passou a pesar na balança, o plano de nosso pequeno Napoleão III tornou-se de uma clareza meridiana. Ele surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia.²⁰⁵

É possível observar na descrição de Franco o clima de conspiração entre os mineiros e a perspicácia por eles adotada de que o Estado Novo se mostrava em declínio e a política brasileira estava propensa ao retorno da democracia. No entanto, não se verifica que havia propósito, pelos mineiros, de recuperarem a iniciativa política do Brasil. Os signatários do Manifesto foram vários e diversos foram seus interesses na assinatura do documento, mas, de modo geral, não se pode afirmar que esta tenha sido a intenção do Manifesto.²⁰⁶

Não há, ao longo do texto, defesa de tomada do governo. Porém, há críticas ostensivas ao Estado Novo. Mesmo sem intenção concreta, o documento foi importante para encerrar a ditadura varguista. Através dele, importantes personalidades mineiras romperam com Vargas. Além de sua divulgação ter demonstrado possíveis estratégias para burlar a censura imposta pelo Estado Novo.

O ano de 1944 deu mostras de que a vitória dos Aliados era inevitável. No Brasil, isto gerou impasses em relação ao governo autoritário. A oposição iniciou sua mobilização com objetivo concreto de derrubar o Estado Novo. No final daquele ano, Virgílio de Mello Franco, Juracy Magalhães, Ari Parreiras, Prado Kelly e Juarez Távora, iniciaram a preparação para a fundação de um partido nacional. O Brigadeiro-do-Ar Eduardo Gomes foi pretendido para ser candidato à Presidência da República. Benevides compreende que a escolha de seu nome foi por ele ter alto posto militar, legenda de herói e tradição de lutas democráticas aliadas a “nome limpo”, em todos os sentidos. Segundo ainda Benevides, “a candidatura do Brigadeiro resultara de decisão do movimento conspiratório de cúpula, ou seja, das articulações de dois políticos de expressão nacional, ambos de raízes tenentistas: Virgílio de Mello Franco e Juraci Magalhães.”²⁰⁷

Juracy Magalhães narra que quando esteve em Recife se relacionou com João Cleofas, Severino Mariz, Cid e Alde Sampaio, além de Eduardo Gomes.

Sobre a conspiração com Gomes, ele narra:

O Brigadeiro Eduardo Gomes servia, há algum tempo, no Recife, comandando as bases do Norte e Nordeste. Morava na praia da Boa Viagem e estava em permanente contato comigo. [...]Ali no Recife as conversas mais secretas se faziam no banho de mar. A praia da Boa Viagem, de águas mansas, recebia nesse tempo poucos frequentadores. Com muito cuidado, eu levava meus correligionários para mergulhos discretos, nos remansos do Corta-Jaca, bem cedo de manhã. E dentro d'água traçávamos nossos planos, longe dos ouvidos adversários. Os raros banhistas que nessas horas passavam na praia mal poderiam imaginar que naqueles estranhos encontros estavam sendo tramadas algumas das mais importantes etapas do movimento contra Getúlio Vargas e a posterior organização da União Democrática Nacional [...].²⁰⁸

Magalhães narra, ainda, que a conspiração nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro estavam a cargo de Virgílio de Mello Franco, Prado Kelly, Pedro Aleixo, Odilon Braga e Carlos Lacerda. Em carta a Pedro Aleixo, Virgílio de Mello Franco narrou sobre a trama:

Se, porém, quiser você ouvir o Juracy Magalhães, o Juarez Távora, o Eduardo Gomes, o José Américo, certificar-se-á que eu, o Odilon, o Afonso, o Magalhães Pinto, o Luiz Camilo, estivemos em ação contínua, mantendo eu, em nome dos companheiros daqui e daí, contato ininterrupto com aqueles próceres da revolução de 30. A candidatura de Eduardo Gomes surgiu, preferentemente, de tais entendimentos.²⁰⁹

A partir da participação política de Eduardo Gomes como tenentista e, portanto, como participante do movimento revolucionário que foi tido como salvador da pátria, construiu-se em torno da figura pública do personagem a imagem de herói nacional. A legenda de herói permaneceu e foi mais bem explorada pela imprensa nos anos que se seguiram. José Murilo de Carvalho afirma que “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva; são, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”²¹⁰. O mito tem em sua elaboração a intenção de fornecer esperança e conforto diante de ameaças.

A construção de símbolos nacionalistas está sempre vinculada à memória. É preciso resgatar sua identidade, valorizar seus feitos, recorrer, portanto, ao passado para validar a opinião no presente. No caso da construção de heróis nacionais, Carvalho analisa que é um instrumento eficaz para legitimar regimes

políticos. Sendo assim, é possível relacionar que a construção da legenda de herói em torno de Eduardo Gomes teve como base vivências de grupo que identificavam na Primeira República a consagração dos males do Brasil e via em Gomes a importância para sua ruptura através de sua participação no movimento tenentista. Posteriormente, sua legenda foi recuperada por Virgílio de Mello Franco, Juracy Magalhães, Ary Parreiras, Juarez Távora e Prado Kelly ao pensar no personagem heroico para novamente salvar o país, agora de uma ditadura. Construiu, portanto, em torno de Gomes uma memória histórica.

Memórias são experiências coletivas. Por assim ser, a retomada da legenda de herói nacional em torno da figura de Eduardo Gomes foi reavivada com lembranças que eram compartilhadas por grupos que tinham noções em comum e as quais permaneciam fazendo sentido no tempo presente, neste caso, no contexto da crise do Estado Novo. A finalidade em construir o mito de herói nacional sobre Eduardo Gomes para concorrer à Presidência da República pela UDN fez parte de estratégia de atingir as mentes e corações, bem como legitimar a defesa do partido para o fim do legado varguista.

Defendemos que a legenda de herói nacional vinculada a Eduardo Gomes teve como fundamento sua participação no Movimento Tenentista e em sua atuação nas revoltas que eclodiram ao longo do Governo Provisório e Constitucional de Getúlio Vargas. Ademais, a boa relação entre ele e o Exército dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial foi primordial para criar o vínculo do personagem com a defesa dos Aliados, da democracia e opositor ao fascismo. Essa caracterização foi a base para que fosse o Brigadeiro-do-Ar Eduardo Gomes escolhido como candidato a presidente da República no contexto de crise do Estado Novo. Seria atribuído a ele o símbolo de restabelecimento da democracia e encerramento do governo autoritário de Getúlio Vargas.

A conjuntura política a que Eduardo Gomes estava inserido modificou-se ao longo dos anos. O militar era jovem quando participou do Movimento Tenentista. Vencida a Revolta em 1930, Gomes ficou ao lado da legalidade. Atuou de forma a defender o governo varguista durante a Revolta de 1932 e de 1935. Ele deu mostras, portanto, de satisfação com a política de Getúlio. O Estado Novo mudou seu posicionamento em relação ao poder executivo situacionista, Gomes chegou a se afastar de seu posto militar após o golpe de 1937, mas retornou. Sua “neutralidade” em 1938, quando da tentativa de

derrubada da ditadura pelos integralistas e militares, nos evidencia que ele ao não agir, se posicionou. Decidiu que não participaria do levante por não concordar com os ideais, mas também não tentou defender o Estado Novo. Um cenário que agravou ainda mais seu posicionamento em relação à ditadura de Vargas foi sua proximidade com o governo norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Eduardo Gomes combateu as forças do Eixo e se destacou por isso. Por fim, seu reconhecimento foi tanto, que ele foi pensado como uma liderança política alternativa entre aqueles cujos objetivos era o de derrubarem Vargas e seu legado.

Eduardo Gomes agiu em cada situação conforme lhe convier, a partir da defesa de seus propósitos, sentimentos e ideias. O Brasil passou, nos anos pesquisados neste capítulo, por regimes políticos divergentes. Conforme ocorriam essas transições políticas, Gomes se posicionava. Sua atuação política foi ampliada no final do Estado Novo. É o que se verá no segundo capítulo.

2. “CAMPANHA NACIONAL LIBERTADORA” - EDUARDO GOMES EM ANÁLISE: AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 1945 E 1950

Este capítulo tem como objetivo compreender as ações e ideias de Eduardo Gomes no contexto das eleições de 1945 e 1950, cuja participação extremamente relevante se deu através de sua candidatura à Presidência da República pelo partido União Democrática Nacional (UDN). Será investigada sua atuação política a partir de duas orientações: posicionamento de Eduardo Gomes em relação aos problemas sociais e políticos brasileiros e internacionais; sentimento de representatividade ou não que a população possuía em relação ao candidato udenista. O estudo do pensamento político de Eduardo Gomes será realizado a partir da análise de seus discursos. O apoio ou não prestado a Eduardo Gomes pela população será explorado através dos resultados das urnas e das cartas de parte da população a ele remetidas.

A intenção do estudo da trajetória política de Eduardo Gomes durante as duas primeiras disputas presidenciais pós Estado Novo é contribuir para o

entendimento da ambiência das ideias que circulavam no contexto da época; os embates entre ações autoritárias e propostas liberais; o papel dos militares na política; a maneira pela qual os trabalhadores se apropriavam e ressignificavam os discursos da elite política. É um passo importante para esquadriarmos a discussão de como líderes/candidatos à Presidência da República respondem a expectativas e dialogam com valores da sociedade, ao mesmo passo que se inserem em um espaço de disputas e estratégias que envolvem múltiplos agentes.

2.1. Eduardo Gomes: contexto de sua candidatura

Em 22 de fevereiro de 1945, o *Correio da Manhã* publicou entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda. Nesta, Almeida exigiu eleições livres e divulgou que já havia pretendente à sucessão presidencial. A declaração teve grande repercussão nacional. A imprensa quis saber quem seria o candidato. A informação foi concedida a *O Globo*, que em sua primeira página, no mesmo dia, noticiou: “Nosso candidato é o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes – Declara ao “O Globo” o sr. José Américo”²¹¹. O entrevistado ainda informou que Eduardo Gomes “aceitará o lançamento de seu nome, se for criado um ambiente de liberdade e de garantia para o funcionamento do regime representativo no Brasil”. Sobre a articulação política, Almeida relatou que o intuito da candidatura de Eduardo Gomes era reunir o país em torno de um partido nacional, cujo principal objetivo era restaurar a democracia. Estava declarada a oposição. O jogo político em torno de supostas eleições começava.

A incerteza sobre se haveriam eleições durou apenas alguns dias. Em 28 do mesmo mês em que foram concedidas as entrevistas, foi promulgada a Lei Constitucional nº 9 que determinou a elaboração da lei eleitoral e o prazo para ocorrer o pleito: 90 dias. A oposição ao regime ditatorial de Getúlio Vargas se reuniu em 7 de abril no auditório da Associação Brasileira de Imprensa para criar um partido de união nacional, com propósito em comum de estabelecer a democracia. Criou-se, então, a União Democrática Nacional. A escolha da data de fundação visou a homenagear o sete de abril de 1831,²¹² festejada data do liberalismo brasileiro. Raul Pila, um dos filiados e fundadores do partido, discursou que a vida de Eduardo Gomes, candidato à Presidência da República,

era seu programa de campanha:

Se o de que se trata é restaurar a democracia e a liberdade, quem melhor se poderia recomendar à confiança popular do que o homem que, no episódio do Forte de Copacabana, reviveu um dos lances heroicos da Grécia antiga? E depois, em todo o transcurso de sua vida se manteve rigorosamente fiel ao ideal que o inspirou na mocidade. Um homem comum, ou melhor um herói comum, teria capitalizado as suas glórias procurando sugerir-lhes os melhores rendimentos, como sucede frequentemente com os revolucionários. Eduardo Gomes, porém [...] voltou as suas fileiras como o mais simples e modesto dos soldados, nada exigindo, nada aceitando e jamais transigindo. Não transigiu em novembro de 1937, [...] jamais aceitou a ditadura. Mas, recusando-se, como cidadão, não deixou, por isto, de servir à pátria como soldado. [...] Quem não sabe que, dedicando-se inteiramente ao desenvolvimento da aviação, concorreu Eduardo Gomes para a vitória das democracias, que já se aproxima, e, com a organização da base de Natal, prestou serviço não só ao Brasil, mas também à causa da humanidade.²¹³

A candidatura de Eduardo Gomes baseou-se na defesa da liberdade, pedindo o término da ditadura do Estado Novo e a implantação da democracia no país. É fundamental compreender o contexto internacional da época. Em 1942 ocorreu a virada do poder de guerra, e o Eixo passou a perder batalhas. No ano seguinte, importantes personagens da elite mineira conseguiram ludibriar os agentes de censura do governo ditatorial de Vargas e divulgar a “Carta dos Mineiros” que defendia a restauração da democracia. Em fins de 1944 a Segunda Guerra Mundial dava mostras de seu desfecho. O Eixo fracassava. O totalitarismo, o autoritarismo, a falta de liberdades individuais e a censura, cada vez mais, eram vistos como algo a ser combatido. Conforme o conflito mundial aproximava-se de seu desfecho, o Estado Novo também. O último ano da Segunda Guerra Mundial coincide assim com o término do governo autoritário de Getúlio Vargas.

A candidatura de Eduardo Gomes esteve atrelada à conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Segundo Gomes e seus aliados, a falta de liberdades individuais era o mal a ser combatido. O inimigo era o responsável por causar esse dano à sociedade. Declarava-se, assim, o anti-herói: Getúlio Vargas. Para combater o mal, outro herói. Como demonstrado no primeiro capítulo, Eduardo Gomes possui até os dias atuais legenda de herói. Este imaginário foi explorado em benefício de sua candidatura e, principalmente, para o fim do Estado Novo.

Havia valores em comum que determinavam a identidade de grupo do qual Eduardo Gomes fazia parte, que vão além da UDN. Havia uma perspectiva sobre os problemas mundiais e sobre sua resolução. Segundo Serge Bernstein, a história possui papel chave na conformação das culturas políticas. É no passado que se buscam os fatos simbólicos, personagens que são modelos de valores, que são capazes de “mobilizar energias e de transformá-las em armas para o presente”.²¹⁴ Eduardo Gomes foi, então, pensado como capaz de perfilhar como modelo de valores desejáveis à presidência do país. Foi buscado em seu passado e em sua trajetória, fatos simbólicos para enaltecer e legitimar sua candidatura.

Conforme o discurso de Raul Pila, realizado na reunião de fundação da UDN e preparação da convenção que lançou oficialmente a candidatura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, o que embasava a escolha pelo candidato representante das forças opositoras ao regime vigente da época era a trajetória do personagem, vinculada sempre à sua atuação como militar. Primeiro como tenente combatente do liberalismo oligárquico da Primeira República, e então, no contexto de 1945, o mito de herói que lutava contra as injustiças sobressaía na defesa dos interesses nacionais. Ele havia tido importante atuação como soldado na Segunda Guerra Mundial. Transcendia aos interesses políticos, passava a ser *causa da humanidade*. A moral dos militares foi, portanto, essencial na disputa presidencial e o argumento fartamente explorado pelos defensores da candidatura de Gomes.

Eduardo Gomes tentou angariar o apoio de Luís Carlos Prestes. O comunista conta que foi procurado pelo Brigadeiro logo quando saiu da prisão:

Foi um encontro muito constrangedor. Lá estavam Gomes e Juarez Távora, numa situação bastante difícil. Eles tinham apoiado o Estado Novo e tiveram promoções durante todo o período. O Brigadeiro, agora, estava contra Getúlio. Eu tinha sido perseguido o período inteiro. Sofri muito (...). Mas, apesar de tudo isso, eu estava numa posição completamente diferente da deles, que, de uma hora para outra, tinham virado democratas e só pensavam em golpe. Eu disse a Eduardo Gomes: 'Minha posição é pela Constituinte'. É claro que o Partido apoiou Getúlio, mas nunca fizemos acordo com ele. Éramos aliados táticos. Não o hostilizávamos. Juarez compreendeu logo que, da maneira com que eu expunha os fatos, eles estavam politicamente derrotados, porque só pensavam em golpe. E retirou-se com uma desculpa qualquer. O Brigadeiro continuou conversando e, a certa altura, afirmou: 'Não pode haver eleições livres com Getúlio'. Eu discordei. E

disse: 'Como não pode? Há liberdade de expressão, de organização dos partidos, não há censura. Mas vamos admitir que é verdade: não pode haver eleições livres com Getúlio. O que nós vamos fazer para tirá-lo do poder?' Só havia uma alternativa: o golpe. Era o que eu queria que ele falasse e foi o que, em linhas gerais, ele sugeriu. De Cordeiro de Farias a José Américo, todos só viraram democratas por influência dos Estados Unidos, depois que o Brasil enviou tropas para a Europa. Aliás, José Américo entrou para a história com aquela entrevista contra o Estado Novo, que nada mais foi do que pretexto para que os reacionários da UDN dessem o golpe (...).²¹⁵

O que parece, a partir do relato de Luís Carlos Prestes, é que Eduardo Gomes buscou aliança com este personagem. Comum na política, tratou-se de esquecer as pregações ideológicas – tais como a crítica que Eduardo Gomes fazia ao comunismo –, para conquistar um objetivo concreto: o fim do Estado Novo. Prestes, além de militar, tinha prestígio na sociedade civil. Seria, portanto, personagem de relevo para se ter ao lado na campanha presidencial de Eduardo Gomes. Mas ele não aceitou.

A crença de que os militares remediariam os problemas do país não foi exclusiva da conjuntura brasileira. Como já dito, é necessário entender o contexto internacional para entender o espectro político-ideológico da época. Mais uma vez recorremos à compreensão das culturas políticas, e, como sugere Rodrigo Patto Sá Motta sobre os métodos para entendê-la, realizamos uma análise comparativa entre diferentes culturas políticas, com o fim de analisar qual a relação entre militares e política em países que experienciaram governos autoritários.

Portugal, assim como o Brasil, possui uma história política que envolve governos autoritários e intensa atuação dos militares na política. O discurso de que os militares são o “poder moderador” não é, assim, exclusivamente uma retórica brasileira. António José Telo analisa, através de uma perspectiva de conjunto, a participação dos militares em momentos de transição política. Segundo o historiador, ao analisar as transições políticas que Portugal vivenciou, é notório que os militares possuíram importante papel nas conjunturas de mudanças, sejam através de pronunciamentos ou golpes. Quanto à sociedade deste país, esta não experienciou grandes mudanças políticas através de um processo de adaptação contínua e gradual:

As estruturas políticas nacionais, quando deixam de estar

adaptadas à realidade circundante, o que acontece mais tarde ou mais cedo, não se revelam capazes de evoluir por si próprias e mudar. A inovação de fundo está bloqueada nos seus mecanismos normais, pelo que não é gradual e progressiva. Pelo contrário, as estruturas centrais resistem até mais não poderem à mudança, procurando manter-se sem grandes alterações, sob pressão de clientelas imensas que não abrem mão dos privilégios adquiridos, mesmo quando estes já não podem ser mantidos. O resultado é o “relâmpago num céu azul”, ou seja, é o fim do modelo político incapaz de se inovar de forma violenta através de uma movimentação desencadeada e encabeçada pelos militares.²¹⁶

O apelo aos militares, tão comum por grupos da sociedade, é embasado por discursos de “pátria em perigo” e nacionalismo. Exemplo do uso desse discurso em Portugal, segundo Telo, foi o apelo à participação de Sinédrio em 1820 e ao general Gomes da Costa para dirigir o Movimento de 28 de maio de 1926.²¹⁷ Tais argumentos legitimam a atuação de militares que foram formados por uma ética de se encararem como garantidores da ordem, “*última rácio*, a salvação da Nação quando tudo o mais falha”²¹⁸. Ainda segundo Telo, os grupos sociais que mais invocam a atuação das Forças Armadas não são os da oposição clássica, mas sim aqueles que se mantiveram ao lado do regime político, se beneficiaram dele, mas que se afastaram e passaram a considerar necessário um ato violento para a renovação.

Fazendo, portanto, paralelo com o conjunto de experiências vividas na história política portuguesa, é possível entender melhor a relação dos militares com a política no Brasil e, principalmente, compreender as ações e ideologias do grupo ao qual Eduardo Gomes pertencia. Maria Victoria Benevides, em um dos mais célebres trabalhos sobre a UDN, denomina *udenismo* o conjunto de práticas e ideias inaugurado pelo grupo ao qual Eduardo Gomes fazia parte. Para a historiadora, essa noção permite compreender a contradição entre a retórica e a prática dos udenistas. Segundo Benevides, a recorrência ao golpismo, a contestação dos resultados das urnas e o apelo à intervenção militar são justificados para esse grupo político como situação necessária: “violar a democracia para melhor salvá-la”²¹⁹. Não se tratava, pois, de um ato espúrio. Para eles, o golpe era necessário para destruir um sistema considerado ilegítimo “*porque tolera (e até estimula) manifestações de grupos sociais incompatíveis com a ordem desejada*”. A desordem seria então, o comunismo, o getulismo, o trabalhismo. E assim, como elucida Benevides: “*A defesa da ordem e a defesa do golpe são, nesse contexto, faces da mesma moeda*”.²²⁰ Benevides, portanto,

contribui de maneira significativa para pensar a contradição entre a retórica da defesa de liberdades como propósito central na plataforma política da candidatura de Eduardo Gomes conciliada à práticas golpistas.

Contudo, como demonstrado acima, a intervenção dos militares na política e a ocorrência de golpes para “salvar” o país não são exclusividades da experiência política brasileira e exigem, por vezes, entender os conflitos, interesses e acordos nos bastidores que moviam o partido. Considero, pois, que o conceito *udenismo* não é eficaz para abarcar as contradições do discurso liberal com a recorrência aos militares e a golpes pelo grupo udenista. Corroboro com a afirmação de Jorge Chaloub de que:

as dificuldades do belo livro da autora, o melhor sobre o tema, decorrem do caráter excessivamente unívoco que ela atribui ao “udenismo”, sem explicações satisfatórias acerca das diferenças internas ao ideário e das razões responsáveis pelas ambiguidades características da UDN, mencionadas até mesmo no título do livro.[...] Os grupos e perspectivas que conviviam no partido merecem, todavia, pouca atenção, deixada de lado uma investigação que ofereceria chave interessante, mesmo que não suficiente, da fluidez que ela tão bem aponta. Sem refletir de forma satisfatória sobre as distinções internas do partido, Benevides torna seu interessante conceito de “udenismo” por demais uniforme e abstrato, incapaz de dar conta da diversidade que caracterizava a UDN e que é reiteradamente apontada em seu livro. O liberalismo, por outro lado, é tratado de forma excessivamente unívoca, sem atenção para a possível coerência entre alguns postulados liberais e a prática política udenista.²²¹

Além da problematização já apontada por Chaloub sobre o conceito ser abstrato e uniforme, considero que as experiências de outros países, tal como o caso de Portugal, a respeito do paradoxo entre defesas de liberdade e práticas autoritárias, nos dão mostras de uma conjuntura complexa que não foi restrita às elites políticas brasileiras. Sendo assim, é impraticável denominar *udenismo* – um nome que obviamente remete à UDN – para explicar um quadro de contradições que considero estar relacionado com as ações dos militares na política de um modo geral, em um contexto específico, e não apenas com as práticas de políticos brasileiros.

Eduardo Gomes se tornou tributário e parte da cultura política liberal, que no seu período de vida, se expressou principalmente na UDN, que gerou a expressão *udenismo*. Devido à sua curta duração, podemos considerar que a UDN não se configura uma cultura política específica. Mas deve-se considerar

que ela faz parte de um fenômeno de temporalidade mais ampla, o liberalismo brasileiro, cujas características essenciais vemos ser expressas no personagem: elitismo; defesa da propriedade privada; oposição à expansão do aparelho de Estado; antissocialismo; anticomunismo; apoio ao autoritarismo em defesa da ordem; etc. Tal análise trata-se de uma hipótese que surgiu no desenvolvimento da tese e será aprofundada em pesquisas futuras.

Evidentemente cada país, cada situação, traz suas especificidades, mas defendo que abarcar os princípios morais do Exército e o vínculo deste grupo com a UDN pode contribuir de maneira significativa para uma melhor noção da conjuntura política de golpes na história brasileira. Diversos golpes que ocorreram no Brasil desde a Proclamação da República até a Ditadura Civil-Militar tiveram caráter militar. Sem esta corporação tais intervenções na política não se concretizariam. É importante considerar, dessa forma, que os golpes de 1945, 1954, 1955 e 1964, com participação da UDN, ocorreram porque os militares atuaram. Não temos por objetivo nesta tese de doutoramento compreender a relação da UDN com os militares. Porém, consideramos que o estudo da atuação de Eduardo Gomes – militar que foi um dos principais personagens que remontam ao partido – seja significativo para que se tenha noção sobre essa ideia apontada e dê suporte para que este estudo seja feito futuramente na historiografia.

Sendo assim, visando a contribuir com o entendimento da ambiência da crise do Estado Novo e o golpe que suscitou a saída de Getúlio Vargas do poder em 29 de outubro de 1945, analisemos a campanha política de Eduardo Gomes.

2.2. Eduardo Gomes e a candidatura à Presidência da República

Busca-se nesse item compreender quais propostas respaldaram a campanha de Eduardo Gomes para Presidente da República. Para isso, foi analisado o livro *Campanha de Libertação*, escrito pelo próprio candidato. A obra é composta de 37 discursos realizados durante o ano de 1945 nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Há também a transcrição de quatro entrevistas e uma “Carta aos brasileiros”. A análise desses discursos a partir do livro se justifica pelo próprio autor da fala ter selecionado esses discursos como melhor representação dos temas que ele desejava abordar, do que ele considerou ser o que melhor representava sua campanha política e a melhor

representação de si próprio. Posteriormente, contudo, será contrastada sua oratória com suas ações, bem como serão levadas em consideração as opiniões da mídia e de seus opositores.

A União Democrática Nacional, consciente da importância atribuída pelos trabalhadores sobre as leis sociais promulgadas por Getúlio Vargas, tentou desvincular a imagem do Presidente dos benefícios que eles obtiveram com a legislação trabalhista. Carlos Lacerda, um dos principais líderes da UDN, em comício promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, discursou que o Estado Novo havia pensado que tinha conquistado o apoio dos trabalhadores “com suas mistificações”, mas a realidade era que a legislação trabalhista não era obra do governo de Getúlio Vargas. Este teria, na realidade, suprimido “todas as liberdades do operariado, reduzindo os sindicatos a simples máquina fascista.”²²² Este pensamento também esteve presente nos discursos do candidato Eduardo Gomes.

Sempre iniciados exaltando a cidade e, principalmente, o povo do Estado, os discursos feitos por Eduardo Gomes possuem um objetivo evidente: desmantelar o Estado Novo. Para isso, usava de argumentos variados, mas a defesa da liberdade, em específico, está no cerne de sua fala em todos os discursos. Na exposição que inaugurou sua campanha presidencial, em São Paulo, Gomes defendeu que o maior problema que os brasileiros se deparavam naquele contexto era o da recuperação definitiva da liberdade, pois, segundo o udenista, todos os problemas de ordem econômica e social dependeriam disto, como “fórmulas de evolução para consagrar o princípio igualitário”.²²³ Interessante, então, pensar o que seria essa liberdade:

A liberdade, a que me refiro, é a que resulta do conceito de dignidade da pessoa humana; concerne, antes do mais, à autonomia do espírito. Sem essa autonomia e sem a proscricção da violência, como instrumento de escalada ao poder ou do triunfo coactivo das ideias, não se pode figurar a existência da democracia.²²⁴

Em seu discurso na cidade de Belo Horizonte, no dia 15 de julho de 1945, Eduardo Gomes defendeu que a liberdade era condição para conquistar todas as outras necessidades. Para embasar sua ideia, Gomes criticou o Estado Novo nos quesitos econômico, educacional, trabalhista e social. Em Barbacena, Eduardo Gomes narrou que o Brasil estava vivendo sob corrupção e “dilapidação

financeira”. O Estado Novo teria repellido toda concepção moral: “Tão grande foi a soma dos desmandados que poucos setores administrativos podem apresentar-se livres de manchas”.²²⁵ Comparou, então, o governo de Getúlio Vargas com o reinado de Luís XV, na França, em que, quando descobertos os desvios do dinheiro público e propunha-se a demissão dos culpados, era tão grande o número de corruptos que o Rei deixou de puni-los para que a Corte não desaparecesse.

A educação, segundo Eduardo Gomes, de caráter fascista, foi problematizada em seu discurso em Salvador, no dia 25 de agosto.²²⁶ Para o candidato, as instituições de ensino passaram a servir aos fins personalistas e partidários do Estado Novo. Os jovens do país foram disciplinados na Organização da Juventude Brasileira, que apresentava uniformes, insígnias e juramentos de fidelidade do Chefe do Governo, tal como ocorria no Nazismo. A data de aniversário de Getúlio Vargas foi sancionada como “Dia da Juventude”. Eduardo Gomes criticou, ainda, a falta de liberdade de crítica, o nacionalismo político, a censura e queima de livros, as demissões de professores sem processos, a criação do “Departamento de Educação Nacionalista” e a ausência de iniciativas no âmbito escolar.

Ao seu ver, os problemas educacionais necessitavam ser resolvidos com segurança, seguindo um planejamento objetivo, no intuito de abarcar toda a população em idade escolar e os que, passados a idade, também necessitam educar-se. Eduardo Gomes, então, utilizou das discussões promovidas pelos educadores Bryson,²²⁷ Thorndike,²²⁸ Beals e Brody²²⁹, para embasar sua proposta de educação de jovens e adultos fora da idade escolar através de institutos federais, estaduais e particulares, de fins filantrópicos, cívicos ou religiosos, tal como realizada nos Estados Unidos.²³⁰

Thorndike estudou a inteligência adulta e defendeu que adultos podem continuar a aprender. Bryson destacou a necessidade de profissionais qualificados, treinados para o ensino de adultos. O educador, ademais, deveria compreender os interesses e necessidades dos alunos e direcionar o ensino para atendê-los. Beals e Brody defendem a educação de adultos para quem deseja ampliar seu conhecimento por meio do estudo.²³¹ A referência, por Eduardo Gomes, a esses estudiosos evidencia que o candidato estava atento a produção bibliográfica sobre educação de jovens e adultos. Sua campanha, portanto, propagava e propunha implantar o que era discutido no meio

acadêmico dos Estados Unidos.

Para Eduardo Gomes, o choque de opiniões não enfraqueceria ou suprimiria a autoridade. Na realidade, “a discussão, a crítica, o jogo das ideias representam para o organismo social o que o sangue significa para o corpo humano”. São, portanto, fundamentais para o êxito do país.²³² Sendo assim, Gomes propõe como solução para superar esses problemas o restabelecimento da democracia, pois ela “*é inseparável da superioridade do espírito, que vivifica as instituições do Estado. Desejamos restaurar o ambiente de compreensão e de tolerância, propício à cooperação livre e consciente de todos os homens*”.²³³

A campanha política de Eduardo Gomes se modificou conforme o tempo. De início, sua retórica baseava-se em retomar a democracia no país, garantindo liberdade para, então, conquistar outras melhorias para o Brasil. Contudo, chegado próximo ao pleito, as propostas amadureceram. Apesar de sempre criticar a ditadura do Estado Novo e entender seu fim como o objetivo primordial de sua campanha, Eduardo Gomes precisou abordar outros temas, dialogar com o ouvinte sobre assuntos de seu interesse. Passou então a falar, principalmente, sobre economia. Em Santos, falou sobre o café, principal produto de exploração e exportação daquela região. Defendeu que era necessário fiscalizar contra fraudes no comércio e na exportação. Se comprometeu a esforçar-se para diminuir o custo da produção e melhorar a qualidade do produto. Citou ainda que os “melhores fregueses e leais amigos, os Estados Unidos da América do Norte”, não vacilariam em reconhecer a justiça dos fazendeiros do café ao reclamarem a elevação do *ceiling-price* ou do atual preço-ouro,

no momento em que o preço das utilidades e da mão-de-obra subiram de tal forma que a exploração de muitas fazendas não apresenta saldos e é mantida pela heroica fidelidade dos cafeicultores ao produto que fez a prosperidade do Brasil no passado e ainda há de ser, por certo, no futuro, um dos esteios da nossa economia e base segura da nossa grandeza.²³⁴

O interlocutor é evidente: eram os cafeicultores. Eduardo Gomes não se dirige aos trabalhadores, inclusive critica que o preço da mão-de-obra subiu de tal forma que as fazendas não apresentavam lucro. Os grandes proprietários de terra eram, portanto, sofrendores com esses males. Apesar dos supostos prejuízos, eles continuavam a exploração do café devido à fidelidade heroica com a nação. Onde estão os trabalhadores na fala de Eduardo Gomes? Eles são

citados apenas para justificar a falta de lucro do fazendeiro, que precisa dispor do alto custo da mão-de-obra. Questiono então: como poderia um trabalhador ouvir isto e se sentir representado pelo candidato à Presidência da República?

É importante considerar que a expansão da legislação trabalhista para a zona rural era um interesse real e fazia parte dos debates populares. Podemos observar isso no folheto de cordel do escritor Orígenes Lessa, que se apresenta como Rodolfo:

Para que a nossa Pátria
Pela mão dos estrangeiros
Não seja ludibriada (...)
a nossa Democracia
Venha com mais garantia (...)
Para abaixar os aluguéis
E a carne de 'dez mil reis' (...)
Para que o agricultor
Seja também amparado...(...)
P'ra acabar com a bandalheira
Destes tipos 'coronéis'
Que põe a mão na algibeira
E mandam o trabalhador
Fazer força meu leitor
Pagando qualquer besteira (...)²³⁵

O texto está inserido no contexto do Movimento Queremista, em que a população se mobilizou para pedir a continuidade de Getúlio Vargas no poder. O autor do cordel dialoga com os anseios dos trabalhadores rurais. Ele sugere que Vargas protegeria o país contra as ameaças externas, abaixaria os preços dos aluguéis, das carnes e, por fim, daria assistência ao trabalhador rural que estaria “também amparado” contra os coronéis que mandavam no trabalhador “pagando qualquer besteira”. Provavelmente, o autor faz referência à extensão da legislação trabalhista ao campo que até então era restrita aos trabalhadores urbanos. Observa-se, pois, que o discurso de Eduardo Gomes, em Santos, não atendia aos interesses dos trabalhadores rurais. O candidato udenista falava para elite, se colocava como representante deles e buscava atender aos interesses daquele grupo.

A Associação dos Amigos da América criticou a postura do candidato udenista. Em carta ao secretário geral da UDN, eles descreveram os comícios como disputa para saber quem era o mais erudito. Salientaram o uso de palavras de difícil compreensão, bem como a falta de discussões e propostas de interesse dos trabalhadores:

Escudaram-se na cultura que edificaram e pensaram que a luta que se travava no país era um duelo de oratória em que cada um, salvo exceções, queria mostrar-se mais erudito, utilizando uma linguagem acima da compreensão da massa abandonada à sua desgraçada ignorância, mas trabalhada e mesmo fanatizada, por todos os modos e formas, por adversários inescrupulosos. Poucos de nosso lado tratavam, com realismo, os problemas vitais para o povo, de imediato interesse, que dissessem de perto com suas agruras, e tormentos de cada instante. O tema principal de quase todo discurso era o ataque ao ditador, à ditadura, enquanto os problemas principais do interesse da massa eram relegados a plano secundário. Não houve uma campanha profunda visando esclarecer o povo, de sorte a alertá-lo contra seus falsos amigos. Houve personalismo.²³⁶

A impressão elitista que se tinha sobre a União Democrática Nacional era corroborada com os participantes dos comícios. Segundo relato de Hermes Lima sobre discurso realizado no Pacaembu, em São Paulo, no dia 16 de junho de 1945, quando o Brigadeiro Eduardo Gomes apresentou a plataforma da UDN:

ao entrar no estádio fiquei aterrado. Repletas as sociais de um público seleta, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente confrangedor, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta, até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso.²³⁷

Em 4 de agosto de 1945, Eurico Dutra deu uma entrevista ao jornal *O Globo*. Declarou que não era candidato do Exército, e sim do Brasil. Se propôs a combater o pauperismo e atuar em busca da valorização do homem, se eleito. Para isso, suas prioridades seriam instrução e assistência social. Ferreira escreve que essa entrevista “gerou muita repercussão, apresentando Dutra como candidato à Presidência do povo brasileiro”.²³⁸ Em comício de abertura oficial de sua campanha, em 1 de setembro de 1945, defendeu a continuidade das obras de Getúlio Vargas. Elogiou a constituição de 1937, mas salientou que era urgente a reforma constitucional. Notamos, assim, que Dutra queria dar visibilidade a sua boa relação com Vargas, de modo a angariar o voto dos trabalhadores mais simples fiéis ao getulismo.

Desde o início da campanha para a Presidência da República, Eduardo Gomes se preocupou em referir-se a Getúlio Vargas como golpista, em alusão

ao golpe de 1937, em que se instaurou a Ditadura. Concomitante, se apresentava como defensor da democracia. Em discurso em Belo Horizonte, Gomes disse que a prova de sua sinceridade democrática estava em “termos colocado o problema da sucessão do sr. Getúlio Vargas em equação eleitoral”²³⁹. Ademais, se dizia crente nas virtudes republicanas. Sendo assim, confiava na capacidade do povo para “dirigir-se e para enfrentar todas as ameaças”.²⁴⁰

Vejamos agora a retórica de Eduardo Gomes acerca de outro sistema de governo que ele considerava ser também inimigo da pátria: o comunismo. Em discurso quando da ocasião em que foi paraninfo no Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, em São Paulo, Gomes esclareceu seu pensamento sobre este regime. Defendeu que o comunismo não se tratava apenas de uma teoria econômica com objetivo de reestruturar a sociedade a partir da supressão da propriedade privada. O comunismo, segundo Eduardo Gomes, “é uma filosofia da vida que, negando Deus e o espírito e negando a nossos semelhantes um destino próprio e autônomo, pretende, sem recuar diante de nenhuma de suas consequências, reorganizar a existência humana sobre um materialismo total”²⁴¹.

Um regime totalitário, que impõe aos cidadãos uma visão comum da vida adotada pelo partido que está no poder. Esta era a visão de Eduardo Gomes sobre o comunismo. Para ele este regime político não diferenciava o bem do mal, lícito do ilícito, justo do injusto: “moral e lícito é tudo que se torna tecnicamente eficaz para assegurar o triunfo e o desenvolvimento do partido”. O comunismo, primeiramente, interferiria na educação como meio de servir à difusão da nova ideologia. Concomitantemente, atuaria através de propagandas e, por fim, se ocorressem resistências, o regime político contaria com processos de constrangimento e violências, “concretizados nas execuções, nos desteros e nas segregações em massa nos campos de concentração”²⁴². Por fim, Eduardo Gomes encerrou seu discurso propondo a democracia, a liberdade de pensamento e de associação. A não defesa destes ideais seria o esquecimento dos propósitos da Segunda Guerra Mundial e, portanto, o sacrifício sem finalidade de combatentes que lutaram na guerra.

Em discurso em Porto Alegre, dias antes do golpe de 29 de outubro, Gomes analisa o papel das Forças Armadas. Defendeu que esta classe é “obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”.²⁴³ Seriam, dessa forma,

guardiões da legalidade democrática. O que se verifica, pois, é que para Eduardo Gomes, quem não estava cumprindo com a lei era Getúlio Vargas. Ele que havia golpeado o Brasil em 1937, instaurado um regime ditatorial de caráter fascista. Em entrevista, Eduardo Gomes propôs a transmissão do poder ao Supremo Tribunal Federal, que segundo a Constituição de 1934 e a Constituição de 1891, era um dos substitutos do presidente da República.²⁴⁴ Não assumiria, segundo Gomes, de maneira arbitrária ou ilegítima, mas sim por “força de vocação constitucional”.²⁴⁵

O candidato udenista considerava que a oposição ao Estado Novo não incitava à desordem; “ao contrário, clama pelo restabelecimento da ordem constitucional, a fim de que o povo brasileiro possa reconstruir o governo representativo, de cujos benefícios se acha privado, por força do golpe de 37, há quase oito anos”.²⁴⁶ Seu pensamento, pois, foi de que as Forças Armadas fizeram um benefício ao país ao intervirem na política:

A restauração da autoridade da lei, com a entrega do executivo federal ao chefe de magistratura, bastaria para assinalar a nossa vitória do terreno das ideias. Naquele momento perdurável da história, as classes armadas se identificaram com o sentimento civil. Poucas serão as palavras para celebrar a altura moral, em que se colocaram o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. O País lhes é devedor da liberdade que desfruta.²⁴⁷

Nessa conjuntura foi promulgado o Decreto-lei nº 8.063. Ele alterou o que havia sido previsto na Lei Constitucional nº 9. Antecipou as eleições estaduais para dois de dezembro. Dessa forma, elas aconteceriam junto com as eleições para a Presidência. A oposição interpretou esse decreto como afronta. Getúlio Vargas, segundo a oposição, poderia eleger, sob sua égide, não só o Congresso federal, como também as assembleias e os governadores estaduais. Com o apoio dessas forças políticas, Getúlio Vargas poderia se manter na Presidência. O fato que agregou maior legitimidade para o golpe planejado pela oposição ocorreu quando Getúlio Vargas nomeou Benjamin Vargas, seu irmão, para Chefe de Polícia. Assim, em 29 de outubro de 1945, lideranças do Exército derrubaram Vargas do poder. Era o fim do Estado Novo. Entregaram o governo da República ao presidente do Supremo Tribunal Federal, tal como Eduardo Gomes defendia.

É possível compreender que para Eduardo Gomes não era contraditório defender a democracia e, ao mesmo tempo, as intervenções das Forças

Armadas na política, pois, para ele isto fazia parte das obrigações desta classe. Tal como analisa Maria Victoria Benevides, na visão dos udenistas, se faltava legitimidade ao sistema, era correto derrubá-lo, através de quaisquer meios disponíveis: “*O golpe é legítimo porque quer destruir um regime ilegítimo*”.²⁴⁸

Com a saída de Getúlio Vargas do poder, alterações no calendário eleitoral aconteceram. O Decreto-lei que antecipava as eleições para governador de estado foi revogado. Mudaram para a data original – maio de 1946. A Lei Malaia, de Agamenon Magalhães, também foi revogada. Decidiu-se que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte (Lei Constitucional nº 13 de 12/11/1945). Diante deste quadro político, o Partido Comunista, que até então havia participado do Queremismo e manifestado seu apoio à continuidade de Getúlio Vargas no poder, reformulou suas diretrizes. Lançou, então, Yedo Fiúza para candidato a Presidência da República.

Conforme a eleição se aproximava, as campanhas intensificavam. A campanha pró-Dutra atacou o elitismo de Eduardo Gomes, que reagiu. Em 24 de novembro, dias antes do pleito presidencial, Gomes discursou em Juiz de Fora sobre as críticas que vinha recebendo. Destaco a “intriga com os trabalhadores”. Segundo o udenista a primeira difamação teve objetivo de afastar seu nome da simpatia dos trabalhadores, tratou-se de uma perversidade. O candidato analisa:

tão calva era a invencionice que prescindiram, desde logo, de apontar-lhe a fonte. Limitaram-se a revolver o charco difamatório, com a intenção invariável dos cretinos de todas as épocas, como dizia Livry: “não podendo elevar-se até o homem honesto, o caluniador tenta, difamando-o, rebaixá-lo até ele.”²⁴⁹

Eduardo Gomes convidou seus opositores “contraditores, ostensivos ou dissimulados” a procurar nos discursos proferidos ao longo da campanha política alguma ofensa aos trabalhadores e afirma: “Não acharão um período, uma frase, uma palavra sobre os trabalhadores que não renda justiça aos seus esforços pela prosperidade do País, nem vise acudir às suas necessidades ou atender às suas aspirações”. Indicou a leitura dos discursos de São Paulo, Recife, Ribeirão Preto e Sorocaba. Segundo Eduardo Gomes, nestas ocasiões ele conseguiu explicitar suas propostas para o trabalhador, as quais, inclusive, “excedem, em muito, a legislação existente; pois preconizam duas importantes medidas: a autonomia sindical, que libertará os empregados da submissão fascista ao Poder

Público, e o direito de greve, que impedirá a sua escravização aos serviços mantidos pelos empregadores”.²⁵⁰

Todos os discursos foram analisados, mas observemos esses em especial, tal como sugerido por Eduardo Gomes. No discurso na capital paulista, ainda no início da campanha, em junho, o candidato se referiu a “aspectos da questão social”. Ele defendeu que “os que trabalham tem direito a aspirar as duas armas essenciais à defesa dos seus interesses: a liberdade sindical e o direito de greve, já proclamado e reconhecido em atos internacionais”. Gomes criticou a falta de salário justo e propôs que além da implementação deste, fossem adotadas outras medidas, tais como: supressão ou redução de impostos sobre medicamentos e alimentos de primeira necessidade, vestuários indispensáveis aos pobres e classe média, instrumentos manuais do operário ou do trabalhador rural; gratuidade do ensino para todos os graus; assistência social à infância, seja na cidade ou nos campos, etc.²⁵¹

Eduardo Gomes defendeu, outrossim, que se se desejasse aumentar o salário dos trabalhadores rurais, antes era necessário aumentar os rendimentos da agricultura, uma vez que era impossível pagar aos trabalhadores do campo um salário merecido, se o camponês ou fazendeiro não tiver recursos. Atentemos para o fato que ele falou sobre acréscimo do rendimento dos trabalhadores rurais, mas colocou isto como consequência do aumento do lucro dos proprietários de terra. Portanto, legitimou o não reajuste dos salários nos casos em que os fazendeiros não obtivessem rendimentos favoráveis. Ademais, Eduardo Gomes não se comprometeu com a expansão da legislação ao campo. Falou de educação, moradia e salário justo. Mas não se referiu a salário mínimo, jornada diária de oito horas, direito a férias anuais remuneradas ou ao descanso semanal. Eduardo Gomes reconheceu que os trabalhadores “rurais, que formam, com os seus nove milhões, a grande massa do nosso proletariado – isolados e desprotegidos, em sua quase totalidade”.²⁵² Contudo, suas propostas de solução para amparar esse grupo profissional não perpassaram pelo valor simbólico e material de estender a eles a Consolidação das Leis Trabalhistas, algo desejado por esses trabalhadores.

Eduardo Gomes, neste mesmo discurso, fez referência a carta escrita pelo Papa Pio XI em 15 de maio de 1931, denominada “Quadragesimo Anno”. Se baseou nela para defender que a função do Estado é “amparar os mais fracos, não permitindo o seu esmagamento numa economia açulada pelo incentivo

único do lucro individual”.²⁵³ Citou parte da encíclica: “certa categoria de bens há de reservar-se ao Estado, pois levam consigo um tal poder econômico que não é possível conferi-lo aos particulares, sem dano para o Estado”.²⁵⁴ Eduardo Gomes então disse: “São esses os acentos da mais alta sabedoria cristã”. Salientou que depois da encíclica elaborada pelo Papa Pio XI o mundo havia se transformado. O futuro melhor deveria ser alcançado através da democracia, com uma ordem social mais justa, em que os ricos fossem menos poderosos e os pobres menos sofredores. Além da citação à encíclica do Papa XI, o modo que Eduardo Gomes abordou o problema entre o fazendeiro e o trabalhador rural, através de entendimentos entre os dois, está inserido nas propostas da encíclica do Papa Leão XIII, em que direcionou um olhar ao trabalhador, desconstruindo, entretanto, a luta de classes defendida pelo socialismo.

Em Recife, em novembro de 1945, ou seja, quando Vargas já tinha sido deposto, Eduardo Gomes apropriou-se novamente dos preceitos católicos para embasar sua proposta sobre a questão trabalhista. Seu discurso foi articulado a partir dos ensinamentos de Leão XIII de que a riqueza pública é produzida através do trabalho dos operários; e dos de Pio XI sobre “equilíbrio entre justiça comutativa e disciplina cautelosa do Estado sobre a livre concorrência, contida em seus razoáveis e justos limites”.²⁵⁵

A encíclica *Rerun Novarum*, do Papa Leão XIII, sintetiza a preocupação da Igreja Católica com o crescimento das ideias socialistas no meio do operariado. Desejou-se aproximar a Igreja dos proletários. A instituição católica propõe a ideia de “harmonia de classes sociais” em detrimento do conceito marxista de “luta de classes”. Já a encíclica de autoria do Papa Pio XI tem como principal preocupação a desigualdade social. O remédio para tal mal seria a reestruturação das instituições e a cristianização dos indivíduos.²⁵⁶

Eduardo Gomes estava em diálogo com a denominada “doutrina social católica”. Seu projeto de governo esteve atrelado a essa ideologia. No discurso em São Paulo, ao dizer que o mundo mudou após a encíclica do Papa Pio XI, de 1931, e que o caminho para o progresso era através da democracia, Gomes nas entrelinhas diz que a justiça social não seria alcançada com ditaduras. Ou seja, não haveria diminuição da desigualdade social no Brasil se o Estado Novo perdurasse. Há, portanto, a interpretação das encíclicas e a adaptação delas para o contexto brasileiro da época.

No discurso ocorrido em Ribeirão Preto, Gomes falou da pobreza

alimentar, da falta de higiene pública, do alcoolismo e do êxodo rural. E defendeu: “ao poder público cabe estabelecer as diretrizes gerais, cabe articular e superintender as medidas necessárias ao amparo dos desvalidos da sorte, não a título de benemerência ou de beneficência, mas como função própria e indeclinável”.²⁵⁷

Por fim, no último discurso sugerido por Eduardo Gomes para conhecer suas propostas em relação aos trabalhadores, em Sorocaba, ele defendeu que os trabalhadores do campo e das cidades deveriam ser amparados por uma legislação, que proporcionasse os meios necessários para atingir o bem-estar dos indivíduos. Defendeu a organização dos trabalhadores em sindicatos autônomos e da aproximação dos operários e patrões. Por fim, baseou-se novamente nos ensinamentos católicos para propor soluções para os problemas sociais brasileiros. Sugeriu o que havia sido exposto na encíclica *Rerum Novarum*: favorecimento da iniciativa privada e promoção dos princípios de justiça, “sem quebra dos sentimentos humanitários e sem violência à índole e as tendências do homem”.²⁵⁸ Ao referenciar a encíclica de Leão XIII ele está fazendo alusão ao que foi proposto pela doutrina católica nesse documento. Trata-se de discutir as relações entre operários e patrões, contudo, negando a luta de classes – conceito que remete ao socialismo.

De fato, neste discurso proferido em Sorocaba, interior de São Paulo, Eduardo Gomes abordou a expansão da legislação trabalhista para o trabalhador rural. Mas este comício ocorreu em 22 de novembro de 1945, ou seja, onze dias antes apenas do pleito que decidiu o novo presidente da República. A campanha terminava. Eduardo Gomes poucas vezes falou sobre a ampliação da legislação trabalhista. Quando remetia aos trabalhadores era para desprestigiar o Estado Novo sob argumento de falta de liberdade devido à falta de autonomia plena nos sindicatos. Ainda no discurso de Sorocaba, Eduardo Gomes defendeu que

a sindicalização livre é uma das condições essenciais para a proteção dos direitos do operário. Deve-a favorecer todo governo genuinamente democrático, isto é, todo governo que vise, efetivamente, o benefício do operariado e não a satisfação dos interesses dos homens que se acham no poder.²⁵⁹

As propostas de Eduardo Gomes para os trabalhadores permeavam em duas vertentes: a primeira estava aliada à doutrina social católica; a segunda, à

defesa da autonomia sindical e à liberdade de organização dos trabalhadores. É possível considerar que Eduardo Gomes tentava conquistar, em seus discursos, o voto de uma parcela organizada da sociedade civil. Havia um público alvo: setores médios, elites e trabalhadores organizados. Tratou-se, portanto de uma estratégia política. Ademais, a UDN teve sua fundação a partir da oposição ao Estado Novo. A defesa da organização dos trabalhadores era uma crítica à tutela do Estado nessa área, praticada por Vargas.

Nesse contexto de campanha presidencial, no Rio de Janeiro, um comitê de senhoras da sociedade que apoiavam a campanha de Eduardo Gomes se encontravam em “reuniões requintadas”. Entre essas mulheres, a doceira Heloísa Nabuco de Oliveira apresentou um doce preparado com leite condensado e chocolate. No intuito de contribuir para a campanha de Gomes, deram o nome de brigadeiro, doce que se tornou tradicional da culinária brasileira.²⁶⁰

A campanha pró-Dutra voltada para os trabalhadores mais pobres crescia. Seus principais articuladores eram Hugo Borghi, José Junqueira e Nelson Fernandes. Foi nessa conjuntura que surgiu a campanha do “marmiteiro”. Em discurso, Eduardo Gomes disse que não precisava de votos dessa “malta” que havia participado dos comícios queremistas. Hugo Borghi, líder queremista, verificou no dicionário que “malta” era um dos sinônimos possíveis para “marmiteiro” – termo que relacionava à condição do trabalhador. A campanha, então, carregava o significado do candidato udenista ser elitista, o qual não precisaria dos votos dos trabalhadores.

É também neste contexto que a posição do PTB se tornou crucial. Segundo Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo, “de seu apoio poderia depender a eleição de Dutra, o fortalecimento maior ou menor do Partido Comunista ou, até mesmo, a eleição do Brigadeiro. E foi, de fato, extremamente confusa a posição do PTB”.²⁶¹ Um acordo foi firmado entre PTB-PSD. O candidato pessedista comprometia-se a respeitar o programa do PTB e, caso eleito, escolher nos quadros do Partido seu Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em troca, o Partido Trabalhista Brasileiro apoiaria a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra.

O PSD, como mostra Maria Lucia Leite Lippi, se estruturou nos estados sob a liderança dos interventores ou de políticos com projeção ligada à interventoria.²⁶² Ao seguir esse modelo de fundação, o partido dispôs de forte

poder político nos estados e municípios, o que seria fundamental para a vitória de um candidato. Maria Campello de Souza analisa alguns aspectos que mostram mudanças condicionadas e dirigidas pelo Estado Novo. No que se refere ao PSD, partido criado de alto para baixo, representativo de permanência do governo, a oposição pensava que ele teria sido beneficiado com a obrigatoriedade da filiação nacional, uma vez que *“através das interventorias, dispunha de articulações nacionais, ao passo que as demais agremiações eram restritas a um ou dois estados”*.²⁶³

A candidatura de Dutra, entretanto, não havia entusiasmado grande parte do eleitorado. Segundo Clausinei Ferreira, “poucos viam Dutra como vencedor das eleições para Presidente”.²⁶⁴ O candidato teria recebido um telefonema do presidente do PSD sugerindo a retirada de sua candidatura, pois acreditava ser garantida a vitória de Eduardo Gomes.²⁶⁵ Foi preciso Vargas se posicionar sobre seu apoio ao candidato para a situação mudar. Foi próximo das eleições que ele pronunciou:

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, e nem se participa da vitória ficando neutro. [...] O momento não é de nomes mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei os trabalhadores que cerrassem as fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor de seus interesses.

O General Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantia de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele mereceu, portanto, os nossos sufrágios.

Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom e generoso. Estarei do vosso lado na luta e acompanhar-vos-ei até a vitória.²⁶⁶

Nas eleições de dois de dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra foi vitorioso, obteve 55,39% dos votos. Yeda Fiúza teve 9,7%, Eduardo Gomes alcançou 34,8 %. As eleições, portanto, consagraram a vitória de Dutra, mas principalmente evidenciou a força política de Getúlio Vargas. Os depoimentos da época e publicações na imprensa já abordados no capítulo demonstram que havia um ambiente favorável para a vitória de Eduardo Gomes nas vésperas da eleição. É possível que se tratasse de uma estratégia para angariar os votos dos indecisos e propagandear sobre a candidatura do Brigadeiro. Contudo, acreditamos que o poio de Vargas a Dutra nas vésperas da eleição foi

fundamental para a vitória deste candidato. A União Democrática Nacional conseguiu derrubar o Estado Novo, mas longe esteve de retirar o prestígio de Vargas, que mesmo afastado do poder, foi peça fundamental no processo político eleitoral.

Virgílio de Melo Franco acusou que o alistamento *ex-officio* criou um ambiente de favorecimento de vitória ao PSD. O alistamento teria sido “estendido às massas menos esclarecidas, enquadradas pelas organizações fascistas a que tinham sido reduzidos, pelo Estado Novo, os sindicatos, possibilitando assim a inclusão dos analfabetos e dos estrangeiros.”²⁶⁷ O processo de alistamento eleitoral, segundo os udenistas, teria sido controlado e manipulado pelo governo. Nesse modo de cadastramento teve destaque os trabalhadores urbanos. O alistamento *ex-officio* permitia o registro de bloco de eleitores através de listas preparadas por agências governamentais e empregadores.

Maria do Carmo Campello de Souza relata que “o alistamento *ex-officio* correspondeu a 23% da votação nacional em 1945”.²⁶⁸ Este tipo de alistamento conferiu a eleição de 1945, “senão um caráter de fraude oficializada, pelo menos um viés considerável”.²⁶⁹ Fernando Limongi, a partir de análises estatísticas, critica a conclusão de Souza. O cientista político mostra que não mais que um quarto dos eleitores foram alistados na forma *ex-officio*. Sendo assim, “ainda que não tenha sido desprezível, não se pode dizer que esta forma de alistamento preponderou. Sobretudo, está longe de ser fundamental no interior, onde se concentrava a maior parte do eleitorado”.²⁷⁰ Limongi analisa:

O eleitorado do PSD, com certeza, não se resumiu a eleitores alistados pelos sindicatos e órgãos públicos, tampouco se poderia supor que a UDN contou com o apoio apenas de eleitores que tenham se inscrito de forma voluntária. Em boa medida, restaurou-se o que o Plano B pretendia erradicar; as práticas políticas das velhas máquinas oligárquicas foram reativas pelas elites políticas acomodadas tanto no PSD quanto na UDN.²⁷¹

O alistamento *ex-officio* é um fato a ser considerado – ainda que não seja fator determinante para a derrota de Eduardo Gomes. Devemos considerar, ademais, as “práticas políticas das velhas máquinas oligárquicas”, em que o PSD, por ser um partido fundado por interventores e políticos de relevo regional, se destacou.

O que explica a derrota de Eduardo Gomes não é um fator único. Tratou-

se do poder eleitoral do PSD, mas também da imagem elitista que Eduardo Gomes tinha. Ademais, o apoio de Vargas – que muito prestígio tinha entre os trabalhadores – para o candidato pessedista, foi fundamental para garantir a vitória de Dutra.

Sobre a derrota nas eleições, Eduardo Gomes, assim como seus aliados udenistas, olharam com positividade os feitos de 1945. Considerou-se, apesar de vencido nas urnas, foi vitorioso em sua campanha que colocou fim à ditadura do Estado Novo. Eduardo Gomes escreveu uma “Carta aos brasileiros”, datada de 18 de dezembro de 1945, ocasião que já se tinha conhecimento do resultado das urnas, mas restava o anúncio definitivo dos resultados pelo Tribunal Superior após conclusão da apuração dos votos nas respectivas regiões pela instância da Justiça dos Estados. Relatou que iria voltar a se dedicar a carreira militar e que seu desejo era que a democracia alcançasse a vitória integral:

Desejo, sobretudo, que se preserve e se mantenha, nos delineamentos da teoria e na constância do exemplo, a pureza da ordem democrática. O povo brasileiro merece, como nunca, ter a certeza da sua definitiva emancipação. Não devem desanimá-lo alguns fatores transitórios, que influíram na escolha de 2 de dezembro e que são os resíduos de um governo maléfico, na sobrevivência dos erros, que acumulara, para nosso infortúnio: a submissão fascista dos trabalhadores ao Estado[...]. Dizia Luís Blanc que, antes de 89, a França tinha o pão sem a liberdade; teve, depois, a liberdade sem o pão. A ditadura no Brasil, negou um e outra às classes trabalhistas.²⁷²

Eduardo Gomes se mostrou comprometido com a democracia e considerou sua derrota uma consequência da manipulação fascista por anos realizada por Getúlio Vargas. Virgílio de Mello Franco seguiu a mesma posição de Gomes. Em *A Campanha da UDN*, ele relata:

O povo, empobrecido continuamente, foi também deseducado politicamente e, de maneira geral, mantido na ignorância, embrutecido pela miséria, envenenado pela propaganda. Dessa propaganda um exemplo é significativo: a que dava o sr. Vargas como “pai dos pobres” e criador da legislação brasileira do trabalho e da previdência social. Bem sabemos todos nós que ao cônsul Vargas e ao sistema que concretizava sua concepção do Estado é que devemos a transformação dos sindicatos de realidades vivas, órgãos livres de expressão democrática, em simples máquinas burocráticas, emanadas do Estado. Mas a propaganda aliviada à criação dos sindicatos o nome do homem que tirara aos operários a liberdade sindical e o direito de greve.²⁷³

O trecho acima foi escrito após o resultado da eleição presidencial de 1945, que garantiu a vitória ao candidato Eurico Gaspar Dutra. Virgílio, tal como os outros membros do partido, interpretaram que a causa da derrota foi a ignorância do povo, que havia sido manipulado pela mídia estadonovista. Vemos, portanto, que foi este o pensamento udenista no que se refere a razão para Eduardo Gomes perder as eleições: a ignorância do povo e o poder político manipulador de Getúlio Vargas.

2.3. A segunda campanha: para combater o inimigo, o herói.

A UDN continuou manifestando oposição ao legado de Vargas - o trabalhismo. Convergiram, nos anos posteriores a eleição de 1945, para que Vargas não retomasse a Presidência. Eles, que foram silenciados durante o Estado Novo, contavam nesse momento com grande apoio da imprensa. Segundo Maria Helena Capelato, na batalha de imagens, a oposição a Vargas detinha controle de poderosos veículos midiáticos.²⁷⁴ Aconteceu, pois, que mesmo com a oposição atenta e recorrendo a propagandas para tentar deturpar o governo de Vargas, o ex-presidente articulou seu retorno. Recebia em São Borja personagens influentes. Ademais, conforme elucida Maria Celina D'Araújo, um "movimento inteiramente desarticulado, sem chefe e sem orientação, surge nos quatro cantos do Brasil", "natural, espontâneo", reclamando o retorno de Vargas ao poder.²⁷⁵

Em 1946 a União Democrática Nacional se encontrou em dilema entre seguir posições de apoio ou oposição ao governo de Eurico Gaspar Dutra, do PSD. Segundo Otávio Dulci, os defensores da ideia de apoio político possuíam visão conservadora no plano socioeconômico, enquanto seus críticos objetivavam reformas.²⁷⁶ A proposta de conciliação foi vitoriosa. Dessa forma, foi firmado, em janeiro de 1948, acordo entre PSD, UDN e PR. Nascido de negociações entre Eurico Gaspar Dutra e os governadores udenistas Otávio Mangabeira (BA) e Milton Campos (MG), a proposta objetivou "consolidar o regime, promover planos econômico-financeiros e fazer cumprir a legislação relativa à elevação do nível de vida dos brasileiros".²⁷⁷

O acordo, com posições conservadoras e apoio do governo federal, visou à sucessão presidencial de 1950. Segundo Lúcia Hippólito, Dutra tentava,

através da coligação, indicar uma candidatura “de união nacional” para manter o controle da própria sucessão. Em junho de 1949, o governador do Rio Grande do Sul, Valter Jobim, propôs a chamada “fórmula Jobim”, em que o candidato a Presidente da República deveria ser indicado após ampla consulta a todos os partidos políticos.

A “fórmula Jobim” desejava ouvir todos os partidos e os políticos que possuíam importante representatividade no país: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Ademar de Barros. A proposta fracassou. Agremiar projetos inconciliáveis e equilibrar disputas entre forças políticas em único candidato era irrealizável. A proposta, então, foi substituída pela “fórmula mineira”, que teve Eurico Gaspar Dutra, Benedito Valadares e Adroaldo Mesquita da Costa como principais mentores. Ela pretendeu apontar um candidato oriundo de Minas Gerais, estado este com forte potencial eleitoral, com possibilidades, portanto, de alcançar a vitória nas urnas.

As propostas da “fórmula Jobim” e “fórmula mineira” fracassaram. Era inexequível um candidato que representasse interesses conflitantes. O acordo interpartidário se rompeu. Os partidos majoritários, então, desejosos em se consagrar no poder através da candidatura do Presidente da República, quiseram indicar personalidade que fosse representante de seu partido.

O Partido Social Democrata indicou o nome de Cristiano Machado, o qual deveria se entender, pessoalmente, com Vargas e oferecer a Vice-Presidência ao PTB. No entanto, Cristiano Machado não o procurou. Ele temeu que sua aproximação com Vargas ocasionasse desavenças com Dutra. Getúlio Vargas recusou-se a tomar a iniciativa de apoiar o candidato pessedista. A não aceitação da candidatura por Vargas implicou na não aceitação do candidato oficial, por várias seções estaduais do PSD, que decidiram apoiar Vargas.²⁷⁸

Cristiano Machado teve sua candidatura oficializada pelo PSD sem o apoio de Getúlio Vargas e importantes líderes pessedistas, sem grande representatividade e apoio político. O Partido Republicano (PR) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR) declararam apoio a Cristiano Machado. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) lançou a candidatura de João Mangabeira para competir na eleição presidencial de 1950.

Em março de 1950, foi realizado acordo entre Vargas e Ademar de Barros, no qual se estabeleceu uma frente chefiada pelos dois líderes.²⁷⁹ No mês seguinte foi firmado acordo partidário entre PTB e PSP.²⁸⁰ Desta aliança,

originou-se, meses depois, a candidatura da chapa Getúlio Vargas – Café Filho. Ademar de Barros aderiu à candidatura Vargas. Ele possuía intensa força política, principalmente em São Paulo, que contribuiu ainda mais para a vitória da chapa.

Em um cenário suposto²⁸¹ em que Vargas disputaria as eleições de 1950, os udenistas acreditaram que Eduardo Gomes seria o personagem capaz de diminuir a força política de Getúlio. Em discurso por ocasião da escolha do candidato do partido que disputaria as eleições em 1950, Prado Kelly, presidente nacional da UDN, defendeu:

Estou certo, senhores, de que atendereis aos sentimentos do partido, propondo ao sufrágio do país o nome do ínclito Brigadeiro Eduardo Gomes para dirigi-lo no próximo quinquênio. O seu programa, já o apreciamos e aplaudimos na mais notável pregação cívica dos últimos tempos; e a sua vida é, por si, uma recomendação singular de valor e dignidade: Conheceréis, em breve prazo, as soluções que ele apontará para todos os nossos problemas, especialmente as que visam atenuar, no campo da economia e do trabalho, da saúde e do ensino, as dificuldades e provações dos mais necessitados.²⁸²

Os udenistas, apesar de manterem-se iguais na escolha do candidato para os representar, se propuseram a fazer uma campanha diferenciada. Intentaram abarcar conteúdos de interesses gerais da nação. Em discurso realizado na Rádio Tamoio, em 17 de maio de 1950, ou seja, pouco tempo depois de confirmada sua candidatura, Eduardo Gomes buscou estreitar a relação com a opinião pública:

na certeza, em que estou, de que uma campanha presidencial só preenche a sua missão quando se dirige à grande massa popular, perscrutando os seus sentimentos, observando as suas tendências, apreciando as suas sugestões e as suas críticas, no empenho de traçar acertadamente o esquema das medias oficiais, que o país espera.²⁸³

Relatou que, na última eleição, ele havia esboçado um quadro de necessidades dos brasileiros e indicado soluções que lhe pareceram adequadas. Contudo, nesta nova campanha presidencial tinha intento de revisar e atualizar as propostas. Convidou o povo para enviar-lhe contribuições através de sugestões de projetos que os interessassem e satisfizessem suas aspirações.

Além de sugestões de propostas políticas, pessoas comuns enviaram

correspondências sugerindo como fazer a campanha. Jesus Mafra Trindade, por exemplo, propôs que a propaganda da candidatura de Gomes fosse realizada principalmente no cinema, pois considerava que este era o maior veículo de propaganda “por ser duplo o seu efeito psicológico”. Indicava que o Brigadeiro deveria percorrer toda a Zona da Mata mineira, totalizando 55 cidades. Seu discurso se daria após a projeção de um filme acerca de suas propostas na principal praça pública de cada cidade. O custo era estimado em 25 mil cruzeiros mensais, pago quinzenalmente após recepção do relatório.²⁸⁴

Um outro remetente, sem se identificar, escreveu em dois de maio sugerindo que Eduardo Gomes deveria percorrer primeiramente os municípios interioranos dos estados para, então, chegar às capitais. A intenção com essa estratégia era estimular os partidários udenistas “perseguidos e humilhados no interior” e agregar forças indecisas a seu apoio. Os temas da campanha deveria ser “Traga mais um”; “O único que teve confiança no povo (Até que surja outro candidato)”; “Chega de experiências! Venha o Brigadeiro”; “Um homem que encarna as melhores qualidades do povo”; “Cuidado com maus conselhos. Escolha o Brigadeiro, que você já conhece”; “Olhe o que aconteceu da outra vez. Depois não se queixe...”. O remetente sugeriu ainda, de forma enfática, que deveria ser lançada a candidatura no estado de Pernambuco através de uma solenidade menos formal possível, “de modo intensamente popular (nunca no Teatro Municipal)”, avisando antes aos estados para que esses realizassem transmissão simultânea. A orientação de realizar uma solenidade de caráter simples nos indica a preocupação do remetente para que Eduardo Gomes não fosse considerado elitista, pelo contrário, pudesse ser pensado como representante do povo.

Antônio Lessa também se propôs a contribuir com a campanha de Eduardo Gomes sugerindo estratégias para propaganda do candidato. Suas indicações eram voltadas à conquista dos trabalhadores. Aconselhou que os correligionários udenistas, que estavam concorrendo ao pleito estadual e municipal, instalassem postos eleitorais próximos a indústrias com objetivo de atrair os operários, angariando seu apoio. Deveriam também atuar nas “favelas, sobradinhos e mocambos” e convidar os moradores a fazerem parte desta atuação eleitoral. Lessa alerta: “Os votos dos comunistas e do sr. Hugo Borghi vão pesar na balança”. Assim, era indicado aliar-se a Cristiano Machado e pedir sua retirada de candidatura em prol de Eduardo Gomes, visando a ganhar os

eleitores desse concorrente.²⁸⁵

Interessante são as correspondências de Lessa e do remetente anônimo citadas acima, pois nos dão mostras da percepção por alguns grupos de que a campanha de Eduardo Gomes em 1945 foi muito prejudicada pelo slogan criado por Hugo Borghi de que Eduardo Gomes era inimigo do trabalhador, pois disse que não precisava do voto dos “marmiteiros”. Lessa sugeriu a atuação do Brigadeiro em bairros que predominavam moradores de baixa renda, bem como em frente às fábricas. É evidente que o remetente estava preocupado com a opinião popular acerca de Eduardo Gomes e considerava que angariar o apoio desse grupo seria fundamental para a vitória do candidato.

José Batista de Sousa, de Governador Valadares, cidade interiorana mineira, em carta escrita em julho de 1950, compartilhou das preocupações da campanha de Eduardo Gomes e nos traz evidências do clima de confiança na vitória nas urnas em 1945, entre os udenistas, bem como da frustração após a propaganda de Hugo Borghi:

Por ocasião da campanha política de 1945, tudo fiz ao meu alcance, a fim de levar V. Excia à suprema Magistratura do país; e quando julgávamos certos da vitória, surgiu aquela covarde intriga dos “marmiteiros”, de autoria daquele infame e cínico Hugo Borghi, intriga esta que neutralizou quase todos os nossos esforços, porque surgindo o efeito almejado, indispôs as classes operárias contra V. Excia, continuando fiéis ao vosso lado alguns poucos operários mais esclarecidos que acompanhavam com interesse, pelo rádio ou pela imprensa, os vossos patrióticos discursos.²⁸⁶

Notemos, pois, que a estratégia pensada e elaborada por Hugo Borghi para referenciar Eduardo Gomes como elitista e inimigo do trabalhador deu frutos. Eduardo Gomes ficou atento a isso em sua segunda campanha. Em 1950, buscou ampliar seu eleitorado. Realizou mais discursos, abarcou cidades menores, interioranas e de todas as regiões do país, diferentemente da campanha de 1945. A campanha de Eduardo Gomes em 1950 recorreu a uma sondagem prévia do que afligia cada região para que sua oratória fosse direcionada aos interesses e melhorarias da condição daquela população ouvinte.

As pastas relativas aos discursos de campanha de Eduardo Gomes, pertencentes à Coleção UDN no IHGB, dispõem para além dos discursos, de documentos que nos fornecem conhecimento sobre as estratégias da

construção da oratória do candidato. Observemos o planejamento do itinerário de campanha em Santa Catarina. Antes das visitas às cidades, eram reunidas informações sobre características do povo e os principais problemas que os moradores enfrentavam. Em Itajaí, por exemplo, a fala do Brigadeiro deveria se voltar ao comprometimento com a conclusão e aparelhamento do porto e ao prolongamento da estrada de ferro, levando até o porto da cidade. Em Blumenau, Eduardo Gomes também deveria abordar o prolongamento da linha ferroviária. Ademais, deveria tocar no tema da imigração de forma a se comprometer em assegurar direitos de constituição aos descendentes de alemães e italianos. E, por fim, defender a melhoria da relação entre trabalhadores e empregadores com objetivos comuns de cooperação. Em Joinville deveria seguir a mesma estratégia aplicada a Blumenau, destacando o municipalismo e a questão operária. A seguir um trecho da fala de Eduardo Gomes:

Um centro, como o vosso, de acentuado desenvolvimento industrial e que, por isso mesmo, oferece o honroso espetáculo de compreensão e harmonia entre empregadores e empregados, cujos direitos cumpre assegurar e defender, pela finalidade social e cristã, que eles consagram; um município, como o vosso, que resolveu pelo sentimento e pela concórdia as dificuldades raciais e funda a sua comunhão em bases igualitárias para todos os habitantes, sem indagar de suas origens.²⁸⁷

Utilizou, portanto, como era esperado, do material previamente preparado pelos seus assistentes. Falou do desenvolvimento regional, elogiando o município; da igualdade de tratamento entre brasileiros e imigrantes; da relação entre patrões e empregados.

No Nordeste, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, Eduardo Gomes exaltou a localização geográfica, mencionando ser este município, através de Parnamirim, “o ponto do globo em que se cruzam inevitavelmente as grandes linhas aéreas que ligam os continentes”. Por assim ser, foi estratégica durante a Segunda Guerra Mundial, contribuindo para a vitória dos Aliados. Contudo, apesar de sua relevância geográfica, indispunha de elementos que possibilitavam sua industrialização, tais como carvão mineral, quedas d’água – que seriam propiciadores de geradores de energia. Ademais, sofria com longos períodos de estiagem. Diante desse quadro representativo das dificuldades enfrentadas pelo povo nordestino, Eduardo Gomes se comprometeu com o projeto de utilização do potencial hidráulico do São Francisco naquele estado e,

assim, com a melhoria da situação econômica daquela região:

O que fica dito é suficiente para afirmar-vos que não há por que descreer do futuro econômico do vosso estado. Com a ação convergente dos governos da união, do estado e dos municípios, e com a colaboração da iniciativa privada, que jamais faltou aos norte-riograndenses, empreendedores, inteligentes, ativos, incansáveis, o vosso estado consolidará a sua riqueza, acrescendo o patrimônio econômico do país, como já o faz por alguns aspectos, e continuando, com o espírito democrático de sempre, a servir os grandes ideais da nossa nacionalidade.²⁸⁸

Em tom elogioso, exaltou as qualidades dos empresários no Nordeste. Na região Sul ao tocar no ponto do operariado, buscou assentar os conflitos entre trabalhadores e empregadores. Ao observarmos suas propostas de conciliação entre operário e patrão, vemos que suas ideias ainda se baseavam na doutrina social católica e nas encíclicas do Papa Leão XIII e do Papa Pio XI, tal como ocorrera na campanha presidencial de 1945.

Os principais temas abordados em seus discursos eram referentes à economia. Em Manaus, por exemplo, sua oratória tocou nos temas do plantio e comercialização da castanha. A intenção foi dispor-se a buscar formas de ampliar o mercado externo. Falou ainda da comercialização do guaraná, carnes de caça, peixes e pecuária. A exploração da borracha ganhou um olhar especial. Gomes apontou ser este um material estratégico de maior importância. Propôs a ampliação do sistema de amparo à indústria extrativa e manufatureira da goma elástica nacional; intervir nos preços visando a fixar um valor que correspondesse “ao justo equilíbrio”²⁸⁹; promover e acelerar a cultura da borracha.

Notemos que o objetivo primordial de seu discurso foi pensar possibilidades de obtenção de maior produtividade, aproveitamento e, portanto, lucro aos seringalistas. Aos seringueiros se dirigiu rapidamente dizendo: “A tudo isso deve corresponder maior assistência econômico-social ao seringalista e ao seringueiro, este a bandeira viva dos extremos pátrios na parte setentrional do Brasil”²⁹⁰. Coube aos seringueiros, portanto, apenas elogio e o tocante a maior assistência. Mas quais eram as propostas para beneficiá-los? Como Eduardo Gomes se propunha a melhorar a vida desses trabalhadores? De que maneira o seringueiro ouviria este discurso e se sentiria representado pelas propostas do candidato udenista? Observemos trecho de seu pronunciamento referente às questões sociais:

Estudar ou propor soluções do desenvolvimento de riquezas é não perder de vista o problema da valorização humana. Há que cuidar da saúde pública e da educação. A complexidade do Amazonas, decorrente de sua extraordinária natureza, agravada ainda pela pouca densidade de população, exige estudos orgânicos. Antes que seja possível a elaboração de um plano, cumpre-se ampliar e aperfeiçoar o serviço de assistência médica já existente, multiplicando-se os esforços para o combate a determinadas moléstias que mais afligem esta região.²⁹¹

Gomes considerou em seu discurso que propor soluções para o desenvolvimento das riquezas da região amazônica era uma forma de valorizar o ser-humano. Falou de educação e saúde, temas que, de fato, eram extremamente interessantes aos trabalhadores. Mas suas propostas eram vagas. Falava de aperfeiçoar o serviço de saúde, cuidar da educação, contudo não obtinha plano estratégico para alcançar isto. Podemos compreender, dessa forma, que apesar de melhor assessorado na campanha política de 1950 e ter conseguido abordar temas específicos do interesse de cada região, seus pronunciamentos ainda eram dirigidos aos empregadores. Faltava ao candidato o direcionamento aos trabalhadores mais simples.

Enquanto o Brigadeiro se mantinha como um representante das elites, classe média e trabalhadores organizados, seu opositor, Getúlio Vargas, continuava detendo apoio do povo e angariando participação política desse grupo em prol de seu retorno ao poder. Em um panfleto disponível no arquivo “Getúlio Vargas”, do acervo do CPDOC, há a mensagem: “Ele disse: Trabalhadores do Brasil! O vosso sofrimento é uma coroa de espinhos cravada em meu coração”.²⁹² Em outro folhetim havia a mensagem: “Princesa Izabel libertou os escravos em 1888, Getúlio Vargas libertará o povo brasileiro em 1950”.²⁹³

Vejamos agora um jingle de campanha de Getúlio Vargas intitulado “adivinhe quem quiser”:

O nome dele eu não digo
Você tem que adivinhar
De quem trabalha é amigo
É nele que vou votar
É gordinho, é pequenino,
Com um sorriso de abafar!
Deus lhe deu lindo destino
É nele que vou votar

Seu nome começa com Gê
Oh! Ge-Ge! Vem nos salvar
O povo só quer você
E só em você quer votar

Do povo no coração
Seu nome gravado está
Do Brasil é redenção...
Quem é ele?! Quem será!?²⁹⁴

O uso de gramáticas políticas voltadas ao trabalhador, tais como “de quem trabalha é amigo”, “o povo só quer você”, bem como de palavras que remetem à afetividade, como uso de diminutivos “gordinho”, “pequenino”, causam no ouvinte um pensamento de aproximação entre eles e Getúlio Vargas. Esses jingles eram cantados nas rádios. No arquivo “Getúlio Vargas” há documentos que contêm levantamentos de quantidade de rádios por estado e nos dão mostras do investimento feito e na relevância desse dispositivo como meio de propagandear a campanha política de Vargas.

O rádio foi um dos recursos mais despendidos na disputa presidencial de 1950. Não foi exclusivo da campanha de Getúlio Vargas. Em uma pasta da coleção UDN, no Arquivo do IHGB, podemos perceber a grande utilidade desse meio de comunicação para divulgar as propostas do candidato udenista. Monteiro Castro solicitou ao Diretor de Gravações Elétricas a confecção de trezentas cópias de disco intitulado “Salve o Brigadeiro” a pedido de Silvino Neto. Porém a quantidade não era suficiente para a finalidade a que se destinavam, sendo necessário confeccionar mais mil.²⁹⁵ No mês seguinte uma nova cota: quatro mil discos entregues e outros seis mil em fase de impressão.²⁹⁶ A empresa de propaganda *Poyares* confirmou, em agosto de 1950, o encaminhamento de vinte jingles da campanha de Eduardo Gomes para suas dez emissoras de cadeia radiofônica.²⁹⁷ Um de seus canais era a Rádio Difusora Piracicabana, cuja informou que estava irradiando dez vezes por dia o jingle da propaganda.²⁹⁸ Já a Rádio Clube de Ourinhos, também pertencente ao grupo Poyares, comprometeu-se com a transmissão de cinco jingles por dia.²⁹⁹ Usando de jingles, intentava-se promover através de uma linguagem clara e simplificada os planos de governo de Eduardo Gomes. Vejamos:

D. Pedro I gritou...
No Ipiranga a nossa liberdade...
E o povo em coro saldou...
Salve, salve, vossa majestade!

Agora outro grito ecoou...
Sacudindo o Brasil inteiro!
E o povo de novo gritou...OBA!!!
Salve, salve o Brigadeiro!
Ô ô ô
Ô ô ô
O povo está alegre,
Porque o Brigadeiro chegou!
Ô ô ô
Ô ô ô
Chegando o Brigadeiro...
A nossa tristeza acabou!³⁰⁰

Ao não recorrer a palavras rebuscadas e de difícil compreensão, Eduardo Gomes tentava ampliar seu público alvo. Apesar de conceber os trabalhadores mais simples como seres manipulados, enganados e, portanto, sem interesse e conhecimento próprio, a UDN dava mostras que havia aprendido a importância de conquistar esse grupo para que eles votassem de forma favorável a seus candidatos nas disputas eleitorais.

Devemos nos atentar, contudo, às palavras utilizadas: “o povo em coro saldou”, “salve vossa majestade”, “salve o Brigadeiro”. São gramáticas que remontam a uma hierarquização entre os trabalhadores e o candidato, uma relação que cabia ao eleitor saudar o candidato, tal como deveria fazer com D. Pedro I por ter declarado a Independência do Brasil. Se compararmos o jingle de Eduardo Gomes com o de Getúlio Vargas percebemos enorme disparidade entre os candidatos. Gomes, apesar de ter mostrado mudanças visando a angariar o apoio dos trabalhadores em sua campanha presidencial em 1950, continuava sendo relacionado à elite, principalmente devido a seus discursos, que continuavam evidenciando uma preocupação com os interesses de grupos economicamente favoráveis e tratando a relação entre presidente e povo de uma forma hierárquica, em que cabia aos eleitores simplesmente cortejar seu representante.

Getúlio Vargas era o oposto disso. Desde o Estado Novo havia percebido a importância da classe trabalhadora para a continuidade de seu governo. Deu benefícios e, em troca, havia garantido a gratidão e lealdade do povo que o via como representante de seus anseios de melhoria de vida. Sua propaganda, ademais, buscava causar um sentimento de proximidade entre ele e seu eleitorado. Jefferson Queler em seu trabalho *“Oh! Gegê! vem nos salvar”*: *propaganda política popular (1945-1953)* traz considerações importantes acerca da propaganda política de Getúlio Vargas. Segundo o historiador, Vargas contou

com a participação de muitos trabalhadores em sua campanha, de forma que estes o propagavam sem receberem pagamentos por isso. Faziam por interesses políticos, por acreditarem nas propostas de Vargas e que seu retorno à Presidência da República traria benefícios aos trabalhadores. A publicidade voluntária permite pensar, assim, na “formação de uma esfera pública em torno de uma propaganda política elaborada e distribuída por seguidores do dito líder”.³⁰¹

Com já abordado, a União Democrática Nacional buscou maneiras de ampliar seu público votante. Além de fazer uma campanha mais abrangente do que a realizada em 1945, o partido buscou alianças com o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Libertador (PL), que apoiaram o candidato udenista. Plínio Salgado foi fundador do PRP e era presidente do partido na ocasião. Eduardo Gomes, portanto, se aliou ao conhecido integralista que, entre vários intentos, pretendia a implementação de um estado forte, centralizado, autoritário. Sobre a coligação com Plínio Salgado, Gomes se manifestou grato ao apoio político e se disse fazedor de uma campanha “destinada a despertar as energias cívicas do povo, mediante a convocação de todos os homens que não descreem do valor e da eficiência do voto para resolver as crises que nos assoberbam e que, de fato, culminam na crise moral”.³⁰²

O resultado das eleições de 1950 garantiu 3.849.040 votos a Getúlio Vargas, representando 48,7% do total; Eduardo Gomes recebeu 2.342.384 votos, em porcentagem 29,7%; Cristiano Machado 1.697.193 ou 21,5% e João Mangabeira 9.466, o que equivale a 0,1%.³⁰³ Houve grande empenho dos partidos em cadastrar novos eleitores entre os anos 1945 e 1950, visando a que estes votassem em seus candidatos. O aumento foi de 53,5% de eleitores entre 1945 e 1950.³⁰⁴ Vejamos o quadro a seguir, elaborado por Antônio Lavareda, que ajuda a compreender o comportamento eleitoral das eleições em 1945 e 1950:

TABELA 1- VOTAÇÕES OBTIDAS PELOS CANDIDATOS À PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (BRASIL, 1945-1950)³⁰⁵

ESTADOS	1945				1950			
	PSD Eurico Dutra (%)	UDN Eduar do Gome s (%)	PCB Iedo Fiúza (%)	PAN Rolin Teles (%)	PTB Getúlio Vargas (%)	UDN Eduardo Gomes (%)	PSD Cristiano Machado (%)	PSB João Mangabeira (%)
Acre	60,1	36,8	3,1	-	45,3	8,2	46,5	-
Amazonas	58,2	33,2	8,6	-	58,0	26,5	15,5	0,0

Pará	56,3	39,8	3,9	0,0	30,0	28,2	41,8	0,0
Amapá	92,0	4,5	3,4	0,1	16,0	1,2	82,8	-
Rondônia	14,1	24,6	14,2	47,0	72,4	2,3	25,3	-
NORTE	57,2	38,0	4,6	0,2	36,3	26,2	37,5	0,0
Alagoas	52,8	39,2	8,0	0,0	48,7	26,9	24,4	0,0
Bahia	52,8	41,0	6,2	0,0	52,8	28,5	18,7	0,0
Ceará	37,9	57,7	4,4	0,0	23,7	43,9	32,4	0,0
Maranhão	61,8	37,3	0,9	0,0	42,8	9,9	47,3	0,0
Paraíba	42,7	53,3	4,0	0,0	49,2	42,7	8,1	0,0
Pernambuco	48,2	35,4	16,4	0,0	44,4	31,2	24,3	0,1
Piauí	46,4	53,1	0,5	0,0	15,9	46,2	37,9	0,0
R. G. do Norte	49,2	44,1	6,7	0,0	50,8	26,9	22,3	0,0
Sergipe	45,7	45,7	8,6	0,0	45,2	28,9	25,8	0,1
NORDESTE	47,5	45,5	7,0	0,0	41,7	33,3	25,0	0,0
E. Santo	70,0	25,7	4,3	0,0	48,9	34,1	16,9	0,1
M. Gerais	57,3	40,7	2,0	0,0	32,9	34,8	32,3	0,0
R. de Janeiro	55,5	31,1	13,3	0,1	65,0	26,3	8,6	0,1
São Paulo	57,6	27,9	14,3	0,2	64,3	24,8	10,6	0,3
Guanabara	33,9	37,5	27,5	1,1	65,2	29,2	5,1	0,5
SUDESTE	54,0	33,1	12,6	0,3	53,6	29,3	16,9	0,2
Paraná	70,2	26,0	3,5	0,3	63,7	15,6	20,6	0,1
R. G. do Sul	73,5	18,2	8,2	0,1	49,4	21,0	2379,5	0,1
Sta. Catarina	65,6	33,5	0,9	0,0	40,7	37,4	21,9	0,0
SUL	71,3	22,8	5,8	0,1	50,5	23,4	26,0	0,1
Goiás	50,4	42,1	7,5	0,0	43,5	39,4	17,1	0,0
Mato Grosso	47,5	45,2	7,3	0,0	43,1	33,1	23,8	0,0
CENTRO-OESTE	49,4	43,2	7,4	0,0	43,4	37,0	19,6	0,0
BRASIL	55,3	34,8	9,7	0,2	48,7	29,7	21,5	0,1
	3.236.009	2.034.830	568.907	10.002	3.849.040	2.430.790	1.697.193	9.466

Eduardo Gomes em 1945 deteve 34,8% dos votos. Em 1950, conquistou 29,7% dos votos. Apesar de diminuir o percentual de votos, foi uma queda reduzida – 5,1%. Essa queda se torna ainda menos expressiva quando comparada com o PSD, que teve uma redução de eleitores, em 1950, de 33,8% em relação a eleição de 1945. Quando nos atentamos aos números reais, percebemos que a UDN aumentou seu eleitorado em 395.960 pessoas de um pleito para outro. Contudo, diante do aumento expressivo do cadastramento de eleitores entre 1945 e 1950, o aumento de votos no Brigadeiro não foi suficiente para garantir sua vitória. O maior número de votos foi para o PTB. Se em 1945 o partido não lançou nenhum candidato para disputar as eleições para presidente

da República, em 1950 lançou o personagem político de maior relevo na política da época: Getúlio Vargas.

Outro ponto importante que ajuda a compreender a derrota de Eduardo Gomes nas eleições presidenciais é o processo de nacionalização dos partidos. Lima Júnior chama a atenção para isso, defendendo que o período caracterizou pela expansão geográfica dos partidos, no intuito de ampliar o apoio eleitoral:

Por um lado, os partidos nacionais se expandiram geograficamente até o ponto em que as condições locais de competição lhes permitia penetrar no eleitorado; por outro, partidos com apoio essencialmente regional cresceram eleitoralmente até o ponto em que lograram disputar, com maior probabilidade de sucesso, eleições federais. Esse processo global, diríamos, de nacionalização da política, resultou, assim, tanto de variações das preferências eleitorais como do esforço organizacional dos partidos.³⁰⁶

Wanderley Guilherme dos Santos considerou correta a afirmação Lima Júnior quanto à nacionalização dos partidos, mas somente em relação aos três grandes partidos da época – UDN, PSD E PTB. Quando observou o comportamento eleitoral dos partidos menores, concluiu que esses caminhavam para a estadualização. O estudo de Jairo Nicolau,³⁰⁷ que usa como referência o *índice de desigualdade regional cumulativo*, corrobora com essa afirmação. Ele identificou a nacionalização dos grandes partidos, mas não pôde afirmar isso em relação aos partidos menores.

Diante dessa conjuntura de nacionalização da UDN, PTB e PSD, devemos considerar que, por se tratar de um processo, não houve, desde as eleições de 1945, a consolidação da nacionalização das disputas eleitorais. Se tratou de uma situação ainda em construção. Assim sendo, a força do apoio dos estados e municípios era fundamental para a vitória de um candidato – principalmente quando olhamos as duas primeiras eleições do período considerado.

O PSD, que começou exercendo poder político dominante na eleição de 1945, foi o partido que mais perdeu eleitores em 1950. É possível identificar que grande parte de seu eleitorado migrou seus votos para o PTB, principalmente por ser Vargas o candidato. Essa situação não é vista na UDN, o que mostra um possível sentimento de representatividade em relação ao Brigadeiro que se manteve nas duas eleições, possibilitando pensar, então, em *identificação partidária*³⁰⁸ entre seus eleitores.

Enquanto o PSD declinava, o PTB apresentou um constante aumento do eleitorado ao longo da década de 1950. Isto, porque contava com a “mística getulista, que transcendia os regionalismos, e com o voto operário, mobilizado pelo Ministério do Trabalho, além do alistamento *ex-officio* [...]”.³⁰⁹ O código eleitoral de 1950 aboliu o alistamento *ex-officio*. Contudo, manteve a possibilidade de cadastramento por outros indivíduos. Ademais, não havia uma exigência clara do que seria considerado alfabetizado, permitindo o cadastramento em massa organizado por partidos.³¹⁰ Antônio Lavareda analisa que a maior fatia do eleitorado dos grandes centros urbanos se identificava com esse partido principalmente por consequência da organização sindical que era “a sua ossatura no meio urbano”³¹¹. Além do crescente eleitorado com preferências no partido, podemos pensar que o PTB soube aproveitar a boa relação com os sindicatos nos centros urbanos para aumentar o número de eleitores entre 1945 e 1950, favorecendo ainda mais a vitória de seu candidato.

A vitória de Getúlio Vargas na eleição presidencial de 1950, segundo Maria Victoria Benevides, pode ser justificada pelo seu carisma popular e pelos acordos com rebeldes do PSD e adesistas da UDN garantindo, assim, votos para o candidato do PTB. Outro fator relevante teria sido o apoio dos comunistas. Maria Celina D’Araújo aponta outra situação. Ela analisa que o resultado do pleito decorreu de obstáculos que a UDN e o PSD enfrentaram na busca de uma solução comum, somados ao apoio de Ademar de Barros à sua candidatura. As teses das historiadoras nos dão luz para pensar a conjuntura política a partir das disputas e arranjos partidários.

Acrescentamos ao debate a ideia de que, além do carisma pessoal de Vargas, das estratégias de coligação entre partidos e do poder dos votos regionais para a decisão do pleito, Getúlio Vargas se destacou por perceber a força política dos trabalhadores e atuar de forma a angariar seu apoio. Eduardo Gomes tentou expandir seu eleitorado, mostrou mudanças significativas em relação a número de discursos e preparo para oratória. Entretanto, a gramática política utilizada nos discursos permaneceu voltada à ambiência das classes média e alta brasileiras. Não compreendemos que os discursos tenham sido, por si só, razões para a derrota de Eduardo Gomes. Trata-se de um elemento dentre outros que motivaram a derrota do Brigadeiro. Uma derrota em eleição deve ser estudada em sua complexidade. Deve-se atentar à legislação eleitoral, comportamento eleitoral, a força pública dos partidos e de seus candidatos, o

contexto histórico e o sentimento de representatividade que se dá entre os eleitores e os candidatos. Foi o que tentamos fazer nesse tópico. Eduardo Gomes, relativamente, manteve seu público eleitoral, chegou, inclusive, a conquistar mais votos se olharmos os números efetivos. Contudo, em um ambiente de crescimento expressivo de eleitores, não foi suficiente.

Após a vitória de Getúlio Vargas nos pleitos, a reação da UDN foi de inconformidade. Aliomar Baleeiro, em nome da UDN, apresentou recurso contra a posse de Vargas, argumentando que não havia sido alcançada a maioria absoluta dos votos. O partido ainda pediu as Forças Armadas que intervissem para que Vargas não fosse empossado. O recurso a intervenções militares era uma possibilidade sempre aberta para este personagem, uma vez que pensava que a função profissional castrense também envolvia resguardar o país de inimigos da pátria. Getúlio Vargas era visto como o mal a ser combatido. Cabia, portanto, usar qualquer força para atingir o meio de afastá-lo do poder. Em 1950 o Exército não realizou o golpe. Vargas havia sido eleito democraticamente. O que motivou a intervenção dos militares na política em 1945 foi a possibilidade da continuidade de Vargas no poder de forma inconstitucional. Em 1950 este cenário era inexistente. Eduardo Gomes não conseguiu vencer as eleições, seu inimigo político voltara ao governo. Tentou resistir da forma que lhe foi possível. Tentou motivar golpe, reclamou do resultado, mas nada resultou. A ele coube apenas tornar-se oposição ao governo de Getúlio Vargas que se iniciava.

2.4. Cartas ao Brigadeiro

Interessa-nos neste item interpretar as visões políticas das pessoas comuns durante as campanhas presidenciais de Eduardo Gomes. Tomando por base as cartas escritas por trabalhadores, em que observamos a escrita de si mesmo, de suas trajetórias e categorias profissionais, serão analisados seus posicionamentos e interesses. A proposta é compreender o diálogo entre sociedade civil e Eduardo Gomes. Entender de que maneira esse personagem correspondia aos valores e ambições do povo. Será um olhar aos sujeitos a partir de suas próprias expressões, suas palavras, suas histórias de vida, para, então, compreendermos a ambiência de suas emoções e esperanças em relação ao Brigadeiro.

Um vasto número de pessoas enviou cartas a Eduardo Gomes a partir de

sua candidatura, em 1945, para Presidente da República.³¹² Apesar de grande parte dessas correspondências terem se perdido no tempo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resguarda um importante acervo de documentos da UDN e, entre esses, há inúmeras correspondências datadas do ano de 1950, quando Eduardo Gomes participou pela segunda vez das eleições presidenciais.

Jorge Ferreira em “Trabalhadores do Brasil” analisa diversas correspondências escritas pela população pobre e trabalhadora a Getúlio Vargas. Ferreira defende que as pessoas comuns, ao fazerem leituras do discurso oficial do Estado Novo, se identificavam e se apropriavam dessas gramáticas, símbolos e valores, resignificando, assim, o discurso de Getúlio Vargas. Baseando-se no conceito de *circularidade cultural* proposto por Carlo Ginzburg, de que as ideias não são produzidas pela classe dominante e impostas de cima para baixo, Ferreira afirma que as pessoas comuns davam novos e diferentes significados aos códigos e aos valores morais sugeridos pelo Estado e, de acordo com suas experiências, reinterpretavam em seu próprio benefício.

Inspirado pelo trabalho realizado por Jorge Ferreira, este tópico tem por objetivo compreender, através das cartas enviadas por trabalhadores a Eduardo Gomes, a maneira pela qual a sociedade dialogava com as propostas, discursos, valores e normas defendidos pelo candidato udenista. Usaremos também como referência o trabalho de José Murilo de Carvalho sobre as cartas enviadas a Rui Barbosa entre 1889 e 1891, quando exerceu o cargo de Ministro da Fazenda. O intuito é compreender de que maneira o pedido de favores a personagens políticos é prática enraizada na cultura política brasileira.

A confirmação que Eduardo Gomes seria novamente candidato pela UDN ao pleito presidencial ocorreu durante a IV Convenção Extraordinária, realizada em 12 de maio de 1950, no Palácio Tiradentes, sob a presidência de Eduardo Prado Kelly. Nesta ocasião os udenistas votaram em quem desejavam que fosse representante do partido nas eleições. Eduardo Gomes conquistou 259 votos, dentre 259 votantes.³¹³ O *Correio da Manhã* noticiou sobre o resultado:

Com a chegada dos convencionais ao recinto, terminada a votação, o deputado Prado Kelly anuncia o seu resultado: votaram 259 convencionais, tendo sido computados 259 votos ao Brigadeiro. O entusiasmo que se observa então é indescritível. O plenário aplaude de pé as primeiras palavras do presidente, que, devido à forte ovação, não pôde prosseguir. Os aplausos prosseguem por vários minutos e os estudantes paulistas, que se haviam colocado próximo à mesa diretora dos

trabalhos, entoaram a sua “torcida”, que termina com as palavras: “Vitória! Vitória! Vitória!”.³¹⁴

A candidatura de Eduardo Gomes, evidentemente, animou os udenistas que, de forma unânime, votaram para que fosse ele o representante do partido no pleito de 1950. Antes mesmo da certeza sobre a candidatura de Eduardo Gomes, já havia pessoas se manifestando de forma favorável à sua indicação. É o que vemos, por exemplo, na correspondência entre o professor Alberto Deodato e o presidente da Seção da UDN de Minas Gerais, datada de 3 de novembro de 1949. O Professor relatou que nas últimas convenções regionais da UDN, os udenistas do oeste e sul mineiros gritaram por Eduardo Gomes. Defendiam que “para ganhar ou perder, sempre com o Brigadeiro”. Notava-se, pois, que o entusiasmo “era e continua cada vez maior pelo Brigadeiro da Libertação”, bastaria dizer que seria ele o candidato para que nação se levantasse como ocorreu em 1945. Por fim, Deodato defendeu que outro candidato, que não Gomes, não seria bem recebido pelos udenistas.³¹⁵

Assim aconteceu com outros indivíduos. Em abril, ou seja, um mês antes de decidido em assembleia que Eduardo Gomes disputaria o pleito, Lourenço Gotardello, residente no município Monte Sião, no sul de Minas Gerais, escreveu carta a Eduardo Gomes: “Com orgulho, entusiasmo, civismo e alta consideração, tenho grato prazer de apresentar a V. Excia. sinceros cumprimentos pelo lançamento de vossa candidatura como candidato à Presidência da República”.³¹⁶

Ao analisar a gramática utilizada na escrita da carta do professor Alberto e do Gotardello, verifica-se que eles utilizam das palavras-chave libertação e civismo. Interessa aqui compreender que eles se apropriaram dessas palavras que foram usadas sobretudo pelos udenistas. O próprio Eduardo Gomes intitula seu livro de “Campanha da Libertação”. Sua candidatura se dizia libertadora, pois pretendia romper com a ditadura e praticar a liberdade política, econômica e social. Tratava-se, dessa forma, de garantir o pleno exercício de civilidade. O remetente está, pois, em diálogo com o que era produzido pelos políticos, se apropriou desses discursos e utilizou deles para embasar sua escrita.

Observemos agora a carta escrita em nome do “Triângulo Atlético Club”, em 21 de abril de 1950, também antes da confirmação da candidatura de Gomes.³¹⁷ Tal como quase todas as correspondências, esta é iniciada elogiando Eduardo Gomes, descrevendo-o como o “maior brasileiro destes últimos

tempos”. Após, o congratula pelo lançamento de sua candidatura a Presidente da República – que ainda não havia sido confirmada em assembleia pelo partido. A seguir, explicam ao Brigadeiro que os participantes do clube eram jovens, que desejavam ver o Brasil “cada vez mais democrático e colocado entre as nações do Globo”. Tal referência nos indica, mais uma vez, a apropriação e ressignificação do discurso do candidato udenista. Em discurso realizado por Eduardo Gomes na cidade de Belo Horizonte, em 15 de julho de 1945, ele falou que o Brasil tinha a oportunidade de reconquistar, nas urnas, o domínio de si mesmo. Era necessário se opor “aos resquícios da Ditadura” através da “confiança no poder predominante das ideias, da mesma forma porque se consagrou, na luta universal, o primado do direito sobre a força”. E complementou: “A liberdade é uma condição para se adquirirem todos os outros bens; não é um resultado ou efeito deles”.³¹⁸

Eduardo Gomes defendia que a liberdade, no caso o término da ditadura do Estado Novo, era prerrogativa para a conquista de outros bens. Retomemos agora a carta do “Triângulo Atlético Club”. Quando eles mencionam desejar ver o país cada vez mais democrático para ser colocado entre as nações do Globo, eles estão corroborando com as propostas de Eduardo Gomes que, desde sua primeira campanha presidencial, se colocava como representante da instauração do processo democrático no país e propunha, desta forma, elevar o país a uma grande Nação. Os jovens do clube mineiro não encerraram a carta com a mensagem de cunho enaltecendor. Eles prosseguiram:

“existe nesta cidade o “Triangulo Atlético Club”, única entidade esportiva dos jovens desta localidade e como estamos encetando uma grande campanha para a construção do nosso campo de futebol e consideramos as dificuldades que atravessamos no interior para um empreendimento dessa natureza, lembramos um boa hora, recorrer ao espírito cooperador e progressista de V. Excia”.³¹⁹

Os remetentes aproveitavam-se da oportunidade de escrever ao candidato parabenizando pela sua indicação à Presidência da República, exaltando as qualidades do endereçado e utilizando o próprio discurso que Gomes fazia, para com seus próprios argumentos e em benefício próprio, pedirem favores ao Brigadeiro. Francisco Gomes Santos, de Penedo, também assim o fez. Ele descreveu Eduardo Gomes como o único popularíssimo homem que o Brasil precisava como chefe presidencial. Depois, como é usual, se

apresentou para, então, pedir um favor. Santos era músico, fazia parte do coral da Igreja e desejava um trombone, pois não tinha esse instrumento, apesar dos esforços que fazia para comprar.³²⁰

Eduardo Gomes era católico e tinha grande envolvimento com a Igreja. Em sua oratória, ele fazia referência a Deus, à religião e aos programas católicos. No discurso em Juiz de Fora, Gomes respondeu a acusação de que ele recusara a adesão aos postulados III, IV VI e IX do projeto da Liga Eleitoral Católica:

Sou muito grato à deferência da Liga Eleitoral Católica na consulta formulada sobre as aspirações constantes do seu programa. Tenho especial prazer em participar a V. Excia minha concordância com os itens ns. III, IV, VI e IX, sobre os quais versa a mesma consulta, e a sincera simpatia com que, por minha formação religiosa, entendo se deva considerar a matéria prevista nos demais artigos do decálogo.³²¹

A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi fundada em 1932, através do Centro Dom Vital, pelos esforços de Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca e Dom Sebastião Leme. Ela visava as eleições para a constituinte que aconteceram no ano seguinte. Tratou-se de ter os interesses católicos atendidos na política. A Liga apoiava candidatos, indicava-os para os católicos votantes e ajudava a alistar eleitores. Em troca, os candidatos se comprometiam a defender os princípios da LEC na constituinte. Grande número de deputados foram eleitos com o apoio da LEC. Em 1950, ela esteve em diálogo com os candidatos presidenciais, de modo a confirmar se eles estavam alinhados com a doutrina social da Igreja e se os interesses católicos seriam atendidos por eles. Contudo, não emitiu apoio a nenhum nome específico.³²² Eduardo Gomes, como é possível observar, se comprometeu com o que era planejado pela Liga Eleitoral Católica. Sua relação com a Igreja Católica não era desconhecida. O que parece na carta, então, é que as pessoas tinham conhecimento deste fato e utilizavam de sua proximidade com o catolicismo para ter seus benefícios atendidos.

Voltemos às cartas. Um padre da cidade de Juiz de Fora que desejava auxílio para a Paróquia de Nossa Senhora das Graças, localizada no bairro de Santa Luzia, escreveu para Eduardo Gomes. Tratava-se de uma igreja recentemente fundada num bairro pobre e populoso. O padre Helvécio Botelho D'Assunção escreveu que “não fosse a nossa angústia, Exmo. Sr. Brigadeiro, e a certeza de sermos atendidos pelo eminente brasileiro, não teríamos ânimo em

nos dirigirmos a V. Excia”.³²³ Rita Nogueira Santos e Maria do Carmo Soares Nogueira escreveram em estilo semelhante ao do padre Helvécio. Elas eram diretoras da Irmandade do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, da Paróquia Santo Antônio, em Divinópolis, cidade mineira. Por assumirem esse cargo, elas dirigiam as obras da construção da Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que ficava na zona rural da cidade. O discurso de Eduardo Gomes na rádio teria motivado a escrita da carta:

tendo tido o prazer de ouvir, pelo rádio, o grande discurso proferido por V. Excia em data 18 de julho, pelo qual nos demonstrastes o valor do nosso Brasil, vimos solicitar de V. Excia uma esmola para a mão de obra da construção daquela capela e bem assim um auxílio para a nossa iniciativa de promover uma confecção de roupas para as crianças pobres da nossa irmandade.³²⁴

Vejamos, pois, que os que escrevem o fazem por acreditar que seriam atendidos. Presumiam que Eduardo Gomes, por se comprometer com os projetos da Igreja Católica e com a Nação, agiria de forma a beneficiar aqueles que pertenciam a esse grupo. Utilizando as palavras angústia, esmola, crianças pobres, bairro pobre, os remetentes davam uma significação de caridade ao gesto de Eduardo Gomes, caso ele se compromettesse em ajudar. Não há informação nas cartas se ele os atendeu. Contudo, as mensagens de pessoas do grupo católico evidenciam que a proximidade do candidato udenista com a Igreja era algo difundido entre a população e isto contribuía para o sentimento de pertencimento e crença de que Eduardo Gomes representaria e zelaria pelos seus interesses, sejam eles micro – tal como a construção de uma igreja, doação para prover confecção de roupas para crianças carentes, etc – como também macro, uma vez que ao se comprometer com os projetos da Liga Católica, Eduardo Gomes direcionou sua campanha, deixando em evidência suas pretensões morais e sociais baseadas em preceitos religiosos. A partir disso, os grupos que compartilhavam com essas convicções passaram a ver no personagem a representação de seus interesses.

Tal como o caráter religioso de Eduardo Gomes, sua atuação militar também foi importante para as pessoas se identificarem e usarem disso como argumento para causar uma proximidade com o personagem e terem seus pedidos atendidos. A seguir a carta de Ricardo Lopes Gonçalves:

Sabendo que o ilustre militar é dotado de um coração extremamente generoso, quero solicitar de V. Excia um grande favor, pois acho-me desempregado há três anos e sendo casado possuidor de um filho[...]. Sr. Brigadeiro o favor que peço a V. Excia é o seguinte: interceder junto a quem de direito afim de eu ser nomeado para auxiliar de aeroporto da Diretoria de Aeronáutica Civil[...].³²⁵

José Batista e Gois, assim como Ricardo Gonçalves, invoca o trabalho militar de Eduardo Gomes no intuito de causar similitude entre quem pede e quem ouve. Batista e Gois narrou que trabalhou no Parque de Aeronáutica de São Paulo, mas pediu licença por tempo indeterminado pois se casou e mudou para Fortaleza. Quando chegou na capital cearense não foi possível assumir o cargo que detinha em São Paulo. Pediu, então, para que Eduardo Gomes intercedesse por ele a fim de que fosse concedida sua transferência para a Base Aérea de Fortaleza.³²⁶ Observemos, pois, os mecanismos usados pelos trabalhadores para atingirem seus objetivos. As narrativas sobre suas trajetórias de vida e profissional são significativas, nos dão mostra das escolhas dessas pessoas sobre como expressar seus cotidianos. Pode-se compreender que ao falar de família e de atuação na Aeronáutica, esses sujeitos visavam a apelar às emoções de Eduardo Gomes, causando um ambiente de reconhecimento de semelhantes experiências, para que ele intercedesse em prol de seus interesses.

De cunho análogo às narrações referenciadas acima, Augusto Leite, do Rio de Janeiro, escreveu para Eduardo Gomes, em 24 de maio de 1950, dizendo que se sentia imensamente honrado por ser a primeira vez que iria votar e por ter como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes o qual, para Leite, era o “o único homem que o Brasil não pede: NECESSITA!”.³²⁷ Após o recurso elogioso da carta, o autor narra um pouco de sua biografia. Informa que prestou serviço militar como 3º sargento da reserva no Forte de Copacabana, local “onde o seu glorioso nome brilhou nas [...] heroicas daquela unidade”.³²⁸ Augusto Leite se encontrava desempregado e com dificuldades para encontrar trabalho. Pedia, então, para que o Brigadeiro Eduardo Gomes fizesse qualquer coisa por ele.

A mensagem humilde e elogiosa ao Brigadeiro Eduardo Gomes, exaltando sua memória como herói do Levante do Forte de Copacabana indica a apropriação, pelo jovem Leite, do discurso realizado pela imprensa e pela campanha do candidato udenista. Salienta ademais, que o rapaz busca em sua fala o reconhecimento de similaridade de sua identidade com a do candidato à

Presidência da República, recorrendo a sua atuação como militar.

Nos inspiramos, novamente, no trabalho de Jorge Ferreira para compreender as entrelinhas da carta. As pessoas comuns ao escreverem o que pensavam e desejavam auxiliaram o historiador a compreender o comportamento coletivo e o modo como respondiam ao projeto político-ideológico proposto. É possível perceber que, tal como nas cartas escritas a Vargas, as remetidas a Eduardo Gomes não tinham por objetivo simplesmente a exaltação do personagem político, mas sim conquistar algo (seja um emprego, melhoria de vida, aumento). Augusto Leite, assim como outros remetentes que se dirigiam ao Brigadeiro, apropriaram-se do discurso dominante, enaltecendo a trajetória do político, corroborando, assim, com o discurso de herói em torno de Eduardo Gomes. Contudo, sua inteligência está em utilizar dessa narrativa a seu benefício, selecionando os elementos que melhor se ajustavam à sua realidade e interesses.

Com objetivo de criar uma ambiência favorável para que Eduardo Gomes atendesse seu anseio, Job Valentim dos Passos, da cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais, escreveu para o Brigadeiro relatando o clima de perseguição a que ele estava envolvido. Contou que desde 1946 estava aguardando nomeação para seu cargo no Banco do Brasil. Contudo, seu nome havia desaparecido definitivamente. A justificativa, segundo Passos, era porque ele não era filiado ao grupo político de Bias Fortes. Havia tentado, então, uma vaga no Departamento dos Correios e Telégrafos, mas novamente não teria sido aceito por não estabelecer laços políticos com Vianas. Ambos os governantes que ele acusou de censurá-lo eram do PSD, partido que, apesar de possuir acordo com a UDN a partir de 1947, não era o partido do Brigadeiro. Portanto, Passos acreditou que ao relatar seu caso para Eduardo Gomes, este poderia tentar, por algum meio, resolver seu problema, garantindo-o um emprego.³²⁹

A campanha presidencial liderada por Eduardo Gomes em 1945 se dizia defensora da liberdade, da democracia. Pretendia romper com a censura do Estado Novo. Propagava que somente assim o Brasil poderia se erguer e alcançar um lugar junto aos países mais desenvolvidos do mundo. Sendo assim, se ele era contrário às perseguições praticadas por Getúlio Vargas por que não seria igualmente contrário às praticadas pelo regionalismo mineiro? Notamos que Job dos Passos se apropriava da oratória de Eduardo Gomes e a ressignificava em seu benefício. Usava dessa estratégia para argumentar que

sofria injustiças que deveriam ser reparadas.

Algumas das cartas da coleção UDN no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aparecem com a anotação “respondido”. Uma das correspondências, escrita por Ilza Rodrigues de Almeida, do Rio de Janeiro, nos dá evidências de que o Brigadeiro atendeu pedidos:

Desde que, em 1947, o senhor prontamente atendeu o apelo angustiado de um moço idealista e pobre, que, zombando da adversidade, desprezando as precárias condições financeiras e de saúde, arriscou-se a vir do interior do Maranhão para o bulício dessa grande cidade, desde esse dia, repito, o senhor conquistou a admiração e a gratidão de muitas almas simples, entre as quais, a minha. Refiro-me ao meu irmão, Arlindo Nolelo Rodrigues. E estando hoje em piores condições que ele[...] na esperança que o senhor possa me oferecer um emprego em condições[...].³³⁰

A narrativa de Ilza nos permite afirmar que o Brigadeiro assistia pedidos que lhe eram feitos. Contudo, infelizmente, não é possível ter noção de quantas cartas foram respondidas ou quais solicitações foram atendidas.

Observamos ao longo da análise das correspondências, que elas apresentam certa homogeneidade. Os escritores começavam com tom elogioso, exaltando as qualidades do Brigadeiro. Após, discorriam sobre suas trajetórias de vida, escolhendo palavras e histórias que causassem boa impressão ao leitor e promoviam a criação de um ambiente de afinidade entre o narrador e Eduardo Gomes. Escreviam sobre suas situações, normalmente relacionadas à pobreza, para, a partir disso, pedirem algo, tal como emprego, melhores salários, auxílios, carros...

Ao descreverem suas situações e demonstrar intenção em superar os problemas sociais e econômicos, os trabalhadores registravam seus modos de interpretar a conjuntura política vivida e as relações de poder. As escolhas das palavras também indicam estratégias dos trabalhadores ao evidenciar ou silenciar aquilo que tenderia a beneficiá-los. Foi demonstrado o uso de palavras e discursos presentes na campanha política de Eduardo Gomes, tais como libertação, civilismo, herói nacional, religiosidade. Havia a apropriação dos discursos governamentais e construção de metas para conquistar seus objetivos. Nesse sentido, tal como analisou Ângela de Castro Gomes:

o processo de constituição da classe trabalhadora em ator

coletivo [foi] é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador [foi] é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto.³³¹

Ao analisar as cartas enviadas a Eduardo Gomes nos esforçamos para contribuir com a reflexão de que os trabalhadores articulavam suas expectativas de ganhos materiais (empregos e auxílios) e ganhos simbólicos (valores e tradições), não sendo, portanto, meros sujeitos consumidores e reprodutores da propaganda governista. Esses indivíduos apreendiam as mensagens políticas, interpretavam-nas e ressignificavam a partir de suas experiências e interesses. O trabalhador, portanto, foi sujeito ativo no processo de construção de sua identidade política, que se adaptou e participou do jogo político, buscando vantagens e agindo da forma que melhor o favorecesse.

Essa prática não foi exclusiva a Eduardo Gomes ou Getúlio Vargas, como mostrou Jorge Ferreira. Rui Barbosa,³³² Hélio Beltrão³³³ e Filinto Müller³³⁴ também receberam cartas com pedidos, fontes que se tornaram objeto de estudo. José Murilo de Carvalho lembra que o patronato – nome dado a prática de distribuição de favores governamentais – é recorrente desde o Império. Em seu estudo sobre as cartas enviadas a Rui Barbosa percebemos semelhanças com as enviadas a Eduardo Gomes. Necessidades pessoais ou familiares, razões político-partidárias e o regionalismo baiano eram mencionados de forma a criar proximidade entre o remetente e Rui Barbosa. Isso também foi visto na escrita para o Brigadeiro em que o narrador tentava criar familiaridade através de referência ao meio castrense, religioso e político de Gomes. Além da estratégica escolha no uso das palavras, os pedintes demonstram dois elementos: “um é a certeza da obrigação moral que cada um tem de proteger a família e os amigos; o outro, a noção de que é legítimo usar recursos públicos para fins particulares”.³³⁵ Fica em evidência, portanto, o enraizamento do clientelismo na política brasileira:

A correspondência mostra sobretudo o profundo enraizamento social do clientelismo político, que pode ser visto como troca entre partes desiguais envolvendo bens públicos. A troca desigual no campo político era uma extensão de trocas desiguais no campo social. O clientelismo político enraizava-se em uma sociedade hierárquica composta de protetores e protegidos. O patronato hierárquico social era transferido para o campo político, o governante tornava-se o patrão, o protetor, o pai.³³⁶

A análise das correspondências enviadas a Eduardo Gomes nos possibilitou compreender, portanto, o perfil dos remetentes, suas estratégias na escrita, de que forma o discurso produzido pelo Brigadeiro era ressignificado pelo povo de forma a ser usado para legitimar os pedidos. Foi possível, ademais, corroborar com a reflexão do clientelismo como prática enraizada na cultura política brasileira.

3. EDUARDO GOMES ENTRE GOLPES: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1950-1964)

3.1. Eduardo Gomes: atuação durante o governo democrático de Getúlio Vargas

Apenas um mês após as eleições de 1950, Eduardo Gomes participou de um evento de destaque e peculiar. Peculiar porque foge da competência castrense e Gomes não atuava no governo federal para atuar como representante do Brasil. Tratou-se da cerimônia do “Dogma da Assunção da Virgem Mãe de Deus”, realizada na Basílica de São Pedro, sob autoridade do papa Pio XII, no dia dois de novembro de 1950. A celebração foi reservada a delegações especiais, a membros do Episcopado e a cardeais. Além desses, contou com a participação de diplomatas e outras personalidades estrangeiras. O Brigadeiro Eduardo Gomes foi escolhido, entre tantas outras personalidades do grupo católico brasileiro, para entregar ao Papa Pio XII o álbum de todas as Dioceses do Brasil em que se pedia a proclamação do Dogma da Assunção da Santa Virgem. O encontro entre Eduardo Gomes e o Papa aconteceu em uma audiência especial obtida pelo Dom Rosalvo Costa Rego. A intenção da campanha que resultou no álbum era difundir o ensino da Igreja em torno do culto de Maria, mãe de Deus, e construir na capital de cada estado uma arquitetura em homenagem à personagem católica.³³⁷

O documento que continha a assinatura de bispos e arcebispos exigiu tempo para ser elaborado. Observemos que o evento de entrega do álbum para o Papa foi realizado em novembro de 1950, ou seja, um mês apenas após a

votação para candidato a Presidente da República em que o Brigadeiro participou da disputa. Eduardo Gomes, portanto, estava em diálogo com as demandas da Igreja Católica. É admissível que, durante sua campanha para a presidência, ele tenha sido beneficiado pelo imaginário de político católico.

Eduardo Gomes manteve-se afastado da política nos primeiros anos que sucederam o retorno de Vargas ao poder. Vargas chegou a convidá-lo para assumir o comando do Ministério da Aeronáutica, mas ele recusou. Não queria proximidade com o líder gaúcho. Dedicou-se, então, à carreira militar. Em março de 1951 pediu exoneração do cargo de Diretor das Rotas Aéreas para poder cursar a Escola Superior de Guerra.³³⁸ Vinculando o curso nesta instituição com o catolicismo supracitado, um artigo do jornal *Correio da Manhã* relata sobre um quadro da Santa Ceia que foi oferecido como presente pelos “civis e militares, permanentes e estagiários da Escola Superior de Guerra” à direção da Escola. Eduardo Gomes discursou na ocasião:

Com emoção de católico e de soldado, congratulo-me convosco [...]. E, o exame da consciência a que nos submetemos, realça como nunca esta verdade: o Brasil, formado à sombra da cruz, jamais faltará à obrigação de defender os bens da nossa cultura, contra as ideias ou práticas materialistas e utilitárias que afrontam a nossa concepção de vida, de sociedade e de Estado. É o voto que devemos repetir com singeleza, no instante em que a mais grata comoção envolve a nossa alma, fortificando-se no zelo da fé.³³⁹

A partir do exame das linguagens contidas no discurso político dispostas nesse trecho, podemos compreender que as ideias e práticas materialistas que Eduardo Gomes se refere é o comunismo. Havia o imaginário de que este modelo de governo ia contra às práticas cristãs. Assim, ao dizer que o Brasil era formado à sombra da Cruz e jamais faltaria a obrigação de defender sua cultura, Eduardo Gomes corroborava com essa imagem de comunismo *versus* cristianismo. Ademais, se coloca ao lado da Igreja Católica no combate ao comunismo.

Em 1952 ocorreu a disputa pela Presidência do Clube Militar. Duas chapas concorreram às eleições. Uma foi liderada por Estilac Leal e Horta Barbosa. Com defesas nacionalistas, esse grupo era visto pela oposição como “de esquerda”. Já a chapa denominada “Cruzada Democrática”, liderada por Alcides Etchegoyen, Nelson de Melo e Antero Martins Leal, era considerada entreguista.

A disputa pela Presidência do Clube permeou debates que envolviam, de forma sensacionalista, suspeitas contra Getúlio Vargas. João Neves da Fontoura, ex-ministro, denunciou um acordo secreto entre Argentina, Brasil e Chile. Apesar dos esclarecimentos do governo negando o pacto, a oposição explorou a relação de Vargas com Perón na tentativa de provar intenção de ambos em fundar uma República Sindicalista no país.³⁴⁰

Eduardo Gomes foi convidado a ser um dos presidentes de honra da “Cruzada Democrática”. Sobre isso, manifestou-se agradecendo e alinhando-se em prol da defesa das propostas deste grupo:

Soldados de um povo livre, só temos obrigações com a pátria e com o seu regime; com a pátria, para amá-la e defende-la em tudo que se relacione ou se possa relacionar com a soberania e a independência do país, cuja guarda nos é confiada; e com o regime para mantê-lo e preservá-lo nas leis que definem e protegem as liberdades civis e políticas e promovem o bem-estar social. Somos, por isso, nacionalistas e democratas.³⁴¹

Utilizou como recurso um vocabulário típico de militar. Observemos, contudo, que ao defender a manutenção do regime político e a proteção da liberdade civil e de políticas que promovessem o bem-estar social ele estava definindo qual seria sua identidade política e o que acreditaria que outros modelos políticos promovessem: o fim das liberdades civis e do bem-estar social. Durante as campanhas em que concorreu a Presidente da República, Eduardo Gomes declarou que Vargas era inimigo da democracia e das liberdades individuais. O comunismo se igualava ao getulismo, promovendo o fim do liberalismo. Portanto, nesse discurso não há apenas palavras de ordem, há seu posicionamento político e seu imaginário quanto ao regime que ele considerava melhor. Percebemos, ademais, que a ênfase na religiosidade e no anticomunismo se tornaram mais centrais em sua fala. Com o crescimento do PTB e com maior definição de quem são os eleitores simpatizantes com o partido, a UDN foi ganhando mais espaço na direita, pressionada, portanto, pelo PTB que consolidava sua base de apoio nos trabalhadores urbanos e mais simples. Eduardo Gomes absorve tais ideais, tornando-se mais conservador, um líder de direita, seguindo o modelo de seu partido político.

Concomitante com a disputa para Presidência do Clube Militar, no primeiro semestre de 1952, foi discutido o Acordo de Assistência entre o Brasil e os Estados Unidos. A intenção com o tratado era facilitar a cooperação militar

entre os dois países. Através da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos comissão eram feitas ligações entre os Altos Comandos das Forças Armadas desses países e entre os respectivos Estados Maiores.³⁴² Na época em que se discutiu o acordo, houve uma intensa polarização ideológica quanto à concordância em assinar o documento. O embate era de que o acordo com os Estados Unidos, em contexto de Guerra Fria, declararia o apoio ao país no conflito, além de prejudicar a autonomia brasileira na exploração de recursos minerais estratégicos para o país.

A UDN defendeu o Acordo, justificando-o pelo contexto “da guerra fria e da solidariedade continental”, tal como os militares argumentavam. Afonso Arinos, udenista líder da oposição na Câmara, relatou que defendeu o tratado devido às pressões de Eduardo Gomes e João Neves – ministro do Exterior. As razões que levaram o Brigadeiro a solicitar a defesa de Arinos era que “além dos aspectos políticos do assunto, interessava especialmente o aparelhamento em armas e técnicas que os americanos se comprometiam a fornecer, para elevação do nível das nossas forças armadas”.³⁴³ João Neves pressionava em defesa da solidariedade continental. Afonso Arinos acrescenta: “Claro que eu não podia contar as démarches que estava empreendendo, a pedido de Neves e do Brigadeiro, em favor do tratado. Mas os verdadeiros opositores, estes não se enganavam”.³⁴⁴ Afonso Arinos nos evidencia o destaque de Eduardo Gomes nas interações entre os grupos militares e o Congresso Nacional. Foi a partir de seu pedido que Arinos atuou enfaticamente na Câmara para aprovação do Acordo. O tratado foi aprovado e promulgado em junho de 1952.³⁴⁵ Em abril do ano seguinte, Eduardo Gomes assumiu a Presidência da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

João Batista Mascarenhas de Moraes, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas, relatou a atuação de Gomes na Presidência da Comissão: “pessoa ilustre [...] homem honesto, zeloso do prestígio nacional e cômico de suas altas responsabilidades como cidadão e militar emérito”. Para Moraes, ocorreu uma transformação no funcionamento da CMMBEU desde que Eduardo Gomes passou a presidi-la. Sua gestão era serena, equilibrada e ponderada. Destacou ainda que havia cláusulas do acordo entre as instâncias militares do Brasil e Estados Unidos, que eram difíceis de serem concretizadas, pois eram barradas em imposições administrativas de ambos os países. Eduardo Gomes teria tido a habilidade de negociação e conseguido solucionar esses entraves.

Por fim, o Brigadeiro participou de decisões relevantes para a segurança nacional junto ao Estado Maior das Forças Armadas.³⁴⁶

Há questões importantes que foram abordadas nesse relatório. Chama a atenção o fato de Eduardo Gomes ter tido a articulação política como característica, o fato de ter dialogado com o Comando das Forças Armadas dos Estados Unidos e obtido resultados satisfatórios para o acordo previamente assinado. Mas é ainda mais interessante Gomes opinar e participar de deliberações do mais alto escalão das Forças Armadas, quando estas não faziam parte de suas atribuições como presidente da Comissão. É notório seu prestígio no grupo castrense e que isto muito influenciou para suas conquistas no âmbito político.

Eduardo Gomes dava a impressão de se ausentar da política, se dedicar à carreira militar, mas em momentos de transição de governo sempre ressurgia como detentor de mobilidade política capaz de atrair seguidores e angariar apoio em benefício de políticos ou do partido. Eduardo Gomes parece um mentor, um orientador, a quem os políticos recorriam em momentos de crise ou quando desejam aprovação para alguma atitude que tivessem feito ou que desejado realizar. Foi o caso, por exemplo de João Cleófas que tentou se candidatar a governador de Pernambuco nas eleições de 1954, contrariando o que havia sido previsto pela UDN. Este partido havia decidido agir em coligação com o PSD, apoiando, portanto, a candidatura de Cordeiro de Farias. Cleófas esteve no Rio de Janeiro para conversar com Eduardo Gomes e, segundo foi noticiado pelo *Correio da Manhã*, confirmou a intenção de apoiar Cordeiro de Farias ao governo de Pernambuco, na Convenção da UDN que se aproximava.³⁴⁷ Sabemos, contudo, que Cleófas se aproximou do PTB e candidatou-se em oposição ao definido pela UDN.

Notemos que o grupo político ao qual ele fazia parte – UDN e seus apoiadores – mantiveram sobre Eduardo Gomes a imagem emblemática de salvador da pátria, restaurador da democracia, defensor dos melhores propósitos do Brasil. Novamente esse imaginário foi apropriado para justificar uma possível candidatura para as eleições de 1954. Em janeiro de 1954, Petrarca Maranhão publicou artigo no *Correio da Manhã* relatando um suposto atentado contra a vida de Eduardo Gomes em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. Os responsáveis pelo crime seriam “elementos colocados ali pelo inimigo, para liquidar com um dos maiores baluartes das forças brasileiras em

luta contra o adversário comum da América”.³⁴⁸ Ele relembrou esse fato para destacar a atuação de Gomes durante a Guerra, visando a demonstrar sua luta contra o Nazifascismo e enaltecer sua imagem como herói. Ao final do texto, Maranhão diz aproveitar-se desse momento para abordar o assunto, pois “já se fala na possibilidade de ser o Brigadeiro, como Rui Barbosa, candidato, pela terceira vez, à Presidência da República[...]”. A exaltação de Eduardo Gomes como candidato ideal ao cargo de Presidente da República em todas as ocasiões se baseou no discurso de seu heroísmo. O argumento central para justificá-lo como candidato era sua trajetória de vida, como se sua atuação militar bastasse para pensá-lo como governante do país.

Conforme o mandato de Getúlio Vargas terminava, em 1954, a oposição que já era muito crítica ao seu governo, passou a atuar de maneira mais incisiva. Tais forças estavam atreladas a Eduardo Gomes. É o caso, por exemplo, de Wilson Leite Passos, filiado ao movimento estudantil que havia lançado a candidatura de Gomes nas eleições de 1950. Passos acusou o Presidente da República de práticas de crime de responsabilidade e pediu a decretação de impeachment de Vargas.³⁴⁹ Assim, o líder da UDN na Câmara, Afonso Arinos de Mello Franco, apresentou pedido de afastamento do Presidente da República. A acusação fundamentava-se na alegação de que Vargas teria se entendido com o chefe da Nação argentina afim de restabelecerem o pacto do ABC cujo propósito seria formar um bloco entre Argentina, Brasil e Chile para enfrentar a pressão econômica dos Estados Unidos sobre a América do Sul. Ademais, Vargas teria ordenado o pagamento de 50 milhões de cruzeiros, sem crédito, à Comissão Central de Preços.³⁵⁰ O processo de impeachment seguiu para plenário. Votaram a favor 35 deputados, sendo 22 partidários da UDN e outros coligados ao partido – PR, PL. Quarenta parlamentares udenistas se abstiveram de votar e um votou contra.³⁵¹ A oposição ao impeachment venceu de forma esmagadora, 136 deputados rejeitaram o pedido.³⁵²

Notícias surgiram de que Eduardo Gomes teria orientado os correligionários da UDN a votarem a favor do processo de impeachment e estes o teriam desrespeitado ao não votarem ou até mesmo a votar contra, como foi o caso de um deputado. De fato, como explica Maria Victoria Benevides, alguns udenistas se opuseram ao impedimento por acreditarem que a saída de Vargas “resultaria em outro tipo de mal, que seria a hegemonia absoluta do PSD”. Essa desobediência às instruções de Eduardo Gomes, segundo a imprensa, teria

causado crise partidária. A respeito disso, o presidente do partido, deputado Arthur Santos, declarou:

A notícia é inteiramente destituída de fundamento. O Brigadeiro Eduardo Gomes não deu determinação alguma, nem sugeriu orientação no caso. A mim, pessoalmente, que mantenho com ele contatos repetidos e que me honro da sua confiança, nem sequer falou-me sobre o assunto.³⁵³

A UDN, como maneira de se auto preservar e principalmente ser discreta quanto à imagem de Eduardo Gomes, negou que ele havia instruído sobre o posicionamento do partido quanto ao impeachment. Contudo, o próprio Afonso Arinos, cujo líder udenista na Câmara foi quem entrou com requerimento de impedimento de Getúlio, reconheceu posteriormente que assim o fez devido ao empenho de Eduardo Gomes, que defendia que o afastamento do Presidente era “necessário à consolidação de certa frente militar avançada”.³⁵⁴

O jornal *Correio da Manhã* publicou após o processo do impeachment que o governo “já não se acha sozinho em campo, com os seus processos de corrupção e violência”.³⁵⁵ Acusou, portanto, Vargas de ser corrupto e praticar atos de coerção. A manchete segue informando quem seriam os atuantes nesse campo de batalha contra as práticas imorais do governo: “vemos que partidos, líderes políticos, homens públicos se dispõem a atitudes indicadoras de não conformismo e combatividade”. Exaltou, em seguida, a UDN qualificando-a como democrata e denunciadora dos golpismos e vigilante da sobrevivência da democracia. Por fim, faz menção a Eduardo Gomes que, segundo defende, “tudo que hoje assinalamos, como sinais promissores, se liga às suas ideias e atitudes, às suas campanhas de 1945 e 1950”.³⁵⁶

Após Vargas ser inocentado dos crimes que respaldavam o processo de impeachment, a UDN usou de outras estratégias para derrotar Vargas e seu legado, visando à próxima eleição. Tentou destruir a imagem positiva do Presidente perante a sociedade. A UDN compreendeu em suas experiências autoritárias que era necessário legitimar um golpe. Era necessário antes de seu acontecimento, convencer a população de que se tratava de uma intervenção para evitar uma situação de desagrado ao país, como se sua ação não fosse por si só autoritária e, portanto, um atentado à democracia. Para criar o senso de que Vargas era o inimigo da democracia, defenderam que ele planejava um golpe para permanecer à frente do país. Aliomar Baleeiro, udenista, acusou na

Câmara dos Deputados que Vargas, em almoço com generais, estaria “maquinando contra o regime, contra os direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos”. Em seu discurso, Vargas, segundo Baleeiro, teria dito quase as mesmas palavras, usado quase a mesma técnica de discurso para o encadeamento das ideias que precederam ao golpe de 10 de novembro de 1937 e o “golpe frustrado que deveria efetuar em 29 de outubro”. “As manifestações e os métodos são os mesmos, sempre [...]”.³⁵⁷

O pior da crise do governo Vargas ainda estava por vir. No dia cinco de agosto de 1954 ocorreu o conhecido atentado da Rua Toneleros, em que houve a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, jornalista cujos trabalhos eram de extrema oposição a Vargas e ao trabalhismo. Em meio a esse episódio, o Major aviador Rubens Vaz, que cuidava da segurança de Lacerda, faleceu. O jornal *Tribuna da Imprensa*, cujo proprietário era Carlos Lacerda, divulgou na edição de 5 de agosto uma nota que responsabilizava Vargas pelo crime cometido: “Mas, perante Deus, acuso só um homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite. Este homem chama-se Getúlio Vargas. Ele é o responsável intelectual por esse crime”.³⁵⁸

No dia seguinte ocorreu uma reunião no Clube da Aeronáutica, em que compareceram mais de mil oficiais da Aeronáutica, Marinha e Exército. Durante o evento, teve destaque o discurso do Major-Aviador Borges. Ele disse que a Aeronáutica levaria as investigações até o fim, “até onde a polícia não tiver coragem de levá-las”. E acrescentou que “as autoridades policiais se mostram pouco dispostas a enveredar por pistas baseadas em indícios que levem à suspeita de altas figuras do mundo político”. Adhemar Falcão³⁵⁹ elucidou sobre a reunião:

[...] falava-se francamente em depor o Presidente da República, aliás, objetivo esse que precedeu mesmo o assassinato do Major Vaz. Eu acho até que estava tudo preparado, senão esperando, porém, desejando um atentado, porque as providências tomadas para que se desse realce político ao atentado foram muitas, como a missa de corpo presente no Clube da Aeronáutica, o velório no Clube da Aeronáutica, o transporte a pé do cadáver até o Cemitério de São João Batista, a aglomeração dentro do cemitério, a faixa que o Brigadeiro Eduardo Gomes conduzia na frente do cortejo, que dizia que esse crime não ficaria impune. E, assim, acredito que esse era o objetivo. O objetivo não era bem apurar a morte do Major Vaz, e sim transformar o atentado em motivo para uma modificação

política, e assim foi feito.³⁶⁰

Tal relato serve de base para a compreensão da intenção de Eduardo Gomes durante as investigações do culpado do crime. Não se buscou justiça a um crime cometido contra um de seus pares. Tratava-se de uma oportunidade de desmantelar o governo Vargas. Eduardo Gomes havia pressionado os udenistas para votarem pelo afastamento do Presidente da República. Falhado o intento, cabia agora destruir sua honra e moral, configurando Getúlio não apenas como o criminoso corrupto e ditador como Gomes e seus companheiros o tratavam. Tratava-se nesse momento de criminalizar Vargas por um assassinato. Ainda que não conseguissem implicar Vargas como o mandatário do crime, intentavam relacioná-lo a ele. Eduardo Gomes atuava no meio castrense para conseguir esse propósito, Carlos Lacerda usava a imprensa como recurso e os congressistas atuavam na Câmara. Afonso Arinos de Mello Franco, líder da UDN, no dia nove de agosto discursou e pediu a renúncia do Presidente.

No dia dez de agosto, o Ministro da Guerra Euclides Zenóbio da Costa convocou uma reunião com o Alto Comando das Forças Armadas de Terra. Antes disso, contudo, o Ministro se encontrou com Eduardo Gomes. O jornal *Correio da Manhã* enfatizou o cargo de presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos que Eduardo Gomes tinha, fazendo subentender-se que seria esta a razão do encontro com o militar.³⁶¹ Contudo, é possível entender que a reunião entre o Ministro e Eduardo Gomes não se deu devido a este possuir o cargo de presidente da Comissão. Claramente tratou-se de dialogar, previamente, com o homem que liderava as investigações e os ânimos dos oficiais da Aeronáutica. O jornal ainda se referiu a Gomes como “um líder sereno e enérgico na luta contra a corrupção; no esforço de levar o culpado deste crime ao banco dos réus”.

No dia doze de agosto a Aeronáutica conseguiu, através de negociações lideradas por Eduardo Gomes, que o inquérito sobre o assassinato, que vinha sendo realizado pela polícia civil passasse a ser uma investigação policial-militar, sob responsabilidade da Aeronáutica. A partir desse momento toda a investigação passou a ser comandada por esta Força. Devido às inquirições acontecerem na base aérea do Galeão e estes terem amplos poderes – autonomia do poder judiciário, sem limites de hierarquia ou jurisdição –, o grupo

de investigação passou a ser conhecido como "República do Galeão". O argumento que embasou a mudança do órgão responsável pela investigação foi porque se tratou da morte de um oficial da Aeronáutica. Outra justificativa foi de que "a arma usada no crime, de uso exclusivo das Forças Armadas, levou a Aeronáutica a abrir Inquérito Policial Militar [...]".³⁶² Contudo, analisemos os bastidores da decisão... Vejamos a seguir o relato de Carlos Lacerda:

Então, aí começou, eu não sei de quem partiu a ideia, não sei se foi do próprio Adauto ou se foi de alguma autoridade da Aeronáutica, alguém teve a ideia seguinte: "Escuta, só há um jeito aí, porque se deixar isso com a polícia, a polícia vai acabar provando que você é quem matou o Vaz. A arma é uma arma de guerra calibre 45, não é uma arma que qualquer civil possa portar, só militar tem direito a portar essa arma. Portanto, pelo calibre da arma, o que se faz indicar é um inquérito policial-militar". Telefonaram para o Eduardo Gomes, que interferiu junto às autoridades da Aeronáutica e exigiu um inquérito policial-militar, e aí o negócio deslocou-se da polícia para o IPM.³⁶³

Interessante é observar que a verdadeira causa da transferência do inquérito da ordem policial para a militar não é o fato de Vaz ser pertencente à Força Aérea ou devido à especificidade da posse da arma usada no assassinato. Evidentemente estas são justificativas. Porém, claramente havia desconfiança dos militares e dos udenistas em relação às investigações da polícia civil. Esse grupo acreditava na relação, ainda que indireta, de Vargas com o crime cometido e não estava disposto a perder a oportunidade de prejudicar a imagem do Presidente e, dessa forma, enfraquecer o getulismo. Ainda a ser considerado sobre o relato de Carlos Lacerda é a atuação de Eduardo Gomes para garantir que as investigações acontecessem em âmbito militar. O Brigadeiro, portanto, longe esteve de atuar de forma isenta da política. Ele desejava a saída de Vargas e usou de sua influência militar para garantir que o possível fosse feito para alcançar seu intento.

No mesmo dia em que a Aeronáutica tomou para si a responsabilidade da investigação, foi concluído que o mandante do atentado fora Gregório Fortunato, chefe da Guarda Pessoal de Getúlio. A seguir, foi preso Alcino João do Nascimento, assassino confesso do Major Vaz. Ao ser encarcerado, acusou que familiares de Vargas estavam envolvidos no crime. O último a ser preso foi Climério Euribes de Almeida, que delatou que fora Gregório Fortunato quem o mandou assassinar Carlos Lacerda. Por fim, denúncias então foram realizadas

de que um dos filhos de Getúlio possuía negócios com o Chefe da Guarda do Presidente.

Diante de sua proximidade com o assassino, Vargas viu seu prestígio enfraquecer. Os jornais relataram ofensas ao Presidente após a missa em sufrágio da alma do Major Rubens Vaz, ocorrida em São Paulo no dia onze de agosto. Com a presença do governador, de comandantes da Força Aérea, estudantes e trabalhadores comuns, a imprensa destacou que após o ato religioso, houve um comício em que representantes acadêmicos do XI de Agosto³⁶⁴ e XXII de agosto³⁶⁵ discursaram. Os participantes teriam gritado “morras” a Getúlio e “vivas” a Eduardo Gomes.³⁶⁶ Notemos então esse jogo de oposição: de um lado Vargas, de outro Eduardo Gomes. Na política é usual o recurso de discursos ofensivos a personagens e exaltação de outros, trata-se de uma estratégia para conquistar apoio popular através da construção de uma imagem positiva ou negativa sobre um político. A representação de lados opostos, nessa circunstância, faz referência à disputa política de outrora e ao fato de Vargas ser tratado como criminoso por um grupo que via Eduardo Gomes como símbolo de honestidade e que lutava para que os responsáveis pelo assassinato do Major fossem responsabilizados.

A imprensa contribuiu para idealizar a opinião sobre a atuação de Gomes nesse contexto de crise política, através de artigos que discutiam favoravelmente suas ações. Algo curioso é que até mesmo Gustavo Capanema, líder da maioria, em discurso na Câmara, episódio em que se posicionou severamente contra a UDN, elogiou Gomes. Em um ato de defesa de Getúlio Vargas, Capanema defendeu que o pedido de renúncia do Presidente não era a voz do povo, mas sim de um partido que já vinha há tempos desejando derrubar o governo Vargas. Acusou, então, a UDN de tentar impedir a posse de Vargas alegando a tese de maioria absoluta; de tentar tirá-lo do poder através de processo de impeachment e, naquele momento, de atuar pedindo seu afastamento por proximidade entre ele e o episódio de tentativa de assassinato a Carlos Lacerda. Este partido tentava, dessa forma, tirar Vargas a qualquer preço. Fosse pelas Forças Armadas ou pela imprensa, instigando o povo a se revoltar contra o Presidente. Capanema fez a ressalva de que não eram todos do partido que agiam de má fé, havia “uma área que se conserva naquela nobre linha do Brigadeiro Eduardo Gomes e que permanece na expectativa”.³⁶⁷ Como defender que Eduardo Gomes não agia para derrubar Vargas se ele liderava a “República do Galeão”?

Ou Capanema acreditava nesse discurso de líder sereno e justo sobre Gomes ou pensava não ser uma boa estratégia criticar publicamente o personagem que perante a sociedade possuía tal legenda.

No dia dezenove de agosto ocorreu uma conferência entre militares de alta patente. Tratou-se de uma reunião no gabinete do Ministro da Guerra. Participaram: Artur Heskett Hall, Juarez Távora, Fiuza de Castro, Floriano Brainer, Danton Teixeira, Areas Pimentel, Olímpio Falconieri, Correia Lima, Vieira Peixoto, Mendes de Moraes, Jair Ribeiro, Oswaldo Mota, o ministro Zenóbio da Costa e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Gomes participou, ademais, de longa conferência reservada com o Ministro da Guerra.³⁶⁸ Poucos dias depois desta reunião o Exército entrou em prontidão no Rio de Janeiro. A Marinha e a Aeronáutica declararam estado de alerta. Os militares e a oposição pediram a renúncia de Vargas, que a recusava. Diante da negação de Getúlio em deixar o Catete, o golpe se armava. Para os militares e udenistas era claro: Vargas sairia por bem ou por mal – por renúncia ou golpe. E Vargas decidiu que só sairia por mal – morto.

O Exército decidiu se manifestar publicamente. Em documento conhecido como “Manifesto dos Generais”, 37 dos 80 generais do Exército que exerciam funções de comando no Rio de Janeiro³⁶⁹, assinaram documento datado de 22 de agosto, que pedia a renúncia de Vargas:

[...] Considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao Presidente da República;

Considerando que tais fatos comprometem a autoridade moral indispensável ao Presidente da República para o exercício de seu mandato;

Considerando, enfim, que a perduração da atual crise política militar está trazendo ao país irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da intranquilidade geral e da repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classes sociais do país;

Os abaixo assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual Presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.³⁷⁰

O Exército deu seu último aviso: Vargas deveria deixar a Presidência. Ele enfrentava a maior crise de seus governos. A oposição, diferente de outros contextos, conseguiu conquistar parte significativa da população, prejudicando, assim, a imagem do Presidente. Ainda que estivesse sendo encurralado por diversos grupos políticos para que renunciasse ao cargo, Getúlio se recusava a sair do Catete. Havia decidido, só sairia morto. Foi assim, então, que na manhã do dia 24 de agosto, Vargas cumpriu o prometido. Diante do inevitável golpe, escreveu a carta-testamento e atirou em seu próprio peito.

A oposição, que havia conseguido conquistar domínio político, viu esta situação se transformar. Isto porque após o suicídio de Getúlio uma multidão saiu às ruas desejando que suas vozes fossem ouvidas e seus sentimentos reconhecidos. Desejosos em ofender os opositores de Vargas, trabalhadores enfurecidos invadiram instalações da UDN e de jornais que faziam críticas a Getúlio. Fizeram passeatas, homenagearam Vargas, se revoltaram... Foram os apoiadores manifestando seu sentimento de afeto pelo presidente e de fúria contra os opositores. Se no dia 23 de agosto os grupos antitrabalhistas dominavam a cena política e estavam perto de desmantelar o governo Vargas, no dia seguinte viram o jogo político alterar-se. Isto ocorreu não porque Vargas se suicidou, mas porque a população enfureceu-se, questionou e saiu às ruas manifestando seu rancor aos opositores. Eles, por sua vez, perceberam que o momento exigia cautela e não tomaram o poder.³⁷¹

Assumiu o poder o vice-presidente Café Filho, tal como a ordem democrática orientava. É interessante destacar, entretanto, que este político, desde o início da trama do golpe que vinha sendo orquestrado pela UDN e grupo de militares, estava aliado às forças antigetulistas. Quando assumiu, compôs seu ministério com maioria de tendência udenista. Foi o caso do Brigadeiro Eduardo Gomes que assumiu a pasta da Aeronáutica no dia 24 de agosto de 1954.³⁷² Além dele, Amorim do Vale assumiu a pasta da Marinha, Canrobert Pereira da Costa a chefia do EMFA e Juarez Távora foi empossado na Casa Militar. Outros udenistas também ocuparam cargos importantes do governo federal. Notemos que houve predominância do grupo antigetulista no poder após a morte de Vargas. Observamos, portanto, ganhos materiais por eles. Contudo, houve prejuízos simbólicos que acarretaram um efêmero domínio no cenário governista.

Afonso Arinos relatou seu encontro com Eduardo Gomes no dia do

suicídio de Vargas. Segundo o então deputado, Gomes manteve sua “calma habitual”, “só duas coisas me mostraram que ele estava apressado e nervoso: recebeu-me em pé, sem convidar-me a tomar assento e, ao estender-me uma xícara de café, notei que suas mãos tremiam”. Em conversa, Gomes mencionou sua preocupação durante o embarque do corpo de Vargas para São Borja, que estaria sob sua responsabilidade. Teria dito: “Manteremos a ordem. Não sei é o que isto vai custar”.³⁷³

Jorge Ferreira, em “O *Carnaval* da Tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”, analisa as manifestações sociais ocorridas devido ao suicídio de Vargas. No trabalho, Ferreira descreve o cortejo na manhã do dia 25 de agosto, quando o corpo de Vargas saiu do Catete em direção ao aeroporto Santos Dumont, de onde seguiria para São Borja. Vejamos sobre a reação do povo quando notaram estar diante da Base da Aeronáutica:

Bastou, porém, o avião desaparecer ao sul do horizonte para que as milhares de pessoas se dessem conta que estavam em frente do quartel da Aeronáutica — uma das instituições centrais na crise que culminou com o suicídio de Vargas. Passados trinta minutos, desde a decolagem, e ninguém saía de frente da base aérea. Foi o tempo suficiente para que o sentimento de dor se transformasse em revolta contra os adversários do presidente. Começaram, então, a surgir vozes de protesto e ataques verbais contra os soldados e oficiais que, de armas em punho, cercavam a área militar. As 10h30min, a situação tornou-se tensa e aumentaram os insultos e ofensas dirigidos à força aérea. Alguns discursaram, lembrando o papel da Aeronáutica nos episódios políticos recentes.³⁷⁴

A Aeronáutica reagiu à multidão enfurecida de modo desigual. Enquanto os trabalhadores atacavam com pedras, os militares atiravam com fuzis, morteiros, bombas de gás lacrimogênio e granadas. A população assustada corria. Mulheres e crianças foram pisoteadas, um homem foi assassinado. “Foram quinze minutos de tiroteio ininterruptos, com um saldo trágico para a multidão. Além de uma vítima fatal, cerca de quarenta manifestantes saíram bastante machucados”.³⁷⁵ A multidão, fugindo da agressão dos militares, seguiu ao encontro de outros manifestantes que se encontravam no centro da cidade. Lá insultaram Carlos Lacerda e outros políticos de oposição.³⁷⁶

Eduardo Gomes demonstrou para Afonso Arinos que estava receoso quanto às reações durante o embarque do caixão de Vargas, mas que garantiria a ordem. Podemos observar que foi exatamente assim que agiu. Não se

importou com a brutalidade da reação da Força Aérea diante da população. Gomes determinou que mantivessem a ordem a qualquer custo – ainda que sacrificassem vidas. Sua ação provocou críticas. Durante um comício em São Paulo, organizado pelo Partido Trabalhista e pelo Partido Comunista, oradores “tacharam os atuais componentes do atual Ministério de lacaios dos Estados Unidos, dirigindo graves ofensas e insultos ao presidente Café Filho, ao Brigadeiro Eduardo Gomes, ao ministro Raul Fernandes e aos generais Juarez Távora e Teixeira Lott”.³⁷⁷ Na Câmara Federal, o petebista Rui Ramos discursou insultando Eduardo Gomes. Segundo o deputado, Gomes cometeu “acomodamento” quando aceitou o cargo de Ministro da Aeronáutica. Ademais, teria “comandado a violência armada contra a massa inerme no dia do enterro do sr. Getúlio Vargas”.³⁷⁸

Na ocasião, Afonso Arinos defendeu o Brigadeiro dizendo que este havia recusado o convite de Café Filho para assumir a pasta da Aeronáutica e chegou a indicar um colega para exercer a função. Contudo, o Presidente teria dito que a chefia de Eduardo Gomes na Aeronáutica garantiria a disciplina e a unidade das forças aéreas. Arinos, então, acrescentou:

Foi para evitar a entrega da cidade ao destino, à desgraça, à amargura, ao assassinio, ao saque, ao desastre que o Brigadeiro, depois de ter recusado, depois de indicado um companheiro de armas, curvou-se, como soldado, à designação impositiva, e curvou-se, como patriota, à consideração inafastável de que a sua presença evitaria a guerra civil.³⁷⁹

A Aeronáutica seria capaz de impedir saques e assassinatos? Os militares esqueceriam completamente sua formação sem a chefia de Gomes? As palavras de Arinos são extremistas. Exalta Eduardo Gomes como única figura capaz de unir a Aeronáutica e garantir a ordem, situação que não condiz com a realidade.

O posicionamento de crítica em relação a Gomes não foi unicamente de seus opositores. Em carta, o tenentista Antônio Ribeiro Cademartor, que se considerava próximo ao Brigadeiro, repreendeu o comportamento de Gomes. Rememorou as campanhas revolucionárias da década de 1920 que vivenciaram juntos e se mostrou desapontado com a ação de Gomes. Fez referência a Vargas, mostrando seu sofrimento pela morte dele e clamou: “em nome das nossas tradições guardadas no fundo da História, renunciar a pasta e a encerrar a sua vida de militar e de político”.³⁸⁰ Não foi o que ele fez. Eduardo Gomes atuou como ministro da Aeronáutica ao longo de todo o governo de Café Filho.

3.2. Eduardo Gomes - Ministro da Aeronáutica (1954-1955)

Em setembro de 1954, o jornal *Correio da Manhã* noticiou sobre uma crise militar e uma possível intervenção do Exército na política através da existência de um memorial de majores e capitães destinado a defender a instituição e seu Ministro. A intenção do periódico foi negar sua existência, alegando que quem a inventava eram “os mesmos que após o suicídio do sr. Getúlio Vargas, acusavam o governo de querer dar o golpe não realizando as eleições”.³⁸¹ A justificativa para isso seria que a oposição ao governo federal estava insatisfeita com o inquérito do Galeão e, enfurecida, dirigia calúnias e ofensas ao Exército e à Aeronáutica, principalmente ao militar Eduardo Gomes. Segundo o jornal, o Brasil enfrentou uma crise política resultante do assassinio do Major Vaz, a qual havia sido democraticamente superada “graças à coesão das Forças Armadas. Essa coesão permitiu que a crise desembocasse na solução constitucional e chegássemos às eleições”.³⁸²

Foi discutido no tópico anterior a atuação de Eduardo Gomes e das Forças Armadas durante as investigações de agosto de 1954. Está evidenciada a decisão, por esses grupos, do afastamento de Vargas do poder, ainda que necessitassem recorrer a golpe – o que foi tramado. A crise militar gerada após o suicídio de Vargas não é fictícia, assim como não são as discussões políticas entre militares. Havia, ademais, iniciativas em defender os interesses da caserna e seus ministros militares, tais como Eduardo Gomes e Juarez Távora. O *Correio da Manhã* ao negar a situação não é ingênuo, ele tem noção de seu papel na formação da opinião pública e na construção da memória sobre o contexto. Assim, busca desvincular a imagem das Forças Armadas ao golpismo. Por isso o uso recorrente de vocabulários que fazem referência à democracia, aos militares como garantidores da ordem e salvadores da Nação. O periódico chega a dizer, nesta mesma reportagem, que a razão para acusarem as Forças Armadas de intervenção na política é prejudicar o prestígio desta instituição entre a população e, então “o arsenal ideológico do Partido Comunista fornece as armas para os getulistas ingênuos, mas vingativos. O sentimento de vingança volta-se inteiro contra as Forças Armadas”.³⁸³

Mesmo tentando negar a crise na caserna, o *Correio da Manhã*, pouco tempo depois da publicação do artigo citado acima, noticiou sobre prisões de

oficiais da Aeronáutica, evidenciando, portanto, as divergências dentro da instituição. Tratou-se da ordem de prisão ao Brigadeiro Epaminondas Gomes, ao Major José Chaves Lameirão, ao Major Brigadeiro Godofredo Franco e a outros oficiais da Aeronáutica. Por ser Ministro da Aeronáutica na ocasião, Eduardo Gomes foi quem ordenou a prisão desses militares. A justificativa para a represália a esses personagens foi a manifestação pública de opiniões políticas. O Brigadeiro Epaminondas deu uma entrevista à revista *O Cruzeiro*. O Major Lameirão escreveu uma carta aberta ao ex-ministro da Aeronáutica, do governo Vargas. O Major Brigadeiro Franco enviou carta aberta ao Presidente da República. Alguns oficiais se manifestaram contrários à prisão desses militares e, por isso, acabaram sendo reprimidos também. Eduardo Gomes, em nota oficial, recomendou a abstinência de divulgação de opiniões pela classe na imprensa, uma vez que os regulamentos militares proibiam tal ação.³⁸⁴

A entrevista do brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos a Yedo Mendonça, da Revista *O Cruzeiro*, é uma narrativa sobre os acontecimentos que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas. Relata sobre diálogos divergentes entre ele e Eduardo Gomes durante reuniões dos Brigadeiros e comentou sobre Eduardo Gomes:

Voltou a falar o Brigadeiro Eduardo Gomes:

“Eu sou obrigado a me reportar a fatos antigos, para justificar a minha entrada na política. Em 1937, o Presidente da República me havia prometido que faria realizar eleições livres. Pois bem. Uma bela manhã, ao acordar, vi o meu regimento cercado. Saí de lá jurando que haveria de me vingar de quem me submetera àquela humilhação. Quando me ofereceram a candidatura à Presidência da República, aceitei porque era uma maneira de me vingar de quem me havia humilhado”.

Prossegue no seu depoimento o Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos:

“O Brigadeiro Eduardo Gomes em 1937 era tenente-coronel. Em 38 foi promovido a coronel, por merecimento, e a seguir foi a brigadeiro e major-brigadeiro por escolha do Presidente da República. Tudo isso recebeu do Presidente que o havia humilhado. Fez prestígio na Aeronáutica graças à bondade e à complacência do Ministro Salgado Filho, que permitiu que ele nunca respeitasse códigos e regulamentos. Exemplo: o estatuto dos militares proíbe terminantemente que contraiam matrimônio oficiais com menos de 25 anos de idade e com graduação abaixo de 1º tenente. Pois bem. Ele casou oito aspirantes nessas condições. Outro exemplo: durante a guerra, 25 sargentos receberam ordem para fazer um curso nos Estados Unidos. Quando esses rapazes passaram pelo aeroporto de Recife, cuja zona era comandada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, este determinou que eles descessem e passassem a servir com ele,

dizendo: “Estou precisando de sargentos. Vocês vão tirar curso é comigo”.

Esses dois fatos foram levados ao conhecimento das autoridades superiores. Nada foi feito, no entanto. Dessa maneira, o Brigadeiro Eduardo Gomes foi fazendo tudo o que queria, até ser candidato à Presidência da República em 1945 [...].³⁸⁵

Recorrendo até a sarcasmo, o Brigadeiro Epaminondas não somente narrou os eventos. Ele, principalmente, criticou Eduardo Gomes. A represália ordenada por Eduardo Gomes a Epaminondas não se justificou somente por Epaminondas ter se manifestado publicamente. Foi também uma reação a afronta de Epaminondas em relação a sua pessoa. A carta aberta de Francisco Chaves Lameirão ao ex-ministro de Vargas teve como intuito repelir as acusações que Epaminondas fizera na entrevista a *O Cruzeiro*. Ainda assim, Eduardo Gomes ordenou sua punição. Os oficiais que manifestaram indignação por Lameirão ser preso também foram repreendidos.³⁸⁶ Eduardo Gomes, portanto, deu ordem de prisão a todos que manifestaram publicamente seus posicionamentos políticos. O que mudava era apenas o período da prisão, cabendo ao Brigadeiro Epaminondas o maior número – oito dias.

De fato, é vedada a divulgação de posições políticas pelos grupos castrenses. Mas é inegável que o alto escalão das Forças Armadas interveio no contexto de crise de agosto de 1954 e publicou documentos exigindo a saída de Vargas do poder da República. Portanto, por mais que fosse explícito no regimento militar a proibição de divulgação de opiniões políticas no meio público, militares da mais alta hierarquia davam exemplos diferentes do previsto na legislação castrense.

Ainda sobre o paradoxo das ações de Eduardo Gomes e de seus discursos, o então Ministro da Aeronáutica discursou no “Dia da Bandeira” incitando a população a refletir sobre as vantagens de viver em um país sob regime legal e constitucional. Defendeu que somente em governos democráticos é possível fiscalizar governantes e viver com liberdade, segurança e paz. Acrescentou que “a bandeira do Brasil nunca mais cobrirá governos de exceção”.³⁸⁷ Aqui cabe ao historiador problematizar o discurso de Eduardo Gomes. Em um primeiro olhar poderíamos pensar que é contraditório ele se posicionar contrário a regimes de exceção, sabendo de seu apoio e participação durante o regime ditatorial militar (1965-1985). Contudo, é necessário cuidado para não cometer teleologia nesta análise. Eduardo Gomes em 1954, não é o

mesmo indivíduo da década de 1960 – partindo do conhecimento prévio de que ele irá apoiar o Golpe de 1964. Todos os indivíduos estão em constantes transformações e são influenciados pelo contexto a que estão submetidos.

Ao investigarmos, portanto, este discurso no “Dia da Bandeira”, podemos compreender que Eduardo Gomes ao se referir a regime de exceção no Brasil está criticando o modelo que ele conhecia como ditatorial: o Estado Novo. Sua crítica é a Vargas e a seu governo autoritário. Sua defesa de liberdade corrobora com sua noção defendida durante suas campanhas presidenciais. Para ele, insisto, Vargas e seu legado deveriam ser combatidos. Para isso, ele estava disposto a intervir politicamente, angariando apoio dos militares, com o objetivo de que o trabalhismo não dominasse o cenário político novamente. A eleição para a Presidência da República se aproximava, conseqüentemente, sua atuação para impedir o retorno do trabalhismo se intensificava...

Em novembro de 1954, o PSD decidiu pela candidatura de Juscelino Kubistchek para disputar a Presidência da República. Após o lançamento extraoficial, udenistas procuraram Eduardo Gomes para que este se manifestasse sobre a política do país. Segundo relatos, o Brigadeiro se manteve discreto e propenso a aguardar o pronunciamento de outros partidos – PR, PLM PDC – para uma melhor definição de como a UDN deveria agir diante da situação.³⁸⁸ A discrição de Eduardo Gomes é rotineira, trata-se de uma proteção a sua figura, o que não implica compreendê-lo como inerte na política.

Eduardo Gomes permanecia com o poder de angariar apoio político e participava das estratégias que visavam a que a UDN assumisse o governo federal. Podemos observar uma carta de João Neves da Fontoura para Etelvino Lins, em dezembro de 1954. O teor da carta é a sucessão presidencial. Anexa à carta, há outra correspondência, enviada a José Américo de Almeida, que discorre sobre o encontro de Fontoura com Eduardo Gomes.³⁸⁹ Durante a visita feita pelo Brigadeiro, eles conversaram sobre uma possibilidade de solução do problema da sucessão presidencial. Fontoura defendeu a necessidade de uma coligação com outras correntes políticas e pensou que Eduardo Gomes conseguiria alcançar essa conciliação interpartidária:

Salientei a S. Ex. que o seu nome – eu estava certo – não só como líder espiritual da UDN, mas pelo seu passado, merecia o apoio dos demais partidos. O Brigadeiro Eduardo Gomes declarou-me não desejar concorrer, como candidato, ao próximo pleito. Entende de seu dever acompanhar o presidente da

República até o fim do mandato, o que o incompatibilizaria para a disputa sucessória. Acrescentou que, a seu juízo, a UDN deve apoiar um candidato tirado das fileiras do PSD dissidente.³⁹⁰

Novamente o nome de Eduardo Gomes foi pensado para ser candidato a Presidente da República. O próprio militar teria recusado, justificando seu afastamento do pleito por fidelidade a Café Filho, com quem se comprometeu a ficar até o fim do mandato. Afonso Arinos, entretanto, revela que Eduardo Gomes teria rejeitado participar das eleições presidenciais por entender que havia criado incompatibilidades na área “populista”. Arinos não menciona em qual situação Gomes teria se desarmonizado com os grupos trabalhistas, mas podemos compreender que sua atuação durante a crise de 1954 foi o ápice de insatisfação desses grupos em relação à sua pessoa.

O Brigadeiro conseguiu identificar a insatisfação e fúria do povo com a morte de Vargas e entendeu que era necessário cautela e suporte de antigos apoiadores do governo getulista para que a UDN tivesse chance de permanecer no poder do governo federal após a saída de Café Filho. Fontoura sugeriu dois nomes da dissidência pessedista: Etelvino Lins e Nereu Ramos. A escolha por esses políticos era justificada por serem homens “à altura” e por conseguirem conquistar o “máximo do apoio político”.³⁹¹ Nereu Ramos, eleito Senador e Vice-Presidente do Senado, recusou disputar o pleito.

O governador Etelvino Lins se encontrou com Juscelino Kubitschek. A reunião teve como objetivo pensar uma fórmula de união de todos os partidos nacionais. Após esse encontro, Kubitschek se encontrou com Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, e com os ministros da Guerra e da Marinha.³⁹² Juscelino não conseguiu o apoio dos udenistas. Ele não estava disposto a desistir de sua candidatura em nome de um pessedista dissidente e tampouco os antigetulistas estavam dispostos a apoiá-lo.

No início do ano 1955, udenistas visitaram o Ministério da Aeronáutica na intenção de cumprimentar Eduardo Gomes pelo Ano Novo. Na ocasião, Eduardo Gomes aproveitou para discursar sobre os militares e a política brasileira:

Árbitros várias vezes das crises profundas que tem afetado a existência nacional, os militares jamais pretenderam para si as responsabilidades do governo, que deve ser oriundo do voto popular legítimo. A nossa missão tem consistido em velar para que não desapareçam as liberdades do povo e para que o nosso progresso democrático não se revele somente na letra das leis e sim na prática efetiva da legalidade. [...] E, para que se cumpra

o mandamento de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, faz-se necessário que a eleição dos governantes tenha a consagração a maioria absoluta dos cidadãos a cujo critério se confiam os destinos da pátria.³⁹³

A primeira palavra do trecho acima já nos indica muito sobre o pensamento de Eduardo Gomes: árbitros. Conceber os militares como juízes corrobora com a doutrina dos jovens turcos que entendia que os militares deveriam intervir na política quando fosse necessário. Doutrina esta que foi base de formação de Eduardo Gomes e que muito influenciou seu modo de pensar a ação dos militares – grupo que ele fazia parte – ao longo dos anos que ele atuou politicamente. O que podemos entender é que para o Brigadeiro, os militares deveriam dominar a política, quando fosse necessário, para garantir liberdade e democracia. Contudo, liberdade e democracia são noções versáteis, sendo modificadas conforme quem a concebe. Liberdade e democracia para Eduardo Gomes era diferente do que era para os trabalhistas. Já foi discutido a visão negativa a respeito do trabalhismo e a intenção de combater os resquícios do varguismo. Assim, Eduardo Gomes pensava que garantir liberdade e democracia era ser eterno vigilante e impedir uma ditadura nos moldes do Estado Novo. Eduardo Gomes não compreendia os golpes militares e tramas udenistas como medidas autoritárias. Em sua concepção, eram ações necessárias para impedir que um mal maior ocorresse.

Ângela de Castro Gomes³⁹⁴ elucida o pensamento político das classes conservadoras do período afirmando que esses interpretavam a legislação trabalhista elaborada por Vargas como aliciamento da classe trabalhadora que, seduzida, enganada, manipulada, votavam no ditador e em seus representantes, agindo com emoção e não razão. Ainda que compreendamos que Eduardo Gomes agia por acreditar que desta forma estaria provendo um país melhor, com mais liberdade e democracia, não podemos pensá-lo como ingênuo. Neste discurso ele tenta criar o imaginário do Exército como garantidor da ordem e democracia e, ao mesmo tempo, defende a proposta de maioria absoluta nas eleições. O que parece é que primeiro os antitrabalhistas pensaram em um candidato de união nacional que favorecesse suas ideias. Quando o PSD decidiu por Juscelino Kubistchek, perceberam que provavelmente perderiam as eleições e, assim, pensaram em estratégias para impedir a vitória de JK.

Outra estratégia foi a divulgação pelos militares, ainda em janeiro de 1955, de documento com diversas advertências à nação e, especialmente, com a

defesa de uma candidatura de união nacional para Presidência da República. Café Filho, Presidente do país na época, discursou no programa “Voz do Brasil” sobre o “apelo dirigido pelas Forças Armadas ao Presidente da República, que é seu comandante supremo”.³⁹⁵ A intenção era que a fala de Café Filho despertasse as elites políticas para “conduzir democraticamente, em ordem e harmonia, a evolução da delicada conjuntura política que atravessa o País, permitindo que ingresse este, numa fase de recuperação e progresso”. Os militares estavam insatisfeitos com a indicação de um candidato a Presidência da República por um partido, “sem maiores entendimentos com as outras forças políticas”. Acreditavam que o interesse com a candidatura era “restaurar a ordem de coisas encerrada tragicamente a 24 de agosto”. Ou seja, as Forças Armadas pediram a Café Filho que se manifestasse contrário à candidatura de Juscelino Kubistchek, por acreditarem que este retornaria às práticas trabalhistas. Entre os signatários desse documento estavam o Brigadeiro Eduardo Gomes, Marechal Mascarenhas de Moraes, General Teixeira Lott, General Juarez Távora, entre outros militares de elevada hierarquia.

Ao que parece, os signatários desse documento, que se consideravam representantes de parte significativa dos militares do país, decidiram que Juscelino não os agradava por possivelmente retomar práticas antes adotadas por Vargas. Decidiram, então, que o pessedista não poderia dar continuidade à sua candidatura. Nota-se que eles acreditavam ter poder para deliberar quem poderia ou não se candidatar – sempre com a justificativa de zelarem pela democracia do país. Que democracia é esta que eles tanto defendem? Democracia aqui é entendida como não-ditadura e ditadura é o Estado Novo, são as práticas autoritárias de Vargas. Os militares não entendem que suas práticas eram, por si mesmas, também autoritárias.

Armando Falcão, presidente do PSD no Ceará, escreveu um artigo sobre o discurso pronunciado por Café Filho no programa “Voz do Brasil”. O Presidente, segundo Falcão, teria se manifestado “por delegação das Forças Armadas” após o lançamento de Juscelino como candidato à Presidência da República. Para Falcão, o discurso de Café Filho foi uma guerra de nervos contra o PSD. E acrescentou:

Ninguém dorme hoje sabendo o que pode acontecer amanhã. Impõe-se acabar com a fermentação do golpismo e largar a tática da intimidação e do desassossego. É aí que culpo o sr.

Presidente da República; é aí que aponto o sr. Café Filho como peça integrante do mecanismo da pior crise. S. Exa. está faltando, infelizmente, aos supremos deveres de seu cargo. S. Exa. não está no Palácio do Catete para fomentar nada daquilo que possa desservir à tranquilidade do povo brasileiro. O seu papel há de ser o de um magistrado interessado, exclusivamente, na manutenção do regime do resguardo dos direitos fundamentais do cidadão. Não, sr. Presidente, não lhe cabe, não lhe é permitido, não lhe assiste o direito de engendrar maquinações que sobressaltam a nação.³⁹⁶

Falcão responsabilizou unicamente Café Filho pelo posicionamento contrário à candidatura de JK. Afirmou, ainda, que Eduardo Gomes se pronunciou dizendo ser contra regimes autoritários. Como poderia ele estar envolvido em um golpe? O jornal *Correio da Manhã* também publicou artigo dizendo que o momento não era de crise política, tratava-se de uma “pororoca” – fazendo alusão ao fenômeno de violentas ondas formadas a partir do encontro do mar e rio. Salientou que os militares se preocuparam com a situação política do país e, através do memorando, fizeram sugestões e apelos. Assim sendo, para o jornal, a missão estava cumprida, “um passo mais significará agora exigência, intervenção armada, imposição pela força.” Afirmou não admitir, nem tolerar, qualquer ideia de golpe ou ditadura militar, mas considerou ser afrontoso considerar essa possibilidade, uma vez que no cerne dos acontecimentos estavam Brigadeiro Eduardo Gomes e Marechal Lott.³⁹⁷

Leonel Brizzola foi mais agressivo em seu discurso na Câmara. Para ele, Eduardo Gomes não só estava intervindo na política nesse contexto, como na realidade, ele sempre o fizera. Sugeriu que o Brigadeiro despisse sua farda se pretendia fazer política e acusou-o de “se valer da sua condição de militar credenciado para influir, desde 1922, na vida pública do país”. A reação negativa entre os partidos e a sociedade civil fez Gomes e outros militares recuarem do posicionamento tão firme e negativo em relação à candidatura de JK. Não deixaram de rejeitá-la, mas buscaram outras formas de impedir sua eleição. Afonso Arinos relatou que Eduardo Gomes, devido o termômetro indicar reação negativa ao memorando dos militares, pediu para que este discursasse na Câmara defendendo o Brigadeiro, justificando a publicação do documento.³⁹⁸

Se a indicação de JK contrariou os antigetuslistas, o Vice-Presidente da chapa desagradou ainda mais. João Goulart havia sido Ministro do Trabalho do governo Vargas e, em seu mandato, aumentou em 100% o salário mínimo, gerando enorme insatisfação entre os empresários brasileiros. Ademais, era

filiado ao PTB, partido considerado herdeiro das políticas varguistas, tendo os trabalhadores operários urbanos como principais eleitores. Em abril de 1955, durante a VII Convenção Nacional do PTB, foi lançada a candidatura de João Goulart como Vice-Presidente, em coligação com o pessedista Juscelino Kubitschek. Ainda durante o encontro dos petebistas, foi lida uma carta de Luís Carlos Prestes, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, apoiando a candidatura de JK e Jango e defendendo a união entre trabalhistas e comunistas para as disputas presidenciais.³⁹⁹

Diante do lançamento da chapa PSD-PTB, a UDN se apressou em definir o candidato que concorreria ao pleito. Etelvino Lins, como já foi salientado, era pensado para ser indicado. Assim ocorreu. Até junho de 1955 os jornais destacavam o apoio de Eduardo Gomes a Etelvino Lins em detrimento de Juarez Távora, antigo companheiro tenentista e amigo do Brigadeiro. Contudo, as intenções de votos indicavam que o candidato udenista não conseguiria vencer o pleito. A partir disso, foi pensado em candidato único que agremiasse os eleitores antitrabalhistas. Jânio Quadros, então governador de São Paulo, foi procurado por Eduardo Gomes e pelo Marechal Dutra na intenção de pensarem um candidato de “conciliação”. Quadros teria se posicionado favorável a Távora para candidato a Presidente da República. Acreditava que ele conseguiria apoio da população interiorana, possibilitando uma vitória no pleito.⁴⁰⁰

No mesmo dia que o jornal *Correio da Manhã*⁴⁰¹ noticiou o encontro de Eduardo Gomes com Jânio Quadros, o periódico divulgou que Etelvino Lins havia retirado sua candidatura à Presidência da República. O até então candidato udenista se encontrou com Eduardo Gomes e, posteriormente, com Afonso Arinos, Aluísio Alves, Milton Campos e João Neves da Fontoura. O assunto tratado foi a desistência do candidato ao pleito. Podemos entender, a partir da sequência de acontecimentos, que Jânio Quadros influenciou o pensamento de Eduardo Gomes que, por sua vez, foi fundamental para a decisão de Etelvino Lins abandonar a disputa presidencial.

Eduardo Gomes se encontrou com Juarez Távora. Firmaram definitivamente a adesão da UDN à candidatura do General.⁴⁰² Lins teve sua candidatura retirada em prol do apoio à candidatura de Juarez Távora, filiada ao Partido Democrático Cristão – dissidência religiosa da UDN – e pelo Partido Socialista Brasileiro.⁴⁰³

Eduardo Gomes concordou com a indicação de Távora para pleitear o

cargo de Presidente da República. Acreditava que Távora não havia se desentendido com os trabalhistas. Afonso Arinos comentou que, em conversa com o Brigadeiro, este se mostrou satisfeito. Elogiou-o no que se referia a seus “requisitos morais e intelectuais e sendo também portador de uma legenda revolucionária”.⁴⁰⁴ Apesar dos intentos, parecia cada vez mais inevitável a vitória de Juscelino e Jango. Porém, os udenistas não estavam dispostos a, mais uma vez, se afastarem do governo federal. Propuseram, então, a adoção da cédula oficial nas urnas. A intenção era que as cédulas usadas no dia da votação contivessem os nomes de todos os candidatos. Esse papel seria impresso e distribuído pela Justiça Eleitoral. O argumento era coibir fraudes. Mas o objetivo, na realidade, era neutralizar a vantagem pessedista que tinha diretórios em todos os municípios do país. Gomes foi responsável por intervir junto aos chefes militares para angariar o apoio desse grupo à causa.⁴⁰⁵ Apesar dos intentos, a cédula oficial não foi adotada. Em seu lugar, foi criada a cédula única que seria confeccionada pelos partidos segundo modelo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral. A distribuição também seria feita pelos partidos através de seus diretórios.⁴⁰⁶

Mesmo com essas ações, a chapa PSD-PTB foi vitoriosa. Juscelino venceu as eleições com 33,8% dos votos. Juarez recebeu 28% e Ademar de Barros 24%.⁴⁰⁷ O número de abstenções foi expressivo: 40%. Eduardo Gomes, inconformado com a derrota de seu candidato no pleito, usou do argumento de número de abstenções para defender a tese de maioria absoluta. Outro argumento utilizado para esse recurso jurídico foi a não validade dos votos dos comunistas, uma vez que o partido estava na ilegalidade. Conforme relataria Afonso Arinos mais tarde, este defendeu a adoção dessa medida através de emenda constitucional a pedido de Eduardo Gomes.⁴⁰⁸ Observemos o comentário de Afonso Arinos em relação a Gomes:

Eduardo Gomes, que era sincero adepto da linha legalista, explicava-me que urgia encontrar uma saída para o impasse que vinha se aproximando. Pensava na sustentação do princípio da maioria absoluta, para ele implícito na Constituição, e, também, num processo de se rever o pleito por causa da influência que os votos comunistas – partido excluído da vida política – tinham na vitória de Juscelino. Para auxiliar-me na sustentação desta tese, Eduardo entregou-me, no domingo, 8 de outubro, na minha casa (quer dizer, logo após o pleito), um estudo de Raul Fernandes,⁴⁰⁹ escrito de próprio punho, e que conservo no meu arquivo.⁴¹⁰

Afonso Arinos escreveu esse relato em 1965, ou seja, durante a Ditadura Militar, quando ele e Eduardo Gomes mantiveram-se aliados ao governo. Eduardo Gomes, inclusive, atuou como Ministro da Aeronáutica nos anos iniciais do regime ditatorial instaurado. O discurso é importante para legitimar o golpe, tratando-o como revolução. Assim sendo, para corroborar com a construção da memória sobre um ato necessário para impedir um governo de comunistas e não uma ação autoritária, é fundamental que os agentes nesse processo sejam vistos como legalistas. Quando Afonso Arinos descreve Eduardo Gomes como “sincero adepto da linha legalista” o faz defendendo suas intervenções na política em 1955 e intentando contribuir com uma memória de personagem legalista acerca do Brigadeiro. Contudo, o que nos fica em evidência é que Eduardo Gomes estava inconformado com a vitória de JK e Jango, pensando que esta seria a volta do getulismo ao poder. Para Gomes, os que votaram na chapa vitoriosa eram massa de manobra diante da manipulação de políticos demagogos. Por assim ser, por serem enganados, os militares deveriam agir de forma a salvá-los.

Além de Eduardo Gomes, outros militares se manifestaram a favor do rompimento constitucional e defenderam intervenções na política brasileira. Essas ideias ecoaram na voz de Carlos Lacerda, principalmente através dos artigos em *Tribuna da Imprensa*. Outros jornais apoiaram essas ideias. Foi o caso de *O Globo*, *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo*.⁴¹¹

Afonso Arinos analisou que apenas uma reforma institucional ou uma ditadura militar promoveria a vitória udenista: “Mas a reforma institucional não poderia ser feita legalmente, com maioria parlamentar nas mãos deles. E as Forças Armadas ainda não estavam, em 1955, em condições de ditar as opções sob a ameaça de ditadura”.⁴¹² O golpe era sempre uma carta na mesa para a UDN. Primeiro tentavam ocupar o poder de forma democrática, participando de eleições. Quando o jogo político não era favorável a eles, recorriam então a golpes institucionais ou a golpes militares para garantir que seus interesses fossem atendidos: “A UDN e os seus pequenos aliados nunca poderiam ganhar, se os dois grandes adversários se unissem. Seu trunfo estava em procurar a intervenção militar para impedir tal união”.⁴¹³

A possibilidade iminente de um golpe militar impulsionou a manifestação de setores ligados às disputas político-partidárias de modo a defender a

legalidade. Além desses grupos, lideranças civis também se pronunciaram contra o golpe. Foi o caso, por exemplo, de Edmundo Moniz que, em nota no jornal *Correio da Manhã* elencou que justificar um golpe com base na ameaça do comunismo seria repetir a mistificação do *Plano Cohen*. Quanto ao apoio de Eduardo Gomes ao golpe, Moniz foi incisivo:

Os partidários do golpe exploram o possível apoio do Brigadeiro Eduardo Gomes. Já duas vezes o sustentamos nas eleições presidenciais, em 1945 e em 1950. Não o fizemos, é claro, pelos seus belos olhos, e sim porque nele víamos um defensor vigilante da legalidade constitucional, da democracia e da liberdade. Se amanhã, por acaso, ele se colocar ao lado do golpe e dos golpistas, é o caso de todos aqueles que sufragaram o seu nome o interpelarem: que fizeste dos nossos votos?⁴¹⁴

Interessante é que Moniz se mostra duvidoso em relação ao possível apoio de Eduardo Gomes ao golpe. Em outra ocasião, o mesmo personagem analisa as visões acerca de Eduardo Gomes. Uma, elaborada pelos comunistas, viam o Brigadeiro como um militar de tendências fascistas e odioso do bem coletivo. Uma outra visão, construída pelos petebistas pensavam-no como simples ambicioso que combateu Vargas na intenção de ocupar seu cargo no poder. O autor se nega a acreditar em ambas opiniões. Mas adverte: “que trágico destino o do Brigadeiro Eduardo Gomes se ele restabelecesse ou contribuísse para estabelecer a ditadura no Brasil!”⁴¹⁵ Podemos observar na trajetória de Gomes que ele era opositor ao fascismo. Assim sendo, é superficial e incoerente a afirmação de que ele seria um fascista. Quanto à tentativa de tomar o lugar de Vargas, apesar de ter sido candidato de oposição a Vargas na eleição presidencial de 1950, o que fica em evidência é que ele queria dismantlar o trabalhismo e toda forma de governo Vargas. Não podemos afirmar, entretanto, que ele era, simplesmente, desejoso de tomar a Presidência. Sua luta era contra o varguismo.

Além de Edmundo Moniz, entidades como a Associação Brasileira de Imprensa e a Confederação Nacional do Comércio também se pronunciaram. Karla Carloni⁴¹⁶ destaca um grupo civil dentre os que defenderam a legalidade: Liga pela Legalidade. Fundada por Sobral Pinto em final de agosto de 1955, teve como objetivo denunciar e se opor aos “conspiradores e aos golpistas”. Um de seus discursos nos chama atenção: “o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica deveria, a estas horas, estar no cárcere” devido a suas declarações contra a

legalidade.⁴¹⁷

Muito foi feito pela UDN visando a impedir o retorno dos trabalhistas ao poder. Discutiu-se a tese de união nacional, o veto militar à candidatura de Juscelino Kubistchek, a tese de maioria absoluta e a revisão do pleito sob alegação de anular os votos comunistas. Diante da impossibilidade de conquistarem seus objetivos, apelaram para a intervenção militar. Contudo, a radicalização não foi proveniente apenas entre os políticos. Os legalistas – sejam militares ou civis – também atuaram de forma intensa com objetivo de defender aquilo que acreditavam. Um boletim de autoria do general Zenóbio da Costa, datado em 15 de outubro, circulou entre os militares e depois foi divulgado na imprensa. O documento informava que o Exército não estava e nem ficaria inerte diante de ameaças à ordem legal:

Soldados do Brasil: Chegou o momento de nos pronunciarmos incisivamente perante a Nação. Nem mais um instante de espera; do contrário, a desonra e as trevas cairão definitivamente sobre nós. Mais do que nunca, precisamos estar alertas, formando com decisão e bravura em torno desse insigne soldado da legalidade que é o general Henrique Teixeira Lott, nosso único e incontestável chefe na defesa das instituições, que é a defesa do próprio Brasil. Não tenhamos ilusões: a Legalidade somente será preservada com teu sangue e com as armas que o Povo te entregou para que lhe defendas [...]. A Aeronáutica, tendo como exemplo a figura serena e impoluta do brigadeiro Eduardo Gomes, repelirá, ao nosso lado, qualquer ultraje às liberdades constitucionais, mantendo fidelidade a seu dogma cívico: “Nunca mais a bandeira do Brasil cobrirá um regime de exceção” [...].⁴¹⁸

A publicação deste documento foi encarada como afronta à ordem vigente e quebra das exigências da função de inspetor-geral do Exército, que deveria se manter isento de questões políticas. Por assim ser, Café Filho ordenou a exoneração de Zenóbio da Costa do cargo de inspetor-geral do Exército. Em contrapartida, Lott pediu a exoneração do general Alcides Etchegoyen, então inspetor da Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea do Exército, que havia se manifestado em oposição à posse de Juscelino e João Goulart.

Eduardo Gomes sondou o posicionamento de Lott em relação a um possível golpe. A intenção era angariar seu apoio à causa e, dessa forma, facilitar a intervenção na política. Junto do almirante Amorim do Vale, Gomes apresentou a Lott o artigo nº1 da Constituição: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”. O Brigadeiro defendeu que neste artigo estava implícita a tese de

maioria absoluta. Lott relatou que se mostrou contrário à intervenção e defendeu que os militares não deveriam manifestar opiniões acerca de problemas da ordem política, caberia apenas respeitar os julgados da Justiça Eleitoral,

[...] mas o Ministro Eduardo Gomes insistia (...) respondi ao Brigadeiro que eu não podia desenvolver tais démarches, que desrespeitariam a independência da Justiça. (...) Naturalmente, diante de minha decisão, o Brigadeiro Eduardo Gomes não gostou. Nossas relações cordiais continuaram, mas o Almirante Amorim do Vale, posto ao corrente que se passara, tornou-se mais reservado comigo.⁴¹⁹

As divergências dentro da classe militar estavam em evidência. Lott descreve que havia três grupos. Um que era favorável à intervenção na política de modo a impedir a posse de JK e Jango. Eduardo Gomes compunha esse primeiro grupo. Outro grupo era contra a intervenção na política e estava disposto a atuar para impedir que outros militares dessem um golpe na política. Por fim, havia o grupo que Lott se dizia pertencente, que defendia a legalidade e acreditava que as Forças Armadas deveriam se afastar da política.

Em meio a este cenário, uma situação contribuiu para os ânimos se acirrarem ainda mais. Durante o enterro do general Canrobert, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o coronel Jurandir Bizzarria Mamede fez um discurso acusando a nação de viver uma “legalidade imoral e corrompida” forjada por um sistema político desonesto. Ademais criticou o resultado das eleições com base na teoria de maioria absoluta.⁴²⁰ O general Lott considerou inadmissível a fala do coronel Mamede e desejou repreendê-lo. Porém, Mamede não estava sob seu comando. Ele era subordinado ao Presidente da República. O Ministro da Guerra tentou, sem sucesso, conversar com Café Filho⁴²¹ na intenção de pedir sua punição ou sua transferência para o Exército para que, então, Lott pudesse repreendê-lo.

Diante da não melhora no quadro clínico de Café Filho, o governo foi passado para o Presidente da Câmara, Carlos Luz. Em reunião, Lott pediu a Carlos Luz uma solução para o caso de Mamede. No dia 10 de novembro, o Presidente recebeu parecer dos comandos da EMFA e ESG, defendendo que Mamede não agiu com indisciplina em seu discurso. O posicionamento de Eduardo Gomes, em nome da Aeronáutica faz alusão a como ele agia de modo a garantir os interesses udenistas. Não era conveniente repreender Mamede, pois ele discursou corroborando com as articulações golpistas de Gomes. No

mesmo dia, Carlos Luz e Lott se encontraram e o Presidente da República em exercício informou que nada faria em relação ao coronel. Diante disso, Lott entregou a pasta da Guerra. Assumiu, no seu lugar, Fiuza de Castro. Antes disso, contudo, Lott pediu algumas horas para resolver pendências em seu posto.

Lott acreditava que ao ser afastado do cargo, as Forças Armadas seriam chefiadas por militares favoráveis ao golpe. Assim sendo, a legalidade do país corria risco.⁴²² Essas horas solicitadas por Lott para resolver pendências foi o que ele precisou para organizar um contragolpe que garantisse a manutenção da Constituição e a posse de Juscelino e João Goulart.

De fato, ocorrida a intervenção de Lott na política, logo os Ministros da Aeronáutica e da Marinha publicaram manifesto apoiando o presidente Carlos Luz e condenando as ações do Exército:

Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, face ao atentado que acaba de ser perpetrado contra a autoridade legítima e suprema do Presidente da República, declaram que a Marinha e a Aeronáutica se mantêm e se manterão inabalavelmente fiéis a esse Presidente, Chefe da Nação e Comandante-Chefe das Forças Armadas, e consideram ilegal e subversivo o gesto dos companheiros transviados que, pretextando uma inexistente e inconcebível desconsideração ao Glorioso Exército Nacional, tão tragicamente vêm ameaçar a paz da família brasileira e criar horas de aflição e angústia a todos os bons patriotas.⁴²³

A adesão ao contragolpe para garantir a legalidade se deu por razões diversas. Alguns fizeram por medo da possibilidade iminente de intervenção na política por setores militares udenistas. Outros tinham medo de que os nacionalistas extremistas dessem um golpe. De todo modo, muitos militares atuaram ao lado de Lott e os estados pareciam dominados pela força legalista. Em seguimento ao contragolpe, Lott discutiu com os Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal e indicou a destituição de Carlos Luz da Presidência da República. Os líderes concordaram. Assumiu, então, Nereu Ramos, presidente do Senado, o cargo de chefe máximo do país. Ramos determinou a exoneração de Eduardo Gomes e de Edmundo Jordão Amorim do Vale, Ministros da Aeronáutica e da Marinha, respectivamente.⁴²⁴ A demissão de Eduardo Gomes como uma das primeiras medidas de Nereu Ramos como presidente em exercício deveu-se ao fato de o Brigadeiro ter sido articulador, junto a outros militares, de uma possível intervenção na política com intuito de impedir a posse de JK e Jango.

Isto não impossibilitou, contudo, a mobilização de Eduardo Gomes que partiu em um avião, acompanhado de outros três aviões bombardeiros, em direção a base aérea de Cumbica. O estado de São Paulo era governado por Jânio Quadros, ligado a UDN e apoiador das ideias golpistas. Tasso Tinoco, primo de Eduardo Gomes, era comandante de uma das tropas paulistas. A intenção era organizar a resistência a partir desse estado. Lott se mostrou apreensivo em relação a possível reação de oficiais liderados por Gomes:

A única coisa que ainda me preocupa é o Estado de São Paulo, para onde se dirigiu o Brigadeiro Eduardo Gomes, com alguns aviões. Mandei tropas para São Paulo, em Cumbica, mas até o presente momento não tenho qualquer notícia sobre o que vem sucedendo naquele Estado.⁴²⁵

Diante deste quadro, Lott ordenou às tropas mineiras, paranaenses e mato-grossenses que se dirigissem a São Paulo. Os planos do Brigadeiro foram impedidos devido à superioridade de força do movimento legalista.⁴²⁶ Depois de já estável a situação, Lott chegou a responsabilizar Eduardo Gomes, dentre outros, pela conspiração golpista: “[...] os informes que me chegaram de diferentes fontes e a atitude do tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes em relação ao incidente disciplinar ocorrido por ocasião do sepultamento do general Canrobert, forçaram-me a modificar o juízo que a seu respeito fazia”.⁴²⁷ Eduardo Gomes, descontente com o pronunciamento de Lott, lhe telefonou e buscou convencê-lo de sua não participação:

[...] a veemência com que, ainda na noite de ontem, o ex-ministro da Aeronáutica, ao telefone, manifestou-me a sua oposição a que eu pudesse julga-lo capaz de estar entre os que orientavam a conspiração contra o regime constitucional, conduziu-me a admitir a possibilidade de eu haver incorrido em erro no julgamento que externei. Desejo mesmo, com toda franqueza, que os fatos venham a evidenciar o meu erro, dada a estima que sempre dediquei àquele camarada.⁴²⁸

As fontes consultadas foram insuficientes para nos dar luz sobre toda a conversa, pelo telefone, entre Gomes e Lott. Contudo, através do pronunciamento do Marechal, podemos analisar que Eduardo Gomes se preocupou em não ter seu nome vinculado à imagem de golpista. Eduardo Gomes participou da articulação do golpe, chegou inclusive a viajar para São Paulo no intuito de organizar uma resistência. Lott sabia disso. O problema foi

falar isso claramente na imprensa. Lott voltou atrás em sua afirmação, dando-lhe a oportunidade da dúvida.

Eduardo Gomes negou que articulava uma intervenção na política e, para rebater, acusou Lott de calúnia. Chegou a processá-lo. Contudo, foi entendido que não houve provas que justificassem que Lott agiu na intenção de prejudicar a imagem de Eduardo Gomes e o processo não foi estendido.

Interessante foi o episódio, pois demonstra, mais uma vez, a preocupação que Eduardo Gomes tinha em relação à sua figura pública. Segundo relatos de Lott, o Brigadeiro sondou a possibilidade de participação de Lott na ação militar que intentava impedir a posse de JK e Jango. O problema, portanto, não era Lott pensar que Gomes era golpista, mas era ele pronunciar publicamente esse pensamento. Sua memória de herói nacional, vinculado à defesa do liberalismo e da democracia, foi, então, colocada em xeque e isto incomodou o Brigadeiro.

O biógrafo de Eduardo Gomes, Deoclécio Lima de Siqueira, analisa que durante a crise de 1955, Gomes

não se conforma com o rompimento da legalidade. E, pior do que isto, revolta-se contra a notícia veiculada de que esse rompimento devia-se à iminência de um golpe para anular o resultado das eleições em que se escolhera o novo Presidente da República, golpe este, com o qual ele estaria comprometido[...]. Essa injustiça ele não perdoaria, pois não fora ele o paladino da legalidade e da verdade? [...] Golpeado muitas vezes, cada golpe lhe renovava as forças.⁴²⁹

É evidente a admiração e envolvimento do biógrafo com Eduardo Gomes. Sua descrição nem sequer tenta ser isenta. Em sua visão não era Eduardo Gomes o estrategista de golpes recorrentes na história política do Brasil. Ele era mais uma vítima e, de forma injusta, estava sendo vinculado a notícias de que Gomes participava de um golpe para anular o resultado das eleições que elevaram Juscelino Kubistchek a Presidente da República.

O contragolpe liderado por Lott ficou conhecido como *Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*. A posse dos presidentes eleitos foi garantida e a Eduardo Gomes sobrou a saída do governo e a dedicação à carreira militar.

3.3. 1964: O golpe final - Eduardo Gomes em análise

A postura de Eduardo Gomes nos anos que sucederam o Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes foi mais retraída no que se refere à política. Podemos observar que foi comum, por Gomes, o afastamento da política quando assumia um novo governante. Contudo, ele voltava ao jogo político nos contextos de disputas presidenciais.

Afastado do cenário político desde a posse de Juscelino e João Goulart, Gomes retornou à visibilidade política quando da disputa para governador do Rio de Janeiro, em 1958, em que a UDN discutiu sobre sua indicação para o pleito. Ele, no entanto, recusou.⁴³⁰ No ano seguinte iniciou a campanha presidencial de Jânio Quadros. Este e Gomes já possuíam certa proximidade e, principalmente, compartilhavam opiniões principalmente no que se refere à influência religiosa na sociedade. Sendo assim, em 1959, Eduardo Gomes discursou na tribuna:

O partido, que ajudei a fundar há quatorze anos, serviu ao povo, com a restituição de suas liberdades. Serviu à nossa civilização, restaurando a ordem jurídica. E tem servido ao regime, velando pelos seus princípios e combatendo, sempre que necessário, as distorções que ele tem sofrido em sua prática. Fiel ao passado, pode ser a UDN elemento prestimoso para a aglutinação futura das forças da renovação e da esperança, capazes de assentar no Brasil, para sempre, o lúcido primado da democracia cristã e de sua doutrina social. [...]

A escolha, como candidatos, dos eminentes srs. Jânio Quadros, o grande governador de São Paulo, e Leandro Maciel, o benemérito governador de Sergipe, para o próximo quinquênio presidencial, restaura a confiança dos brasileiros na direção dos negócios do Estado e abre ensejo a novas tarefas e responsabilidades na administração da República.

A missão da UDN já não consistirá, como tem consistido até agora, na defesa da liberdade, e sim na utilização dela, como instrumento ou meio de tornar efetiva a solidariedade social, e bem-estar do povo, a felicidade dos cidadãos, ajudando-os a vencer a mais grave das crises que já existiu a nossa economia e as nossas finanças. Em recente encíclica, o papa João XXIII considerou, como de razão, que a liberdade não é um fim em si mesmo, senão uma condição para a prática da caridade, como todos os católicos a interpretamos, identificando-a com a paz e a justiça, quer em relação aos bens contingentes, quer na satisfação dos deveres morais. [...]⁴³¹

O discurso de Eduardo Gomes é uma defesa da candidatura de Jânio Quadros para a Presidência da República. Seus argumentos são baseados em democracia cristã e influência do catolicismo na sociedade. O vocabulário utilizado evidencia o alinhamento do pensamento de Gomes com o de Jânio Quadros. Na disputa presidencial, o candidato apoiado pelo Brigadeiro venceu.

Seu prestígio como militar e sua proximidade com Quadros, fez com que Eduardo Gomes fosse o indicador do nome para ocupar a pasta da Aeronáutica. Após algumas sugestões, ficou estabelecido que o Brigadeiro Gabriel Grün Moss assumiria o Ministério da Aeronáutica.

No mesmo ano que garantiu a vitória de JQ nas eleições presidenciais, Eduardo Gomes completou 64 anos de idade e 44 de serviço. Assim, seguindo as normas do Estatuto Militar da época, ele deveria passar para a reserva. No dia 27 de setembro de 1960, Eduardo Gomes recebeu sua transferência remunerada da FAB, sendo promovido antes a Marechal, com direito a vencimentos integrais e vantagens do posto por ter atingido a idade-limite de serviço ativo.

Um evento não esperado aconteceu com o político que Eduardo Gomes ajudou a eleger: Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, renunciou ao cargo de Presidente da República. O evento foi inesperado. Contudo, conforme analisa Jefferson Queler, possivelmente planejado por JQ. O historiador analisou o pronunciamento de Selmi Dei, amigo próximo de Jânio Quadros, ao jornalista Carlos Castello Branco. A fala sugere que o ato foi “elaborado com antecipação e cuidado”. Sem descartar o papel das circunstâncias que são imprevisíveis, Queler analisa que a renúncia pode ter sido um ato calculado.⁴³² Planejada ou não, a questão é que a abdicação de Jânio levaria à Presidência da República seu vice, João Goulart. A eleição para presidente da República e vice-presidente era independente. Assim sendo, era possível eleger candidatos para esses cargos com ideologias e propostas muito divergentes entre si. Foi o que aconteceu nessa eleição. Jânio Quadros e João Goulart eram de posicionamentos políticos opostos. A *linha dura* das Forças Armadas e a oposição civil ao trabalhismo não aceitaram a posse de Jango e, como usual no período da primeira experiência democrática brasileira, planejaram impedir que o Vice-Presidente assumisse o poder. Assim, os ministros militares Odílio Denis, Sílvio Heck e Gabriel Grün Moss tentaram impedir a sua posse. Mas não foi obtido sucesso. Através da *Campanha pela Legalidade*, liderada por Leonel Brizola, e da conciliação através da medida parlamentarista, Goulart assumiu o poder.⁴³³

Ao contrário do que sucedeu nos golpes e tentativas de golpes da década de 1950, Eduardo Gomes não participou da liderança desta intervenção das Forças Armadas na política brasileira. No entanto, participou da negociação com

pequeno grupo exaltado da Aeronáutica que discordava da solução parlamentarista.⁴³⁴ A explicação de sua falta de liderança não pode ser baseada em sua reforma, uma vez que o Marechal Lott, que também estava reformado, atuou de forma a defender a Constituição, tendo papel importante na garantia da legalidade em 1961.

Sua passagem para reserva não impediu que fosse pensado mais uma vez para disputas políticas. Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Prado Kelly, Mário Guimarães e Raul Fernandes procuraram Gomes para que ele fosse candidato a governador da Guanabara nas eleições de 1962. Ele recusou. A UDN pensou, então, em sua indicação para concorrer ao Senado. Gomes novamente recusou. O Brigadeiro, entretanto, não se ausentou da política. Ele, junto de Prado Kelly e Herbert Levi, redigiu o manifesto lançado pela Direção Nacional da UDN em fevereiro de 1962. A intenção era definir a posição do partido no que se referia às questões administrativas, políticas e sociais abarcadas pelo governo da época.⁴³⁵ Denominado “Carta de Princípios”, o documento defendeu o regime parlamentarista como o mais adequado para “garantir a estabilidade das instituições democráticas”. A defesa da democracia perpassava pelo combate ao comunismo e ao reacionarismo. O documento seguiu com a proposta de mudanças na lei eleitoral, melhorias para alcançar a baixa da inflação, reforma educacional, reforma administrativa, reforma sindical, entre outras.⁴³⁶

A polêmica em torno do retorno ao presidencialismo, na verdade, recorria ao significado político da posse de João Goulart como Presidente da República. A UDN liderava o campo da oposição, conjecturando ligações entre Goulart e os comunistas. Notemos, pois, que a “Carta de Princípios” defendeu o parlamentarismo para evitar a posse de Goulart como Presidente. A justificativa, sempre utilizada pelo partido, era a democracia e a defesa das instituições. Mas a real intenção era impedir que o trabalhismo retornasse ao poder. Finalizadas as discussões, o plebiscito realizado no dia cinco de janeiro de 1963 pôs fim ao regime parlamentarista e empossou Jango como Presidente da República.

O mandato de João Goulart não durou muito tempo. Seu governo, marcado por instabilidades e disputas por interesses, causou um ambiente de difícil administração, levando ao golpe civil-militar de 1964. Sabemos que Eduardo Gomes atuou nos anos antecedentes de forma golpista, buscando formas de os militares intervirem na política brasileira. Essas intenções foram frustradas. Seja por pressão popular ou ações de militares legalistas, nenhum

dos golpes articulados por Gomes vingou. Sobre o golpe de 1964 quase não vemos menção à atuação de Eduardo Gomes. Isto, contudo, não significa que ele não tenha participado das articulações. Segundo relatos de Monteiro de Castro, Secretário de Segurança de Minas Gerais no contexto do golpe, o governador Magalhães Pinto se assustou com as denúncias feitas pelo deputado Billac Pinto de que armas haviam sido distribuídas para sindicatos da orla marítima e grupos camponeses, principalmente em Minas Gerais. Magalhães Pinto ordenou, então, a elaboração de um plano de defesa militar. O responsável por essa estratégia de guerra foi o general Mourão. Em encontro com o Brigadeiro Eduardo Gomes, na cidade de Araxá, o General mostrou seu plano, que fora aprovado pelo Brigadeiro. O plano também foi aprovado pelo general Castello Branco.⁴³⁷ No dia 31 de março eclodiu o movimento. Tropas lideradas pelo general Mourão Filho saíram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro.

Na Guanabara, Carlos Lacerda incentivava ações golpistas. Em alto falantes dispostos em frente ao Palácio, Lacerda discursava ataques violentos contra João Goulart. Esses pronunciamentos eram também transmitidos em rádios cariocas e paulistas. No Rio de Janeiro, a Marinha de Guerra era dirigida pelas esquerdas e estava disposta a agir se fosse ordenado. O Brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea da Guanabara sugeriu ao Ministro da Justiça que ordenasse aos fuzileiros navais a invasão do Palácio da Guanabara. Segundo Capitani, “as ordens que esperávamos nunca chegaram”.

438

Contrariando o relato acima referido, no amanhecer do dia do golpe foi interceptado um telegrama que indicava que o Palácio da Guanabara seria atacado por dois batalhões de Fuzileiros Navais, sob a liderança do almirante Cândido Aragão. Segundo o relato de Marcelo Garcia, Eduardo Gomes “apareceu dizendo ter sido informado pelo almirante Amorim do Vale de que Aragão iria atacar o Palácio”.⁴³⁹ A proteção da sede do governo coube ao Batalhão da PM, do QG da rua São Clemente, além de voluntários civis que se aglomeraram na escola Anne Frank, vizinha ao Palácio. A principal resistência ao ataque ao palácio veio, no entanto, da Marinha que, sob liderança do almirante Arnold Hassemann Fairbain, impediu que o almirante Aragão e seus fuzileiros saíssem da Ilha das Cobras, frustrando, dessa forma, o planejado ataque.

Já é conhecida a “Operação Brother Sam”⁴⁴⁰, nome dado para o plano de

intervenção dos Estados Unidos no Brasil em apoio aos golpistas, em caso de resistência de Goulart. Não houve resistência. Portanto, não foi necessária a intervenção armamentista dos colegas do Norte. É sabido que havia políticos e militares brasileiros em contato com o governo dos Estados Unidos. Alguns são conhecidos, como é o caso de Humberto Castelo Branco e seu homem de confiança, o general-de-brigada José Pinheiros de Olhos Cintra, que ficaria responsável pelo recebimento das armas, munições e combustível.⁴⁴¹ Ademais, é conhecido também o contato que foi estabelecido entre os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto com as forças do governo norte-americano. O governador da Guanabara nos chama atenção devido ao fato de Eduardo Gomes estar com ele quando ocorreu o golpe.

Não nos parece coincidência Gomes estar com Lacerda no momento que ocorreu os principais diálogos, que este realizou, com a embaixada dos Estados Unidos. Eduardo Gomes possuía laços promissores com os Estados Unidos – vale lembrar sua importante atuação na Segunda Guerra Mundial e sua liderança na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Os documentos do Departamento de Estado e da Embaixada do Brasil foram analisados e não fazem referência ao nome de Eduardo Gomes. No entanto, Gomes estava com Lacerda enquanto este estabelecia diálogos, o que nos permite levantar a hipótese da possível intervenção de Eduardo Gomes nesse contato – em forma de conselhos e elaboração de estratégias. Um outro argumento para esta hipótese é o relato da conversa de João Goulart com San Tiago Dantas descrito no livro de Moniz Bandeira, quando retornando de uma viagem a Washington, Dantas informou ao Presidente que os Estados Unidos se dispunham a “declarar a bancarrota do Brasil”. Contudo, havia uma forma de evitar. Goulart deveria se pronunciar favorável à Aliança para o Progresso. Goulart teria então pegado uma pasta “com alguns informes do serviço secreto, e contou que um certo General Ball chegara ao Brasil, numa fortaleza voadora, e o Brigadeiro Eduardo Gomes, que tramava contra o Governo fora recebê-lo”. O General Ball teria se encontrado, ainda, com o General Castello Branco e com o ministro da Guerra do governo de Goulart.⁴⁴² Ademais, as atividades de Walters no Brasil sugeriam uma extensão maior do conluio. Os relatórios do Serviço Federal de Informações e Contrainformações descreviam encontros de Walters com Eduardo Gomes, Juraci Magalhães, Nelson de Melo, Hugo Bethlem, Golbery do Couto e Silva, Salgueiro de Freitas e Cordeiro de Farias. Teria também se encontrado com o

governador Magalhães Pinto.⁴⁴³

Um memorando do governo de Washington, datado de 1 de abril de 1964, informa que o governador “anti-Goulart” da Guanabara, Carlos Lacerda, pediu ao correspondente Jules Du Bois para que informasse ao Sr. Mann que era extremamente importante que os EUA não interferissem fazendo qualquer declaração, qualquer que seja”. O Sr. Mann concordou que “é extremamente importante que nós (o governo dos EUA) fiquemos em segundo plano e não façamos nenhuma declaração que possa prejudicar as forças amigas de nós no Brasil”.⁴⁴⁴ A fonte indica que havia a preocupação por Lacerda e, portanto, pelos líderes do golpe, que houvesse a aparente não intervenção dos EUA. A intenção, provavelmente, era que o evento não perdesse a legitimidade, no imaginário social, de que foi um movimento puramente nacionalista. Outro relatório estadunidense apresenta a visão resumida deles sobre o golpe:

A atual revolta no Brasil não foi o tradicional "golpe" da variedade latino-americana, mas uma combinação de governadores, oficiais do governo e líderes militares que se uniram para expulsar Goulart quando se convenceram de que ele estava levando o Brasil a um desastre econômico e político. Quanto à situação atual, o governo rebelde agora tem controle total do país. Os líderes militares no Brasil há muito se visualizam como guardiões do processo democrático.⁴⁴⁵

Interessante é notar a percepção coerente de que “os líderes militares no Brasil há muito se visualizam como guardiões do processo democrático”. Este imaginário não era restrito aos militares. Parcela significativa da sociedade civil também pensava desta forma e, por isso, pediu a intervenção das Forças Armadas na política brasileira. Os Estados Unidos financiaram ações civis que pediam o fim do governo Goulart. Foi o caso da manifestação ocorrida no dia 2 de abril:

estamos adotando medidas complementares com nossos recursos disponíveis para ajudar a fortalecer as forças de resistência. Isso inclui apoio secreto a comícios de rua pró-democracia (o próximo grande é 2 de abril aqui no Rio, e outros estão sendo programados), passagem discreta de palavras que o USG profundamente preocupado com os eventos e encorajando sentimentos democráticos e anticomunistas no Congresso, forças armadas, grupos amigáveis de trabalhadores e estudantes, igreja e negócios. Podemos estar solicitando fundos suplementares modestos para outros programas de ação secreta no futuro próximo.⁴⁴⁶

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no Rio de Janeiro prometia repetir o evento realizado em São Paulo, quando 500 mil pessoas saíram às ruas no dia 19 de março contra o governo e as políticas reformistas do Presidente João Goulart. Devido ao golpe então realizado, uma multidão foi às ruas em apoio ao regime que acabava de ser implantado. Segundo algumas estimativas, o número de pessoas que se manifestou chegou a um milhão.⁴⁴⁷ As manifestações foram um aviso claro às forças públicas: o povo desejava e apoiava a intervenção militar para resguardar o país de um possível governo comunista – como era visto o governo Goulart. Eduardo Gomes e o ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra lideraram a manifestação ocorrida no Rio de Janeiro.⁴⁴⁸

Se foram eles os líderes do ato e havia intervenção dos EUA nele, nos é possível novamente levantar a hipótese sobre o diálogo entre Eduardo Gomes e o governo norte-americano. As fontes não nos confirmam, mas a ambiência nos permite pensar sobre esta possibilidade. Durante o comício, padres, militares, líderes de representações civis e políticos discursaram. O General Olímpio Mourão Filho discursou: “somos o povo que nós libertamos”⁴⁴⁹. O Marechal Eurico Gaspar Dutra recusou-se a discursar, estava em prantos. Eduardo Gomes esteve presente no ato e recebeu homenagem. Conforme relata o jornal *Tribuna da Imprensa*, o Brigadeiro Eduardo Gomes foi ovacionado com palmas e gritos de “Viva a Democracia” e “Salve o Brigadeiro da Liberdade”.⁴⁵⁰

As propagandas que promoviam a manifestação faziam referência ao ambiente simbólico da religião e da família: “repúdio ao comunismo ateu e antinacional”; “em nome de sua fé compareça e traga a sua família”. A marcha ainda pregava liberdades individuais e democracia.⁴⁵¹ Parece contraditório pensarmos que um movimento civil que pedia tais iniciativas estivesse apoiando o golpe civil-militar de 1964. É necessário considerar que, obviamente, as pessoas não tinham conhecimento do que iria acontecer no futuro. Trata-se de uma ação respaldada no medo do comunismo e na boa imagem das Forças Armadas para intervir em situações de crise no Brasil.

Não devemos, entretanto, ignorar que Eduardo Gomes mais uma vez discursou em defesa de liberdades, da família, de Deus, da democracia e da necessidade de intervenção militar na política. Estas falas, que vinham há anos sendo utilizadas por ele não são ingênuas. O pensamento social-político do

Brigadeiro esteve vinculado à religiosidade, ao anticomunismo e aos militares como salvaguardas da moral do país. No entanto, no que se refere às liberdades e democracia, vimos que Eduardo Gomes era autoritário e participou das articulações de golpes da década de 1950. Para ele, seus inimigos eram antidemocratas e tentavam impedir as liberdades individuais e coletivas. Era sempre o outro, nunca ele. A necessidade de se auto afirmar democrata e defensor de liberdades evidencia sua preocupação com a memória da sociedade sobre ele. Podemos entender que foi por isto, inclusive, que Gomes processou Lott quando este revelou que Eduardo Gomes o procurou na intenção de conquistar sua participação para impedir a posse de JK.

Eduardo Gomes foi articulador de golpes durante a primeira experiência democrática brasileira. Bibliografias fazem referência a ele como personagem de destaque durante a “República do Galeão”. Contudo, pouco se sabia sobre os bastidores. Quase nada havia sido publicado sobre sua atuação nas tentativas de golpe em 1954, 1955 e 1964. Neste trabalho buscou-se trazer à luz a atuação de Eduardo Gomes na conjuntura entre ditaduras. Gomes utilizava de sua hierarquia na Aeronáutica e sua respeitabilidade entre o grupo castrense para engajar intervenções militares na política. Interessante é, no entanto, que as justificativas para golpes se baseavam na liberdade, democracia, família e religião. Parece contraditório ter ações autoritárias para impedir um suposto autoritarismo. Contudo, foi discutido ao longo do trabalho, que Eduardo Gomes e o grupo ao qual ele fazia parte, que compartilhava emoções e ideologias, julgavam o trabalhismo como mal maior a ser combatido. Por assim ser, pensavam que suas ações eram para salvaguardar o Brasil da corrupção, do desgoverno, do autoritarismo, da falta de liberdades, entre outros defeitos que consideravam atinentes ao varguismo. O povo era avaliado como massa de manobra, amorfo, enganado, manipulado, sem inteligência para decidir o que era melhor para o país. Cabia à ala militar conservadora extremista, com apoio da UDN, intervir para que o país não permanecesse em desgraça.

Essas são as noções que embasaram as tentativas de golpes nas décadas de 1950 e 1960. Contudo, apesar dos trabalhadores serem vistos dessa forma, percebemos que o golpe só pôde ser concretizado e bem-sucedido quando houve legitimidade e apoio popular. É evidente que a anuência da sociedade não é explicação única para fracassos de golpes e sucesso no golpe de 1964. Mas é importante considerar o apoio popular para consolidar e legitimar

planos autoritários.

4. HISTÓRIA E MEMÓRIA: EDUARDO GOMES EM TEMPOS AUTORITÁRIOS

4.1. Eduardo Gomes na pasta da Aeronáutica (1965-1967)

*“Lá vinha o bonde no sobe desce ladeira
e o motorneiro, parava a orquestra um minuto
para me contar casos da campanha da Itália
e do tiro que ele não levou
leve um susto imenso nas asas da Panair
descobri que as coisas mudam e que tudo é pequeno
nas asas da Panair [...]”
O medo em minha vida nasceu muito depois
descobri que minha arma é o que a memória guarda
dos tempos da Panair [...]*⁴⁵²

Castelo Branco foi empossado Presidente da República do governo militar que acabava de ser instaurado no Brasil. Recebeu a visita de personalidades políticas e militares importantes naquela conjuntura, que contribuíram para o sucesso do golpe. Entre eles estava o Brigadeiro Eduardo Gomes que o parabenizou pela posse. Os laços que já existiam, foram reafirmados na ocasião.

Apesar do sucesso do golpe, alguns oficiais da Aeronáutica do Rio Grande do Sul se mostraram insatisfeitos com a situação política do país. O Presidente designou, então, o major-brigadeiro Néelson Lavenère Wanderley para ocupar o comando da V Zona Aérea, localizada em Porto Alegre. A intenção foi substituir Rocha Ferraz, aliado às forças janguistas. Resolvida a situação, Wanderley retornou ao Rio de Janeiro. Devido ao seu bom desempenho na crise, em 20 de abril de 1964, foi promovido ao cargo de Ministro da Aeronáutica. A divergência com a política instaurada não foi exclusividade nos quadros da Aeronáutica. Conforme analisa José Murilo de Carvalho, diversos militares foram expulsos da corporação. Entre os oficiais punidos estavam os líderes da corrente nacionalista do Clube Militar, os que apoiaram Lott em 1955 e os que apoiaram Goulart; entre os praças, os que participaram das manifestações de 1963 e 1964.⁴⁵³

A administração de Lavenère Wanderley não durou muito. Wanderley se desentendeu com o Governo Federal por não concordar com a punição dos oficiais da FAB que metralharam um helicóptero da Marinha, na base de Tramandaí, no Rio Grande do Sul.⁴⁵⁴ O conflito entre a Aeronáutica e a Marinha vinha se desenrolando desde o governo de Juscelino Kubitschek, quando

ocorreu a compra do porta-aviões Minas Gerais. As duas forças reivindicaram o controle dos aviões embarcados no porta-aviões. O ministro Wanderley queria resolver a questão através de lei e não por ato do Executivo. Não havendo interesse por parte do chefe do Executivo, o Ministro da Aeronáutica apresentou seu pedido de exoneração, que lhe foi concedido no dia 14 de dezembro de 1964. Em substituição, tomou posse o major-brigadeiro Márcio de Sousa e Melo.

A discórdia entre Marinha e Aeronáutica manteve-se. Sousa e Melo não aceitou que o porta-aviões saísse da Guanabara em direção ao nordeste brasileiro, conduzido por oficiais do mar. Sabendo que Castelo Branco se inclinava a entregar à Marinha os helicópteros localizados no porta-aviões Minas Gerais, o Ministro da Aeronáutica manifestou sua indignação e seu pedido de exoneração do cargo. Assim, pouco menos de um mês depois de ter mudado o Ministro da Aeronáutica, novamente o cargo encontrava-se desocupado.

A pasta foi oferecida ao brigadeiro João Adyl de Oliveira, que recusou. Eduardo Gomes foi então pensado “como medida de salvação”⁴⁵⁵, uma vez que o presidente da República “estava decidido, se o Marechal-do-ar, Eduardo Gomes, não aceitasse o Ministério da Aeronáutica, a nomear para o cargo um General do Exército”.⁴⁵⁶ O *Correio da Manhã* noticiou o episódio. Segundo fontes militares consultadas pelo jornal, houve negação de “todos os brigadeiros de aceitar o cargo”.⁴⁵⁷ É provável que se tratasse de exagero das pessoas que foram consultadas pelo *Correio da Manhã* ou mesmo do periódico. Contudo, nos permite ter dimensão do clima de insatisfação da Aeronáutica com o Governo Federal.

Eduardo Gomes, devido a seu prestígio e influência junto aos oficiais, foi pensado para assumir o cargo. Nota-se que ele não foi a primeira opção de escolha do presidente da República. Mas ele foi pensado como liderança capaz de resolver a situação. Coube, portanto, a Eduardo Gomes a esperança de solução do problema. A intenção principal era angariar o apoio da oficialidade da FAB para a decisão do Governo Federal quanto à aviação embarcada. Ademais, circulavam informações de que o Ministro da Guerra “teria se prontificado a acumular sua pasta com a da Aeronáutica”.⁴⁵⁸ Gomes assumiu a pasta da Aeronáutica, pela segunda vez, em 11 de janeiro de 1965. Em seu discurso de posse, Eduardo Gomes disse: “envidarei o melhor de meu esforço para fortalecer os vínculos, os laços de amizade, que ligam a Aeronáutica, a Marinha e o Exército”.⁴⁵⁹ O discurso é uma tentativa de se comprometer com a solução da

crise que dividia a Aeronáutica e Marinha.

Oficiais ligados ao Brigadeiro Grum Moss comentaram, segundo o *Correio da Manhã*, que Eduardo Gomes aceitou o cargo de ministro da Aeronáutica com a condição de que os aviões e as instalações de Base Aeronaval fossem controlados pela Aeronáutica. A Marinha teria o comando dos helicópteros.⁴⁶⁰ A resolução encontrada por Castelo Branco para este conflito leva a pensar que os comentários dos oficiais ligados a Moss estavam corretos. O Presidente divulgou uma chamada “solução mista”: os aviões da Marinha passavam a pertencer a Força Aérea e a fazer base em São Pedro da Aldeia; o 1º Grupo de Aviação Embarcada, da FAB, passava a operar de bases em terra ou do navio-aeródromo “Minas Gerais”; os helicópteros antissubmarino da FAB foram entregues a Marinha. Ademais, as instalações da Marinha em São Pedro da Aldeia passavam a ser usadas por ambas as Forças.⁴⁶¹

Um episódio marcou a trajetória de Eduardo Gomes como Ministro da Aeronáutica. Ainda em seus primeiros meses como integrante do Governo Federal, através de decreto, ele ordenou o fechamento da empresa aérea Panair do Brasil. No dia 10 de fevereiro de 1965 foi sentenciado que, por determinação do Presidente da República, as concessões de linhas nacionais e internacionais outorgadas à Panair do Brasil S. A. a título precário estavam suspensas. As linhas internacionais foram concedidas à Varig.

No dia 11 de fevereiro de 1965 os sócios da Panair pediram concordata preventiva para a 6ª Vara Cível – responsável pelo caso. Mário Rebello de Mendonça Filho, titular da Vara, solicitou informações ao gabinete do Ministro da Aeronáutica. A intenção era tomar conhecimento das justificativas para a suspensão das concessões de voo da empresa. A resposta veio em forma de relatório redigido pelo coronel Paulo Vitor. Eduardo Gomes, então, foi pessoalmente à 6ª Vara Cível da Justiça.⁴⁶² Segundo depoimento de Saulo Ramos⁴⁶³, o Ministro da Aeronáutica foi fardado encontrar-se com o juiz onde estava o processo de concordata e “deu uma ordem ao juiz: não defira concordata e decrete falência”. O juiz obedeceu e no dia seguinte foi decretada a falência da segunda maior companhia aérea do país.⁴⁶⁴

O relato de Saulo Ramos, como qualquer memória, é uma construção. O narrador transmite lembranças que o marcaram. Mas não há o compromisso com a exatidão dos acontecimentos. É sabido, por exemplo, que a concordata foi solicitada em uma sexta-feira, dia 12 de fevereiro. A negativa do pedido não

ocorreu, portanto, no dia seguinte. Ocorreu na próxima segunda-feira. Mas Ramos aponta fatos que o marcaram: Eduardo Gomes fardado indo pessoalmente solicitar ao juiz que negasse a concordata e a agilidade singular do judiciário em definir o caso. A justificativa para a negativa da concordata foi que, já que a empresa aérea Panair do Brasil não poderia operar linhas, ficaria sem renda e, conseqüentemente, não teria como se recuperar financeiramente. Portanto, não conseguiria saldar suas dívidas. O juiz Mário Rabello ainda escreveu:

Tivemos o cuidado de, sabendo distribuído este pedido a esta Vara, solicitar ao ministro da Aeronáutica cópia da exposição de motivos que determinou o ato do presidente da República e lá encontramos o seguinte: “Investigação e estudos precedidos, neste Ministério, demonstram que a Panair do Brasil S. A. se encontra em situação econômico-financeira irrecuperável. O grau de endividamento da citada empresa é tão grande e seu ritmo tão acelerado que em 1964 se lhe fosse dada a subvenção e auxílio previstos para a indústria de transportes aéreos, ainda assim não seria possível se obter a sua recuperação econômico-financeira[...] Essas palavras demonstram que estamos com a razão quando afirmamos a impossibilidade do processamento e da concessão da concordata. Lamentamos a situação da impetrante e mais a de seus muitos e dedicados empregados, apanhados, por certo, de surpresa pelo ato governamental, sem dúvida drástico, mas não lhe podemos dar remédios e mesmo julgar o seu acerto. Inexistissem essas razões, ainda assim o pedido não poderia ser deferido, porque irregularmente instruído [...]. Por esse motivo e tudo quanto mais dos autos consta, declaro aberta hoje, às 12 horas, a falência da Panair do Brasil S. A. [...].⁴⁶⁵

O fechamento da Panair causou intenso alarde na sociedade. A imprensa questionou as razões para o fechamento da empresa, pediu esclarecimentos ao Governo. Foi o caso do *Correio da Manhã*, que em edição do dia 11 de fevereiro publicou que o Governo Federal deveria explicar os motivos que o levaram a intervir na Panair:

Ignoramos quais sejam as vantagens de uma decisão abrupta no caso de uma empresa subvencionada pelo governo e que, de acordo com a lei, era por ele fiscalizada. Talvez haja vantagens de ordem psicológica, ou política, que ainda não vislumbramos. Seja como for, a nota oficial que o governo distribuiu, falando na “irrecuperável situação financeira” da empresa, não é suficiente para explicar a intervenção em termos de liquidação e para justificar a comoção que a notícia causou nos meios empresariais.⁴⁶⁶

O *Última Hora* foi mais peremptório: “A cassação das linhas da Panair do Brasil teve todas as características de um golpe. Apanhou inteiramente de surpresa a diretoria da empresa”.⁴⁶⁷ Contudo, o jornal lembrou que apesar da notícia ser inesperada pela Panair, a companhia beneficiária com as linhas de concessão para o exterior estava imediatamente pronta para operar em seu lugar e finalizou: “Como numa operação militar, o elemento surpresa deveria valer para o ‘inimigo’, mas não para os aliados”.⁴⁶⁸ Notemos, pois, que a imprensa foi um veículo que pressionou as autoridades governamentais de forma a no mínimo se justificarem em relação a intervenção na empresa.

Hélio Rubens de Castro Pinto, piloto da Panair, comentou sobre a situação. Salientou que poucas horas depois do decreto de fechamento da empresa, “a Varig já tinha um avião pronto no pátio do Galeão para fazer o nosso voo que sairia para a Europa naquela noite”. Consequentemente, segundo o piloto, eles tiveram informação privilegiada de que o governo liquidaria com a Panair e “tiveram tempo para treinar seus tripulantes. Ninguém põe um jato do Rio para Paris de uma hora para outra”.⁴⁶⁹ Daniel Sasaki comenta sobre o episódio em seu livro “Pouso Forçado”. O voo mencionado por Castro Pinto partiria sentido Frankfurt com escalas em Recife, Lisboa e Paris no dia 10 de fevereiro às 22h30. Diante do fechamento da empresa, as pessoas que embarcariam no avião ficaram desorientadas. Então, Ruben Martin Berta, presidente da Varig, comunicou aos principais órgãos de imprensa sobre a determinação do Governo de que a empresa operaria, em caráter provisório, as linhas internacionais antes a cargo da Panair, incluindo a viagem agendada para aquele dia.⁴⁷⁰

As pressões da mídia surtiram efeito. Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, apresentou, então, um documento que descrevia os problemas que a companhia possuía.⁴⁷¹ Um dado a que ele se refere é que a Panair era uma empresa com um capital de 88 milhões de cruzeiros e perdeu em um único ano – 1963 – 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros. A empresa teria recebido mais de nove bilhões de cruzeiros através de intervenções e auxílios do Governo Federal. Ainda assim, manteve-se deficitária. Inclusive, os prejuízos teriam sido financiados pelo Governo, em decorrência do não pagamento de seus débitos com o Banco do Brasil e com o BNDE. Eduardo Gomes criticou a defesa elaborada por Paulo Sampaio, um dos acionistas majoritários da empresa. Em carta, Sampaio teria alegado que o “único motivo da sua situação de insolvência,

textualmente, a imprevidência dos governos passados que não quiseram ou não puderam realizar o reajuste das subvenções reclamadas”.⁴⁷² O ministro da Aeronáutica então respondeu: “Como se o governo tivesse o dever de cobrir – com os impostos dobrados de todo o povo brasileiro – os déficits decorrentes da péssima administração de uma empresa privada”.⁴⁷³

Eduardo Gomes salientou que no que se referia aos funcionários, o Governo Federal, especialmente ele enquanto Ministro da Aeronáutica, estava fazendo o que era possível para amparar os funcionários “que se encontram em dificuldades devidas, exclusivamente, aos atos praticados pelos grupos de financistas que passou a controlar a Panair”.⁴⁷⁴ O Governo teria conseguido realocar 503 funcionários na Varig. Outros 307 tiveram vagas preenchidas e 730 estavam esperando serviços que seriam criados. A Cruzeiro do Sul também se comprometeu a empregar mais de 300 funcionários da antiga Panair. O Ministro finalizou o documento fazendo crítica ao comportamento do grupo Rocha Miranda-Simonsen. Afirmou que o grupo controlava mais de vinte empresas e, portanto, eram “solidariamente responsáveis com a Panair do Brasil S.A. pelo cumprimento dos contratos de trabalho dos empregados da Panair [...]”.⁴⁷⁵ Entretanto, nenhuma das empresas havia empregado ou oferecido emprego a qualquer empregado da Panair.

A situação dos empregados da Panair parece ter sido uma das questões mais cobradas ao Ministro da Aeronáutica. Ao menos, é o assunto que Gomes mais destacou. Vemos nas análises de Gomes no documento acima citado que ele busca responsabilizar os donos da Panair pelo desempregado causado com a falência. Ele seria, então, benevolente por pensar nos trabalhadores injustiçados que estavam perdendo sua fonte de renda. Gomes tentava mostrar que a culpa não era dele, mesmo assim, agia de forma a reaver as mazelas cometidas a essas pessoas.

O jornal *O Globo* noticiou que Eduardo Gomes procurou uma solução e entrou em contato com o Ministro Arnaldo Sussekind, da pasta do Trabalho, com objetivo de “sentir aos funcionários da Panair o empenho pessoal do Ministro da Aeronáutica em que os interesses dos trabalhadores da empresa não sejam relegados a segundo plano”.⁴⁷⁶ Vemos, então, novamente, a intenção de destacar o envolvimento pessoal de Eduardo Gomes na solução do desemprego gerado.

Foram sugeridos planos de recuperação da Panair do Brasil. O

governador da Guanabara, Carlos Lacerda, encontrou-se com Eduardo Gomes para discutir o futuro da empresa. Participaram outras personalidades, entre os quais o vice-governador Rafael Magalhães; o presidente do Banco do Estado da Guanabara, Almeida Braga; brigadeiros Clóvis Travassos, Nelson Wanderley, entre outros. A proposta consistia em transferir os bens da companhia para os funcionários. As dívidas seriam transformadas em ações preferenciais, as linhas aéreas seriam restituídas e o controle da empresa seria substituído. O Grupo Mario Simonsen-Celso Rocha Miranda deixaria de ser o grupo com ações majoritárias e, em seu lugar, assumiria o Banco do Estado da Guanabara.⁴⁷⁷

Os funcionários da empresa chegaram a distribuir pela cidade folhetins ansiando ajuda da população para o intento. No informativo pedia-se para que a pessoa enviasse uma carta ou telegrama ao Presidente da República. A pessoa poderia também colocar em seu lugar de trabalho um cartaz dizendo que estava com a Panair. No manifesto distribuído pelos trabalhadores da empresa fechada havia os dizerem de que os funcionários estavam de acordo em “transferir as ações para quem o governo aprovar, inclusive para uma Fundação da qual participem, em igualdade de condições, todos os funcionários”.⁴⁷⁸ Carlos Lacerda enviou ofício ao Ministro Eduardo Gomes sugerindo a formação da “nova companhia Panair”. A condição para isso permeava no repasse dos bens e direitos dos principais acionistas para os empregados, em forma de pagamento de dívidas que tinham com eles. O Banco do Brasil e o BNDE teriam concordado em transformar os créditos da empresa em ações preferenciais da Panair e o Banco do Estado da Guanabara reorganizaria a companhia, promovendo rentabilidade e liquidez “em prazo razoável”.⁴⁷⁹

Eduardo Gomes foi contrário à ideia e comunicou Lacerda: “ao analisarem o generoso alvitre do Governador, concluíram por sua impraticabilidade na presente circunstância, inclusive pelo vulto dos débitos contraídos pela empresa com a União Federal”.⁴⁸⁰ A insatisfação com o plano foi protagonizada também pelos acionistas majoritários da empresa fechada. Em declarações a jornalistas, o advogado da Panair, Tude Neiva da Rocha Lima, disse que a proposta de Lacerda era inaceitável, pois pretendia transferir todos os bens da empresa para os empregados. Contudo, esses novos acionários não seriam responsabilizados pela dívida. A Panair daria tudo que tinha, “sem receber nada em troca e ainda ficaria com as dívidas”.⁴⁸¹ Apesar da falta de interesse dos principais acionistas e do Governo, a proposta continuou em andamento, não houve uma recusa

imediate para o plano de recuperação da empresa. O Banco do Brasil nomeou Victor de Magalhães como síndico junto à Panair. Há relato de seus estudos junto ao Ministério da Aeronáutica quanto a situação da empresa. O Banco do Brasil elencou uma equipe de técnicos para fazer “levantamento completo das promissórias da Panair, em seu poder”. O BNDE também o fez.⁴⁸²

A resposta definitiva do Ministério da Aeronáutica quanto à proposta de Carlos Lacerda veio em forma de correspondência enviada por Eduardo Gomes ao Governador da Guanabara. Divulgada na imprensa no dia 25 de fevereiro, a mensagem agradecia o empenho de Lacerda na busca para solucionar o caso. Um dos destaques da correspondência é a demonstrada preocupação do Governo Federal com os desempregados após o fechamento da Panair. O Ministro informou quantos seriam reempregados em outras empresas e quantos seriam aposentados. Por fim, de forma descritiva, analisou os déficits e a impossibilidade de sucesso da proposta sugerida por Lacerda.⁴⁸³ Novamente vemos o empenho de Gomes de se apresentar preocupado em resolver a questão do desemprego gerado com o fechamento da Panair.

Apesar do fechamento ter sido manifestado pelo Governo Federal e, poucos dias depois, decretada a falência por ordem judicial, o caso se desenrolou por semanas. Não é possível afirmar que o Ministério da Aeronáutica tivesse o verdadeiro interesse de rever a decisão de fechamento da Panair dada as circunstâncias de como ocorreu essa ordem pelo Ministro da Aeronáutica. Contudo, Eduardo Gomes não ignorou projetos de recuperação e fez questão de, por meio da imprensa, se mostrar aberto a discussão. Os motivos dados pelo Governo para o fechamento da empresa foram técnicos, tais como foram as justificativas para recusar o plano de recuperação da empresa proposto por Carlos Lacerda. Eduardo Gomes foi pressionado pela situação. Artigos na imprensa relacionavam-no, de forma pessoal, com o fechamento; aeromoças acamparam nos jardins do Laranjeiras em busca de uma solução para o fechamento da empresa e o conseqüente desemprego gerado. Eduardo Gomes sugeriu como medida conciliatória a abertura de crédito especial de 950 milhões de cruzeiros para pagar vencimentos atrasados dos funcionários da Panair. A proposta foi enviada pelo presidente Castelo Branco ao Congresso.⁴⁸⁴

As justificativas técnicas não foram suficientes para convencer a sociedade, instituições e políticos de que seria o déficit orçamentário o causador do fechamento de uma das maiores empresas do país. Hermano Alves⁴⁸⁵

publicou artigo no *Correio da Manhã* dizendo que, no seu entender, a destruição da Panair foi mais que um erro, foi um crime. Questionou se o presidente Castello Branco sabia que teria que pagar um preço tão alto pela nomeação de Eduardo Gomes para ministro da Aeronáutica. Insinuou, portanto, que o fechamento da empresa foi um ato pessoal impetrado por Gomes. Ademais, disse: “foi o sr. Eduardo Gomes quem fez sua a guerra particular, que o Brigadeiro Clóvis Travassos travava com a Panair do Brasil”. O governo, no seu entender, não teve sensibilidade e sequer pensou nos empregados da empresa. Alves ainda defendeu que o tratamento empenhado pelo Governo em relação a Panair foi diferente do que seria se a empresa fosse estrangeira. Nessa situação, portanto, não havia empresa de rádio ou de televisão que se sentisse segura no país.⁴⁸⁶

No meio político houve dissenso de posicionamentos. Deputados paulistas enviaram correspondência a Eduardo Gomes parabenizando-o pelo fechamento da Panair. Se referiram dizendo que este foi um ato de patriotismo.⁴⁸⁷ O poder legislativo federal questionou o fechamento da Panair. No Senado, João Agripino falou em nome do líder do governo no Senado Federal, Daniel Krieger, que para isto foi devidamente autorizado pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Agripino justificou a cassação das concessões dadas à Panair para operar voos no país e no exterior. O argumento foi que o fechamento derivou de a empresa apresentar-se deficitária, ocasionada por uma má administração, cujo déficit era coberto pelas subvenções federais. Segundo Agripino, a Panair do Brasil teve déficit de 3 bilhões de cruzeiros em 1962 e de 6,7 bilhões em 1963. O Senador explicou: “Ocorre que quando uma empresa de navegação aérea se apresenta deficitária, o déficit é coberto pelas subvenções federais. E, portanto, quem o paga é o brasileiro de todas as categorias sociais, por que todos contribuem nos impostos”.⁴⁸⁸

Elencou, ademais, que o grupo que adquiriu a Panair agiu de forma corrupta aumentando os valores de seguro para ganhar comissão em cima das taxas: “Verifica o Senado que o mesmo grupo que adquiriu a Panair aumentava as taxas de seguro para ganhar comissão sobre taxas mais altas, e pagava seguros duas vezes mais que as outras empresas, porque tinha comissão sobre as taxas, comprovadamente”.⁴⁸⁹ Devido a esses fatos, o governo teria verificado as possibilidades de desapropriação ou intervenção, porém decidiu que “qualquer delas seria péssimo negócio para o Tesouro. Só lhe restava considerar cancelada a concessão dada a título precário. A Panair pediu concordata e o juiz

decretou-lhe a falência”.⁴⁹⁰

Definido o fechamento da Panair e as empresas beneficiadas com suas linhas aéreas, o deputado José Barbosa pediu explicações ao Ministério da Aeronáutica acerca dos motivos para o governo não conceder à VASP as operações internacionais que antes eram executadas pela Panair. A única empresa beneficiada com essas operações foi a VARIG.

Hélio Tornaghi, diretor-presidente da VASP, comentou sobre a não concessão de linhas internacionais para a VASP. Incrédulo, disse confiar que o Presidente Castelo Branco reestudaria o caso. Disse estar surpreso com o critério seguido pelo Governo de conceder as linhas internacionais para uma única empresa. “Acredito que se trate de solução provisória”⁴⁹¹, mencionou Tornaghi. E continuou:

Não posso crer que uma empresa como a VASP, que leva o progresso a todos os pontos do território nacional, fazendo, inclusive, linhas que dão prejuízo, não seja contemplada no momento em que se oferece a possibilidade de expansão, através de rendosíssimas linhas internacionais. É sabido que a VASP está hoje em situação financeira privilegiada, tendo dado “superávit” nos meses de dezembro e janeiro, apesar do prejuízo que lhe acarreta a rede de integração nacional que é imposta pelo Governo. Outrossim, a entrega da aviação internacional a uma única empresa redundante em discriminação e monopólio, o que evidentemente não pode ter estado nos desígnios do Governo.⁴⁹²

Eduardo Gomes explicou, então, que a escolha da VARIG para suceder a Panair foi uma “solução de continuidade nos voos para a Europa, com a dupla finalidade de impedir a perda do mercado internacional e a fim de honrar os contratos de transportes feitos pela Panair[...]”.⁴⁹³ Já a recusa pela VASP foi para não “repetir experiência mal sucedida e havida com outras quatro empresas nacionais”.⁴⁹⁴ Eduardo Gomes defendeu que a VASP não tinha experiência em operações internacionais, tampouco subsídios para executar o tráfego internacional. Consequentemente, a aquisição de novas aeronaves geraria déficit na empresa.⁴⁹⁵ A situação, segundo o Ministro “viria agravar a atual crise da aviação comercial brasileira, cuja principal motivação é o excesso de oferta em relação à procura”.⁴⁹⁶

O Brigadeiro Nero Moura, ex-Ministro da Aeronáutica, relatou suas análises sobre o caso Panair. Para ele, Eduardo Gomes foi muito duro: “Poderia forçar uma mudança de administração ou obrigar a Panair a vender as ações

para outra companhia, enfim, para terceiros”.⁴⁹⁷ Refletiu que, inclusive, foi comprovada que a empresa, quando de sua falência, tinha mais dinheiro do que devia. “O Eduardo, entretanto, fez a mesma coisa que eu fiz com a Aerovias: da noite para o dia, entregou a concessão para a Varig”.⁴⁹⁸

Apesar de todas as justificativas técnicas empregadas pelo Governo, sabemos que o que ocasionou a perseguição a Panair e os benefícios concedidos exclusivamente a Varig foram as alianças políticas e os posicionamentos desses grupos diante da política autoritária que se configurava com a Ditadura Militar. Ruben Martin Berta, dirigente da Varig aproximou-se dos líderes militares, tornou-se um interlocutor deles.⁴⁹⁹ Foi observado, como possível decorrência desta aproximação, que a empresa teve um aumento significativo de sua frota, rotas e faturamentos. Segundo os Relatórios da Administração, o período entre 1964 e o final da década de 1970 foi de maior prosperidade para a empresa.⁵⁰⁰

Já a Panair do Brasil, em 1961, após diversas negociações com a Pan American e esclarecimentos com o Ministério da Aeronáutica, acabou tendo o grupo Miranda-Simonsen como principal acionário. Rocha Miranda e Simonsen eram apoiadores de Juscelino Kubitschek, cuja liderança política incomodou os chefes militares e, por isso, teve seus direitos políticos suspensos com o Ato Institucional nº 1. Como consequência da proximidade entre o grupo Miranda-Simonsen e o ex-Presidente, o governo perseguiu os donos da Panair do Brasil.

Segundo depoimento de “R”, diretor do Grupo Rocha Miranda,

O fechamento da Panair teve, exclusivamente, a ver com o posicionamento político do Mário Simonsen, do Mário Wallace Simonsen, e Celso da Rocha Miranda, e sua ligação com o Presidente Juscelino Kubitschek. De um lado. De outro lado teve o interesse comercial. O interesse da criação do monopólio internacional das linhas, da qual a beneficiada foi a Varig.⁵⁰¹

A Panair tentou comprovar que estava sendo injustiçada com as medidas adotadas pelo Governo. Entrou na justiça para tentar reverter a situação. Contudo, um decreto impetrado em 1969 definiu a situação. A deliberação foi que empresas que explorassem serviços aéreos de qualquer natureza ou de infraestrutura aeronáutica não poderiam impetrar concordatas.⁵⁰²

A Comissão Nacional da Verdade analisou o papel de entidades civis e empresariais durante a Ditadura Militar. Segundo o relatório do trabalho da

Comissão, “a participação de setores civis no golpe de Estado de 1964, na efetivação do regime autoritário e posteriormente na montagem da própria estrutura de repressão é uma dimensão crucial daquele processo histórico”.⁵⁰³ Elenca, no entanto, que houve empresários que discordaram do golpe e, por isso, foram punidos pelo governo ditatorial. Segundo o Relatório, foi o caso de Mario Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, acionistas majoritários da Panair. A perseguição a Celso Miranda não se deu somente com o decreto de falência da segunda maior empresa privada do país. O Batalhão de Caçadores de Petrópolis ocupou a Companhia Eletromecânica – Celma; os armazéns de café, em Trieste, das empresas Wasim e Comal foram fechados e confiscados; a TV Excelsior foi fechada; cancelaram todos os seguros de órgãos do governo realizados pela AJAX Corretora de Seguros; declararam devassa fiscal em todas as companhias dos acusados.

Além dos prejuízos financeiros, o Governo agrediu a moral e a honra de Celso Miranda. Foi instaurada uma Comissão de Investigação Sumária da Aeronáutica, cujo parecer constatava que Miranda era considerado “o principal responsável pela maquinação criminosa e irresponsável que conduziu a Panair do Brasil S/A à situação de falência financeira e administrativa, em 1965”.⁵⁰⁴ A Comissão solicitou o exame dos livros de contabilidade das empresas de Celso Miranda, com vista a ser processado por Crime de Sonegação Fiscal. O Estado da Guanabara, em 1969, também instaurou uma Comissão Geral de Investigações. A intenção foi enquadrar Celso Miranda no Ato Complementar nº 42, que previa o confisco de bens pessoais naturais ou jurídicas, se comprovado o enriquecimento ilícito de sócios e diretores. O processo teve sua conclusão somente em 1978 e assim definiu:

Em síntese, de toda documentação carreada ao bojo dos autos, não emerge nenhum fato relevante, caracterizador da prática do locupletamento sem causa.(...) De fato a prova acusatória se resumia em cópias de informações do mandado de segurança impetrado pela Panair, veiculando graves acusações, mas só palavras, um laudo pericial, que a Justiça comprovou ser falso do Síndico da falência, o Banco do Brasil, o qual também é autor da duvidosa exposição de fís 62 e segs., I Vol., [...] acolhendo o parecer do Relator, concorda com o Parecer da Consultoria Jurídica e por unanimidade de votos, resolve arquivar o processo sob referência.⁵⁰⁵

Podemos observar, portanto, conforme também analisado pela Comissão

Nacional da Verdade, que houve o interesse político em liquidar a empresa Panair do Brasil. Primeiro o Governo decretou o fechamento. Após, trabalhou de modo que o juiz decretasse falência. Por fim, anos depois, definiu que empresas aéreas não poderiam pedir concordata. A perseguição não foi exclusividade da Panair, outras empresas do grupo Miranda-Simonsen também foram fechadas, tal como foi apresentado. Isto é mais uma evidência que o fechamento da Panair não ocorreu por ordem financeira. Tratou-se de punir empresários que não compactuaram com o golpe. Foi uma tentativa de eliminar grupo empresarial opositor ao regime instaurado.

Eduardo Gomes não apenas condescendeu com a situação como se empenhou no caso. Chegou a ir pessoalmente na vara onde corria o processo para conversar com o juiz responsável na intenção de não dar concordata e decretar falência da Panair. Outro indicativo do envolvimento pessoal de Eduardo Gomes no fechamento da empresa foi que o episódio aconteceu apenas um mês depois da sua posse como ministro da Aeronáutica. Não foi possível compreender através das fontes consultadas qual o motivo para o empenho pessoal de Eduardo Gomes no caso. Contudo, a situação deixou evidente que o Ministro da Aeronáutica estava inserido no sistema político de perseguição a opositores.

Um ponto interessante a ser considerado é que a repressão a adversários do regime não aconteceu de forma transparente. A justificativa técnica para o fechamento da empresa e a tentativa de ofender a moral dos sócios majoritários da empresa tratando-os como corruptos demonstram que o Governo Federal tentava manipular a opinião pública para não causar oposição social às suas ações. Isso também vale para o privilégio oferecido à Varig, empresa que tinha como presidente um aliado do regime instaurado. A concessão das linhas internacionais antes realizadas pela Panair foi fundamentada em razões econômicas e estruturais.

A perseguição política liderada por Eduardo Gomes não foi exclusiva contra a Panair. Vemos em discurso pronunciado em comemoração aos dois anos da tomada do poder pelos militares, que Eduardo Gomes se manifestou de forma a defender ações que reprimissem seus opositores em nome da manutenção do regime. Na ocasião, o Ministro elogiou os trabalhos executados nesse período que remediaram problemas “agravados pela malversação ou pela incúria de administrações passadas”.⁵⁰⁶ Discursou que os civis e as Forças

Armadas ficaram por um período apreensivos diante de uma série de acontecimentos que colocaram em risco a sobrevivência do regime. Contudo, naquele momento, poderiam afirmar que “a subversão em marcha foi definitivamente contida pelo sentimento cívico e pela ação vigilante das corporações militares e que restituiu à Nação o clima de ordem e de segurança indispensáveis [...]”.⁵⁰⁷

O modo como foi contida “a subversão em marcha” de forma a garantir “o clima de ordem e de segurança indispensáveis” foi amplamente discutido em bibliografias que analisam a Ditadura Militar Brasileira. De modo geral, sabemos que o Governo organizou perseguições que envolveram desde suspensão de direitos políticos, até mesmo assassinatos, prisões e torturas aos seus opositores políticos.⁵⁰⁸ Foi o caso de Severino Elias de Mello, morto no dia 30 de julho de 1965, após ter sido preso por agentes militares no Rio de Janeiro. A causa da morte, segundo declarado pelos órgãos de segurança do regime militar, foi suicídio através de enforcamento com lençóis. Severino foi preso por agentes militares, no Rio de Janeiro, dois dias antes de seu falecimento. Foi, então, conduzido por oficiais da Aeronáutica, carregados por metralhadoras, para a Base do Galeão. A filha de Severino conta que, ao saber da prisão de seu pai, destruiu todas as provas que pudessem revelar o envolvimento dele com o Partido Comunista, tais como fotos e armas.⁵⁰⁹

Os oficiais da Aeronáutica foram até a casa da filha do Severino para comunicar o falecimento de seu pai. Na ocasião, revistaram o imóvel. Segundo o relato da filha de Severino, “após observar que os oficiais militares não haviam encontrado nada, murmurou: “não encontraram o que procuravam?”.⁵¹⁰ Os militares, então, encaminharam-na – usando de violência – para o Departamento de Material Bélico da Base Aérea do Galeão, onde foi interrogada por Nelson Duarte, investigador do DOPS. Após pressões da imprensa que permaneceu no local onde ela estava detida e da ação liberada pelo marido, ela foi solta. Eduardo Gomes era o Ministro da Aeronáutica na ocasião. Além dele, estiveram envolvidos no assassinato de Severino: brigadeiro João Adyl Oliveira, Comandante da III Zona Aérea, e coronel Mario Soares Castelo Branco, comandante da Base Aérea do Galeão.

Em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, ao qual Eduardo Gomes fazia parte, podemos compreender melhor seu pensamento autoritário. O objetivo do encontro foi tratar de eleição indireta de governadores. Primeiro

mencionaram uma discussão anteriormente realizada sobre se a ordem seria através de emenda constitucional ou Ato Institucional. Por acharem que a solução por emenda fosse perigosa, decidiram pelo AI, apesar de salientarem que não era desejada uma cadeia de atos institucionais. O Ministro da Justiça foi o relator do trabalho e, portanto, liderou a reunião. Ele leu:

Artigo 1º - A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros das Assembleias Legislativas, em sessão pública, e votação nominal. Parágrafo 19 - Os partidos inscreverão os candidatos até cinco dias antes do pleito, perante a Mesa da Assembleia Legislativa e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição. Parágrafo 2º - Se não for obtido o quórum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menos número de votos. Parágrafo 3º - Limitados a dois os candidatos, ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria absoluta.⁵¹¹

O relator da medida ressaltou que “só podemos prever o que é certo: que só haverá inscrição do candidato da ARENA e do candidato do Movimento Democrático Brasileiro”.⁵¹² Assim sendo, o artigo 3º que prescrevia o caso de que em concorrência de apenas dois candidatos a eleição se daria por maioria absoluta, seria garantido. Eduardo Gomes questionou se haveria algum processo de seleção, o Ministro da Justiça relembrou a lei de inelegibilidade que aplicaria ao caso. Novamente questionou: “Mas não pode permitir a eleição de um candidato marcadamente contra a Revolução?”⁵¹³ O Ministro da Justiça respondeu negando essa possibilidade, uma vez que a Arena era maioria em todas as assembleias estaduais.

Nesse diálogo podemos perceber uma clara preocupação em Eduardo Gomes. Seu medo era que um candidato opositor ao Regime Militar se candidatasse e, pior, tivesse mecanismos para vencer uma eleição, fosse no âmbito estadual ou municipal. Outra fala evidencia o receio do Ministro da Aeronáutica: Eduardo Gomes questionou o parágrafo 1º, do artigo 4º que definia que as eleições para prefeito fossem feitas por maioria simples, admitindo-se sublegendas. Segundo Gomes, essa situação permitiria que seis ou sete políticos se candidatassem e, “muitas vezes, o aventureiro é o eleito. Acho justamente nos municípios é que devemos exigir a maioria absoluta”.⁵¹⁴ O Ministro da Justiça propôs uma fórmula que blindasse a possibilidade de mais

que duas legendas na disputa municipal: “só um terço do Diretório Municipal pode requerer ao Diretório Regional a sublegenda para Prefeito; sendo assim, não poderá haver mais do que dois, teoricamente. O Senhor está satisfeito, Ministro Eduardo Gomes?”⁵¹⁵ Eduardo Gomes respondeu afirmativamente.

Castelo Branco elencou mais um ponto a ser resolvido na Assembleia: uma proposta do Ministro Eduardo Gomes a respeito de candidatos contrarrevolucionários. O presidente da República advertiu:

Acredito que a única maneira de atendermos a essa advertência consiste no seguinte: é a do Presidente da República cassar os direitos políticos do candidato, ouvido, como manda o Ato Institucional nº 2, o Conselho de Segurança Nacional. Será um gesto absolutamente revolucionário, mas legítimo, segundo o Ato Institucional nº 2, que vigora até 15 de março de 1967.

Eduardo Gomes, então, respondeu: “Estou de pleno acordo”.⁵¹⁶ Apesar do notável posicionamento de Gomes com vista a garantir que nenhum candidato resistente ao regime militar instaurado vencesse as eleições, em 1966, quando preparavam-se para as disputas presidenciais, notícias circularam na imprensa de que Eduardo Gomes era favorável ao voto direto e popular.⁵¹⁷ O Ministro Cordeiro de Farias não concordou com a proposta de eleições indiretas que se configurava no Governo, por isso, demitiu-se. Notícias circularam na imprensa de que Eduardo Gomes teria seguido as ações de Cordeiro de Farias e se exonerado do Ministério da Aeronáutica do governo Castelo Branco. Sua demissão teria sido aceita no dia 20 de junho de 1966 e em seu lugar assumiria o brigadeiro Carlos Alberto de Oliveira Sampaio.⁵¹⁸ Contudo, Gomes permaneceu no cargo. Segundo a imprensa, porque Castelo Branco teria pedido para que este se mantivesse por algum tempo.⁵¹⁹ Por fim, noticiaram: “Apesar de toda a onda de boatos a respeito da saída do brigadeiro Eduardo Gomes da Pasta da Aeronáutica, podemos informar que nem o Governo cogita o assunto, nem o brigadeiro pretende pedir demissão, sob qualquer pretexto”.⁵²⁰

Segundo o *Correio da Manhã*, Eduardo Gomes vinha dando sinais de que se constituiria em uma resistência aos planos militares e defenderia a redemocratização do País. Contudo, as duas notas oficiais expedidas pelos ministérios da Marinha e da Guerra compeliram-no “a fazer o mesmo ou a abandonar o Ministério”.⁵²¹ O jornal ainda sugeriu que Gomes, apesar de “dar um passo atrás”⁵²², continuaria defendendo “dentro do Governo, seus pontos de

vista em favor da redemocratização, sem que isso possa constituir-se numa defecção ou dissidência dentro do sistema de segurança”.⁵²³ Não nos foi possível através das fontes consultadas entender qual o motivo para a crise política ocorrida no Governo. Mas fica evidenciado que o regime não foi homogêneo e discordâncias ocorreram entre os líderes ministeriais, entre eles, Eduardo Gomes.

Eduardo Gomes deixou o Ministério da Aeronáutica em 17 de março de 1967, junto com o término do governo Castelo Branco. A ocasião coincidiu com o fim de sua atuação na política brasileira.

4.2. O caso PARA-SAR

Em 1968, Eduardo Gomes esteve no cerne de um dos episódios mais conturbados do Regime Militar brasileiro. Um plano orquestrado pelo Brigadeiro João Paulo Burnier, então chefe de gabinete do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio de Souza Mello, teve como propósito explodir o gasômetro do Rio de Janeiro e a represa de Ribeirão das Lajes. A intenção era responsabilizar comunistas, caracterizando-os como terroristas, e sob essa justificativa, prender líderes sindicais e estudantis. Ademais, há relatos do intuito de assassinar autoridades, entre elas Carlos Lacerda e o General Olímpio Mourão Filho. Informado dos planos, o Capitão Sérgio Ribeiro Miranda denunciou e se opôs às ordens dadas pelo seu superior. Eduardo Gomes se colocou ao lado do Capitão.

A situação teve origem no dia 14 de junho de 1968 quando o Brigadeiro Burnier convidou o comando do Para-Sar para uma reunião. Outros dois encontros ocorreram depois. O Para-Sar era a tropa de elite da Aeronáutica especializada em resgate, reconhecimento e salvamentos. Sérgio Miranda relatou que o objetivo da reunião foi ordenar a empreitada do Para-Sar em atividades de eliminação de opositores, além de atos de sabotagem. A culpa seria atribuída aos comunistas. Miranda conta que no primeiro encontro, o brigadeiro Burnier teria defendido a necessidade de salvar o Brasil dos comunistas. Elogiou o domínio de explosivos pelo Para-Sar e sugeriu uma série de ações violentas que seriam imputadas aos de extrema esquerda. Isto causaria comoção social, fazendo com que a comunidade exigisse retaliação aos comunistas. Sérgio teria se posicionado contrário. No segundo encontro, Burnier teria apresentado um plano de eliminação de quarenta líderes políticos

e militares. O último encontro contou com a participação do brigadeiro Roberto Hipólito da Costa, que teria entrado na sala por acaso.⁵²⁴

Em um desses encontros, Burnier teria iniciado a sessão questionando “Quem aqui já matou gente?” Seguido dizendo “Ninguém, não é? É claro que, para matar em tempo de guerra, é preciso ter treinamento para matar em tempo de paz. A pessoa precisa ter certeza que a mão não vai tremer na hora da verdade”.⁵²⁵ Diante da continuidade dos planos por Burnier, Sérgio relata que procurou o Brigadeiro Georges Guimarães e o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos – que era um dos principais líderes da Aeronáutica. Mattos teria, então, recomendado que procurasse Eduardo Gomes. Mattos teria dito: “Só há um homem capaz de segurar este abacaxi: o brigadeiro Eduardo Gomes”.⁵²⁶ Talvez não tenham sido essas as palavras usadas. A memória nem sempre é fidedigna a realidade exata. Contudo, a narrativa evidencia o potencial visto em Gomes para superar um problema seríssimo dentro da Aeronáutica.

No encontro com Gomes, este teria se mostrado “perplexo” e disse para voltar a procurá-lo no dia seguinte, acompanhado do Brigadeiro Itamar Rocha. Neste segundo encontro, Eduardo Gomes recomendou que Rocha abrisse uma sindicância, o que foi feito. Na justiça, Burnier venceu.⁵²⁷

A versão do episódio, relatada por Burnier, é de que durante a reunião apenas foi apresentado exemplos de ações de comandos especiais no Vietnã, “em ações estritamente militares, sem cunho ilegal”.⁵²⁸ Entre os oficiais que participaram do encontro, todos confirmaram a versão de Burnier, enquanto os sargentos – com apenas uma exceção – defenderam a tese de Sérgio Miranda.⁵²⁹ Em entrevista concedida ao CPDOC, Burnier relata um diálogo que teve com o Major de Santa Cruz: O capitão Sérgio teria contado a Cruz que uma ordem, vinda de Burnier, tinha sido feita para matar estudantes e largá-los na rua. Ao saber disso, Burnier teria chamado Sérgio para conversar, que lhe teria dito: “Não, realmente eu comentei com ele que podia ser ideia sua, porque o senhor é anticomunista”.⁵³⁰ Sérgio foi, então, repreendido por levantar falso testemunho sobre Burnier. Quanto à reunião do dia 14 de junho de 1968, Burnier conta que convocou o Para-Sar ao gabinete do Ministro da Aeronáutica. A intenção era promover uma aula a respeito da utilização dos aviões da unidade em operações de distúrbio de rua, as “operações que cabiam a eles fazer, executar, em tempos de paz e em tempos de guerra; em tempo de guerra tradicional, e em tempo de guerra revolucionária, que era o que estava

acontecendo naquela época no Brasil”.⁵³¹

Burnier relata que após esse encontro, Miranda comunicou ao Brigadeiro Itamar Rocha falácias sobre a reunião: “que era preciso matar em tempo de paz para poder matar na guerra. E que o governador Carlos Lacerda devia estar morto, enfim, uma porção de coisas desse tipo, deturpando tudo aquilo que eu tinha falado”.⁵³² O Brigadeiro Itamar levou o assunto ao conhecimento do Chefe do Estado-Maior que, por sua vez, repassou ao Ministro da Aeronáutica. Sérgio Miranda fez um relatório e apresentou-o a Itamar.

O Ministro da Aeronáutica ordenou ao brigadeiro Itamar que abrisse uma sindicância para apurar o relato de Sérgio Miranda. Como conclusão dessa investigação, o Ministro da Aeronáutica enviou ao brigadeiro Itamar um ofício. Nele há a defesa que “as Forças Armadas devem, também, saber matar pela Pátria, para defendê-la de maus brasileiros que pretendam subverter a ordem interna, solapar as instituições, para desonra-la e escraviza-la a interesses alienígenas”.⁵³³ O documento constatou que o capitão Sérgio buscou mudar o sentido das palavras, entre outras coisas. Como punição, ordenou 25 dias de prisão do Capitão. O Brigadeiro Itamar não teria interrompido a investigação mesmo com a constatação do Ministro da Aeronáutica. Assim sendo, teria cometido indisciplina militar. Como consequência, foi punido com dois dias de prisão domiciliar.⁵³⁴ A justificativa para a punição de Itamar Rocha foi esta. No entanto, é possível pensar que se tratou de uma repreensão por seu apoio e envolvimento no caso, solicitando a abertura de uma sindicância para apurar possíveis crimes planejados pelo Governo.

Sérgio Miranda foi transferido para o Hospital da Aeronáutica no Recife e proibido de pilotar. Posteriormente, foi punido com a aplicação do Ato Institucional nº 5, passando à reserva em setembro de 1969. Além de Sérgio Miranda, foram punidos os sargentos Tardino e Pompenet, “por se negarem a mudar o depoimento prestado” em que afirmaram que o brigadeiro Burnier disse ser “necessária a eliminação de estudantes e políticos considerados ‘inconvenientes’”.⁵³⁵

Eduardo Gomes recomendou a Sérgio pedir um Conselho de Justificação, apresentando “com provas inquestionáveis, as razões de sua recusa ao cumprimento de tão degradante missão”.⁵³⁶ Em relatório encaminhado ao Serviço Nacional de Informações, há dados referentes a uma frente unida em defesa do capitão Sérgio, liderada pelos Marechal-do-Ar Eduardo Gomes,

General Albuquerque Lima e Almirante Silvio Heck.⁵³⁷ Segundo Burnier, a razão para os brigadeiros Itamar e Eduardo Gomes acreditarem e intercederem por Sérgio Miranda decorreu da desarmonia entre eles e o Ministro da Aeronáutica Márcio Sousa e Melo. Isto, porque “a diretoria de Rotas estava sendo reduzida na sua capacidade de iniciativa, porque era toda poderosa no tempo do brigadeiro Eduardo Gomes”.⁵³⁸ O Ministro da Aeronáutica desmontou “duas meninas dos olhos do brigadeiro Eduardo Gomes dentro da Força Aérea, dentro do Ministério da Aeronáutica”.⁵³⁹ Tratou-se da diretoria de Rotas Aéreas, que teve seu poderio diminuído, e da diretoria de Material da Aeronáutica. Ademais, Eduardo Gomes, através do brigadeiro Délio Jardim de Mattos, colega de turma do general Figueiredo, então chefe de gabinete do presidente da República, vinha fazendo diversas interferências no Ministério da Aeronáutica. Isto teria causado desarmonia entre o Presidente e o Ministro da Aeronáutica.

Eduardo Gomes sofreu um acidente de carro e precisou ser internado no Hospital da Aeronáutica no Rio de Janeiro. Por estar envolvido na polêmica do caso Para-Sar, houve suspeita de que o acidente, na realidade, teria se tratado de uma tentativa de assassinato à sua pessoa. Hélio Silva conta que ouviu esta acusação de Eliane, irmã de Gomes, quando o visitou no Hospital. Na ocasião, Eduardo Gomes teria permanecido calado: “Eduardo Gomes ouviu tudo e não confirmou nem desmentiu”.⁵⁴⁰ Já o chofer que conduzia o veículo teria confirmado esta versão. A razão para o atentado teria sido a resistência e intervenções de Gomes no que se referia ao uso do Para-Sar com finalidades contra os opositores da Ditadura.

O *Correio da Manhã* noticiou o episódio descrevendo a irritação que causou na Aeronáutica e no Exército a suspeita que não tenha sido acidental o fato ocorrido com o Brigadeiro Eduardo Gomes. O motorista responsável pela colisão era um elemento da polícia e, encaminhado ao Distrito pelo chofer de Gomes, teria apenas seu nome registrado, “omitindo-se a profissão e função que exerce nos quadros policiais”.⁵⁴¹ A notícia publicada no jornal sobre o ataque a Eduardo Gomes está na mesma reportagem que o caso Para-Sar, levando a entender a relação entre os dois episódios. O processo de investigação do acidente de Eduardo Gomes concluiu que não havia nenhum fato que pudesse caracterizá-lo como atentado. Inclusive, o próprio acusado, José Afonso de Assis Bentes, teria prestado socorro e providenciado o transporte do Brigadeiro Eduardo Gomes para o Hospital Souza Aguiar.⁵⁴² Notemos, pois, que houve uma

mudança de discurso pela imprensa acerca do caso. Se as primeiras notícias relataram que o motorista responsável pelo acidente de Gomes não foi sequer identificado, nesse momento era apresentado seu nome e sua prestação de socorro. O que parece é que, ou tentaram abafar o caso após as suposições da imprensa de que se tratou de um atentado, ou a imprensa agiu nas primeiras notícias de forma a manipular a opinião pública para que pensassem que se tratava de uma tentativa de assassinato, mas depois recuaram dessa hipótese.

Gomes não se absteve de intervenções políticas devido ao acidente de carro – ou possível atentado à sua vida. Hélio Silva comenta que Gomes tentou levar o caso Para-Sar ao Presidente da República, no intuito de rever as punições contra os oficiais da Aeronáutica aplicadas pelo Ministro da Aeronáutica. O *Correio da Manhã* noticiou que em agosto de 1968 teria ocorrido uma reunião entre o Presidente da República e Eduardo Gomes. Na ocasião, Gomes teria advertido que o Ministro da Aeronáutica “já não detinha condições de manter a disciplina em seu próprio Gabinete, em virtude da ação de elementos extremados”.⁵⁴³ Os informantes do jornal salientaram que, por isso, o Presidente Costa e Silva providenciaria a exoneração do Ministro Márcio Melo. Ademais, lembraram que o Brigadeiro João Paulo Burnier já teria causado desagradados no quadro da FAB quando Eduardo Gomes era Ministro da Aeronáutica.⁵⁴⁴ Segundo “uma fonte altamente credenciada do Planalto”⁵⁴⁵, apesar do apelo de Eduardo Gomes, Costa e Silva decidiu manter o ministro Márcio de Sousa e Melo e não punir o brigadeiro João Paulo Burnier, uma vez que acreditava que a crise na Aeronáutica seria resolvida naturalmente, sem necessidade de sua intervenção.⁵⁴⁶

Mudou a presidência da República, Emílio Médici assumiu, mas manteve-se a crise na Aeronáutica. Burnier conta que ocorreu nessa conjuntura uma denúncia de corrupção na Aeronáutica envolvendo seiscentos oficiais intendentess “e teve uma repercussão muito grande contra determinados elementos, em especial filhos e oficiais gerais que eram ligados diretamente ao Brigadeiro Eduardo Gomes”.⁵⁴⁷ Inclusive, devido a interferências de partidários do Brigadeiro Eduardo Gomes e do Brigadeiro Délio de Mattos, o responsável pelo inquérito, Brigadeiro Estrela, precisou transferir os principais acusados para Cachimbo para conseguir interrogá-los. Ao saber da atitude do Brigadeiro Estrela, o Presidente Médici teria ordenado o imediato retorno e destituiu-o do inquérito. Burnier afirmou que o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro

Márcio de Souza Melo também foi atingido com a situação, “porque o Presidente da República havia prejudicado a ação do encarregado do inquérito. Tudo isso por influência do General Figueiredo e do Brigadeiro Délio, ouvindo conselhos do Brigadeiro Eduardo Gomes”.⁵⁴⁸

A Aeronáutica passava por clima de tensão. Um episódio contribuiu para agravar a situação. Em 1970 o estudante Stuart Angel Jones foi assassinado na Base do Galeão. Por ter também nacionalidade norte-americana, ocorreram pressões e denúncias, inclusive por parte do governo dos Estados Unidos. Hélio Silva comenta que, se em 1968 as denúncias do episódio do Para-Sar não foram decisivas, em 1971 a situação modificou-se.⁵⁴⁹ Repercussões dentro das Forças Armadas a respeito do possível atentado a Eduardo Gomes e as pressões por causa da morte de Stuart, geraram um clima de instabilidade no Ministério da Aeronáutica. Vemos, ademais, que as intervenções de Eduardo Gomes permaneceram, contribuindo para a crise na Aeronáutica. Um despacho do Serviço Nacional de Informações nos evidencia isto:

Outro aspecto que tem sido fartamente explorado é o de que existe uma campanha de pedidos e pressões junto a vários ministros que recebem parentes de subversivos dentro do próprio STM. Este fato é absolutamente verdadeiro. Realmente parentes de subversivos constantemente procuram os Ministros não para pressioná-los, mas para tentar influenciá-los e comovê-los, havendo possibilidades de que, em alguns casos, alcancem os seus intentos. Dir-se-ia que mais importante do que isto, são os pedidos de amigos, muitos dos quais oficiais das FFAA a exemplo do Brigadeiro Eduardo Gomes, Gen. Décio Palmeiro Escobar e outros, que já foram vistos no STM fazendo pedidos aos ministros.⁵⁵⁰

Eduardo Gomes foi conhecido por interceder junto ao Supremo Tribunal Militar sobre as decisões no julgamento de Miranda e de outros subversivos. Suas ações intervencionistas e opositoras ao Ministro ecoavam na Aeronáutica. Podemos considerar que Gomes não foi punido por essas interferências por dispor de um alto prestígio dentro da Aeronáutica. Se punido, poderia elencar insatisfações e resistências entre os militares da Aeronáutica.

Virgínia Valli analisa que havia duas frentes dentro do Ministério da Aeronáutica nesse período. Uma chamada de “marcistas”, tendo como chefe o brigadeiro Márcio de Souza Mello, e outra denominada “eduardista”, que seguia o brigadeiro Eduardo Gomes. A primeira delas era considerada a linha dura da Aeronáutica. Os eduardistas eram da linha moderada.⁵⁵¹ A divisão da

Aeronáutica fez parte da crise que se instaurava nela. Como resolução do conflito, ocorreu o afastamento de Burnier do comando da Zona Aérea, sua reforma em março de 1972 e a demissão do Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello.⁵⁵² Quando da mudança de Ministro, ocorreu a substituição da oficialidade na administração da Aeronáutica, predominando os eduardistas.⁵⁵³

Délio Jardim de Mattos, Ministro que assumiu após o afastamento de Márcio Mello, tinha proximidade com Eduardo Gomes. Segundo noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, Mattos pensou em rever as ações depreendidas ao Capitão Sérgio Miranda. Isso teria ocorrido após um almoço com o Brigadeiro Eduardo Gomes. Contudo, segundo o Ministro, sua decisão não foi consequência do diálogo com Gomes.⁵⁵⁴ Sabemos, entretanto, que Eduardo Gomes foi um dos personagens centrais da defesa do Capitão. Podemos imaginar, portanto, que houve o diálogo entre os dois e que o Ministro assim decidiu devido a interferência de Gomes. Eduardo Gomes tentava, mais uma vez, através da mediação junto ao Governo Federal, interceder pelo Capitão Sérgio Miranda. Como das outras vezes, não obteve sucesso.

Em carta escrita em 20 de maio de 1974, mas somente divulgada em 1978, direcionada ao Presidente da República Ernesto Geisel, há mostras dessa mediação. Na correspondência ele disse se sentir, pessoalmente, atingido pelo ocorrido a Sérgio Miranda, uma vez que lhe tinha aconselhado “nas numerosas vezes que me procurou, dando-lhe provas de lealdade e confiança e, revelando, assim, vontade de acertar”.⁵⁵⁵ Continuou:

pôde o Capitão Sérgio impedir fosse o Para-Sar convertido, por um paranoico, em Esquadrão da Morte, execrando instrumento de política assassina, inimiga da Democracia, da Fraternidade Cristã e da Dignidade Humana. É estranho e lamentável que fosse aquele infeliz doente mental secundado em suas ações delirantes e perversas, por alguns companheiros de farda, descontrolados, prestigiados e apoiados por um Ministro de Estado! O Capitão Sérgio tem o mérito de haver-se oposto ao plano diabólico e hediondo do Brigadeiro João Paulo Burnier que, em síntese, se consumaria através da execução de atos de terrorismo, usando das qualificações técnicas possuídas pelos integrantes do Para-Sar. A explosão de gasômetros, a destruição de instalações, de força e luz, posteriormente atribuídas aos comunistas, propiciariam um clima de pânico e histeria coletiva, permitindo, segundo opinião do Brigadeiro Burnier, uma caçada a elementos já cadastrados, o que viria a "salvar o Brasil do comunismo". Ao mesmo tempo, executar-se-ia, sumariamente, a eliminação física de personalidades político-militares que, no seu entender, possibilitariam uma renovação nas lideranças

nacionais. A execução de tal plano aproveitar-se-ia do momento psicológico em que as passeatas e agitações estudantis perturbavam a ordem política.⁵⁵⁶

Gomes, através desta correspondência, deixou claro seu posicionamento. De modo enfático criticou Burnier, se mostrou inconformado com o apoio dado pelo Ministro da Aeronáutica ao Brigadeiro e defendeu o Capitão Sérgio. A revista *Veja* publicou que Eduardo Gomes, em dezembro de 1977, escreveu outra correspondência endereçada ao Presidente da República. Nela disse: “Permita-me trazer-lhe mais esta súplica – a última que o peso dos anos me consente, saída assim do íntimo da minha fé cristã – em favor do capitão Sérgio Miranda de Carvalho”.⁵⁵⁷ Segundo o artigo, Gomes não enviou a carta. A notícia relata que Geisel “fez chegar ao Brigadeiro a informação de que não poderia reabrir o caso, sob pena de patrocinar um precedente que certamente animaria outras vítimas do AI-5 a reivindicar igual tratamento”.⁵⁵⁸ Geisel acreditava ser mais simples aguardar a extinção do AI-5 e a decretação da anistia. Assim, o Capitão Sérgio poderia retornar aos quadros militares com naturalidade.⁵⁵⁹

O que explica esse entusiasmo na defesa de Miranda? Políticos não são formados unicamente por ideologia. Acima de tudo são seres humanos e, logicamente, são envolvidos por emoções e opiniões. Como já foi discutido, Eduardo Gomes sabia que a Aeronáutica era utilizada como instrumento de torturas, assassinatos e perseguições aos opositores do Regime. Eduardo Gomes ao participar da violência promovida pelo Governo o fez por concordar que comunistas eram terroristas e que era necessário atuar de forma a combatê-los. As repressões ocorridas na sede da Aeronáutica, as quais ele teve participação, legitimam isso. Contudo, é inegável que a Ditadura se tornou mais agressiva e intolerante com a oposição a partir do governo de Costa e Silva, em um contexto que Eduardo Gomes já havia deixado o Ministério da Aeronáutica. A mobilização operária e estudantil tomou as ruas do país em 1968. A resposta do governo foi a intensificação da repressão, principalmente através do AI-5.

Podemos pensar que os caminhos trilhados pelos ditadores ocasionaram em Gomes parcial descontentamento. Não que ele tenha se tornado opositor ao Regime, mas pode ter provocado sensação de extremismo com o qual ele não concordou. A afirmação de Eduardo Gomes em outubro de 1969 corrobora com essa possibilidade. Ele disse que o Presidente Costa e Silva deveria reprimir “por igual, tanto as manifestações subversivas de grupos da direita, quanto da

esquerda, a fim de assegurar o regime democrático no País, ameaçado pelas atividades das facções radicais”.⁵⁶⁰ O biógrafo de Eduardo Gomes, Cosme Degenar Drummond, escreve que Gomes “sempre defendera a redemocratização do país e se mostrava preocupado com as denúncias de deformação do regime militar”.⁵⁶¹ O biógrafo ainda relata um encontro entre Eduardo Gomes e Jânio Quadros. Em diálogo entre os dois, Gomes teria criticado duramente o regime militar, “reafirmando que faltava ao movimento dedicação ao ideal democrático, tão largamente defendido nas suas primeiras horas”.⁵⁶²

Acreditamos, ademais, que o episódio do Para-Sar tenha sido para ele motivo de choque. Afinal, desejava-se matar civis que, mesmo na visão dos militares aliados a Ditadura, eram considerados inocentes. Talvez isso tenha impulsionado Gomes a não compactuar com esta situação e defender o militar que teve coragem para denunciar seu superior.

O trabalho de Celso Figueiredo Filho analisa os agentes torturadores da Ditadura Militar Brasileira. Segundo sua análise, os torturadores justificavam as ações repressivas “em defesa da Pátria” contra o “perigo vermelho”. Trava-se, portanto, de um pensamento de guerra contra um “inimigo insidioso, infiltrado nas instituições e na sociedade brasileira”.⁵⁶³ Esse pensamento foi embasado pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento – DSN – elaborada pela Escola Superior de Guerra durante as décadas de 1950 e 1960. Figueiredo compreende:

Ao hiperbolizar a maldade do inimigo, do estrangeiro, no caso o comunista, a DSN cumpriu muito bem o papel acima descrito de fantasia ideológica. Concordando com C. Dunker, podemos dizer que “a fantasia administra o conflito ao localizar sua causa em uma alteridade ideologicamente como um objeto: os negros, os imigrantes, os judeus etc.” A essa lista de “estranhos”, acrescentamos o comunista, de forma que a sua instrumentalização bem-sucedida pelo regime e pela DSN, potencializou os sentimentos discriminatórios em relação a eles e os opositores de modo geral. Por estarem fora da Lei, foi possível fazer com eles algo fora da lei.⁵⁶⁴

O trabalho de Figueiredo Filho é uma interessante contribuição. Permite compreender o pensamento e as razões para as ações dos agentes de repressão durante a Ditadura. Transferindo, então, esse raciocínio para a ótica de análise das razões para a oposição de Eduardo Gomes ao caso Para-Sar,

podemos compreender que Gomes se opôs a essa situação por não ver os possíveis assassinados na ação como componente nesta “lista de estranhos”. Não havia sentimento discriminatório em relação às pessoas que seriam assassinadas com a explosão do Gasômetro, tampouco com a lista de autoridades sugerida por Burnier – Lacerda, Mourão, JK. Eduardo Gomes não era inimigo desses personagens. Não havia a construção do sentimento que justificasse o assassinato desses sujeitos.

Em entrevista, Deoclécio Lima da Siqueira, chefe de gabinete do ministro Eduardo Gomes, relatou acerca de Gomes:

É. Ele era intransigente. Era um baluarte. Porque o brigadeiro Eduardo era, sinceramente, um democrata. Acreditava na democracia, nos princípios democráticos, como acreditava na religião que praticava, a religião católica. De modo que todo ato que passasse da ética ele era contra. Radicalmente. Por isso na história do Parasar ele investiu com muita violência. Rompeu com o ministro Márcio. Fez uma onda terrível. Não admitia a tortura. Uma vez perguntei a ele: "Brigadeiro, por que o senhor é tão contra a tortura?" [risos] Disse-me: "Porque o homem foi feito à imagem de Deus e, por isto, não pode ser atingido em sua dignidade." Veja só a concepção dele. Fundamentada em princípios religiosos muito fortes. Era contra a tortura porque, indiretamente, ela atingia a Deus. E ele não deixava de estar certo.⁵⁶⁵

Democrata, cristão, ético. A memória de Siqueira tem como finalidade enaltecer aquele que foi seu chefe e que contribuiu para seu crescimento profissional. Memórias são construções, que carregam bagagem de sentimentos e opiniões pessoais. É percebida a naturalização do método de tortura como prática do Estado quando ele pergunta “por que o senhor é tão contra tortura”. Não é este, no entanto, o foco aqui. Observemos a frase: “Todo ato que passasse da ética ele era contra”. Ética, segundo Peter Singer, exige do indivíduo uma escolha séria e racional a ser tomada. Ademais, não são justificadas pelos interesses pessoais, mas pelos interesses gerais de um povo. Trata-se de uma responsabilidade como membro de uma comunidade.⁵⁶⁶ Interessa refletir o que era aceitável ou não para Gomes. Ocorreram torturas durante sua administração no Ministério da Aeronáutica. É inegável que ele compactuou com tais crimes. Estaria ele agindo eticamente? Ainda utilizando das análises de Figueiredo Filho, a aceitação de Eduardo Gomes em relação às punições durante sua administração no Ministério da Aeronáutica envolve a percepção do que era considerado correto e incorreto. Caberia às Forças Armadas ordenar a

política brasileira e punir os desordeiros. Estaria agindo, assim, de forma ética e correspondente aos seus princípios.

A oposição categórica de Eduardo Gomes ao brigadeiro Burnier pode ter sido a discordância com o plano de usar o Para-Sar como estrutura de extermínio. No entanto, é interessante levantar algumas outras questões. Gomes, possivelmente, não gostou de saber que a Aeronáutica seria utilizada para assassinar um de seus amigos, Carlos Lacerda. Ademais, os brigadeiros Gomes e Burnier eram de vertentes opostas dentro do Ministério da Aeronáutica. Sendo assim, podemos pensar que a razão de Eduardo Gomes ter se envolvido com tanto afinco nessa questão, buscando de todas as maneiras defender Sérgio Miranda, não se tratou unicamente de oposição ao que ele mesmo denominou de “Esquadrão da morte”. Acredita-se que Eduardo Gomes tenha ficado inconformado com isto, mas temos que considerar que outras questões conflituosas existiam entre Gomes e Burnier.

4.3 Eduardo Gomes: fim de uma vida

Em 1978, a anistia foi tema importante nos debates da sociedade e, conseqüentemente, foi tema central nas reportagens da imprensa. O *Jornal do Brasil* publicou artigo que rememorou o episódio do Para-Sar e a punição a Sergio Miranda. Segundo o periódico, este personagem foi uma das maiores vítimas do AI-5 e foi repreendido por sua ação “pessoal, corajosa e eficiente”.⁵⁶⁷ A demora dessa reparação estaria atormentando “a alma sensível e pura do insigne patriota Brigadeiro Eduardo Gomes”. Gomes merecia assistir à correção desse ato e bastava isso para justificar a Anistia.⁵⁶⁸ Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, Eduardo Gomes manifestou o desejo de ver reparada a injustiça cometida a Sérgio, antes de sua morte.⁵⁶⁹

Foi nesse contexto de discussão sobre a possibilidade de anistia que as cartas escritas por Eduardo Gomes endereçada a Ernesto Geisel, então Presidente da República, foram divulgadas. Elas já foram discutidas no tópico anterior. O propósito da divulgação dessas correspondências era usar do prestígio de Eduardo Gomes no setor político, militar e social para embasar a defesa da Anistia. Através das cartas foram evidenciadas injustiças cometidas pelo Estado e, portanto, justificativas para a Anistia.

Nesse mesmo contexto, Sérgio Miranda entrou com recurso endereçado

ao Presidente da República, pedindo reavaliação de seu caso e reintegração aos quadros militares. Eduardo Gomes reafirmou estar de “pleno acordo” com o recurso interpretado pelo Capitão Sérgio ao Presidente da República: “Renovo a afirmação de que esse digno e benemérito oficial, padrão de honra de sua classe, agiu sempre com meu integral apoio moral”.⁵⁷⁰ Disse estar com o coração cansado devido a injustiça cometida ao Capitão Sérgio. Discussões na Câmara aconteceram acerca da carta escrita por Eduardo Gomes e, conseqüentemente da revisão à punição do Capitão Sérgio.⁵⁷¹ Algo interessante a ser destacado foi que Sérgio recusou ser anistiado. Ele desejava ser reintegrado às Forças Armadas.⁵⁷² Não lhe bastava a reconciliação, o perdão, pois ele defendia: “Anistia é para quem cometeu crimes, e eu não cometi crime algum [...] Quero que a injustiça que sofri seja integralmente reparada”.⁵⁷³

Gomes esteve presente nas justificativas para a anistia e isto não apenas por ele defender a revisão da punição de Sérgio Miranda. Tratou-se também de lembrar que ele havia sido julgado criminoso pelos seus atos revoltosos de 1922 e 1924 e, depois, favorecido pela lei de anistia. O deputado federal Marcelo Medeiros, do MDB, defendeu a anistia. Seu discurso pautou na ideia de que a História do Brasil é formada por reconciliações políticas em que a prática da anistia esteve presente. Citou, então, Eduardo Gomes, Arthur da Costa e Silva, Otávio Mangabeira, entre outros personagens de relevância na política nacional, para exemplificar pessoas que foram anistiadas.⁵⁷⁴

Nas discussões realizadas pela Comissão da Anistia no Congresso Nacional, o nome de personagens ilustres da história brasileira se fez também presente. O deputado José Frejat discursou que Tiradentes foi considerado terrorista e, posteriormente, foi visto como herói. O mesmo ocorreu com Juracy Magalhães, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Poppe de Figueiredo e o “eminente” Eduardo Gomes. Todos estes pegaram em armas contra o Governo e se tornaram pessoas de relevo na política brasileira.⁵⁷⁵ A referência a esses nomes não é casual. Trata-se de uma escolha que se pauta na rememoração de cidadãos brasileiros que mereciam honras. A menção que Gomes tinha sido anistiado pautava na reflexão sobre a possibilidade de os personagens punidos com o AI-5 se tornarem pessoas ilustres no futuro, tal como Eduardo Gomes se tornou. Ademais, refletia sobre o relativismo das punições, levando a entender que o crime que um indivíduo comete pode ser entendido no futuro como ação patriótica.

A lei de Anistia foi sancionada em agosto de 1979. Através dela foi concedido o perdão jurídico aos cassados políticos e aos membros do governo acusados de tortura. Mesmo anistiado de forma compulsória, Sérgio Miranda não foi reintegrado ao posto da Aeronáutica. Deoclécio Siqueira conta que em suas visitas a Eduardo Gomes, este se mostrava obsessivo pela justiça, voltando ao passado de lutas pelos injustiçados. Siqueira relata também que Gomes se entusiasmava com a ideia de redemocratização. Ele, inclusive, intercedia aos políticos de forma a alcançar este intento.⁵⁷⁶

Em 1980, o Papa João Paulo II visitou o Brasil. Ao chegar no Rio de Janeiro, foi recebido por autoridades católicas, políticas e militares – entre eles, Eduardo Gomes. O Jornal do Brasil noticiou sobre o encontro:

Recebido pelo Cardeal Eugênio Sales, o Papa João Paulo II cumprimentou várias autoridades, entre elas, o Governador, e demorou-se mais tempo junto ao Marechal-do-ar Eduardo Gomes, que foi até lá para solicitar que abençoasse a Oração dos Aviadores. O Papa o atendeu e, surpreendendo a todos, beijou na testa o Marechal, que o aguardava na pista numa cadeira especial.⁵⁷⁷

Eduardo Gomes, segundo é noticiado pelo periódico, chegou em um carro especial na Base Aérea para aguardar o desembarque do Papa. Uma cadeira especial havia sido reservada a ele, no final da fila de autoridades que iam cumprimentar o pontífice. O Cardeal Eugênio Sales apresentou Gomes ao Papa João Paulo II, de forma a explicar quem ele era. O Papa, então, teria ouvido a explicação e depois disso beijou a testa de Gomes, como é possível ver na imagem abaixo:



Fonte: THEOBALDI, Ronaldo. *Jornal do Brasil*, 02 de julho de 1980, p. 7.

O Cardeal Eugênio Sales era na ocasião cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Sua administração episcopal caracterizou-se por atitudes moderadas e cautelosas. Defendeu os direitos humanos em algumas ocasiões e se manifestou contrário às ideias socialistas. Atuou, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), como mediador entre o presidente do Senado, Petrônio Portegal, e representantes da sociedade civil. A intenção era pensar estratégias que viabilizassem o processo de reabertura política pelo Governo Executivo Federal.⁵⁷⁸ O Cardeal Sales demonstrou interesse no retorno ao quadro democrático. Eduardo Gomes, católico fervoroso, frequentava missas no Rio de Janeiro. Nos é possível pensar que tenha havido contato entre os dois.

Utilizando do conceito cultura política, podemos analisar o comportamento e pensamento político de Eduardo Gomes com base no imaginário e ideologia do grupo ao qual ele fazia parte. Ele estava inserido em um ambiente militar e católico. Na Força Aérea era respeitado e representava uma ala moderada. A Igreja Católica, neste momento, estava envolvida com propostas que visavam ao retorno à ordem democrática. Em 1968 a CNBB⁵⁷⁹ assumiu abertamente a defesa pelos direitos humanos e emitiu um parecer crítico a Doutrina de Segurança Nacional.⁵⁸⁰

Gomes apoiava o Governo Militar, mas dava mostras de concordar com a retomada da administração governamental por civis. Vemos, pois, que Eduardo Gomes estava em diálogo e acordo com as ideias do grupo ao qual ele estava

inserido. Compartilhava com esses agentes mesmos valores, opiniões, leitura sobre o passado e representação sobre si mesmos.

Compreendemos através da trajetória política de Eduardo Gomes a mudança de pensamento, as adaptações inerentes a todo indivíduo. A Ditadura Militar não foi homogênea. Discutimos isso quando abordamos a crise na Aeronáutica em fins da década de 1960 e início da década de 1970. Nos anos seguintes à saída de Gomes do Ministério da Aeronáutica, a Ditadura tornou-se mais repressiva e autoritária. Conforme isso aconteceu, uma ala de militares tendeu a compactuar com essas ações e outra a tornar-se mais moderada. Gomes foi representante deste último setor.⁵⁸¹ Em fins de sua vida, segundo relatado por seu biógrafo, Deoclécio Siqueira, Gomes desejava a redemocratização.

Em comemoração aos 84 anos do Marechal-do-ar Eduardo Gomes, personalidades se reuniram em sua casa. Entre os convidados estava o Ministro da Aeronáutica Délio Jardim e o Capitão Sérgio Carvalho de Miranda. No dia seguinte, um encontro oficial entre os dois aconteceu em Brasília.⁵⁸² É suposto que um diálogo sobre a revisão das punições tenha ocorrido. Podemos pensar, inclusive, que Gomes tenha intercedido por Miranda, tal como já fizera em outras ocasiões. Eduardo Gomes, apesar de seus esforços, não conseguiu reverter as punições do capitão Sérgio Miranda, tampouco presenciou a reabertura dos quadros democráticos. Morreu em 1981. Seu falecimento ocorreu no dia 13 de junho, às 18:25h devido a uma parada cardíaca, causada por fibrilação ventricular. Ele estava em sua residência quando se sentiu mal e foi levado por seu motorista ao Hospital da Força Aérea. Eduardo Gomes tinha um marcapasso implantado desde 8 de março daquele ano.⁵⁸³ Seu corpo foi velado no III Comando Aéreo Regional, no Rio de Janeiro. Uma missa em homenagem a Gomes foi celebrada pelo Cardeal Dom Eugênio Sales. No rito religioso, D. Eugênio falou:

É bom que, como o Brigadeiro, possamos comparecer à casa de nosso Pai não com as mãos vazias, mas com as mãos cheias de boas obras – no serviço prestado às missões católicas na Amazônia, especialmente no Rio Negro. Hoje, todas estas obras o acompanham à casa do Pai.⁵⁸⁴

A celebração pelo Cardeal Sales e o discurso realizado corroboram com a hipótese levantada de que Eduardo Gomes tinha relações com o arcebispo.

No dia 15 de junho, às 10h, saiu o cortejo do III COMAR, em direção ao cemitério de São João Batista, onde foi sepultado na Cripta dos Aviadores, “com honras de herói nacional”.⁵⁸⁵ Eduardo Gomes vestia seu uniforme de Marechal-do-Ar, tinha nas mãos um terço preto, pétalas de rosas cobriam seu corpo e coube ao Ministro da Aeronáutica o acessório final: um lenço branco.

O lenço branco fez referência à campanha presidencial de 1945, em que tal acessório foi símbolo da candidatura de Eduardo Gomes. Na mesa ao lado do túmulo foram expostos o quepe, a espada e um retalho da bandeira dos “18 do Forte”.⁵⁸⁶ O capitão Sérgio Miranda esteve presente na cerimônia de luto e se manifestou: “Para mim, ele foi um segundo pai. Para o Brasil foi uma fonte inesgotável de bravura, justiça e tenacidade. Era uma figura extraordinária”.⁵⁸⁷ O Ministro da Aeronáutica também se manifestou:

[...] Mais que o Tenente de 22, de brava presença nos “18 do Forte”, mais que o combatente de 35, herói da resistência aos comunistas no Campo dos Afonsos; mais que o criador do CAN, onde sua palavra foi sempre o exemplo e o caminho, perde a Nação Brasileira, com a partida deste filho ilustre, uma de suas maiores reservas morais. Jamais esqueceremos sua atuação durante a Segunda Grande Guerra, não só no patrulhamento do Atlântico Sul, como na defesa intransigente de nossa soberania perante os aliados. Jamais esqueceremos o homem público e suas ambições políticas, que conheceu o fracasso nas urnas sem perder a fé nos valores da democracia, pois sabia que existem derrotas que enobrecem, e vitórias que comprometem todo um passado. Jamais esqueceremos de tudo que representou na formação da mentalidade aeronáutica brasileira. Foi o grande líder de nossa Força Aérea, a maior presença ao longo de sua história e o ministro de suas horas mais críticas. Tudo foi como gostaríamos de ser, tudo foi nos ensinando a ser, tudo como a partir do que soube ser. O Ministro da Aeronáutica sente o vazio de sua perda e ao nosso pesar somamos as vozes de todos os brasileiros que tiveram o privilégio de conhecer o Brigadeiro Eduardo Gomes, o Brigadeiro da República.⁵⁸⁸

Eduardo Gomes marcou sua geração. Foi político e membro ilustre da Aeronáutica. Sua morte não foi seu fim na Aeronáutica, tampouco na política brasileira. Quatro horas depois de seu sepultamento, o senador Luiz Viana Filho (PDS-BA) propôs a consagração de Eduardo Gomes como patrono da Força Aérea Brasileira. O projeto propôs também a criação da “Medalha Eduardo Gomes” que seria entregue pelo presidente da República a personalidades com distinção na Força Aérea Brasileira.⁵⁸⁹ O *Jornal do Brasil* relata que o projeto foi bem aceito entre os militares da Aeronáutica. Contudo, esbarrou na lei de 1971

que consagrou Santos Dumont o patrono da Força Aérea Brasileira. Ademais, em 1972, o Senado havia aprovado o projeto de lei, cujo autor foi Vasconcelos Torres, do partido Arena, que homenageou Eduardo Gomes como patrono do Correio Aéreo Nacional.⁵⁹⁰

Viana Filho, então, sugeriu que Santos Dumont fosse patrono da Aviação, como um todo, e Eduardo Gomes, da Força Aérea.⁵⁹¹ Foi o que aconteceu. A Lei nº 7.243, de 6 de novembro de 1984, proclamou Santos Dumont como Patrono da Aeronáutica, Eduardo Gomes como Patrono da Força Aérea Brasileira e criou a “Medalha Eduardo Gomes”. Através do decreto desta lei, foram revogadas as Leis nº 5.716, de 19 de outubro de 1971, e nº 5.866, de 12 de dezembro de 1972⁵⁹². Em substituição a Eduardo Gomes, Nelson Freire Lavenère-Wanderley foi prestigiado patrono do Correio Aéreo Nacional, através da Lei nº 7.490, de 12 de junho de 1986.

Eduardo Gomes foi ovacionado tendo seu nome em Aeroporto, cidade, escola, parques, ruas, viadutos. São esses, pois, “lugares de memória”.⁵⁹³ Através desses patrimônios materiais, um grupo se identifica e rememora experiências coletivas. A intenção em dar o nome de Eduardo Gomes a lugares não é apenas homenageá-lo. É, principalmente deixar para gerações futuras as experiências compartilhadas pelos agentes que elegeram esses espaços de memórias. É lembrar para que não esqueçam dos feitos não apenas por Eduardo Gomes, mas por todo um grupo que com ele compartilhou valores, ideais e participação na política e na carreira militar. Os lugares de memória têm como objetivo, então, “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial”.⁵⁹⁴ Eleger o nome Eduardo Gomes nesses lugares é prestigiá-lo, mas principalmente, imortalizar seus feitos.

Na Câmara dos Deputados, uma sessão foi dedicada a Eduardo Gomes. Entre os discursos, há a exaltação de seu perfil democrático, liberal, que lutava por “justas conquistas sociais do nosso povo”.⁵⁹⁵ Houve narração de suas “lutas pela democracia”, de suas campanhas para presidente da República.⁵⁹⁶ Michael Pollak analisa que a memória coletiva tem a intenção de salvaguardar, definir e reforçar sentimentos de pertencimento de grupo. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis”.⁵⁹⁷ Ao discursar, a pessoa escolhe o que lembrar e o que

esquecer. As perspectivas de liberal, democrático e herói do Forte de Copacabana foram as mais destacadas em discursos, artigos e livros. Esta é a identidade que um grupo elegeu sobre Eduardo Gomes.

As pessoas, entretanto, se apresentam diferentes para cada grupo. E, por assim ser, são lembrados por diferentes feitos ou características. Com base nas análises de Jacques Le Goff de que a memória coletiva é uma “forma importante na luta das forças sociais pelo poder”,⁵⁹⁸ entendemos que a construção da legenda de herói nacional em torno de Eduardo Gomes foi uma forma de dominação da história. Le Goff escreve:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁵⁹⁹

Os silenciamentos, portanto, não são ingênuos. Trata-se de uma escolha do que se pretende esquecer. Desejaram esquecer o envolvimento de Eduardo Gomes na crise que culminou no suicídio de Vargas; seu engajamento nos golpes de 1955; sua intervenção na Panair. Por muito tempo a participação de Eduardo Gomes no golpe civil-militar de 1964 foi silenciada. Pouco, ou quase nada, se sabia sobre sua atuação nesse episódio. As biografias de Eduardo Gomes o tratam como um democrático que, inclusive, durante a Ditadura, desejou o retorno aos quadros democráticos. É possível que assim o fosse, mas não há qualquer relativismo, questionamento, sobre o papel desenvolvido por ele na culminância daquela situação política.

O Brigadeiro, como ficou conhecido, não foi, entretanto, lembrado por todos como símbolo de liberdade e democracia. Em depoimento aos jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana, Luís Carlos Prestes rememorou alguns episódios e opinou sobre personagens. Para Prestes, Gomes “era o maior golpista”.⁶⁰⁰ Como analisa Jacques Le Goff, há memórias que divergem daquela dita como “oficial”.⁶⁰¹ Neste caso em específico podemos observar a construção, por parte do Estado, de uma legenda de herói nacional em torno de Eduardo Gomes. Entretanto, não existe exclusividade de memória. Outros grupos e pessoas podem ter divergentes representações sobre uma mesma pessoa ou fato. Para Prestes, Eduardo Gomes foi o militar que o procurou em 1945 na tentativa de dar um golpe e tirar Vargas do poder.

A memória além de relativa, não é fixa. Ela está em constante transformação, sendo repensada e influenciada pelas problemáticas do presente. Assim é o caso da interferência na Panair. Apesar da tentativa do Governo Federal da época, em especial do Eduardo Gomes que era Ministro da Aeronáutica, de construir uma imagem de corrupção em torno dos acionistas majoritários e de razões técnicas para a intervenção na empresa, os trabalhadores e seus acionistas lutam as batalhas da memória. A Comissão Nacional da Verdade compreendeu que a Panair foi vítima do autoritarismo e perseguição a oposição que comumente ocorreu durante a Ditadura Militar. Uma exposição foi organizada no Rio de Janeiro para prestigiar a empresa e rememorar a relevância dela no período em que funcionou. A exposição “Nas asas da Panair” ficou em cartaz entre os dias 11 de julho a 29 de setembro de 2019, no Museu Histórico Nacional. Desde 1966 foi criada a “Família Panair”. O grupo se reúne desde 1966 para confraternizar e preservar a memória da empresa.⁶⁰²

Esquadrinhar a trajetória política de Eduardo Gomes durante a Ditadura Militar contribuiu para compreender as transformações inerentes a cada indivíduo. Ele participou do golpe e do Regime, compactuou com repressões a oposição. Seu pensamento político era de que esse era um mal necessário. O Brasil precisava ser controlado pelos militares para garantir que se tornasse um país próspero e que não fosse dominado por forças nocivas, tais como o trabalhismo e o comunismo. Conforme a Ditadura endureceu, ele se tornou mais moderado. Era ele respondendo às situações que lhe eram apresentadas. O estudo de sua trajetória permitiu compreender como os indivíduos estão em diálogo com grupos a que pertencem e se posicionam com base na bagagem de experiências que possuem. A partir da análise de sua trajetória foi possível, ademais, aprofundar a discussão no que se refere a episódios de destaque da ditadura, tal como o fechamento da Panair e o caso Para-Sar.

CONCLUSÃO

Eduardo Gomes foi militar e político de relevante participação na vida republicana brasileira entre as décadas de 1920 e 1980. O histórico de lutas, a defesa do liberalismo e o enorme prestígio entre as Forças Armadas foram fatores que contribuíram para construir sobre ele a legenda de herói nacional. Descortinar sua atuação e seu pensamento político foi o propósito dessa tese. Pudemos perceber que a doutrina dos jovens turcos foi referência na formação de Gomes. Como parte de um grupo que se via como garantidores da ordem e zeladores do bem estar do país, Eduardo Gomes participou de revoltas e golpes que tinham como fundamento, segundo sua visão, impedir que políticos prejudicassem a Nação. Na Primeira República, lutou contra fraudes e corrupção. Concomitante a essa doutrina, Eduardo Gomes atuou na defesa dos militares que estavam sendo desprestigiados na época por Arthur Bernardes.

Tal como a maior parte dos tenentistas, Gomes acreditou no projeto varguista. Contudo, após a instauração do Estado Novo, há demonstrações de discórdias em relação à ditadura. Isto não impediu que fizesse carreira na Aeronáutica, se destacando na luta contra o Totalitarismo durante a Segunda Guerra Mundial. Com a guerra aproximando do fim, Gomes entendeu que havia um mal a ser combatido no Brasil: Getúlio Vargas e seu legado. Fez desse propósito sua principal luta durante a primeira experiência democrática brasileira. Por fim, a implantação do comunismo também se mostrou, na década de 1950 e 1960, uma preocupação de Gomes. O militar agiu seguindo seus ideais. As estratégias para impedir a posse de candidatos eleitos que a seu ver continuariam o trabalhismo tratava-se de medidas necessárias.

A UDN foi fundada com o propósito de dismantelar o Estado Novo, tirar Vargas do poder. Viram em Eduardo Gomes o personagem capaz de unir forças, conquistar votos e se tornar presidente da República. A escolha por Eduardo Gomes como candidato a presidência esteve pautada na moral que ele tinha entre os militares e em sua história de vida. Acreditavam que seu prestígio e seu histórico de lutas no tenentismo e nas revoltas da década de 1930 seriam determinantes para garantir a vitória nos pleitos. Apesar da derrota nas duas eleições presidenciais que disputou, não é irrisória a relevância que Gomes tinha entre os udenistas. Ele era também muito respeitado na Força Aérea. O estudo de sua trajetória permitiu conhecer mais sobre as divergências existentes dentro

desta instituição castrense. O prestígio do Brigadeiro garantiu que ele fosse mediador de conflitos.

O catolicismo também fez parte de seus princípios. Durante suas campanhas presidenciais, suas propostas dialogavam com encíclicas e com a doutrina social católica. O anticomunismo, por assim ser, foi uma de suas bandeiras de lutas. Isto ficou mais evidente na década de 1950 e 1960, como já salientado. Eduardo Gomes acompanhou o movimento da UDN no processo de ganhar espaço à direita, incorporando pautas conservadoras, religiosas e por vezes autoritárias. Apesar disso, a narrativa sobre ele, construída principalmente pela imprensa, defendia que era um personagem democrático, defensor das liberdades individuais e opositor a ditaduras. Houve, inclusive, preocupação de Eduardo Gomes em manter essa imagem sobre si. Vimos isto acontecer quando processou o Marechal Lott por este ter acusado Gomes de articular um golpe para impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

Eduardo Gomes esteve envolvido em planos de intervenções dos militares na política, ainda que a memória sobre o personagem negue isto. Essas contradições fazem parte da política. Por isto se faz necessário contrastar diversas fontes. São elas que permitem aprofundar na análise dos acontecimentos, interesses e motivações que direcionam as ações e discursos dos personagens. Interessante é perceber também que os políticos são passíveis de mudar suas opiniões sobre uma situação. Gomes foi apoiador do golpe de 1964, colaborou com ele. Participou da Ditadura sendo ministro da Aeronáutica. Contudo, conforme o regime enrijeceu, Eduardo Gomes adotou postura moderada. Continuou apoiando a Ditadura, mas deu mostras de insatisfação com ações do Governo. Foi o caso da punição do capitão Sérgio Miranda, por exemplo. Eduardo Gomes atuou com afincamento no intuito de reverter a punição.

O estudo da trajetória política de Eduardo Gomes contribuiu para compreender um período da história política brasileira que envolveu transições, adaptações, incoerências. É o jogo político em sua essência. Foi possível compreender as nuances das intervenções militares na política desde a Primeira República até a Ditadura Militar.

Sua trajetória política permitiu entender as questões que foram apresentadas às Forças Armadas no período republicano e de que maneira os militares responderam a essas situações. As ações de Gomes estiveram

atreladas também ao catolicismo e a UDN. Foi, portanto, representante dos militares de direita, da UDN, do liberalismo, do antigetulismo, do anticomunismo, do catolicismo. O estudo de sua trajetória não esgota a análise sobre a ambiência desse momento histórico, mas dá luz para que o leitor compreenda a relação entre esses ideais e de que maneira eles orientaram os projetos e as ações do grupo ao qual Eduardo Gomes estava inserido.

Eduardo Gomes foi personagem de destaque na história republicana brasileira. O estudo de sua trajetória já é por assim ser justificável. Contudo, é importante considerar que estudos de biografias políticas e de trajetórias políticas permitem compreender a partir de um indivíduo todo um grupo que compartilhava ideias, valores, projetos e perspectivas. É um método de estudo que propicia partir de uma análise micro para uma compreensão macro estrutural. É pensar as ações de um personagem em meio a um contexto e entender de que maneira esse indivíduo é representante de uma cultura política.

O estudo de trajetórias políticas é, por assim ser, uma excelente estratégia para o historiador compreender a dinâmica política e social que envolve múltiplos agentes; que é por vezes incoerente; que abrange paixões, ideários, laços de amizade. Política é feita por políticos e estes são, antes de tudo, pessoas. São passíveis de decisões nem sempre movidas pela razão. Cabe ao pesquisador esquadrihar as falas e ações de modo a entender o que move o personagem, com quem ele dialoga, o que ele pretende etc.

Estudar trajetórias individuais, contudo, exige ética e cuidado. Por vezes, o pesquisador se deixa levar por sentimentos e opiniões pelo sujeito analisado, produzindo, dessa forma, um texto manipulado. Ao longo desta tese buscamos não nos envolver com os fatos vividos por Eduardo Gomes e tivemos o compromisso de discutir as questões sem produzir julgamentos. Jacques Le Goff comenta que a memória “procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.⁶⁰³ E que cabe ao historiador trabalhar “de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.⁶⁰⁴ Analisar a trajetória política de Eduardo Gomes foi um trabalho árduo. O desejo primordial na execução desta pesquisa foi servir à comunidade brasileira, de modo que compreendam, através do estudo da participação política de Gomes, um contexto de rupturas, transições, adaptações, golpes e participação dos militares na política. O compromisso foi, portanto, com a libertação, tal como propõe Le Goff, através do esquadrihamento da História Política Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ¹ DE ASSIS, Machado. **Esaú e Jacó**. FTD Editora, 2011, capítulo CXV.
- ² SCHMIDT, Benito B. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura”. In: GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira e RAGO, Margareth (orgs). **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2000, p. 201.
- ³ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes históricas** — 2.ed., reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008., v. 2, 2005, p. 215.
- ⁴ Jean Orioux, "A arte do biógrafo", em Georges Duby, et al., **História e Nova História**, Campinas, Unicamp, 1986, pp. 35 e 39.
- ⁵ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes históricas** — 2.ed., reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008., v. 2, 2005, p. 215.
- ⁶ FERRO, Flavia Salles. **Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.
- ⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- ⁸ CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ⁹ Seu pai teve carreira na Marinha, foi redator no Jornal do Brasil e deteve vastas posses. No entanto, abandonou a carreira militar e se empreendeu na

construção de ferrovia. Isto gerou sua ruína financeira. Sua mãe, Jenny Gomes, era filha do visconde Rodrigues Oliveira e bisneta de Nicolau de Campos Vergueiro, importante político do Império brasileiro. Seu bisavô paterno Félix Peixoto de Brito e Melo lutou em 1822 pela independência do Brasil e nas revoluções de 1824 e 1848, em Pernambuco.

¹⁰ O Correio Aéreo Nacional tem como objetivo integrar as diversas regiões do país e permitir a ação governamental em comunidades de difícil acesso e desenvolver a aviação.

¹¹ Sobre a Insurreição Comunista de 1935, ver: MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994; PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**. Petrópolis: Vozes, 1997; VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935 – sonho e realidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992; _____ (org.). **Pão, terra e liberdade, memória do movimento comunista de 1935**. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/EDUFSCar, 1995.

¹² DIAS, Sônia. Verbete “Eduardo Gomes”. CPDOC-FGV.

¹³ Informações retiradas de: “Patronos na Aeronáutica”. In: <http://www.ahimtb.org.br/patfab.htm>. Acessado em 15/07/2015.

¹⁴ SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989.

¹⁵ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

¹⁶ Idem, s.p.

¹⁷ GUIRAL, Pierre. *Prévost-Paradol 1829-1870*. 1955. Tese de Doutorado. Apud LEVILAIN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio

Vargas/Editora da UFRJ, 1996, p. 142.

- ¹⁸ SILVA, Gastão Pereira da. **Brigadeiro Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Panamericana Ltda, 1945.
- ¹⁹ CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da libertação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde S. A., 1946.
- ²⁰ STRINGUETTI, Lucas Mateus Vieira de Godoy. **O Brigadeiro Eduardo Gomes: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.
- ²¹ Sobre o tema, ver: LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- ²² LEVI, Giovanni. "Usos da Biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.p. 179-180.
- ²³ LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ²⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ²⁵ LEVILAIN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/Editora da UFRJ, 1996.
- ²⁶ LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro, Record, 1999.

- ²⁷ SCHMIDT, Benito Bisso et al. O biográfico: perspectivas interdisciplinares. **Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.**
- ²⁸ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes históricas** — 2.ed., reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008., v. 2, 2005.
- ²⁹ Para mais, ver: CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil.** Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- ³⁰ JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo.** São Paulo: EDUSP, COM-ART, 1992, p.26 apud AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: Fonte de estudo para construção e reconstrução da história. In: **O Brasil no Sul : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010 / Organizadoras : Marluza Marques Harres; Ana Silvia Volpi Scott.** - Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010, p. 6.
- ³¹ RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: René Rémond (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ³² ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.
- ³³ BARROS, José D. Assunção. A Nova História Cultural—considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História,** v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011, p. 45.
- ³⁴ CAPELATO, Maria Helena. História política. **Revista Estudos Históricos,** v. 9, n. 17, p. 161-166, 1996, p. 164-165.
- ³⁵ BERSTEIN, Serge. A cultura política in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- ³⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos,** v. 5, n.

10, p. 200-212, 1992. p. 5.

- ³⁷ LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.
- ³⁸ PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e Amado, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 123.
- ³⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006. Apesar da tradução da obra de Halbwachs datar de 2006, o sociólogo foi pioneiro nas ideias sobre memória coletiva. Seu trabalho foi publicado em 1950.
- ⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ⁴¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 10, 1993.
- ⁴² PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- ⁴³ LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- ⁴⁴ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ⁴⁵ LABORIE, Pierre. "Memória e opinião." In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV

Editora, 2009.

- ⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ⁴⁷ BRASIL. Projeto de lei N.º 6.918-A, de 2006. (Do Sr. Leandro Vilela) **inscreve o nome do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes no Livro dos Heróis da Pátria**; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. LELO COIMBRA e relator-substituto: DEP. SEVERIANO ALVES).
- ⁴⁸ “*Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 23-24 de setembro de 1972.
- ⁴⁹ Como exemplo de personalidades ricas que moravam em *Pessy*, há: Benjamim Franklin, William Vanderbilt e Honoré de Balzac.
- ⁵⁰ DRUMOND, Cosme Degenar. **Brigadeiro Eduardo Gomes: a Trajetória de um Herói**. Editora Cultura, 2001.
- ⁵¹ *Ibidem*.
- ⁵² *Ibidem*.
- ⁵³ CAMBESES JÚNIOR, Manuel. **Marechal-do-Ar Eduardo Gomes – O Homem e o Mito**. FAB. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_eduardo_gomes.pdf. Último acesso em: 11 de agosto de 2020.
- ⁵⁴ DRUMOND, Cosme Degenar. **Brigadeiro Eduardo Gomes: a Trajetória de um Herói**. Editora Cultura, 2001, p. 21.
- ⁵⁵ SILVA, Beatriz Coelho. Revolta da Armada. In: DE ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Editora FGV, 2015.

- ⁵⁶ DRUMOND, Cosme Degenar. **Brigadeiro Eduardo Gomes: a Trajetória de um Herói**. Editora Cultura, 2001.
- ⁵⁷ DIAS, Sônia. Verbete “Eduardo Gomes”. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. CPDOC-FGV.
- ⁵⁸ *Ibidem*.
- ⁵⁹ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.
- ⁶⁰ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.
- ⁶¹ Foram enviadas três turmas: a primeira em 1906, a segunda em 1908 e a última em 1910.
- ⁶² FORJAZ, Maria Cecília Spina. A organização burocrática do exército na exclusão do tenentismo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 2, p. 05-15, 1983.
- ⁶³ *A Defesa Nacional*, No. 1, ano 1, outubro de 1913.
- ⁶⁴ CAPELLA, Leila Maria Correa. **As malhas de aço do tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório. 1985**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ⁶⁵ *Ibidem*, p.51.
- ⁶⁶ Sobre o tema, ver: CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. **História geral da civilização brasileira**, v. 3, 1977; FORJAZ, Maria Cecília Spina. A organização burocrática do exército na exclusão do tenentismo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 2, p. 05-15, 1983.

- ⁶⁷ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 63, 2012, p. 295-296.
- ⁶⁸ SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 199-220, 2008.
- ⁶⁹ *Correio da Manhã*, edição 10274, 6 de julho de 1928, p. 3 e 6.
- ⁷⁰ Eles alcançaram seus objetivos com a Revolução de 1930.
- ⁷¹ ROSA, Virgílio Santa. **O sentido do Tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- ⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ⁷³ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo, 1922-1938**. Difel, 1975, p. 19.
- ⁷⁴ PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 29.
- ⁷⁵ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e História**. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- ⁷⁶ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- ⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ⁷⁸ DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- ⁷⁹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- ⁸⁰ PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana: As origens do Tenentismo**. Editora Vozes, Petrópolis, 1994, p. 15.
- ⁸¹ ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere. Uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.
- ⁸² VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. Dissertação (Mestrado)- São Carlos: UFSCar, 2009, p. 63.
- ⁸³PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana: As origens do Tenentismo**. Editora Vozes, Petrópolis, 1994, p. 37.
- ⁸⁴*Correio da Manhã*, 9 de outubro de 1921, edição 8255, p. 2.
- ⁸⁵ ABREU, Alzira Alves de. Verbete “Cartas Falsas”. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. CPDOC/FGV.
- ⁸⁶ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo, 1922-1938**. Difel, 1975, p. 33.
- ⁸⁷*Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1922, edição 152, p.7 e 9.
- ⁸⁸ Sobre a participação e influência da imprensa no levante do Forte de Copacabana, ver: FERRO, Flavia Salles. “A Reação Republicana, o levante do Forte de Copacabana e a imprensa carioca”. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- ⁸⁹*Jornal do Brasil*, 6 de junho de 1922, edição 134, p. 5.
- ⁹⁰*Jornal do Brasil*, 30 de junho de 1922, edição 155, p. 5.

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 2 de julho de 1922, edição 157, p. 5; *O Paiz*, 2 de julho de 1922, edição 157, p.5.

⁹² *Correio da Manhã*, 2 de julho de 1922, edição 8519, p.1.

⁹³ A descrição referente ao número de participantes e de cortes da bandeira é divergente entre os relatores. Eduardo Gomes informa que foram 14 revoltosos que marcharam a Avenida Atlântica no dia 6 de julho de 1922. (MAGALHÃES, 1996) Juracy Magalhães relata que foram 29 os militares que saíram do forte, restando 17 para lutar. (Idem) Edgard Carone (1975), por sua vez, defende que a bandeira foi dividida em 28 pedaços, que foram 27 os revoltosos, restando apenas 17 após a última debandada.

⁹⁴ Gomes, Eduardo. Processo Criminal, 12 de julho de 1922, 8º volume, página 1908. In: SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Civilização Brasileira, 1971, p. 457-459.

⁹⁵ *Correio da Manhã*, 27 de dezembro de 1923, edição 9058, p. 3.

⁹⁶ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 61.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 62.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 61-62.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 64.

¹⁰⁰ SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Civilização Brasileira, 1971, p. 366.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

¹⁰³ Processo Criminal da República, dezembro de 1924. Arquivo João Luís Alves. CPDOC/FGV.

¹⁰⁴ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói.** São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 66.

¹⁰⁵ Carta aos fluminenses, S. Paulo, 20 de julho de 1924. – Os revolucionários. In: DUARTE, Paulo. **Agora nós. Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda.** São Paulo, s/e, 1927, p. 110-111.

¹⁰⁶ A data de decolagem é incerta. Paulo Duarte (1927, p. 110) descreve que foi no dia 26 de julho, Hélio Silva (1971, p.382) descreve que foi no dia 22 de julho e o Processo Criminal da República descreve como dia 24 de julho de 1924.

¹⁰⁷ SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana.** Civilização Brasileira, 1971, p. 383.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 383.

¹⁰⁹ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói.** São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 68.

¹¹⁰ *O Paiz*, 25 de julho de 1924, p.1.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 68.

¹¹² DUARTE, Paulo. **Agora nós. Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda.** São Paulo, s/e, 1927, p. 244.

¹¹³ *Ibidem*, p. 45.

¹¹⁴ *Ibidem*.

- ¹¹⁵ Carta de Isidoro Dias Lopes para Azevedo Lima, Foz do Iguaçu, 27 de fevereiro de 1925, Acervo Cartas de 24, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- ¹¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1924, edição 16.596, p. 1.
- ¹¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 1924, edição 16609, p. 2.
- ¹¹⁸ SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Civilização Brasileira, 1971, p. 406.
- ¹¹⁹ Inquérito Policial Militar vol. 1 – p. 201 e vol. 160 – p. 122. In: SILVA, Hélio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Civilização Brasileira, 1971, p. 410.
- ¹²⁰ DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ¹²¹ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 61.
- ¹²² GUEIROS, José Alberto; MAGALHÃES, Juracy. **O último tenente**. Ed. Record, 1996, p. 19.
- ¹²³ *Correio de Manhã*, 24 de outubro de 1925, edição 09431, p. 5.
- ¹²⁴ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 76.
- ¹²⁵ *Ibidem*.
- ¹²⁶ *Correio da Manhã*, 10 de dezembro de 1929, Edição 10721, p. 2.
- ¹²⁷ GUEIROS, José Alberto; MAGALHÃES, Juracy. **O último tenente**. Ed. Record, 1996, p. 68-69.

¹²⁸ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

¹²⁹ VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. Dissertação (Mestrado)- São Carlos: UFSCar, 2009.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 13.

¹³¹ Carta de João Alberto para Getúlio Vargas, 6 de outubro de 1931. Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC/FGV.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Casemiro Montenegro Filho construiu bases da moderna indústria aeronáutica brasileira, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e um centro de pesquisas, ambos no estado de São Paulo.

¹³⁴ CHATEAUBRIND, Assis. "Grande Urso". *O Jornal*, 25 de dezembro de 1941. Apud Arquivo Nacional, FUNDO: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

¹³⁵ BRASIL. Proclamação de Patrono Lei n. 5 866, de 12 de dezembro de 1972 - **Proclama Patrono do Correio Aéreo Nacional o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes**. - BE n . 1 , de 5 Jan 73.

¹³⁶ É importante, contudo, salientar que em fevereiro de 1932, Vargas já havia apresentado o novo Código Eleitoral – que consagrou o voto secreto, reconhecendo também às mulheres o direito de votar –, e marcado eleições para maio de 1933. Contudo, essas medidas não foram suficientes para acalmar os políticos e a população insatisfeita.

¹³⁷ Sobre a Revolta Paulista de 1932, ler: CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. Brasiliense, 1981.

¹³⁸ Olegário Maciel, por ter participado da Revolução de 1930 ao lado da Aliança Liberal, foi o único presidente de estado que permaneceu no cargo após a posse de Vargas como chefe do Governo Provisório. Por assim ser, e devido à política getulista de conciliação com o governo de Olegário Maciel, ele se posicionou favorável ao governo federal. A Frente Paulista do Rio Grande do Sul não participou do movimento constitucionalista de 1932, devido à mudança da interventoria. Flores da Cunha ocupou este cargo. Ele se aliou ao governo federal e posicionou-se contra a revolta.

¹³⁹ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 110.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ A aviação governista usava na ocasião de aviões Waco CSO novos, pintados de vermelho e, por isso, apelidados de “vermelhinhos”.

¹⁴² *Pro Brasilia Fiant Eximia*. Documentário Revolução Constitucionalista de 1932. Direção de Sylvio do Amaral Rocha.

¹⁴³ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 111.

¹⁴⁴ Sobre o Levante Comunista de 1935, ler: PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 117.

¹⁴⁷ SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989, p. 95.

- ¹⁴⁸ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.
- ¹⁴⁹ MENANDRO, Heloísa. Verbetes “Revolta Integralista”. **Dicionário histórico-biográfico**. CPDOC/FGV.
- ¹⁵⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “Rebeliões integralistas – 1938: março e maio”. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues, et al, **Militares e política no Brasil**. 1 ed. Expressão Popular, 2018, p. 446.
- ¹⁵¹ Relatório assinado pelo General Heitor Augusto Borges, encarregado do IPM. Arquivo Nacional, acervo TSN, processo n. 606.
- ¹⁵² Termo de declarações de Rui Presser Belo. Arquivo Nacional, acervo TSN, processo n. 606.
- ¹⁵³ “Plano de operações”, 6 de maio de 1938. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo 606.
- ¹⁵⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵⁵ *Ibidem*.
- ¹⁵⁶ *Ibidem*.
- ¹⁵⁷ Declaração de Eduardo Gomes ao General Diretor de Aeronáutica do Exército, 14 de maio de 1938, Capital Federal. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606, folha 390.
- ¹⁵⁸ Declaração em aditamento que presta o General João Candido Pereira de Castro Junior, 24 de maio de 1938, Delegacia Especial de Segurança Política e Social, Distrito Federal. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606.
- ¹⁵⁹ Declaração de Eduardo Gomes, Capital Federal, 2 de junho de 1938. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606.

¹⁶⁰ Declaração de Eduardo Gomes, Capital federal, 11 de julho de 1938. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606, folha 596.

¹⁶¹ Auto de Declarações que presta Comandante Ary Parreiras, 18 de julho de 1938, Distrito Federal. Delegado Dr. Alberto Tornaghi. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606.

¹⁶² Declaração de Stanley Gomes ao Dr. Francisco de Paula Pinto. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Distrito Federal, 28 de julho de 1938. Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606, folha 498.

¹⁶³ Defesa do Coronel Euclides de Figueiredo perante o Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Acervo TSN, processo n. 606.

¹⁶⁴ Tratava-se de um periódico integralista.

¹⁶⁵ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 120.

¹⁶⁶ KEMPINSKA, Olga Guerizoli. O conceito de neutralidade no discurso da história: entre os “Geschichtliche Grundbegriffe” e o “Le Neutre” de Roland Barthes. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 2, p. 210-219, 2009.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1941, edição 14394, p. 5.

¹⁶⁹ *Correio da Manhã*, 24 de outubro de 1941, edição 14410, p. 5.

¹⁷⁰ A Segunda Zona Aérea compreendia oito estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

¹⁷¹ *Correio da Manhã*, 19 de abril de 1942, edição 14558, p. 2.

- ¹⁷² FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Zahar, 2005, p.7.
- ¹⁷³ MORAES, João Quartim de. “A Guerra, a FEB e Golpe Liberal”. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues, et al. **Militares e política no Brasil**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2018, p. 117.
- ¹⁷⁴ CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da libertação; Eduardo Gomes, ensaio biográfico**. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1946.
- ¹⁷⁵ *Correio da Manhã*, 7 de fevereiro de 1943, edição 14799, p. 1.
- ¹⁷⁶ SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. São Paulo, ed. Brasil 21, 2004, p. 119.
- ¹⁷⁷ DIAS, Sonia. Verbetes “Eduardo Gomes”. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. CPDOC/FGV.
- ¹⁷⁸ MOURA, Gerson. **Brazilian foreign relations: 1939-1950**. PhD, London, University College London, 1982. p. 92-93.
- ¹⁷⁹ Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas, 31 de outubro de 1941. Arquivo Eurico Dutra, CPDOC/FGV.
- ¹⁸⁰ Carta de Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1942. Arquivo Pessoal de Oswaldo Aranha, CPDOC/FGV.
- ¹⁸¹ *Ibidem*.
- ¹⁸² DIAS, Sonia. Verbetes “Eduardo Gomes”. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. CPDOC/FGV.
- ¹⁸³ Carta de Jonas Ingram para Getúlio Vargas, Nova York, 18 de julho de 1942. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV.

- ¹⁸⁴ Carta do Chefe da Missão Naval Norte americana, A. T. Beaugard, ao Ministro da Aeronáutica Salgado Filho, 29 de março de 1943. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV.
- ¹⁸⁵ Carta de João Batista Mascarenhas de Moraes a Eurico Dutra, janeiro de 1943. Apud DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 151.
- ¹⁸⁶ O *Lend Lease Act* (Lei de Empréstimo e Arrendamento) de 11 de março de 1941 foi uma medida política norte-americana, visando a beneficiar a causa aliada durante a Segunda Guerra Mundial. Essa lei autorizava o governo dos Estados Unidos a “vender, transferir o título de propriedade, arrendar, emprestar qualquer artigo de defesa ou informação para qualquer país cuja defesa seja julgada essencial pelo presidente à defesa dos Estados Unidos” (ABREU, Marcelo de Paiva. Verbete “Lend Lease Act”. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. CPDOC/FGV).
- ¹⁸⁷ Carta de Jefferson Caffery para Summer Welles, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1943. *Washington State Archive*. Escrita original: “*Dear Summer: You might have a look at my despatch n° 11004 of April 26th regarding General Gomes' trip to North Africa which does not reflect the views expressed to me by President Roosevelt at Natal. If there has been a change, I should be glad to know of it. With all good wishes, Jefferson Caffery.*”
- ¹⁸⁸ Carta de Summer Welles para Roosevelt, 11 de maio de 1943. *Washington State Archive*.
- ¹⁸⁹ Relatório de Eduardo Gomes a J. P. Salgado Filho sobre sua viagem ao Norte da África a convite do Gal. Marshall para visitar as tropas aliadas naquela região. Recife (Vol. XL/52). Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV.
- ¹⁹⁰ *Ibidem*.
- ¹⁹¹ Rio de Janeiro, April 26, 1943, Subject: Brigadier General Eduardo Gomes' trip to North. Africa, No. 11004. *Washington State Archive*. Documento original:

I have the honor to report that Brigadeiro Eduardo Gomes, who just returned from North Africa, remarked to me that General Mark Clark said to him that he would like to see the Brazilian Government send an expeditionary force of five thousand men to North Africa. General Clark thought this would have an excellent effect on the future relations of our forces in North Africa with Spain as the Spanish would never want to enter into action against Latin-American troops in view of implications on Spains relations with the Latin American countries. General Gomes said that he told this to General Dutra who said that the force should be larger than five thousand.

¹⁹² *Ibidem.*

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ Carta de Breauregard para Salgado Filho, 29 de março de 1943. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV.

¹⁹⁵ Carta de A. G. Viney, Departamento da Guerra, Escritório de Engenharia dos Estados Unidos. 7 de julho de 1943. Arquivo Eurico Dutra, CPDOC/FGV.

¹⁹⁶ DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 153.

¹⁹⁷ *Correio da Manhã*, 24 de agosto de 1943, edição 14972, p. 10.

¹⁹⁸ *Ibidem.*

¹⁹⁹ MORAES, João Quartim de. "A Guerra, a FEB e Golpe Liberal". In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues, et al. **Militares e política no Brasil**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2018, p. 121.

²⁰⁰ *Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1944, edição 15288, p. 2.

²⁰¹ *Correio da Manhã*, 5 de setembro de 1944, edição 15290, p.2.

²⁰²As formas organizadas de oposição à ditadura restringiam-se, até então, à ação da esquerda (socialistas e comunistas) e aos movimentos operário e estudantil, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, sempre clandestinos e sujeitos a severa repressão pelo Estado.

²⁰³Manifesto dos Mineiros, nº de reg.: 4.928/80. Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC- FGV.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ FRANCO, Virgílio de Mello. **A Campanha da UDN 1944-1945**. Zélio Valverde, 1946, p. 11.

²⁰⁶ Para mais, ver: FERRO, Flavia Salles. **Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

²⁰⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981, p. 4.

²⁰⁸ GUEIROS, José Alberto; MAGALHÃES, Juracy. **O último tenente**. Ed. Record, 1996, p. 200.

²⁰⁹ Carta de Virgílio a Pedro Aleixo, sem data, agosto de 1945. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

²¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

²¹¹ *O Globo*, 22 de fevereiro de 1945, p. 1.

²¹² Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara.

²¹³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Coleção UDN, Notação Arq. 1.4.96.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 34.

²¹⁵ 01 FEV 82 ASSUNTO: Lançamento do livro: "PRESTES: LUTAS E AUTOCRÍTICAS" REFERENCIA: — ORIGEM: ASP/SNI AVALIAÇÃO: A/1 DIFUSÃO ANTERIOR: DIFUSÃO: AC/bNI -01 exemplar do livro "PRESTES: LUTAS E AUTOCRÍTICAS": ANEXOS: -cópia da reportagem intitulada "Rompi com o PCB", publicada na revista "ISTO É" de 13 JAN 82. In: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ.

²¹⁶ TELO, António José. "O papel dos militares nas grandes mudanças em Portugal: uma perspectiva de conjunto". **Nação e Defesa**, 2005, p. 116.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 118.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 118.

²¹⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 242.

²²⁰ *Ibidem*, p. 263.

²²¹ CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 31-32.

²²² *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, p. 3.

²²³ Discurso inicial da campanha, São Paulo, 16 de junho de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 15.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ Discurso de Barbacena, 12 de agosto de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 57.

- ²²⁶ Discurso de Salvador, 25 de agosto de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 65-66.
- ²²⁷ BRYSON, Lyman. **Adult Education**. New York: American Book. Co., 1936.
- ²²⁸ THORNDIKE, Edward L. **Adult Interests**. New York: Macmillan, 1935.
- ²²⁹ BEALS, Ralph and Leon Brody. **The Literature of Adult Education**. New York: American Association for Adult Education, 1941.
- ²³⁰ Discurso de Salvador, 25 de agosto de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 72.
- ²³¹ Sobre o assunto, ver: WILSON, Arthur L.; CERVERO, Ronald M. Siting program planning theory in adult education: The selective tradition of privileging technical rationality. **36th Annual Adult Education Research Conference**, University of Alberta, Canada, 1995.
- ²³² Discurso de Corumbá, 9 de setembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 82.
- ²³³ Discurso de Campo Grande, 10 de setembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 83-84.
- ²³⁴ Discurso de Santos, 15 de setembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 100-101.
- ²³⁵ LESSA, Orígenes. **Getúlio Vargas na literatura de cordel**. Editora Documentário, 1973, p. 110.
- ²³⁶ Carta do Presidente da Comissão Central da Sociedade Amigos da América para Virgílio de Mello Franco (secretário geral da UDN) e Otávio Mangabeira

(presidente da UDN), janeiro de 1946. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

²³⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981, p. 45.

²³⁸ FERREIRA, Clausinei. **Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019, p. 48.

²³⁹ Discurso de Belo Horizonte, 15 de julho de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 55.

²⁴⁰ *Ibidem*.

²⁴¹ Discurso de paraninfo – No Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, em São Paulo, a 20 de outubro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 149.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ Discurso de Porto Alegre, 27 de outubro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 165.

²⁴⁴ Entrevista de 3 de maio de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 340.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 344.

²⁴⁷ Carta aos brasileiros, 18 de dezembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 350.

²⁴⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981, p. 263.

²⁴⁹ Discurso de Juiz de Fora, 24 de novembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 295.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ Discurso de São Paulo, 16 de junho de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 17-18.

²⁵² *Ibidem*, p. 17.

²⁵³ *Ibidem*, p. 16-17.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ Discurso de Recife, 10 de novembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 184.

²⁵⁶ Sobre o assunto, ler: CITINO, Adriana Gilioli. **Contribuições da doutrina social católica ao mundo do trabalho: Brasil 1937-1967**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

²⁵⁷ Discurso de Ribeirão Preto, 21 de novembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 267.

²⁵⁸ Discurso de Sorocaba, 22 de novembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 283- 284.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 283.

²⁶⁰ “Brigadeiro, doce preferido nas festas, surgiu em campanha eleitoral”. *Globo Repórter*, 16 de junho de 2017.

²⁶¹ GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 26.

²⁶² OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981, p. 23.

²⁶³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1939 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 115.

²⁶⁴ FERREIRA, Clausinei. **Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019, p. 55.

²⁶⁵ LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil – Século 20**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1983, p. 747. *Apud* FERREIRA, Clausinei. **Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019

²⁶⁶ *O Radical*, 29 de janeiro de 1945, p. 1.

²⁶⁷ FRANCO, Virgílio de Mello. **A Campanha da UDN 1944-1945**. Zélio Valverde, 1946, p. 121.

²⁶⁸ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1990, p. 121.

²⁶⁹ *Ibidem*.

- ²⁷⁰ LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015., p. 378.
- ²⁷¹ *Ibidem*, p. 382.
- ²⁷² “Carta aos brasileiros”, 18 de dezembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 352.
- ²⁷³FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. **A Campanha da UDN 1944-1945**. Zélio Valverde, 1946, p. 53-54.
- ²⁷⁴ CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Fapesp, 1998, p. 40.
- ²⁷⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 56.
- ²⁷⁶ DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Editora UFMG/PROED, 1986, p. 36.
- ²⁷⁷ D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 53.
- ²⁷⁸ Para mais, ver: HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Editora Paz e Terra, 1985.
- ²⁷⁹ Acordo Getúlio Vargas- Ademar de Barros, GV 50.03.19, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.
- ²⁸⁰ Acordo PTB- PSP, GV 50.05.09/2, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.
- ²⁸¹ Era um cenário suposto pois Getúlio Vargas ainda não havia sido lançado candidato a presidente da República.

- ²⁸² Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1241.3.
- ²⁸³ Palavras proferidas pelo Brigadeiro na rádio Tamoio, 17 de maio de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1259.9.
- ²⁸⁴ Documento escrito por Jesus Mafra Trindade sobre propaganda política endereçada a comissão de propaganda da União Democrática Nacional, sem data. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1260.8.
- ²⁸⁵ Documento de Antônio Lessa para Prado Kelly, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1260.8.
- ²⁸⁶ Carta de José Batista de Sousa, governador Valadares, para Eduardo Gomes, respondida em 10 de julho de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1257.1.
- ²⁸⁷ Discurso de Joinville, sem data. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1259.1.
- ²⁸⁸ Discurso pronunciado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes em Natal, 20 de agosto de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1258.18.
- ²⁸⁹ Discurso pronunciado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes em Manaus, 4 de setembro de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1258.4.
- ²⁹⁰ *Ibidem.*
- ²⁹¹ *Ibidem.*
- ²⁹² Documentos sobre a campanha presidencial de 1950, contendo panfletos, poemas e canções. Arquivo: Getúlio Vargas, classificação: GV ce 1950.08/09.00/53, data: entre 08 e 09/1950.
- ²⁹³ *Ibidem.*

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ Rio de Janeiro, 10 de maio de 1950, carta de Monteiro de Castro (secretário geral) para o Diretor de Gravações Elétricas. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1260.4.

²⁹⁶ Rio de Janeiro, 13 de junho de 1950, carta de Monteiro de Castro (secretário geral) para o Diretor de Gravações Elétricas. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1260.4.

²⁹⁷ Carta à empresa de propaganda *Poyares*, 2 agosto de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1260.4.

²⁹⁸ Carta da Rádio Difusora Piracicabana para a Empresa de Propaganda *Poyares*, 15 agosto de 1950, à empresa de propaganda *Poyares*. In: *ibidem*.

²⁹⁹ Carta da empresa de propaganda *Poyares* para a UDN, sem data. In: *ibidem*.

³⁰⁰ Música de Silvino Neto em homenagem a Eduardo Gomes, 5 de maio de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1260.6.

³⁰¹ QUELER, Jefferson José. “Oh! Gegê! vem nos salvar”: propaganda política popular (1945-1953). **Tempo**, v. 21, n. 38, p. 131-150, 2015, p. 142.

³⁰² Discurso em convenção, 22 de julho de 1950. Instituto de História e Geografia Brasileira, Coleção UDN, Notação DL1259.8.

³⁰³ D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

³⁰⁴ Para mais, ver: LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015.

- ³⁰⁵ LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, 1991, Anexo 1, p. 175.
- ³⁰⁶ LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional: 1945-64**. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p. 127.
- ³⁰⁷ NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados**, v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.
- ³⁰⁸ Sobre o tema, ler: LAVAREDA, José Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. IUPERJ, 1991.
- ³⁰⁹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1990, p. 115.
- ³¹⁰ LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015.
- ³¹¹ Lavareda analisa que o PTB liderava a identificação partidária no início da década de 1960 com 29% dos eleitores que explicitavam preferência por um partido. A UDN tinha 14% da preferência, o PSD 7% e o PSP 5%. Para mais, ver: LAVAREDA, José Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. IUPERJ, 1991, p. 136.
- ³¹² Apesar da “Coleção UDN” no IHGB não dispor das correspondências de anos anteriores a 1950, quando foi feita a leitura e análise desses documentos foi percebido em algumas cartas que elas faziam referência a correspondências enviadas em anos anteriores.
- ³¹³ Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação ARQ 2. 5. 9, p. 62.
- ³¹⁴ *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1950, p. 5.

- ³¹⁵ Carta entre o Professor Alberto Deodato e o Presidente da UDN, seção de Minas Gerais, Belo Horizonte, 3 de novembro de 1949. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1252.5.
- ³¹⁶ Carta de Lourenço Gotardello para Eduardo Gomes. Monte Sião, 20 de abril de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1257.1.
- ³¹⁷ Carta do Triangulo Atlético Club para Eduardo Gomes, 21 de abril de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1257.1.
- ³¹⁸ “Discurso do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes em Belo Horizonte”, 15 de julho de 1945. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1258.1.
- ³¹⁹ Carta do Triangulo Atlético Club para Eduardo Gomes, 21 de abril de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1257.1.
- ³²⁰ Carta de Francisco Gomes Santos para Eduardo Gomes, Penedo, 22 de maio de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.1.
- ³²¹ Discurso de Juiz de Fora, 24 de novembro de 1945. In: GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946, p. 229.
- ³²² Sobre o tema, ler: FERNANDES, Simone Silva. **Lux in arcana (A luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018; SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro: influências e tendências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014; CITINO, Adriana Gilioli. **Contribuições da doutrina social católica ao mundo do trabalho: Brasil 1937-1967**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.
- ³²³ Carta do padre Helvécio Botelho D’Assunção. Juiz de Fora, 3 de agosto de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.4.

- ³²⁴ Carta de Rita Nogueira Santos e Maria do Carmo Soares Nogueira. Divinópolis, 8 de agosto de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.4.
- ³²⁵ Carta de Ricardo Lopes Gonçalves para Eduardo Gomes. Sem localização, 13 de junho de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.2.
- ³²⁶ Carta de José Batista e Gois para Eduardo Gomes. Fortaleza, 5 de julho de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.3.
- ³²⁷ Carta de Augusto Leite, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.1.
- ³²⁸ *Ibidem.*
- ³²⁹ Carta de Job Valentim dos Passos para Eduardo Gomes, de São João Del Rei, 1 de julho de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1257.2.
- ³³⁰ Carta de Ilza Rodrigues de Almeida para Eduardo Gomes, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1950. Arquivo IHGB, Coleção UDN, Notação DL1256.4.
- ³³¹ GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3º Ed., 2005, p. 25.
- ³³² CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados [online]**. 2000, vol.43, n.1.
- ³³³ REIS, Elisa Pereira. "Opressão Burocrática: O Ponto de Vista do Cidadão". **Estudos Históricos**, nº 6, 1990, pp. 161-179.
- ³³⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. **As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1997.

³³⁵ CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados [online]**. 2000, vol.43, n.1, s.p.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Correio da Manhã*, 2 de novembro de 1950, p. 14; *Correio da Manhã*, 10 de novembro, p. 2; *Correio da Manhã*, 12 de novembro, p. 14; *Correio da Manhã*, 21 de novembro, p. 14.

³³⁸ *Correio da Manhã*, 18 de março de 1951, p. 4; *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1951, p. 6.

³³⁹ *Correio da Manhã*, 12 de setembro de 1951, p. 4.

³⁴⁰ Para mais, ver: D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 1992.

³⁴¹ *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1951, p. 12.

³⁴² Projeto de Regimento da Comissão Militar Mista Brasil - Estados Unidos. In: Documentos sigilosos recebidos (encadernados), Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional.

³⁴³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 237.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 239.

³⁴⁵ Projeto de Regimento da Comissão Militar Mista Brasil - Estados Unidos. In: Documentos sigilosos recebidos (encadernados), Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional.

³⁴⁶ Boletim Interno nº11 escrito por Marechal J. B., Chefe do EMFA, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1954. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional.

- ³⁴⁷ *Correio da Manhã*, 9 de julho de 1954, p. 12.
- ³⁴⁸ *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1954, p. 10.
- ³⁴⁹ *Correio da Manhã*, 5 de maio de 1954, p. 12.
- ³⁵⁰ *Diário do Congresso Nacional*, 12 de junho de 1954.
- ³⁵¹ DRUMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 223.
- ³⁵² GV c 1954.06.00/8, junho de 1954. Arquivo Getúlio Vargas, série Correspondência, CPDOC/FGV.
- ³⁵³ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1954, p. 12.
- ³⁵⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 289.
- ³⁵⁵ *Correio da Manhã*, 30 de maio de 1954, p. 4.
- ³⁵⁶ *Ibidem*.
- ³⁵⁷ *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1954, p. 12.
- ³⁵⁸ *Tribuna da Imprensa*, 5 de agosto de 1954.
- ³⁵⁹ Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão foi um dos líderes do inquérito realizado pela Aeronáutica.
- ³⁶⁰ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1954: um tiro no coração**. L&PM, 2004, p. 246-247.
- ³⁶¹ *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1954, p. 12.

- ³⁶² DRUMMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. São Paulo: Editora Cultura, 2011, p. 225.
- ³⁶³ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1954: um tiro no coração**. L&PM, 2004, p. 240.
- ³⁶⁴ O Centro Acadêmico XI de Outubro é a entidade estudantil da Faculdade de Direito de São Paulo. Caracterizou-se por ser um núcleo de formação de lideranças políticas e intelectuais do país.
- ³⁶⁵ O Centro Acadêmico XXII é a entidade representativa dos estudantes de Direito da PUCSP.
- ³⁶⁶ *Correio da Manhã*, 12 de agosto de 1954, p. 9.
- ³⁶⁷ *Correio da Manhã*, 18 de agosto de 1954, p. 6.
- ³⁶⁸ *Correio da Manhã*, 19 de agosto de 1954, p. 11.
- ³⁶⁹ CASTRO, Celso. **E ele voltou... o segundo governo Vargas: Os militares e o segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 30, 2011. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Militares>. Acessado em: 26/03/2020.
- ³⁷⁰ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1954: um tiro no coração**. L&PM, 2004, p. 359.
- ³⁷¹ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ³⁷² Decretos de 24 de agosto de 1954 (D.O. nº 195/54). Arquivo Nacional.
- ³⁷³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 348.

³⁷⁴ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 79.

³⁷⁵ *Ibidem*.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *Correio da Manhã*, 31 de agosto de 1954, p. 4.

³⁷⁸ *Correio da Manhã*, 31 de agosto de 1954, p. 16.

³⁷⁹ *Correio da Manhã*, 1 de setembro de 1954, p. 5.

³⁸⁰ Carta de Antônio Ribeiro Cademartor para Eduardo Gomes, 2 de setembro de 1954. Arquivo Oswaldo Aranha, série Correspondência Política, CPDOC/FGV.

³⁸¹ *Correio da Manhã*, 22 de setembro de 1954, p. 1.

³⁸² *Ibidem*.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1954, p. 12.

³⁸⁵ *O Cruzeiro*, 25 de setembro de 1954, p. 101-102.

³⁸⁶ *Diário Carioca*, 24 de setembro de 1954, p. 1.

³⁸⁷ *Correio da Manhã*, 21 de novembro de 1954, p. 6.

³⁸⁸ *Correio da Manhã*, 27 de novembro de 1954, p.12.

³⁸⁹ Carta de João Neves da Fontoura a Etelvino Lins e enviando cópia remetida a José Américo. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1954. Arquivo Etelvino Lins, Série Correspondência, CPDOC/FGV.

³⁹⁰ *Ibidem.*

³⁹¹ *Ibidem.*

³⁹² *Correio da Manhã*, 1 de dezembro de 1954, p. 12.

³⁹³ *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1955, p. 14.

³⁹⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

³⁹⁵ *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1955, p. 9.

³⁹⁶ *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1955, p. 14.

³⁹⁷ *Correio da Manhã*, 2 de fevereiro de 1955, p. 6.

³⁹⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 356.

³⁹⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

⁴⁰⁰ *Correio da Manhã*, 23 de junho de 1955, p. 4.

⁴⁰¹ *Ibidem.*

⁴⁰² *Correio da Manhã*, 26 de junho de 1955, p. 22.

⁴⁰³ CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Lott: A Opção Das Esquerdas**. Garamond, 2019, p. 112.

- ⁴⁰⁴ *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1955, p. 14.
- ⁴⁰⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 368.
- ⁴⁰⁶ HIPÓLITO, Lúcia. Verbete “Partido Social Democrático (PSD-1945-1965). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Último acesso: 30 de julho de 2020.
- ⁴⁰⁷ Na disputa pela vice-Presidência, João Goulart recebeu 39,5% dos votos, enquanto Milton Campos 37,2% e Danton Coelho 12,5%.
- ⁴⁰⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 366.
- ⁴⁰⁹ Raul Fernandes foi Deputado Federal pelo Rio de Janeiro entre 1909 e 1907; atuou como Consultor Geral da República em 1932; participou da Constituição de 1934; exerceu novamente o mandato de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro entre 1935 e 1937; foi Ministro das Relações Exteriores entre 1946-1951 e 1954-1955.
- ⁴¹⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 374.
- ⁴¹¹ Sobre o posicionamento da imprensa na crise de 1955, ver: ABREU, Alzira Alves. **Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1995.
- ⁴¹² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias**. José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965, p. 354.
- ⁴¹³ *Ibidem*.
- ⁴¹⁴ *Correio da Manhã*, 21 de agosto de 1955, p. 2.

⁴¹⁵ *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1955, p. 2.

⁴¹⁶ CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Lott: A Opção Das Esquerdas**. Garamond, 2019, p. 115.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁸ *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1955, p. 3.

⁴¹⁹ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*, 19 de novembro de 1955. Apud CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Lott: A Opção Das Esquerdas**. Garamond, 2019, p. 130.

⁴²⁰ *Revista Manchete*, 19 de novembro de 1955. Apud CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Lott: A Opção Das Esquerdas**. Garamond, 2019, p. 131.

⁴²¹ Café Filho estava internado no Hospital dos Servidores do Estado após sofrer de um acidente cardiovascular.

⁴²² Depoimento de Lott. *Revista Manchete*, 19 de novembro de 1955. Apud CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Lott: A Opção Das Esquerdas**. Garamond, 2019, p. 139.

⁴²³ *Ibidem*, p. 145.

⁴²⁴ Em substituição a eles, assumiram as pastas da Aeronáutica e da Marinha, respectivamente: Major-Brigadeiro Vasco Alves Seco e almirante Antônio Alves Câmara.

⁴²⁵ *Correio da Manhã*, 12 de novembro de 1955, p. 5.

⁴²⁶ COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. RJ: s/ed, 1960, p. 306 e 308. Apud CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Lott: A Opção Das Esquerdas**. Garamond, 2019, p. 144.

- ⁴²⁷ *Correio da Manhã*, 17 de novembro de 1955, p. 1.
- ⁴²⁸ *Correio da Manhã*, 17 de novembro de 1955, p. 1.
- ⁴²⁹ SIQUEIRA, Deoclecio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989, p. 246.
- ⁴³⁰ *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1958, p. 18.
- ⁴³¹ *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1959, p. 11.
- ⁴³² QUELER, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Campinas, SP: [s. n.], 2008.
- ⁴³³ Sobre o assunto, ler: FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997.
- ⁴³⁴ *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1961, p. 3.
- ⁴³⁵ *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1962, p. 3.
- ⁴³⁶ *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1962, p. 2.
- ⁴³⁷ GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao front. DINES, Alberto et al. **Os idos de março e a queda em abril**. 1964.p. 79.
- ⁴³⁸ Disponível em: FERREIRA, Jorge Luiz; GOMES, Ângela Maria de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Civilização Brasileira, 2014.
- ⁴³⁹ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1954: um tiro no coração**. L&PM, 2004, p. 66.

⁴⁴⁰ A operação envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado CS Agent) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas. Para mais, ver: FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional.** Toledo, Caio Navarro, 1964.

⁴⁴¹ FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 94.

⁴⁴² Entrevista de Renato Archer a Moniz Bandeira, Rio de Janeiro, 7-3-1977 e 19-7-1977. Disponível em: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977, p. 151.

⁴⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴⁴ Memorando do Assistente Especial ao Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos (Boster) até o Assistente Especial do Secretário de Estado (Little) Washington, 1 de abril de 1964. Disponível em: *National Archives and Records Administration, RG 59, ARA/LA Files: Lot 66 D 65, Brazil 1964. Confidential. Drafted by Boster, Document 200.*

⁴⁴⁵ Biblioteca Johnson, Arquivo de Segurança Nacional, Arquivo de Reuniões do NSC, vol. I, tab. 7, 3/4/64. Ultra secreto. Elaborado por Bromley Smith. McCone também redigiu um registro da reunião. (Agência Central de

Inteligência, Trabalho 80 – B01285A, nº 2, Memorandos para registro, 1º de janeiro a 5 de abril de 1964).

⁴⁴⁶ Administração Nacional de Arquivos e Registros, RG 59, Arquivos centrais 1964–66, POL 23–9 BRAZ. Ultra secreto; Imediato; Exdis. Recebido no Departamento às 20:01 de 27 de março. Bundy recebeu uma cópia antecipada deste telegrama em 27 de março. (Biblioteca Johnson, Arquivo de Segurança Nacional, Arquivo de País, Brasil, Vol. II, 3/64).

⁴⁴⁷ PRESOT, Aline Alves. **As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em História Social–Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), p. 15.

⁴⁴⁸ MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Paco Editorial, 2014.

⁴⁴⁹ *Diário de Notícias*, 3 de abril de 1964, p. 1 (segunda edição).

⁴⁵⁰ *Tribuna da Imprensa*, 3 de abril de 1964, p. 2.

⁴⁵¹ PRESOT, Aline Alves. **As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em História Social–Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴⁵² NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. **Saudade dos aviões da Panair (Conversando no bar)**. NASCIMENTO, Milton. Minas. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, v. 1, 1975.

⁴⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Todavia, 2019, p. 217.

⁴⁵⁴ MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Paco Editorial, 2014, p. 217.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro de 1965.

⁴⁵⁷ *Correio da Manhã*, 8 de janeiro de 1965, p. 1.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ *Correio da Manhã*, 12 de janeiro, p. 14.

⁴⁶⁰ *Correio da Manhã*, 12 de janeiro de 1965, p. 3.

⁴⁶¹ *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1965, p. 6.

⁴⁶² SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Editora Record, 2015.

⁴⁶³ Saulo Ramos foi advogado de Simonsem.

⁴⁶⁴ Testemunho do jurista Saulo Ramos sobre o "Caso Panair" gravado em 18/03/2013 pela equipe do documentário "Mario Wallace Simonsen, entre a memória e a história", dirigido por Ricardo Pinto e Silva e roteirizado por Daniel Leb Sasaki. O vídeo foi exibido em 23/03/2013.

⁴⁶⁵ SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Editora Record, 2015, p. 86.

⁴⁶⁶ *Correio da Manhã*, 11 de fevereiro de 1965, p. 6.

⁴⁶⁷ *Última Hora*, 13 de fevereiro de 1965, p. 4.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

⁴⁶⁹ SASAKI, Daniel Leb. "Caso Panair" completa 50 anos, ainda sem desfecho judicial. In: *Época Negócios*, 10 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/02/caso->

panair-completa-50-anos-ainda-sem-desfecho-judicial.html. Último acesso em: 04 de maio de 2020.

⁴⁷⁰ SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Editora Record, 2015, p. 20.

⁴⁷¹ “Documentação de Eduardo Gomes. In: SASAKI, Daniel Leb. Apêndice V”. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Editora Record, 2015.

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ *Ibidem*.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁷⁶ *O Globo*, 12 de fevereiro de 1965 p.16.

⁴⁷⁷ SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Editora Record, 2015, p. 41.

⁴⁷⁸ *Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1965, p. 10.

⁴⁷⁹ *Correio da Manhã*, 19 de fevereiro de 1965, p. 14.

⁴⁸⁰ SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Editora Record, 2015, p. 52.

⁴⁸¹ *Correio da Manhã*, 20 de fevereiro de 1965, p. 10.

⁴⁸² *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1965, p. 11.

⁴⁸³ *Correio da Manhã*, 25 de fevereiro de 1965, p. 11.

⁴⁸⁴ *Correio da Manhã*, 25 de março de 1965, p. 1.

⁴⁸⁵ Hermano Alves era nesse momento jornalista. Posteriormente foi também político, atuando como deputado federal. Por ser opositor ao Regime Militar, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos pelo AI-5.

⁴⁸⁶ *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1965, p. 6.

⁴⁸⁷ *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1965, p. 10.

⁴⁸⁸ “O Ministro da Aeronáutica esclarece as razões que levaram o governo a cassar as linhas da Panair”. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Disponível também em: *Correio da Manhã*, 23 de abril de 1965, p. 13.

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁹¹ *O Globo*, 12 de fevereiro de 1965, p. 16.

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ *Correio da Manhã*, 26 de maio de 1965, p. 13.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

⁴⁹⁶ *Correio da Manhã*, 30 de março de 1965, p. 11.

⁴⁹⁷ MOURA, Nero. **Um vôo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 261.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

⁴⁹⁹ MONTEIRO, Cristiano Fonseca. **A trajetória da Varig: do nacional-desenvolvimentismo ao "consenso" neoliberal.** Rio de Janeiro: UFRJ-IFICS, s.d., p. 16.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 17.

⁵⁰¹ R, diretor do Grupo Rocha Miranda, entrevistado em 3/11/2003. In: SALADINO, Alejandra. O fechamento da Panair do Brasil e a ascensão da VARIG. **Revista Cantareira**, n. 8, 2005.

⁵⁰² BRASIL. Decreto-Lei nº 669, 3 de julho de 1969.

⁵⁰³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade.** – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), p. 314.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 326.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 327.

⁵⁰⁶ *Correio da Manhã*, 30 de março de 1966, p. 3.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

⁵⁰⁸ Para mais, ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo da ditadura–regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, v. 4, 2003; FICO, Carlos. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** FGV Editora, 2008; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.** Belo Horizonte: UFMG, 2015; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Zahar, 2000; entre outros.

⁵⁰⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade.** – Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3), p. 195-196.

⁵¹⁰ *Ibidem.*

⁵¹¹ BRASIL. **Ata da 34ª sessão do Conselho Nacional de Segurança**, 5 de fevereiro de 1966, Rio de Janeiro. Disponível em: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Arquivo Nacional.

⁵¹² *Ibidem.*

⁵¹³ *Ibidem.*

⁵¹⁴ *Ibidem.*

⁵¹⁵ *Ibidem.*

⁵¹⁶ *Ibidem.*

⁵¹⁷ *Correio da Manhã*, 11 de junho de 1966, p. 13.

⁵¹⁸ *Correio da Manhã*, 21 de junho de 1966, p. 1.

⁵¹⁹ *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1966, p. 8.

⁵²⁰ *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1966, p. 12.

⁵²¹ *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1966, p. 8.

⁵²² *Ibidem.*

⁵²³ *Ibidem.*

⁵²⁴ *Veja*, 26 de junho de 1985.

⁵²⁵ *Veja*, 26 de junho de 1985.

⁵²⁶ *Ibidem*.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1978, p. 30.

⁵²⁹ *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1978, p. 30.

⁵³⁰ BURNIER, João Paulo Moreira. **João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188 p. dat.

⁵³¹ *Ibidem*.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1968, p. 1.

⁵³⁴ *Ibidem*.

⁵³⁵ *Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1968, p. 2.

⁵³⁶ MAGALHÃES, Raphael de Almeida. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1981. **Recurso Extraordinário para o Egrégio Supremo Tribunal Federal – réu Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho**. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações.

⁵³⁷ CMA/124 RH: "1". Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações.

⁵³⁸ *Ibidem*.

⁵³⁹ *Ibidem*.

⁵⁴⁰ *Em Tempo*, número 4, 6 a 20 de março de 1978, p. 1. Arquivo Nacional,

Fundo: Serviço Nacional de Informações.

⁵⁴¹ *Correio da Manhã*, 8 de outubro de 1968, p. 2.

⁵⁴² *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1968, p. 2.

⁵⁴³ *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1968, p. 2.

⁵⁴⁴ *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1968, p. 2.

⁵⁴⁵ *Correio da Manhã*, 8 de outubro de 1968, p. 2.

⁵⁴⁶ *Ibidem*.

⁵⁴⁷ BURNIER, João Paulo Moreira. **João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188 p. dat.

⁵⁴⁸ *Ibidem*.

⁵⁴⁹ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1964, golpe ou contragolpe?**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

⁵⁵⁰ INFORMAÇÃO Nº 621/71/ARJ/SNI, de 06 agosto de 1971; Despacho manuscrito do Ch/. NI, de 13 agosto de 1971. Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações.

⁵⁵¹ VALLI, Virgínia. **Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho: a verdadeira história de um assassinato político**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

⁵⁵² *Em Tempo*, número 4, 6 a 20 de março de 1978, p. 1. Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações.

⁵⁵³ VALLI, Virgínia. **Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho: a verdadeira história de um assassinato político**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

⁵⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1979.

⁵⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1978, p. 30.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ *Veja*, 26 de junho de 1985.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

⁵⁶⁰ *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1969, p. 4.

⁵⁶¹ DRUMOND, Cosme Degenar. **O Brigadeiro: Eduardo Gomes, trajetória de um herói**. Editora de Cultura, 2011, p. 289.

⁵⁶² *Ibidem*, p. 294.

⁵⁶³ FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos et al. **A tortura aos presos políticos durante a ditadura militar brasileira: uma abordagem psicanalítica**. 2009, p. 17.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 77-78.

⁵⁶⁵ SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Deoclécio Lima de Siqueira (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 42 p. dat.

⁵⁶⁶ SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁵⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1978, p. 4.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

⁵⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1978, p. 3.

⁵⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1978, p. 8.

⁵⁷¹ *Ibidem*.

⁵⁷² O pedido de sua reintegração iniciou em 1979. O caso só teve conclusão em 1992, quando o Supremo Tribunal Federal aprovou sua readmissão com a patente de brigadeiro. O Capitão, entretanto, não teve o prazer de se sentir justificado. A decisão só foi cumprida pelo presidente Itamar Franco em 1994. Sérgio Miranda morreu um ano antes, em fevereiro de 1993.

⁵⁷³ *Veja*, 26 de junho de 1985.

⁵⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1978, p. 5.

⁵⁷⁵ BRASIL. Anistia vol. 1 Congresso Nacional Comissão mista sobre anistia, p. 129. **Emenda nº64. Sala das Comissões**, 10 de agosto de 1979 – Deputado José Frejat. Arquivo Nacional.

⁵⁷⁶ SIQUEIRA, Deoclecio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989, p. 325.

⁵⁷⁷ *Jornal do Brasil*, 2 de julho de 1980, p. 7.

⁵⁷⁸ Para mais, ver: CAMPOS, Patrícia; MARQUES, Bruno. Verbetes “Eugênio Sales”. CPDOC/FGV. Disponível : <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-de-araujo-sales>. Último acesso: 23 de julho de 2020.

⁵⁷⁹ “A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu

serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo”. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/quem-somos/>. Última visualização: 23 de julho de 2020.

⁵⁸⁰ Sobre o tema, ler: ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979; MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989; CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Claridade, 2011.

⁵⁸¹ Para mais, rever as análises já discutidas de VALLI, Virgínia. **Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho: a verdadeira história de um assassinato político**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

⁵⁸² *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1980, p. 8.

⁵⁸³ *Jornal do Brasil*, 14 de junho de 1981, p. 17 e 32.

⁵⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1981, p. 8.

⁵⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 14 de junho de 1981, p. 1.

⁵⁸⁶ *Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1981, p. 4.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

⁵⁸⁸ SIQUEIRA, Deoclecio Lima de. **Caminhada com Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1989, p. 334-335.

⁵⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1981, p. 8.

⁵⁹⁰ *Jornal do Brasil*, 2 de julho de 1972, p. 43.

⁵⁹¹ *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1981, p. 6.

⁵⁹² As leis faziam referência a consagração de Santos Dumont como patrono da Força Aérea Brasileira e Eduardo Gomes como patrono do Correio Aéreo Nacional, respectivamente.

⁵⁹³ NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

⁵⁹⁴ *Ibidem*, p. 22.

⁵⁹⁵ *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1981, p. 3.

⁵⁹⁶ *Ibidem*.

⁵⁹⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 9.

⁵⁹⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 422.

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

⁶⁰⁰ *Jornal do Brasil*, 9 de janeiro de 1982, p. 31.

⁶⁰¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

⁶⁰² HALAB, Meise. “Empresa Aérea Panair do Brasil ganha exposição inédita no MHN” Disponível em : <http://mhn.museus.gov.br/index.php/empresa-aerea-panair-do-brasil-ganha-exposicao-inedita-no-mhn/>. Último acesso: 07 jul. 2020.

⁶⁰³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 471.

604 *Ibidem.*

ANEXO A – FONTES PESQUISADAS DIVIDIDAS POR ARQUIVOS E TIPOS

Arquivos Públicos

Arquivo Histórico do Exército.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Arquivo Nacional.

Biblioteca Nacional.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Museu Aeroespacial.

National Archives (EUA).

Washington State Archive (EUA).

Arquivos Privados

Eurico Dutra, CPDOC/FGV.

Getúlio Vargas, CPDOC/FGV;

João Luís Alves, CPDOC/FGV.

Oswaldo Aranha, CPDOC/FGV.

Virgílio de Mello Franco, CPDOC/FGV.

Memórias

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional.** Toledo, Caio Navarro, 1964.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **O Brigadeiro da libertação; Eduardo Gomes, ensaio biográfico.** Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1946.

DUARTE, Paulo. **Agora nós. Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda.** São Paulo, s/e, 1927.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada – memórias.** José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1965.

FRANCO, Virgílio de Mello. **A Campanha da UDN 1944-1945**. Zélio Valverde, 1946.

GOMES, Eduardo. **Campanha de libertação [discursos]**. Livraria Martins, 1946.

GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao front. DINES, Alberto et al. **Os idos de março e a queda em abril**. 1964.

SILVA, Gastão Pereira da. **Brigadeiro Eduardo Gomes**. Rio de Janeiro: Panamericana Ltda, 1945.

Periódicos

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Diário Carioca, Rio de Janeiro.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro.

Época Negócios, Rio de Janeiro.

Jornal da Tarde, Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro.

O Estado de S. Paulo, São Paulo.

O Globo, Rio de Janeiro.

O Jornal, Rio de Janeiro.

O Paiz, Rio de Janeiro.

O Radical, Rio de Janeiro.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

Veja, Rio de Janeiro.

Produção artística

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. **Saudade dos aviões da Panair**

(Conversando no bar). NASCIMENTO, Milton. Minas. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, v. 1, 1975.

ROCHA, Sylvio Do Amaral. **Pro Brasilia Fiant Eximia**. Documentário Revolução Constitucionalista de 1932, 2012.

Entrevistas

BURNIER, João Paulo Moreira. **João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Deoclécio Lima de Siqueira (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.

Leis, Projetos de Leis, Decretos

BRASIL. Projeto de lei N.º 6.918-A, de 2006. (Do Sr. Leandro Vilela) **inscreve o nome do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes no Livro dos Heróis da Pátria**; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. LELO COIMBRA e relator-substituto: DEP. SEVERIANO ALVES).

BRASIL. Anistia vol. 1 Congresso Nacional Comissão mista sobre anistia, p. 129. **Emenda nº64. Sala das Comissões**, 10 de agosto de 1979 – Deputado José Frejat.

BRASIL. Proclamação de Patrono Lei n. 5 866, de 12 de dezembro de 1972 - **Proclama Patrono do Correio Aéreo Nacional o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes**. - BE n . 1 , de 5 Jan 73.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 669**, 3 de julho de 1969.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1981. **Recurso Extraordinário para o Egrégio Supremo Tribunal Federal – réu Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho**.